

**PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA
DE COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE DO**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS**

CNPJ Nº 12.940.971/0001-09

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE 237.000 (DUZENTAS E TRINTA E SETE MIL) COTAS SENIORES DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE (“COTAS SENIORES” E “1ª SÉRIE”, RESPECTIVAMENTE, SENDO AS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE E AS DEMAIS COTAS EMITIDAS PELO FUNDO DENOMINADAS, EM CONJUNTO, “COTAS” DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS (“FUNDO”), COM VALOR INICIAL UNITÁRIO DE R\$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) CADA UMA, TOTALIZANDO A OFERTA O VALOR DE:

R\$ 237.000.000,00
(duzentos e trinta e sete milhões de reais)

Classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série: brA(sf)

Código ISIN das Cotas Seniores da 1ª Série: BRPCFPCTF009

Benchmark das Cotas Seniores da 1ª Série: 125% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
AVENIDA PAULISTA, Nº 2300, 11º ANDAR, SÃO PAULO - SP, CEP 06029-900
CNPJ Nº 00.360.305/0001-04
ADMINISTRADOR E DISTRIBUIDOR DAS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE DO FUNDO

O FUNDO FOI CONSTITUÍDO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL Nº 2.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2001, CONFORME ALTERADA, A INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (“CVM”) Nº 356, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001, CONFORME ALTERADA, E DEMAIS DISPOSIÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (“CNPJ/MF”) SOB O Nº 12.940.971/0001-09, E ADMINISTRADO PELA **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SOB A FORMA DE EMPRESA PÚBLICA, REGENDO-SE PELO ESTATUTO APROVADO PELO DECRETO Nº 6.473, DE 5 DE JUNHO DE 2008, CONFORME ALTERADO, COM SEDE EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, POR MEIO DE SUA VICE-PRESIDÊNCIA DE GESTÃO DE ATIVOS DE TERCEIROS, DOMICILIADA NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, À AVENIDA PAULISTA, Nº 2300, 11º ANDAR, CONSOLAÇÃO, CEP 01310-300, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 00.360.305/0001-04, DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELA CVM PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (“ADMINISTRADOR”), E CUJA CARTEIRA É GERIDA PELA **PLURAL CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, COM SEDE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, À RUA LAURO MULLER, Nº 116, SALA 3304, CEP 22.290-160, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 11.397.672/0002-80, DEVIDAMENTE CREDENCIADA PELA CVM PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, NOS TERMOS DO ATO DECLARATÓRIO Nº 10.817, DE 15 DE JANEIRO DE 2010. A CONSTITUIÇÃO DO FUNDO E O INTEIRO TEOR DO SEU REGULAMENTO, BEM COMO A REALIZAÇÃO DA EMISSÃO DA 1ª SÉRIE, FORAM APROVADOS CONFORME DELIBERADO PELO ADMINISTRADOR NO ATO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2010, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE BRASÍLIA, SOB O Nº 995780, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010. O REGULAMENTO EM VIGOR FOI ALTERADO POR ATOS PARTICULARES DO ADMINISTRADOR, SENDO A PRIMEIRA ALTERAÇÃO DATADA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010, A QUAL SE ENCONTRA REGISTRADA NO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE BRASÍLIA, SOB O Nº 1000747, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010, E A SEGUNDA DATADA DE 19 DE JANEIRO DE 2011, A QUAL SE ENCONTRA REGISTRADA NO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DE BRASÍLIA, SOB O Nº 1007494, DE 24 DE JANEIRO DE 2011 (“REGULAMENTO”).

CLASSIFICAÇÃO ANBIMA: FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS, SUBMODALIDADE MULTICARTEIRA OUTROS.

PROSPECTO DE ACORDO COM O CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTA FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU VENDA DAS COTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO GESTOR, DO DISTRIBUIDOR OU DO CUSTODIANTE DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO DESTA PROSPECTO, NAS PÁGINAS 90 A 97.

VEJA OUTROS AVISOS IMPORTANTES NA PÁGINA 3 DESTA PROSPECTO.

Gestão



Apoio



Administração e Distribuição



Custódia e Controladoria



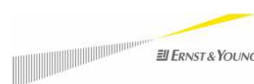
Assessoria Legal



Agência de *Rating*



Auditoria



NÚMERO E DATA DE REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA DE COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE JUNTO À CVM: CVM/SRE/RFD/2011/001, DE 03 DE JANEIRO DE 2010.

A DATA DESTES PROSPECTO DEFINITIVO É 15 DE MARÇO DE 2011.

AVISOS IMPORTANTES

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA DO FUNDO MANTENHA ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS COTISTAS.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DE SUA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO GESTOR, DO CUSTODIANTE, DO DISTRIBUIDOR OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO DEFINITIVO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM, NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO, À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

TODO COTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA À INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DESTE FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS.

NÃO HÁ GARANTIA DE QUE ESTE FUNDO TERÁ O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PARA FUNDOS DE LONGO PRAZO. VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO” DESTE PROSPECTO DEFINITIVO.

AS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE, OBJETO DA OFERTA, NÃO SÃO ADEQUADAS A INVESTIDORES QUE NECESSITEM DE AMPLA LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS, UMA VEZ QUE O MERCADO SECUNDÁRIO BRASILEIRO PARA NEGOCIAÇÃO TANTO DE COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS COMO DE DIREITOS DE CRÉDITOS APRESENTA ATUALMENTE BAIXA LIQUIDEZ, E NÃO HÁ NENHUMA GARANTIA DE QUE EXISTIRÁ NO FUTURO UM MERCADO PARA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS QUE POSSIBILITE AOS COTISTAS A ALIENAÇÃO DE SUAS COTAS, CASO ESTES ASSIM DECIDAM.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E/OU AO DISTRIBUIDOR.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. DEFINIÇÕES	7
1.2. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA	20
1.3. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	25
1.4. DECLARAÇÕES DO ADMINISTRADOR E DO DISTRIBUIDOR	26
2. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	27
2.1. BASE LEGAL	28
2.2. PÚBLICO-ALVO	28
2.3. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	28
2.4. CONDIÇÕES DE CESSÃO	30
2.5. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	35
2.6. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR E DO CUSTODIANTE, E OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	37
2.7. REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR E DO CUSTODIANTE	44
2.8. SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR	45
2.9. DISTRIBUIÇÃO	46
2.10. CARACTERÍSTICAS DAS COTAS	46
2.10.1. AMORTIZAÇÃO E RESGATE	50
2.11. ORDEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS	52
2.12. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO	53
2.13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E DAS COTAS	53
2.14. ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	56
2.15. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS	59
2.16. PUBLICAÇÕES	61
2.17. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	61
2.18. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	64
2.19. CUSTOS REFERENTES À DEFESA DO FUNDO	65
2.20. ENCARGOS DO FUNDO	66
2.21. RESERVA DE PAGAMENTOS	67
2.22. POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO	68
2.23. TRIBUTAÇÃO	68

3. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	71
3.1. CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA	72
3.2. SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO	73
3.3. MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA	73
3.4. DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO	74
3.5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	75
3.6. ATENDIMENTO AO COTISTA	76
3.7. DISPOSIÇÕES GERAIS	76
4. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO	77
4.1. ORIGEM, FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	78
4.2. TAXA DE DESCONTO PARA A AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS	82
4.3. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E DE COBRANÇA	83
4.4. INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE PRÉ-PAGAMENTO, INADIMPLENTOS E PERDAS	86
4.5. POSSIBILIDADE DE ACRÉSCIMO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	88
5. FATORES DE RISCO	90
5.1. RISCOS DE MERCADO:	91
5.2. RISCOS DE CRÉDITO:	91
5.3. RISCOS DE LIQUIDEZ:	92
5.4. RISCOS ESPECÍFICOS:	92
5.6. DEMAIS RISCOS	96
6. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA	98
6.1. INFORMAÇÕES SOBRE AS PARTES	99
6.2. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES	100
6.3. CONFLITOS DE INTERESSE	101
6.4. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO	102
ANEXO II - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO	220
ANEXO III - DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA	222
ANEXO IV - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	225
ANEXO V - MANUAL DE APREÇAMENTO DE ATIVOS DO CUSTODIANTE	238
ANEXO VI - POLÍTICA DE VOTO DO GESTOR	296

1. INTRODUÇÃO

1.1. DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

ADMINISTRADOR	Caixa Econômica Federal , instituição financeira sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto n.º 6.473, de 5 de junho de 2008, autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 2300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.360.305/0001-04.
Agência Classificadora de Risco das Cotas Seniores da 1ª Série	STANDARD & POOR'S RATING SERVICES , com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar, CEP 05426-100, São Paulo, SP.
Assembleia Geral	Assembleia geral de Cotistas do Fundo.
Auditor	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S , com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Torre I, 5º e 6º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.366.936/0001-25.
Autorização de Cessão	Documento pelo qual a Petrobras declara sua ciência e anuência em relação à cessão de um Direito Creditório ao FUNDO, bem como autoriza a transferência do domicílio bancário do referido Direito Creditório para a conta corrente de arrecadação do FUNDO mantida junto ao CUSTODIANTE, conforme indicada na própria autorização.
BAD	Boletim de Avaliação de Desempenho, elaborado trimestralmente pela Petrobras para cada Fornecedor

	com quem possua contrato em vigor. Por meio de tal documento, o funcionário da Petrobras responsável pela fiscalização do cumprimento do contrato atribui ao Fornecedor uma nota.
Boletim de Medição	Documento elaborado pela Petrobras a respeito da performance do Fornecedor em relação a cada Contrato e sua respectiva parcela mensal, em que a Petrobras se baseia para a liberação do pagamento de valores devidos por ela aos Fornecedores.
Capital Subscrito	Significa a soma dos valores que cada Cotista se comprometeu, por escrito e nos termos do respectivo boletim de subscrição de Cotas e Compromisso de Investimento, a contribuir para o Fundo, mas que pode estar pendente de integralização.
CCB	Significa cédula de crédito bancário.
CETIP	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar, Centro, CEP 20031-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.719.664/0001-24.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
COD	Significa o Comunicado de Ocorrência De Divergência, que contém uma classificação feita trimestralmente pela Petrobras para avaliar cada Contrato envolvendo o fornecimento de bens por seus Fornecedores, o qual será utilizado para a análise de performance dos Fornecedores em relação aos respectivos Contratos celebrados por estes com a Petrobras.
Compromisso de Investimento	Significa o instrumento a ser assinado pelos Cotistas no ato de subscrição de Cotas, juntamente com o boletim

	de subscrição de Cotas, através do qual estes se comprometem a efetuar a integralização das Cotas subscritas, nos termos do Suplemento e do boletim de subscrição de Cotas.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Condições de Cessão	São as condições definidas no item 2.4 deste Prospecto, que devem ser atendidas no momento da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e validadas pelo GESTOR.
Conta Vinculada	Conta de titularidade de um Fornecedor mantida junto ao CUSTODIANTE que poderá ser utilizada como mecanismo de garantia do Fundo, onde a Petrobras realizará os pagamentos decorrentes dos Contratos com seus Fornecedores, nos termos da respectiva Solicitação de Trava de Domicílio Bancário ou Autorização de Cessão.
Contrato	Significa qualquer modalidade de contrato de prestação de serviços, de compra e venda mercantil e/ou de fornecimento, celebrado entre um Fornecedor e a Petrobras, cujos Direitos Creditórios tenham sido ou venham a ser adquiridos pelo Fundo de acordo com as Condições de Cessão e com os Critérios de Elegibilidade.
Contrato de Cessão	Significa o contrato com cláusulas padronizadas celebrado entre o Fundo e um Fornecedor por meio do qual o respectivo Fornecedor compromete-se a ceder ou alienar Direitos Creditórios ao Fundo em contrapartida do pagamento do preço de cessão.
Contrato de Custódia	Significa o instrumento particular de “Condições Gerais para a Prestação de Serviços Qualificados para Fundo de Investimento em Direitos Creditórios” celebrado entre o Fundo e o CUSTODIANTE;

COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.
Cotistas	Significa, sem distinção, tanto os titulares de Cotas Seniores, de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas emitidas pelo Fundo.
Cotas	Significa, em conjunto ou indistintamente, as Cotas Seniores, as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas emitidas pelo Fundo.
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Subordinadas	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo e que suportarão primeiramente as provisões para perdas decorrentes de inadimplementos relacionados aos Direitos Creditórios Fornecedor.
Cotas Subordinadas Mezanino	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
CRCC	Certificado de Registro e Classificação Cadastral, emitido pela Petrobras em favor dos Fornecedores.
Crítérios de Elegibilidade	São os critérios que devem ser atendidos pelos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo, conforme definidos no item 2.5 deste Prospecto, os quais serão verificados pelo CUSTODIANTE.
CUSTODIANTE	CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade de São Paulo,

	Estado de São Paulo, na Avenida Paulista n° 1.111 - 2° andar, parte, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 33.868.597/0001-40.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Cada uma das datas para realização do pagamento das amortizações das Cotas Seniores da 1ª Série, conforme previsto no Suplemento e neste Prospecto.
Data de Integralização Inicial de Cotas	Data em que ocorrer o primeiro aporte de recursos no Fundo para integralização de Cotas.
Dia Útil	Qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro nas Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Quando um prazo contado em dias não vier acompanhado da indicação da contagem em dias úteis, deverá ser entendido como dias corridos.
Direitos Creditórios	Significam os Direitos Creditórios Petrobras, Performados ou a Performar, e os Direitos Creditórios Fornecedor, conjunta e indistintamente.
Direitos Creditórios Petrobras	Significa cada contraprestação pela Petrobras a um Fornecedor, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de um Contrato, adquirida ou ofertada para eventual aquisição pelo Fundo e cuja cessão e trava de domicílio bancário já tenham sido autorizadas pela Petrobras mediante a assinatura de uma Autorização de Cessão ou Solicitação de Trava de Domicílio Bancário.
Direitos Creditórios Fornecedor	Significam direitos creditórios contra um Fornecedor,

	<p>consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário - CCBs, emitidas por tal Fornecedor e cedidas por instituição financeira ao Fundo, desde que tal Fornecedor seja titular de direitos creditórios contra a Petrobras (performados ou a performar) cuja cessão e trava de domicílio bancário ainda não tenham sido anuídas pela Petrobras, mas que seja objeto de um Contrato de Cessão com o Fundo. Para fins do Regulamento e deste Prospecto, os Direitos Creditórios Fornecedor serão sempre consubstanciados em CCBs e serão considerados créditos performados, ainda que o respectivo Fornecedor seja titular de direitos creditórios contra a Petrobras decorrentes de Contratos a performar.</p>
Direito Creditório Petrobras a Performar	<p>Significa um Direito Creditório Petrobras cujo pagamento ainda não é exigível da Petrobras em função da não entrega, total ou parcial, por um Fornecedor, do serviço ou do bem objeto do respectivo Contrato.</p>
Direito Creditório Petrobras Performado	<p>Significa um Direito Creditório Petrobras cujo pagamento é exigível da Petrobras, comprovado mediante apresentação do Boletim de Medição ou do comprovante de entrega, no caso de fornecimento mercantil.</p>
Direito Creditório Inadimplido	<p>Significa um Direito Creditório vencido e não pago na data original de vencimento.</p>
Documentos Representativos dos Direitos Creditórios	<p>Em relação a Direitos Creditórios Petrobras, são, em conjunto: (i) os instrumentos que formalizam um Contrato, bem como os instrumentos que formalizam eventuais aditamentos a um Contrato; (ii) a Autorização de Cessão ou Solicitação de Trava de Domicílio Bancário; (iii) o CRCC de um Fornecedor; (iv) BAD e/ou COD de um Contrato, quando houver; e (v)</p>

	<p>Boletins de Medição de um Contrato, quando houver, assim como, sempre que aplicável, os instrumentos de ajuste a eles vinculados.</p> <p>Em relação a Direitos Creditórios Fornecedor, são, em conjunto: (i) CCB e seus anexos; (ii) Autorização de Cessão ou Solicitação de Trava de Domicílio Bancário; (iii) Termo de Cessão da CCB e das eventuais garantias, assim como, sempre que aplicável, os instrumentos de ajuste a eles vinculados.</p>
Documentos do Fundo	Significam, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, os Contratos de Cessão e os respectivos Termos de Cessão, as Autorizações de Cessão, as Solicitações de Trava de Domicílio Bancário, e as CCBs.
Eventos de Avaliação	Significam as situações descritas no item 21.2 do Regulamento e na seção 2.17 deste Prospecto, nas quais, em hipótese de ocorrência, Será convocada Assembleia Geral para deliberar sobre (a) a declaração de um Evento de Liquidação; ou (b) a alteração do Regulamento ou dos Documentos do Fundo, bem como adoção das demais medidas entendidas necessárias pela Assembleia Geral: quais sejam: (i) não restabelecimento da Relação Mínima no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da verificação do seu desenquadramento; (ii) rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco; (iii) renúncia do ADMINISTRADOR; (iv) a inobservância pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo CUSTODIANTE ou pelo representante dos Cotistas, desde que, se notificada pelo representante dos Cotistas ou pelo CUSTODIANTE para sanar ou justificar o descumprimento, o ADMINISTRADOR e/ou o GESTOR, conforme o caso, não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias

	<p>Úteis contado do recebimento da referida notificação;</p> <p>(v) inobservância pelo CUSTODIANTE dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR ou pelos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o CUSTODIANTE não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;</p> <p>(vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Cessão e com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;</p> <p>(vii) amortização de Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;</p> <p>(viii) resilição do Contrato de Custódia ou, se houver, do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios;</p> <p>(ix) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Pagamentos e não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos no Regulamento no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;</p> <p>(x) renúncia do CUSTODIANTE;</p> <p>(xi) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 100% (cem por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;</p> <p>(xii) constatação, pelo ADMINISTRADOR ou pelo CUSTODIANTE, de cessão de algum Direitos Creditórios onerado, gravado ou sem lastro;</p> <p>(xiii) caso o ADMINISTRADOR deixe de convocar Assembleia Geral na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no presente item;</p> <p>(xiv) caso haja modificação relevante nos critérios de cadastramento de Fornecedores e de avaliação do seu desempenho pela Petrobras que se torne de conhecimento do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR;</p> <p>(xv) caso, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, não tenha ocorrido o re-enquadramento da Reserva de Pagamentos, conforme previsto no Regulamento;</p> <p>(xvi) caso o ADMINISTRADOR e/ou o GESTOR entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o</p>
--	---

	Fundo não prevista no Regulamento; (xvii) sempre que o valor da provisão para devedores duvidosos mantidas pelo Fundo for superior a 10% (dez por cento) do PL do Fundo por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos; e (xviii) caso o Fundo, após 90 (noventa) dias da Data da Integralização Inicial de Cotas, não mantenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu PL aplicado em Direitos Creditórios.
Eventos de Liquidação	São os eventos definidos no item 21.3 do Regulamento, e no item 2.17 deste Prospecto, as quais determinam as hipóteses de liquidação do Fundo, quais sejam: (i) decretação de falência ou recuperação judicial da Petrobras ou falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do CUSTODIANTE, ou ADMINISTRADOR ou GESTOR, sem a sua efetiva substituição nos termos do Regulamento; (ii) se durante 3 (três) meses consecutivos o PL médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); (iii) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar; (iv) caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC; (v) renúncia do ADMINISTRADOR ou do CUSTODIANTE sem a consequente assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos no Regulamento; (vi) sempre que o valor da provisão para devedores duvidosos mantidas pelo Fundo for superior a 20% (vinte por cento) do PL do Fundo por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos; ou (vii) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.

Fornecedor	Pessoa jurídica que tenha celebrado com a Petrobras um Contrato.
Fundo	O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Plural Capital Fornecedores Petrobras.
GESTOR	PLURAL CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA. , com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, à Rua Lauro Muller, nº 116, sala 3304, CEP 22.290-160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.397.672/0002-80, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 10.817, de 15 de janeiro de 2010.
Instrução CVM 306	A Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999, e alterações posteriores.
Instrução CVM 356	A Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores.
Instrução CVM 400	A Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Investidor Qualificado	São os investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, e os demais investidores autorizados pela legislação a adquirir as Cotas.
Outros Ativos	Ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, observado o disposto no item 8.4 do Regulamento.
Petrobras	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista com sede na Avenida República do

	Chile, 65, Centro, CEP 20.031-170, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, bem como suas subsidiárias e/ou controladas.
PL	Valor do patrimônio líquido do Fundo em um determinado Dia Útil.
Prazo de Carência	Significa o prazo de carência para início do pagamento das amortizações das Cotas Seniores da 1ª Série, pelo Regime de Caixa, definido no Suplemento e neste Prospecto.
Prospecto	O presente Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo.
Regime de Caixa	Significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada no Regulamento quando da amortização ou resgate de Cotas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Cotistas será definida, tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo, em cada mês calendário, quando do pagamento dos Direitos Creditórios e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo.
Relação Mínima	Relação mínima admitida entre o PL e o valor das Cotas Seniores.
Reserva de Pagamento	Reserva de caixa para pagamento de despesas e encargos do Fundo.
Resolução CMN 2.682	A Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos do Regulamento.
Solicitação de Trava de Domicílio Bancário	Carta a ser enviada pelo Fornecedor à Petrobras, através de protocolo, informando sobre a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e solicitando a esta o pagamento das parcelas de um Contrato com o respectivo Fornecedor diretamente na conta corrente de arrecadação do Fundo ou, se for o caso, na Conta Vinculada detida por tal Fornecedor junto ao CUSTODIANTE , na qual a Petrobras, mediante assinatura, declara sua ciência e anuência em relação à cessão do respectivo Direito Creditório ao Fundo e em relação à transferência do domicílio bancário do Fornecedor para uma das contas referidas acima.
Suplemento	Documento que consta do Anexo IV ao Regulamento, que define as condições de amortização, remuneração e resgate das Cotas Seniores da 1ª Série, de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas e que, uma vez assinado e averbado pelo ADMINISTRADOR no registro do Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sua sede, constitui parte integrante do Regulamento e deste Prospecto.
Taxa de Administração	Valor a ser pago pelo Fundo ao ADMINISTRADOR , ao GESTOR e ao CUSTODIANTE como contrapartida pelos serviços de administração, de gestão, de custódia e controladoria por eles prestados, respectivamente, nos termos do Regulamento.
Taxa de Performance	É a taxa devida pelo Fundo ao GESTOR , a qual corresponde a 20% (vinte por cento) do valor excedente após a distribuição dos rendimentos às Cotas Subordinadas e às Cotas Subordinadas Mezanino previstos no item 6.2 do Regulamento.

Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Taxa SELIC	Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia divulgada pelo Comitê de Política Monetária - COPOM.
Termo de Cessão	Instrumento pelo qual é formalizada a cessão de Direitos Creditórios por um Fornecedor ao Fundo.

* * *

1.2. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E DA OFERTA

Denominação do Fundo:	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS
Tipo de Fundo e Classificação ANBIMA:	<p>O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado.</p> <p>Para os fins do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimentos”, o Fundo é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios, submodalidade Multicarteira Outros.</p>
Base Legal:	O Fundo tem como base legal a Resolução do CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.
Objetivo:	É objetivo do Fundo proporcionar aos Cotistas a valoração de suas Cotas a longo prazo através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e em seu Regulamento.
Política de Investimento:	Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios e de Outros Ativos. Na realização de referida alocação, o Fundo buscará a aquisição de Direitos Creditórios cuja rentabilidade seja, diretamente, atrelada à variação da Taxa DI, para, além de atingir o seu objetivo, evitar descasamentos entre a rentabilidade dos ativos do Fundo e o <i>benchmark</i> das Cotas Seniores da 1ª Série. De todo modo, serão observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento.
Benchmark Sênior da 1ª Série:	As Cotas Seniores da 1ª Série têm como benchmark de rentabilidade, no médio e longo prazo, a obtenção de retorno equivalente a até 125% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores da 1ª Série. Atingido o <i>Benchmark</i> Sênior, os resultados excedentes do Fundo serão destinados à valorização das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas conforme previsto no Regulamento.
Exercício Social:	O exercício social do Fundo tem duração de 01 (um) ano e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano.
Classificação de Risco das Cotas Seniores da 1ª Série:	Na data deste Prospecto, as Cotas Seniores da 1ª Série obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco brA(sf).

As Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas não serão objeto de classificação de risco.

O ADMINISTRADOR deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série ou dos direitos de crédito e demais ativos integrantes da Carteira pela Agência Classificadora de Risco.

Quantidade de Cotas Seniores da 1ª Série objeto da Oferta:

A Oferta será de, no mínimo, R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) e, no máximo, de R\$237.000.000,00 (duzentos e trinta e sete milhões de reais), sendo composta por, no mínimo, 150.000 (cento e cinquenta mil) e, no máximo, 237.000 (duzentas e trinta e sete mil) Cotas Seniores da 1ª Série.

Não obstante, no processo de distribuição pública das Cotas Seniores da 1ª Série será admitida a aplicação do disposto no artigo 24 da Instrução CVM 400. Assim, em função da demanda de investidores, o limite acima mencionado poderá ser elevado em até 15% (quinze por cento).

Classes de Cotas:

As cotas do Fundo serão de três classes, sendo uma classe de Cotas Seniores, uma classe de Cotas Subordinadas Mezanino e uma classe de Cotas Subordinadas. As Cotas Seniores serão divididas em Séries. As datas e valores de amortização e resgate de cada Série “n” serão definidos no respectivo Suplemento, sendo as Cotas Seniores da 1ª Série objeto da Oferta, nos termos do Suplemento constante do Anexo IV ao Regulamento e nos termos deste Prospecto. Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de Cotista.

Não haverá esforço de colocação das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas junto ao público em geral, tendo em vista que (i) a totalidade das Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo, a ser emitida em lote único e indivisível, será subscrita e integralizada única e exclusivamente pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e/ou fundos de investimento, sociedades coligadas, controladas e/ou sob controle comum; e (ii) a totalidade das Cotas Subordinadas do Fundo, a ser emitida em lote único e indivisível, será subscrita e integralizada única e exclusivamente pelo GESTOR e/ou por sociedades coligadas, controladas e/ou sob controle comum, assim como por seus sócios, empregados ou veículos de investimento exclusivos, incluindo fundos

	de investimentos geridos pelo GESTOR, cujos recursos sejam provenientes do GESTOR, de empresas pertencentes ao grupo econômico do GESTOR, de seus sócios e/ou empregados.
Público-Alvo:	O Fundo é destinado exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme definido acima, bem como os fundos de investimentos autorizados pela regulamentação da CVM. Não haverá quaisquer outros critérios diferenciadores aplicáveis aos Cotistas.
Patrimônio Inicial Estimado do Fundo:	R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).
Valor Total da emissão da 1ª Série:	R\$ 237.000.000,00 (duzentos e trinta e sete milhões de reais).
Valor Inicial Unitário das Cotas:	R\$ 1.000,00 (um mil reais).
Valor Mínimos e Máximos de Aplicação Inicial, Aplicação Subsequente:	<p>- Valor mínimo de aplicação inicial no Fundo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).</p> <p>- Valor mínimo de aplicação subsequente no Fundo: não aplicável.</p> <p>- Valor máximo de aplicação no Fundo: não há.</p>
Procedimentos para Subscrição e Integralização das Cotas Seniores da 1ª Série:	<p>As Cotas Seniores da 1ª Série deverão ser subscritas durante o Período de Distribuição e deverão ser integralizadas nos termos definidos no Regulamento, no boletim de subscrição de Cotas, no Compromisso de Investimento e conforme disposto nas respectivas chamadas para integralização de Cotas.</p> <p>Ao aplicar no Fundo, o Cotista:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) receberá cópia do Regulamento e deste Prospecto; (ii) assinará o Termo de Adesão ao Regulamento; (iii) declarará sua condição de investidor qualificado ou de fundo de investimento autorizado, nos termos da legislação vigente; (iv) assinará o boletim de subscrição de Cotas; e (v) assinará Compromisso de Investimento, assumindo obrigação de integralizar as Cotas subscritas conforme previsto no Suplemento. <p>A integralização, o resgate e a amortização de Cotas podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível, ou outro mecanismo de transferência de recursos</p>

	<p>autorizado pelo BACEN.</p> <p>A partir da Data de Integralização Inicial de Cotas Seniores da 1ª Série, todo Dia Útil, desde que o PL assim o permita e após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Seniores da 1ª Série, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o <i>Benchmark</i> das Cotas Seniores da 1ª Série, incidente sobre o valor anterior de cada Cota Sênior da 1ª Série. O valor unitário das Cotas Seniores da 1ª Série será o menor dos seguintes valores: a) o resultado da divisão do PL pelo número de Cotas Seniores da 1ª Série em circulação na respectiva data de cálculo; ou b) o valor unitário das Cotas Seniores da 1ª Série no Dia Útil imediatamente anterior acrescido do <i>Benchmark Sênior</i> da 1ª Série <i>pro rata</i> no período.</p>
Negociação em Mercado Secundário:	As Cotas Seniores da 1ª Série terão registro para negociação no mercado secundário na CETIP. A ADMINISTRADORA, por orientação do GESTOR, poderá providenciar o registro das Cotas Seniores da 1ª Série para negociação junto à BM&FBOVESPA.
Fatores de Risco:	Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a determinados fatores de risco. Para maiores informações, vide a seção “Fatores de Risco”, na página 90 deste Prospecto.
Resgate das Cotas:	<p>O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que não serão admitidas solicitações de resgate das Cotas.</p> <p>As Cotas somente serão resgatadas (i) até o 48º (quadragésimo oitavo) mês, contado da Data Inicial de Integralização de Cotas Subordinadas ou (ii) em caso de liquidação antecipada do Fundo.</p>
Início do Fundo:	Data da Integralização Inicial de Cotas.
Jornal das Publicações do Fundo:	Valor Econômico, edição nacional.
Inadequação do Investimento:	<p>AS COTAS DO FUNDO NÃO SÃO DESTINADAS A INVESTIDORES QUE NECESSITAM DE LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS.</p> <p>O FUNDO É CONSTITUÍDO SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO FECHADO, SENDO QUE NÃO ADMITE A POSSIBILIDADE DE RESGATE DE SUAS COTAS, E SEUS COTISTAS PODERÃO TER DIFICULDADES EM REALIZAR A VENDA DE SUAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO.</p>

Informações Adicionais:

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e/ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto ao Distribuidor, ao ADMINISTRADOR e/ou à CVM.

* * *

1.3. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

ADMINISTRADOR do Fundo:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Avenida Paulista, nº 2300, 11º andar Consolação, São Paulo - SP CEP 01310-300 CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04 Telefone: 11-3555-6350 At.: Sr. Dimitri Lopes Ojevan E-mail: gefes@caixa.gov.br Website: www.caixa.gov.br
GESTOR do Fundo:	PLURAL CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA. Rua Lauro Muller, nº 116, sala 3304, CEP 22.290-160 Rio de Janeiro, RJ CNPJ/MF: 11.397.672/0002-80 Telefone: (21) 3923-3100 / (11) 3320-5030 At.: Sr. Humberto Tupinambá / Vinicius Tugumi E-mail: humberto.tupinamba@pluralcapital.com / vinicius.tugumi@pluralcapital.com Website: www.pluralcapital.com
Distribuidor das Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Avenida Paulista, nº 2300, 11º andar Consolação, São Paulo - SP CEP 01310-300 CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04 Telefone: 11-3555-6350 At.: Sr. Dimitri Lopes Ojevan E-mail: gefes@caixa.gov.br Website: www.caixa.gov.br
Custódia e Controladoria:	CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. Avenida Paulista nº 1.111 - 2º andar-parte São Paulo - SP CNPJ/MF nº 33.868.597/0001-40 Telefone: (11)4009-7090 At.: Sr. José Walter Lucas E-mail: walter.lucas@citi.com Website: www.citi.com.br
Agência Classificadora de Risco das Cotas Seniores da 1ª Série:	STANDARD & POOR'S RATING SERVICES Av. Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar CEP 05426-100 São Paulo - SP Telefone: (11) 3039-9743 At.: Sr. Jean-Pierre Cote Gil, Diretor E-mail: jp_gil@standardandpoors.com Website: www.standardandpoors.com

Assessoria Jurídica:**FREITASLEITE ADVOGADOS**

Rua Gomes de Carvalho, nº 1.666, 9º Andar
Vila Olímpia, São Paulo - SP
CEP 04547-006
CNPJ: 61.197.240/0001-12
Telefone: (11) 3728-8100
At.: Dr. Cristiano da Cruz Leite
E-mail: cristiano@fladv.com.br
Website: www.fladv.com.br

Auditoria:**ERNST & YOUNG BRAZIL**

Praia de Botafogo, 300 - 13º andar
CEP 22250-040, Rio de Janeiro - RJ
CNPJ/MF nº 61.366.936/0002-06.
Website: www.ey.com.br

1.4. DECLARAÇÕES DO ADMINISTRADOR E DO DISTRIBUIDOR

Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400:

O ADMINISTRADOR declara que (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas, do Fundo e da Política de Investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de realização da Oferta, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelo Sr. Bolivar Tarragó Moura Netto, na qualidade de Vice-Presidente de Gestão de Ativos de Terceiros do ADMINISTRADOR.

O Distribuidor declara que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo ADMINISTRADOR sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram este Prospecto, sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (ii) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas Seniores da 1ª Série, do Fundo e da Política de Investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração a este Prospecto, assinada pelo Sr. Carlos Borges, na qualidade de Vice-Presidente da Área de Distribuição do Administrador.

* * *

2. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS

2.1. BASE LEGAL

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, tem como base legal a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada, e a Instrução CVM 356. O Fundo é regulado pelo CMN e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento. O Fundo é classificado pela ANBIMA como fundo de investimento em direitos creditórios, submodalidade Multicarteira Outros.

2.2. PÚBLICO-ALVO

O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados, definidos nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, bem como os fundos de investimentos autorizados pela regulamentação da CVM.

As Cotas Subordinadas Mezanino serão subscritas pela Petrobras e/ou fundos de investimento, sociedades coligadas, controladas e/ou sob controle comum.

As Cotas Subordinadas serão subscritas pelo GESTOR e/ou por sociedades coligadas, controladas e/ou sob controle comum, assim como por seus sócios, empregados ou veículos de investimento exclusivos, incluindo fundos de investimentos geridos pelo GESTOR, cujos recursos sejam provenientes do GESTOR, de empresas pertencentes ao grupo econômico do GESTOR, de seus sócios e/ou empregados.

AS COTAS DO FUNDO NÃO SÃO DESTINADAS A INVESTIDORES QUE NECESSITAM DE LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS.

O FUNDO É CONSTITUÍDO SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO FECHADO, SENDO QUE NÃO ADMITE A POSSIBILIDADE DE RESGATE DE SUAS COTAS, E OS SEUS COTISTAS PODERÃO TER DIFICULDADES EM REALIZAR A VENDA DE SUAS COTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO.

2.3. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios e de Outros Ativos. Na realização de referida alocação, o Fundo buscará a aquisição de Direitos Creditórios cuja rentabilidade seja, diretamente, atrelada à variação da Taxa DI, para, além de atingir o seu objetivo, evitar descasamentos entre a rentabilidade dos ativos do Fundo e o *Benchmark* das Cotas Seniores da 1ª Série. De todo modo, serão observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento.

Decorridos 90 (noventa) dias da Data de Integralização Inicial, O Fundo deverá manter no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu PL em Direitos Creditórios, de acordo com os termos da Instrução CVM 356. Desta forma, a partir do 91º (nonagésimo primeiro) da Data de Integralização Inicial, o Fundo deverá ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por Direitos Creditórios, podendo o ADMINISTRADOR, conjuntamente com o GESTOR e por solicitação deste último, requerer à CVM a prorrogação desse prazo por igual período.

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios Fornecedor, representados por CCBs, desde que sejam observadas as condições de Cessão, os Critérios de Elegibilidade, os limites e demais procedimentos estabelecidos no Regulamento.

O Fundo pode aplicar o remanescente do PL (não representado por Direitos Creditórios) exclusivamente, em:

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- (iii) cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Referenciado DI”, cujas carteiras sejam compostas exclusivamente pelos títulos referidos nos itens (i) e (ii) acima e que as taxas de administração não excedam 1% (um por cento) ao ano.

Os fundos de investimento indicados no item (iii) acima: (a) poderão prever a utilização de derivativos nas respectivas políticas de investimento, desde que exclusivamente para os fins de proteção das posições detidas à vista (hedge); (b) serão selecionados exclusivamente pelo GESTOR e poderão ser administrados e/ou geridos pelo ADMINISTRADOR, pelo CUSTODIANTE, pelo GESTOR ou por empresas a eles ligadas; e (c) deverão ser geridos por gestores de reputação ilibada e de notória expertise e administrados por instituição financeira reconhecida pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais como uma das 20 (vinte) maiores instituições administradoras de fundos de investimento no país.

A seleção dos ativos mencionados acima caberá ao GESTOR.

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM.

É facultado ao Fundo, ainda, realizar operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados nos itens (i) e (ii) acima.

O Fundo não poderá realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas, em que os Fornecedores e/ou a Petrobras ou quaisquer pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum destes figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes. O Fundo pode realizar operações nas quais o ADMINISTRADOR atue na condição de contraparte do Fundo.

O Fundo não poderá realizar:

1. aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; e
2. operações de day-trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

O pagamento do preço de cessão dos Direitos Creditórios ou da aquisição das CCBs será efetuado em até 1 (um) Dia Útil contado da efetiva escrituração dos Direitos Creditórios pelo CUSTODIANTE.

Vale ressaltar que as aplicações no Fundo não contam com garantia do ADMINISTRADOR, do GESTOR, do CUSTODIANTE ou do FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos Creditórios ou de Outros Ativos que poderão ter rentabilidade inferior à esperada. Desta forma, os Cotistas devem ler o Capítulo referente aos Fatores de Risco a que o Fundo está exposto antes da subscrição de Cotas, constante da página 90 deste Prospecto.

A política de investimento do Fundo e demais regras previstas em seu Regulamento estão de acordo com as Resoluções CMN nº 3.790 e nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como a Resolução CMN nº 3.308, de 31 de agosto de 2005, conforme alterada, nas disposições aplicáveis a fundos de investimento. Desta forma, o GESTOR sempre observará as disposições e vedações das referidas Resoluções, conforme vigentes.

Os Direitos Creditórios que integrem a carteira do Fundo não serão obrigatoriamente registrados na CETIP, exceto se houver obrigação regulamentar ou legal normativa para tanto.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.

2.4. CONDIÇÕES DE CESSÃO

A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo deverá observar os seguintes limites e critérios, respeitadas ainda as demais Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade abaixo:

- (a) a partir da Data Inicial de Integralização de Cotas e o término da Integralização de Cotas Seniores da 1ª Série, nos termos do previsto no Suplemento, boletim de subscrição de Cotas e Compromisso de Investimento, (i) até 95% (noventa e cinco por cento) do PL do Fundo poderá ser representado Direitos Creditórios Petrobras a Performar e/ou Direitos Creditórios Fornecedor; e (ii) a taxa mínima de desconto aplicável para a aquisição de Direitos Creditórios Petrobras a Performar e Direitos Creditórios Fornecedor deve ter uma média igual ou superior a 160% (cento e sessenta por cento) da Taxa DI; e
- (b) após o término do período de integralização de Cotas Seniores da 1ª Série, nos termos do previsto no Suplemento, boletim de subscrição de Cotas e Compromisso de Investimento, (i) pelo menos 19% (dezenove por cento) do PL do Fundo deverá ser representado por caixa ou por Direitos Creditórios Petrobras Performados; e (ii) taxa mínima de desconto aplicável para a aquisição de Direitos Creditórios Petrobras a Performar e Direitos Creditórios Fornecedor deve ter uma média igual ou superior a 170% (cento e setenta por cento) da Taxa DI.

No momento de cada aquisição ou cessão de Direitos Creditórios Petrobras ao Fundo, o GESTOR verificará a observância, cumulativa, das seguintes condições de cessão:

- (i) os Direitos Creditórios Petrobras devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;

- (ii) os Direitos Creditórios Petrobras devem estar representados por Documentos Representativos de Direitos Creditórios;
- (iii) os seguintes limites financeiros deverão ser observados para a aquisição de cada Direito Creditório Petrobras, em razão das características destes:
 - (a) no caso de Direitos Creditórios Petrobras a Performar: aquisição pelo Fundo de no máximo 50% (cinquenta por cento) do saldo vincendo das parcelas de cada Contrato, observados os limites em relação ao PL do Fundo previstos acima; e
 - (b) no caso de Direitos Creditórios Petrobras Performados, aquisição pelo Fundo de, no máximo, 90% (noventa por cento) do valor bruto de cada parcela de um Contrato, de acordo com o cronograma de pagamento do mesmo;
- (iv) o Fornecedor deverá declarar que o respectivo Contrato não apresenta, no momento da cessão, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras;
- (v) o Fornecedor deverá entregar a Autorização de Cessão ou a Solicitação de Trava de Domicílio Bancário devidamente anuída pela Petrobras conforme previsto no Regulamento;
- (vi) o Fornecedor deverá fornecer evidência de avaliação de seu desempenho por meio da entrega do BAD e/ou do COD com nota superior a 70 (setenta), conforme previsto no Regulamento, referente a pelo menos 1 (um) Contrato em vigor com a Petrobras do qual o Fornecedor seja parte, ou, caso o Fornecedor não possua Contrato em vigor, referente a Contrato que tenha expirado a no máximo 1 (um) ano a contar da data de aquisição dos Direitos Creditórios;
- (vii) os Direitos Creditórios Petrobras devem (a) ser vincendos, (b) ser devidos pela Petrobras, (c) ser oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens firmados pela Petrobras com Fornecedores;
- (viii) o Fornecedor deverá possuir relacionamento comercial com a Petrobras comprovado através de cópia do CRCC;
- (ix) o Fundo deve passar a ser titular e beneficiário de eventuais garantias vinculadas aos Direitos Creditórios Petrobras, se existentes;
- (x) a taxa mínima de desconto aplicável (a) para a aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios Petrobras Performados deverá ser igual ou superior a 135% (cento e trinta e cinco por cento) da Taxa DI, e (b) para aquisição de Direitos Creditórios Petrobras a Performar deverá ser igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI, taxas estas que serão calculadas no momento da cessão ou aquisição pelo Fundo do respectivo Direito Creditório; e
- (xi) somente poderão ser adquiridos ou recebidos em garantia quaisquer Direitos Creditórios Petrobras se, uma vez computada pro forma a respectiva aquisição, (a) forem mantidos os limites previstos no item 10.2 e seguintes do Regulamento; e (b) o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios Petrobras

integrantes da carteira do Fundo não seja superior a 12 (doze) meses, conforme cálculo realizado pelo GESTOR de acordo com a seguinte fórmula:

$$\left(\frac{\sum_{n=1}^J (VP_{DCV_n} \times T_{DCV_n})}{\sum_{n=1}^J VP_{DCV_n}} \right) \times \frac{1}{22} \leq 12 \text{ meses}$$

onde:

VP_{DCV_n} = valor presente do Direito Creditório Petrobras vencendo de ordem “n”

T_{DCV_n} = número de dias úteis para o vencimento do Direito Creditório Petrobras de ordem “n”

J = quantidade de Direitos Creditórios Petrobras vencendo.

A verificação do disposto no item (vi) acima e no item (xi) abaixo ocorrerá exclusivamente com base nos BAD e/ou COD disponibilizados pelo Fornecedor ao GESTOR.

O Contrato de Cessão referente aos Direitos Creditórios Petrobras preverá, no mínimo:

- (i) que o Fornecedor responde pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos Creditórios Petrobras;
- (ii) que o Fornecedor atesta a inexistência de ônus, gravames ou restrições sobre os Direitos Creditórios Petrobras e sobre sua respectiva cessão;
- (iii) que a assinatura do Contrato de Cessão e a consequente cessão dos Direitos Creditórios Petrobras não acarretará o descumprimento total ou parcial de quaisquer obrigações do Fornecedor com a Petrobras, nem perante terceiros; e
- (iv) que quaisquer quantias eventualmente recebidas pelo Fornecedor em relação a Direitos Creditórios Petrobras cedidos serão transferidas ao Fundo em até 1 (um) Dia Útil.

No momento de cada aquisição ou cessão de Direitos Creditórios Fornecedor ao Fundo, o GESTOR verificará a observância, cumulativa, das seguintes condições de cessão:

- (i) os Fornecedores dos Direitos Creditórios Fornecedor (a) devem ser titulares de Contratos para os quais ainda não foram obtidas respectivas as anuências da Petrobras quanto à Autorização de Cessão ou à Solicitação de Trava de Domicílio Bancário; (b) declarar que as respectivas Autorizações de Cessão ou Solicitações de Trava de Domicílio Bancário não tenham sido previamente negadas pela Petrobras; (c) devem obrigar-se a envidar seus melhores esforços para que tais Autorizações de Cessão ou Solicitações de Trava de Domicílio Bancário sejam anuídas pela Petrobras em até 60 (sessenta) dias da aquisição da respectiva CCB pelo Fundo; e (d) não podem ter cedido, transferido ou de qualquer forma onerado, total ou parcialmente, os direitos decorrentes dos Contratos, os quais serão cedidos ao Fundo após a obtenção da respectiva anuência quanto à Autorização de Cessão ou à Solicitação de Trava de Domicílio Bancário pela Petrobras;

- (ii) os Direitos Creditórios Fornecedor a serem adquiridos pelo Fundo devem ser emitidos unicamente por um Fornecedor e devem ser consubstanciados em Cédula de Crédito Bancária - CCB, emitida em favor de uma instituição financeira, a qual cederá a referida CCB integralmente ao Fundo;
- (iii) as CCBs representativas dos Direitos Creditórios Fornecedor devem estar livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (iv) o Fornecedor deve ser titular de direitos creditórios devidos pela Petrobras que sejam decorrentes de um Contrato;
- (v) o pagamento, pela Petrobras, dos Direitos Creditórios Fornecedor podem, a critério do GESTOR, ser utilizados para amortizar o valor global das CCBs, e a Petrobras deve passar a efetuar esses pagamentos em conta corrente de arrecadação do FUNDO ou, se for o caso, na Conta Vinculada detida por tal Fornecedor junto ao CUSTODIANTE, de acordo com a Autorização de Cessão ou a Solicitação de Trava de Domicílio Bancário, sendo o montante depositado em favor do Fornecedor automaticamente transferido ao Fundo para amortizar a dívida entre o Fornecedor e o Fundo, nos termos previstos na CCB;
- (vi) se for o caso, o Fornecedor deverá outorgar procuração ao GESTOR dando poderes irrevogáveis e irretratáveis para que esse possa acessar e movimentar a Conta Vinculada especificada no item (v) acima, de forma a garantir o recebimento dos Direitos Creditórios Fornecedor, incluindo poderes para transferência de recursos de titularidade do Fornecedor, depositados na referida Conta Vinculada, para a conta corrente de titularidade do Fundo;
- (vii) o Fornecedor deve providenciar o protocolo da Autorização de Cessão ou da Solicitação da Trava de Domicílio Bancário perante a Petrobras. A CCB deve estabelecer expressamente que a falta do protocolo da Autorização de Cessão ou da Solicitação de Trava de Domicílio Bancário, dentro de um prazo de em até 10 dias a contar da aquisição da CCB pelo Fundo, acarretará no vencimento antecipado da CCB e a execução de suas garantias;
- (viii) o Fornecedor deve possuir relacionamento comercial com a Petrobras comprovado através de cópia do CRCC;
- (ix) o Fornecedor deve ser titular de direitos creditórios devidos pela Petrobras, em valor equivalente a, no mínimo, 200% (duzentos por cento) do valor dos Direitos Creditórios Fornecedor a serem adquiridos pelo Fundo, e o Fornecedor deverá declarar que o respectivo Contrato não apresenta, no momento da cessão, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras;
- (x) os aspectos técnicos sejam atendidos, de acordo com os Critérios de Elegibilidade contidos no Regulamento;
- (xi) o Fornecedor deverá fornecer evidência de avaliação de seu desempenho por meio da entrega do BAD e/ou do COD com nota superior a 70 (setenta), conforme previsto no Regulamento, referente a pelo menos 1 (um) Contrato em vigor com a Petrobras do qual o Fornecedor seja parte, ou, caso o

Fornecedor não possua Contrato em vigor, referente a Contrato que tenha expirado a no máximo 1 (um) ano a contar da data de aquisição dos Direitos Creditórios Fornecedor;

- (xii) Caso o Fornecedor obtenha a anuência da Petrobras em relação à Autorização de Cessão ou à Solicitação de Trava de Domicílio Bancário correspondente a Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o montante devido pelo Fornecedor ao Fundo nos termos da CCB deverá ser quitado mediante a dação em pagamento ao Fundo dos Direitos Creditórios objeto do respectivo Contrato de Cessão;
- (xiii) o Fundo deve passar a ser titular e beneficiário de eventuais garantias vinculadas às CCBs e aos Direitos Creditórios, se existentes; e
- (xiv) a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de cada um dos Direitos Creditórios Fornecedor deve ser efetuadas em taxa igual ou superior à 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI, a qual será calculada, no momento da cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo do respectivo Direito Creditório Fornecedor.

Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução CVM 356, as características inerentes aos Direitos Creditórios Petrobras e aos Direitos Creditórios Fornecedor a serem adquiridos pelo Fundo estão descritas no Anexo III ao Regulamento. Tais características não consubstanciam Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios, podendo alterar-se mediante aprovação pela Assembleia Geral. Adicionalmente, considerando o previsto nas alíneas (ii), (v) e (xii) acima, ressalta-se, para fins da Oferta, que não deverá haver alteração no Patrimônio Líquido do Fundo (a) caso o GESTOR não amortize uma CCB com o pagamento de Direitos Creditórios pela Petrobras, uma vez que tal CCB continuará válida e deverá ser devidamente quitada na respectiva data de vencimento, e (b) caso sejam dados em pagamento Direitos Creditórios para a quitação de uma CCB, na medida em que tal dação em pagamento busca proporcionar um mecanismo que resulte na troca do crédito representado pela CCB por Direitos Creditórios Petrobras, sem a necessidade de liquidação financeira, evitando-se assim um custo adicional para a operação.

Além de verificar as Condições de Cessão a cada cessão, o GESTOR assegurará que os Direitos Creditórios atendam, também, aos Critérios de Elegibilidade a serem validados pelo CUSTODIANTE nos termos do item 2.5 abaixo.

Uma vez selecionados os Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir, a cessão dos Direitos Creditórios, incluindo todos os seus acessórios e garantias, será formalizada através da celebração de Contrato de Cessão e de Termos de Cessão entre o Fornecedor e o Fundo ou, no caso de Direitos Creditórios Fornecedor, através da aquisição da respectiva CCB pelo Fundo.

Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de observar quaisquer dos critérios de elegibilidade abaixo ou das condições de cessão acima descritas após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra o ADMINISTRADOR, o CUSTODIANTE ou o GESTOR, salvo na existência de comprovada má-fé ou dolo destes.

A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fornecedor ou qualquer modalidade de coobrigação, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios Fornecedor deverá ser garantida por aval dos Fornecedores e de seus respectivos

sócios, ou alternativa ou adicionalmente por coobrigação de empresa coligada ou pertencente ao mesmo grupo econômico do Fornecedor.

Não obstante o disposto no item acima, observadas as regras aplicáveis aos Contratos de Cessão, especialmente em função de pagamento antecipado ou renegociação das condições de um Direito Creditório ou descumprimento de qualquer das Condições de Cessão ou dos Critérios de Elegibilidade, poderá haver a recompra ou substituição dos Direitos Creditórios pelo Fornecedor ou por terceiros, a critério do GESTOR, caso estes deixem de estar enquadrados nas Condições de Cessão ou estejam inadimplidos. No caso de cessão, recompra ou substituição dos Direitos Creditórios, nos termos deste parágrafo, o GESTOR envidará seus melhores esforços para realizar a transação no preço mais benéfico ao Fundo dentre os disponíveis ao GESTOR.

Qualquer decisão em Assembleia Geral que delibere sobre alteração, inclusão ou exclusão dos Critérios de Elegibilidade deverá ser comunicada, em até 5 (cinco) Dias Úteis, ao CUSTODIANTE e ao GESTOR. Caso, por qualquer motivo, o CUSTODIANTE não concorde com tais alterações em relação aos Critérios de Elegibilidade, deverá requerer o término do Contrato de Custódia, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a referida alteração do Regulamento.

Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o CUSTODIANTE deverá ser substituído no prazo de até 90 (noventa) dias da referida data. Nesta hipótese, o CUSTODIANTE não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de custódia ao Fundo ou da substituição do CUSTODIANTE.

Caso o CUSTODIANTE não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado acima, serão consideradas aceitas tacitamente pelo CUSTODIANTE as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.

2.5. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Adicionalmente e cumulativamente às Condições de Cessão, os Direitos Creditórios Petrobras deverão atender aos Critérios de Elegibilidade que serão validados pelo CUSTODIANTE nos termos deste item no momento de cada aquisição ou cessão ao Fundo, quais sejam:

- (i) os Direitos Creditórios Petrobras não poderão ter data de vencimento superior (a) a 36 (trinta e seis) meses contados da sua data de aquisição pelo Fundo; e (b) ao maior prazo de vencimento de série de Cotas Seniores em circulação, nem data de vencimento inferior a 7 (sete) dias contados da respectiva aquisição; e
- (ii) não poderão ser adquiridos Direitos Creditórios Petrobras com vencimento no período que anteceder a (a) 6 (seis) meses do prazo de encerramento da Série em circulação com maior prazo de vencimento, em caso de Direitos Creditórios Petrobras a Performar; e (b) 3 (três) meses do prazo de encerramento da Série em circulação com maior prazo de vencimento, em caso de Direitos Creditórios Performados.

A aquisição de Direitos Creditórios Petrobras pelo Fundo observará, adicionalmente, o disposto abaixo:

- (i) computada *pro forma* a aquisição de novos Direitos Creditórios Petrobras pelo Fundo, o total de Direitos Creditórios Petrobras de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder 7% (sete por cento) do valor do Capital Subscrito, ressalvado o disposto nos subitens seguintes; e
- (ii) computada *pro forma* a aquisição de Direitos Creditórios Petrobras pelo Fundo, a carteira do Fundo deverá respeitar os seguintes limites de concentração por Fornecedor, por tipo de Direito Creditório:

(a) Direitos Creditórios Petrobras a Performar:

Maiores Fornecedores em ordem decrescente (% dos Direitos Creditórios cedidos em relação ao Capital Subscrito)	% máximo sobre o capital subscrito
1 (maior Fornecedor)	7%
2	7%
3	6%
4	6%
5	6%
6	6%
7	6%
8	5%
9	5%
10	5%
11	5%
12	5%
13	5%
14	3%
15	3%
16	3%
17	3%
18	3%
19	3%
20	3%
21	3%
22	2%

(b) Direitos Creditórios Petrobras Performados: por Fornecedor, 3,5% (três e meio por cento) do Capital Subscrito.

Para efeito do disposto nos itens (i) e (ii) acima, após o término do período de integralização de Cotas conforme previsto no Suplemento, a base de cálculo dos limites de concentração previstos passará a ser o PL.

Adicionalmente e cumulativamente às Condições de Cessão, os Direitos Creditórios Fornecedor deverão atender aos Critérios de Elegibilidade que serão validados pelo CUSTODIANTE nos termos deste item no momento de cada

aquisição ou cessão ao Fundo, quais sejam:

- (i) os Direitos Creditórios Fornecedor não poderão estar vencidos ou com parcelas não pagas na data de sua cessão para o Fundo;
- (ii) os Direitos Creditórios Fornecedor não poderão ter data de vencimento superior (a) a 60 (sessenta) dias contados da sua data de aquisição pelo Fundo; e (b) ao maior prazo de vencimento de série de Cotas Seniores em circulação; e
- (iii) o valor total a ser desembolsado pelo Fundo para aquisição de Direitos Creditórios Fornecedor é limitado a, no máximo, 10% (dez por cento) do Capital Subscrito e, no que se refere individualmente a cada Fornecedor, é limitado a 2% (dois por cento) do Capital Subscrito.

Para efeito do disposto no item (iii) acima, após o término do período de integralização de Cotas conforme previsto no Suplemento, a base de cálculo dos limites de concentração previstos passará a ser o PL.

A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, computada pro forma e considerando Direitos Creditórios Petrobras (Performados e a Performar) e Direitos Creditórios Fornecedor, deverá respeitar, adicionalmente, o limite de concentração máximo por setor de mercado de 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Subscrito, de forma que Direitos Creditórios de um único setor de mercado, considerando-se cada Contrato entre um Fornecedor e a Petrobras, não poderão representar percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Subscrito. Para fins do disposto acima, consideram-se setores de mercado aqueles indicados no Anexo V ao Regulamento, e a verificação do limite de concentração por setor de mercado ocorrerá exclusivamente com base na declaração de cada Fornecedor constante de cada Termo de Cessão que este vier a assinar com o Fundo, o qual será disponibilizado ao CUSTODIANTE.

2.6. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR E DO CUSTODIANTE, E OUTROS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

2.6.1. Administração do Fundo

As atividades de administração do Fundo serão exercidas pelo ADMINISTRADOR.

Incluem-se entre as obrigações do ADMINISTRADOR:

- (i) celebrar os Documentos do Fundo por conta e ordem do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, a Agência Classificadora de Risco e o Auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do ADMINISTRADOR;
- (ii) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;
- (iii) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites previstos no Regulamento e na legislação aplicável, bem como da Relação Mínima e da Reserva de Pagamentos;

- (iv) monitorar, no âmbito de cada Contrato ou Termo de Cessão, as declarações prestadas pelo GESTOR quanto ao cumprimento das Condições de Cessão referidas no Regulamento;
- (v) monitorar, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao CUSTODIANTE;
- (vi) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - (a) substituição do Auditor, do GESTOR ou do CUSTODIANTE;
 - (b) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e
 - (c) celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo;
- (vii) entregar e/ou manter a disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pelo próprio ADMINISTRADOR, pelo CUSTODIANTE e demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos do Fundo;
- (viii) registrar o documento de constituição do Fundo e o Regulamento e seus anexos, bem como eventuais alterações e futuras versões do Regulamento e de seus anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade onde estiver sediada;
- (ix) providenciar que os Cotistas assinem o termo de adesão ao Regulamento na mesma data de subscrição de Cotas;
- (x) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou pelo Regulamento, na forma por eles prevista;
- (xi) divulgar aos Cotistas, na forma prevista no Regulamento, eventual rebaixamento da classificação de risco do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis do recebimento de tal informação;
- (xii) convocar a Assembleia Geral nos termos do Regulamento;
- (xiii) divulgar à Agência Classificadora de Risco, até o dia 5 (cinco) de cada mês calendário, a Relação Mínima e a Reserva de Pagamentos;
- (xiv) formalizar as cessões dos Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Regulamento e dos Termos de Cessão;
- (xv) autorizar a compra e a alienação de Direitos Creditórios ou Outros Ativos, inclusive no caso de recompra de Direitos Creditórios Inadimplidos por um Fornecedor ou de alienação de tais créditos quando o GESTOR concluir que foram esgotados todos os meios e procedimentos necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, e, ainda a critério do GESTOR, quando não seja possível celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer

garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos. O preço de alienação dos referidos ativos de titularidade do Fundo não poderá, exceto se aprovado pela Assembleia Geral, sob pena de responsabilização do ADMINISTRADOR por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao seu respectivo valor contábil, devidamente ajustado pelas regras do COSIF, devendo, ademais, refletir as condições de mercado na ocasião e o risco de crédito associado aos mesmos; e

- (xvi) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares, de bancos em que transitem recursos relacionados aos Direitos Creditórios, requerer o imediato direcionamento desse fluxo de recursos para outra conta de depósito, de titularidade do Fundo.

O ADMINISTRADOR outorgará ao GESTOR, nos termos do Contrato de Gestão e de procuração, plenos poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da carteira do Fundo, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que a integrem, inclusive o de participar e votar em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do Fundo, incluindo o de participar de assembleias de debenturistas, de acionistas, de credores em geral, assim como em qualquer reunião ou foros de discussão, representando o Fundo, com poderes para deliberar e votar sobre quaisquer assuntos relacionados aos ativos do Fundo, de acordo com os melhores interesses do Fundo.

O ADMINISTRADOR e o GESTOR deverão observar o disposto na Lei nº 9.613/1998, na Instrução SPC nº 26, de 1 de setembro de 2008, na Circular n.º 3.461/09 do BACEN e na Instrução CVM n.º 301/99 e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro”, ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613/1998, sendo certo que quaisquer penalidades eventualmente impostas aos Cotistas em decorrência da falta de cumprimento dessas regras por parte do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR serão por eles suportadas.

É vedado ao ADMINISTRADOR:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações praticadas pelo Fundo em mercados de derivativos;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo;
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste;
- (iv) vender Cotas do Fundo a prestação, sem prejuízo da integralização a prazo das Cotas subscritas;
- (v) vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de Cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- (vi) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento e na Instrução CVM 356;

- (vii) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356, bem como no Regulamento;
- (viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;
- (xi) obter ou conceder empréstimos/financiamentos; e
- (xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

As vedações acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do ADMINISTRADOR, das sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Excetuam-se do disposto acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil, integrantes da carteira do Fundo.

É vedado ao ADMINISTRADOR, em nome do Fundo, além do disposto no artigo 36 da Instrução CVM 356:

- (i) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Outros Ativos;
- (ii) aplicar recursos diretamente no exterior; e
- (iii) emitir qualquer classe ou série de Cotas em desacordo com o Regulamento.

2.6.2. Gestão da Carteira

Caberá ao GESTOR a prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, ficando a cargo do GESTOR a seleção e originação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos que integrarão a carteira do Fundo, de acordo com a política de investimento prevista no Regulamento, cabendo ao GESTOR, ainda:

- (i) identificar e analisar os Fornecedores aptos a cederem Direitos Creditórios ao Fundo, bem como analisar e avaliar os Direitos Creditórios e Outros Ativos que possam ser e que forem adquiridos pelo Fundo; e
- (ii) em caso de inadimplência de Direitos Creditórios, iniciar ou fazer com que se inicie, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios

Inadimplidos e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo a eventual recompra destes pelos respectivos Fornecedores, (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas.

Para o fiel cumprimento dos serviços ora pactuados, nos termos do art. 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, o GESTOR será constituído, nos termos do Contrato de Gestão, como procurador para, em nome do Fundo, celebrar todo e qualquer documento, acordo ou contrato relativo à gestão da carteira do Fundo e à cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos. Na celebração de tais documentos, o GESTOR deverá observar os interesses dos Cotistas, a legislação e regulamentação aplicável, o Regulamento e o Contrato de Gestão.

Não será de responsabilidade do GESTOR o exercício da administração do Fundo, que compete ao ADMINISTRADOR, único titular dos direitos e obrigações decorrentes de tal condição, conforme estabelecido no Regulamento e na regulamentação aplicável.

Aplicar-se-ão ao GESTOR, quando aplicáveis, as mesmas vedações aplicáveis ao ADMINISTRADOR.

2.6.3. Custódia, Controladoria e Escrituração

Serão prestados pelo CUSTODIANTE, nos termos do Contrato de Custódia, os seguintes serviços: (i) custódia, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356, (ii) controladoria dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos que compoñham a carteira do Fundo, e (iii) tesouraria, escrituração, emissão e resgate de Cotas do Fundo.

Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis e dos termos e condições dos Contratos de Cessão celebrados pelo Fundo, são deveres do CUSTODIANTE:

- (i) receber, no caso dos Direitos Creditórios Petrobras: (a) cópia do Contrato; (b) o Contrato de Cessão; (c) o Termo de Cessão; (d) a Autorização de Cessão ou a Solicitação de Trava de Domicílio Bancário, conforme estabelecido no Regulamento;
- (ii) receber, no caso dos Direitos Creditórios Fornecedor: (a) a CCB e seus anexos, incluindo as eventuais garantias; (b) a Solicitação de Trava de Domicílio Bancário ou a Autorização de Cessão; (c) o Contrato de Cessão;
- (iii) validar os Direitos Creditórios ofertados em relação aos Critérios de Elegibilidade definidos no item 2.5 acima;
- (iv) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos;
- (v) fazer a custódia e realizar o controle dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos;
- (vi) às suas expensas, diligenciar para que as cópias autenticadas dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios (e as vias originais, no caso das CCBs) sejam mantidas atualizadas e em perfeita ordem, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor, a Agência de Classificação de Risco, o GESTOR e órgãos reguladores;

- (vii) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou outra renda relativa aos títulos custodiados em nome do Fundo, depositando os valores recebidos na conta corrente do Fundo;
- (viii) preparar o relatório mensal dos índices de inadimplência dos Direitos Creditórios, indicando a classificação dos devedores e as respectivas provisões nos termos da Resolução CMN 2.682, bem como das recompras e alienações de Direitos Creditórios, se houver, e das taxas de desconto praticadas pelo Fundo nas respectivas cessões de Direitos Creditórios e nas CCBs; e
- (ix) efetuar em até 24 horas, se for o caso, a conciliação dos valores depositados pela Petrobras na conta corrente de arrecadação do FUNDO especificada na Autorização de Cessão ou, se for o caso, na Conta Vinculada especificada na Solicitação de Trava de Domicílio Bancário, mantidas junto ao CUSTODIANTE, transferindo ao Fundo e aos Fornecedores os respectivos valores que lhes são devidos nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e das CCBs.

Tendo em vista a quantidade e natureza dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a estratégia de investimento do Fundo, o CUSTODIANTE realizará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios (ou seja, dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios), da seguinte forma:

- (a) mediante a verificação trimestral dos 8 (oito) maiores Direitos Creditórios detidos pelo Fundo, assim considerados aqueles que tiverem maior representatividade em relação ao PL no período; e
- (b) trimestralmente, por amostragem, nos termos descritos abaixo.

O CUSTODIANTE comunicará o resultado da verificação prevista acima ao ADMINISTRADOR, ao GESTOR, ao Auditor e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente do disposto acima, o ADMINISTRADOR, o CUSTODIANTE, ou terceiro em seu nome, poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento do Fornecedor, auditoria nos estabelecimentos em que os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios sejam mantidos, de forma a verificar a sua existência e manutenção.

A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo CUSTODIANTE ou por terceiro por ele contratado, que deverá observar os seguintes parâmetros:

- (a) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade n.º 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
- (b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (software ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:

- (i) Grau de Confiança: 95%;
- (ii) Limite de Erro Tolerável: 5%.

Onde:

Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra.

- (c) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

A análise dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios será feita nos seguintes itens:

1. Número do Contrato ou do título representativo do Direito Creditório, bem como de suas garantias e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão ou na CCB;
2. Nota BAD e/ou COD do Fornecedor;
3. Existência de relacionamento entre o Fornecedor e a Petrobras, comprovado através de cópia do CRCC;
4. Número do CNPJ do Fornecedor e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão ou na CCB;
5. Nome do Fornecedor e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão ou na CCB;
6. Dia de Vencimento do Direito Creditório ou da CCB e sua correlação com os números informados no Contrato, no Contrato de Cessão ou na CCB;
7. Número de parcelas do Direito Creditório cedidas ao Fundo e sua correlação com os números informados no Contrato, no Contrato de Cessão ou na CCB;
8. O valor total cedido ao Fundo e sua correlação com os números informados no Contrato, no Contrato de Cessão ou na CCB;
9. Assinatura dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios;
10. Assinatura de 2 testemunhas identificadas com Nome e CPF no Contrato, no Contrato de Cessão ou na CCB e nas suas eventuais garantias;
11. Local e data estão preenchidos nos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e nas eventuais garantias, e
12. Registro em cartório dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios e das eventuais garantias.

Desde que previamente aprovado pela Assembleia Geral, o CUSTODIANTE poderá ser substituído.

A contratação de novo CUSTODIANTE estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série pela Agência Classificadora de Risco.

Na hipótese de os Cotistas reunidos em Assembleia Geral não aprovarem a substituição do CUSTODIANTE, os mesmos poderão deliberar pela liquidação do Fundo, nos termos do Regulamento.

Aplica-se o disposto no item 2.8 abaixo, no que couber, aos procedimentos de substituição do CUSTODIANTE.

O CUSTODIANTE poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções que lhe são atribuídas nos termos do Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, o ADMINISTRADOR deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a substituição do CUSTODIANTE, que deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da convocação da Assembleia Geral que escolherá seu substituto ou até que a instituição escolhida assuma a função, o que ocorrer primeiro.

A guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios originais, no caso dos Direitos Creditórios Petrobras, caberá ao respectivo Fornecedor, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Cessão, devendo o CUSTODIANTE manter cópias de tais documentos, quando exigido pelo Regulamento, sem prejuízo da manutenção adicional de cópias eletrônicas. A guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios originais, no caso dos Direitos Creditórios Fornecedor (ou seja, as CCBs e documentos assessórios), caberá ao CUSTODIANTE.

A escrituração das Cotas do Fundo será efetuada pelo CUSTODIANTE.

2.6.4. Agência Classificadora de Risco

O Fundo contratou a Standard & Poor's Rating Services, agência classificadora de risco especializada para ser responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série. A Agência Classificadora de Risco realizará, trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série.

A Agência Classificadora de Risco poderá ser substituída a qualquer tempo pelo ADMINISTRADOR. O Fundo poderá contratar outras agências classificadoras de risco, se for o caso, as quais serão incluídas no conceito de Agência Classificadora de Risco.

2.6.5. Auditores Independentes

O Fundo contratou a ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S como responsáveis pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, assim como pela análise da situação do Fundo e do ADMINISTRADOR. Os Auditores Independentes poderão ser substituídos a qualquer tempo pelo ADMINISTRADOR.

2.7. REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR E DO CUSTODIANTE

Serão devidos ao ADMINISTRADOR, ao GESTOR e ao CUSTODIANTE, a título de honorários pelo desempenho de suas respectivas atribuições de administração e gestão do Fundo, Taxa de Administração correspondente a 1,00% (um por cento) ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente, a partir da Data da Integralização Inicial de Cotas do Fundo.

A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 2.20 abaixo, a serem debitadas do Fundo pelo ADMINISTRADOR.

A Taxa de Administração será dividida entre o ADMINISTRADOR, GESTOR e CUSTODIANTE de acordo com a seguinte fórmula:

$$TA_T = TA_A + TA_G + TA_{EC}$$

Onde:

TA_T = montante total da Taxa de Administração, correspondente a 1,00% (um por cento) ao ano apurado sobre o PL do Fundo;

TA_A = remuneração da ADMINISTRADORA, qual seja, 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano apurado sobre o PL do Fundo;

TA_G = remuneração do GESTOR, qual seja, 0,64% (sessenta e quatro centésimos por cento) ao ano apurado sobre o PL do Fundo, eventualmente ajustado para garantir a remuneração mensal mínima do CUSTODIANTE abaixo mencionada. Caso o PL supere R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), a remuneração do GESTOR será de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano apurado sobre o PL do Fundo; e

TA_{EC} = remuneração do CUSTODIANTE para serviços de custódia, escrituração e controladoria do Fundo, qual seja, 0,16% (dezesseis centésimos por cento) ao ano apurado sobre o PL do Fundo, observado um mínimo mensal de R\$12.000,00 (doze mil reais). Caso o PL do Fundo supere R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), a remuneração do CUSTODIANTE será de 0,13% (treze centésimos por cento) ao ano apurado sobre o PL do FUNDO.

O ADMINISTRADOR pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

Além de parcela da Taxa de Administração, o Fundo remunerará o GESTOR mediante Taxa de Performance. A Taxa de Performance corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor que exceder a distribuição de rendimentos a todas as Cotas do Fundo, conforme descrito no item 2.12 abaixo. A Taxa de Performance será provisionada diariamente e paga semestralmente ao GESTOR no dia 5 (cinco) do mês subsequente ao encerramento de cada semestre do exercício social do Fundo.

Ressalvadas a Taxa de Administração e a Taxa de Performance, essa última a ser paga ao GESTOR, não serão cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso e/ou saída.

2.8. SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR

O ADMINISTRADOR, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou por correio eletrônico com confirmação de recebimento encaminhado para todos os Cotistas do Fundo, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM 356 e do Regulamento.

Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, o ADMINISTRADOR obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela substituição do ADMINISTRADOR, a Assembleia Geral deverá escolher novo administrador, capaz de assumir com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações do ADMINISTRADOR, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral da substituição do ADMINISTRADOR, o mesmo deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 90 (noventa) dias; ou (ii) até que seja contratado outro administrador.

A remuneração do administrador substituto não poderá ser superior ao valor corrente da Taxa de Administração atribuída ao ADMINISTRADOR.

O ADMINISTRADOR deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da realização da respectiva Assembleia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem problema de continuidade, os deveres e obrigações do ADMINISTRADOR, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-lo.

A contratação de novo administrador estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série pela Agência Classificadora de Risco.

Nas hipóteses de substituição do ADMINISTRADOR e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio ADMINISTRADOR.

As regras da presente seção se aplicam à substituição do GESTOR, no que couber, sendo que a renúncia e a substituição do ADMINISTRADOR não acarreta, necessariamente, em obrigação de renúncia ou substituição do GESTOR, o qual poderá permanecer nessa função, salvo se manifestar sua renúncia ou seja substituído.

2.9. DISTRIBUIÇÃO

A distribuição de Cotas será liderada e realizada, em regime de melhores esforços, pelo ADMINISTRADOR, a qual poderá contratar terceiros devidamente habilitados para distribuir Cotas.

2.10. CARACTERÍSTICAS DAS COTAS

As Cotas correspondem a frações ideais do PL e somente serão resgatadas em virtude da liquidação do Fundo, do término do prazo da respectiva Série, ou ainda por decisão da Assembleia Geral.

As Cotas serão divididas em Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas. As Cotas terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

As Cotas Seniores da 1ª Série são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, e têm como Benchmark de rentabilidade, no médio e longo prazo, a obtenção de retorno equivalente a até 125% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores da 1ª Série.

As Cotas Subordinadas Mezanino são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas Mezanino após a amortização e o resgate das Cotas Seniores.

As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, e que suportarão primeiramente as provisões para perdas decorrentes de inadimplementos relacionados aos Direitos Creditórios Fornecedor, até o limite equivalente a somatória do valor total das mesmas. Somente ocorrerá a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas após a amortização e o resgate das Cotas Seniores, exceto se em conformidade com o item 16.5 do Regulamento.

As Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas não terão meta de rentabilidade (benchmark) e não haverá esforço de colocação das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas junto ao público em geral, tendo em vista que (i) a totalidade das Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo, a ser emitida em lote único e indivisível, será subscrita e integralizada única e exclusivamente pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e/ou fundos de investimento, sociedades coligadas, controladas e/ou sob controle comum; e (ii) a totalidade das Cotas Subordinadas do Fundo, a ser emitida em lote único e indivisível, será subscrita e integralizada única e exclusivamente pelo GESTOR e/ou por sociedades coligadas, controladas e/ou sob controle comum, assim como por seus sócios, empregados ou veículos de investimento exclusivos, incluindo fundos de investimentos geridos pelo GESTOR, cujos recursos sejam provenientes do GESTOR, de empresas pertencentes ao grupo econômico do GESTOR, de seus sócios e/ou empregados.

As Cotas Seniores da 1ª Série serão objeto de oferta pública nos termos da Instrução CVM 400, que têm como público alvo Investidores Qualificados.

Serão emitidas até 300.000 (trezentas mil) cotas, sendo até (i) 237.000 (duzentas e trinta e sete mil) Cotas Seniores da 1ª Série; (ii) até 30.000 (trinta mil) Cotas Subordinadas Mezanino; e (iii) até 33.000 (trinta e três mil) Cotas Subordinadas. O valor inicial das Cotas Seniores da 1ª Série será R\$ 1.000,00. Fica a critério do ADMINISTRADOR a quantidade de Cotas a ser emitida, desde que (i) seja observada a proporção mínima conjunta de 21% (vinte e um por cento) de Cotas Subordinadas e de Cotas Subordinadas Mezanino sobre o total de Cotas emitidas, observado o disposto abaixo; e (ii) seja mantida a classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série em circulação.

A Relação Mínima admitida é de 126,582% (cento e vinte e seis vírgula quinhentos e oitenta e dois por cento), sendo que a diferença do PL do Fundo não representada por Cotas Seniores da 1ª Série é representada por Cotas Subordinadas e Cotas Subordinadas Mezanino. A composição deverá ser de, no mínimo, 11% (onze por cento) do PL de Cotas Subordinadas e de, no mínimo, 10% (dez por cento) do PL de Cotas Subordinadas Mezanino. Essa relação, incluindo a Relação Mínima, deve ser apurada pelo CUSTODIANTE todo Dia Útil, e em caso de desenquadramento, o CUSTODIANTE reportará ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR.

Caso se verifique que a Relação Mínima encontra-se inferior a 126,582% (cento e vinte e seis vírgula quinhentos e oitenta e dois por cento), o ADMINISTRADOR deverá, imediatamente, providenciar o reenquadramento do Fundo, mediante comunicação ao GESTOR, para que este informe se, a seu critério, (i) o ADMINISTRADOR deverá preceder à amortização de Cotas Seniores da 1ª Série, desde que o Fundo tenha liquidez suficiente para realizar tal amortização e que a capacidade do Fundo em cumprir com suas obrigações não seja materialmente afetada, ou se (ii) haverá subscrição adicional de Cotas Subordinadas em número suficiente para recompor a Relação Mínima, caso não seja possível ou suficiente a amortização das Cotas Seniores da 1ª Série. A amortização de Cotas Seniores da 1ª Série para fins de recomposição da Relação Mínima prevista acima será efetuada independentemente da realização de Assembleia Geral.

O ADMINISTRADOR deverá observar a Relação Mínima. Não obstante o disposto acima, durante o período de integralização das Cotas Seniores da 1ª Série, a Relação Mínima não será observada.

O prazo máximo para a subscrição das Cotas do Fundo é de até 06 (seis) meses contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição de Cotas (o “Período de Distribuição”).

Caso não seja subscrito o mínimo de 150.000 (cento e cinquenta mil) Cotas Seniores da 1ª Série, a emissão poderá ser cancelada, ficando o ADMINISTRADOR, responsável pelo recebimento dos valores integralizados pelos Cotistas, obrigado a ratear entre os subscritores que tiverem integralizado suas cotas, na proporção das cotas subscritas e integralizadas, os recursos financeiros captados pelo Fundo e os rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações em fundos de renda fixa realizadas no período. Dessa forma, não serão restituídos aos Cotistas os recursos despendidos com o pagamento de tributos incidentes sobre aplicações financeiras, tais como IOF e outros, os quais serão arcados pelos Cotistas na proporção dos valores por eles subscritos e integralizados.

Atingido o patamar mínimo de distribuição de 150.000 (cento e cinquenta mil) Cotas Seniores da 1ª Série, o ADMINISTRADOR poderá (i) decidir por cancelar o saldo não colocado ao final do Período de Distribuição, independentemente de aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas, ou (ii) requerer perante a CVM a prorrogação do prazo por até 180 (cento e oitenta) dias, observado que o pedido deverá:

- I - ser realizado com relativa antecedência ao final do Período de Distribuição; e
- II - ser justificado de forma fundamentada, em que se assegure a ausência de prejuízos para os subscritores das Cotas até o momento do pedido.

A integralização de Cotas Seniores da 1ª Série deverá ocorrer após a integralização da totalidade das Cotas Subordinadas e das Cotas Subordinadas Mezanino, mediante chamadas de capital a serem realizadas pelo GESTOR e/ou pelo ADMINISTRADOR, observado o disposto abaixo e conforme previsto no respectivo boletim de subscrição de Cotas e Compromisso de Investimento:

O GESTOR e/ou o ADMINISTRADOR, a seu exclusivo critério, solicitará a integralização de Cotas mediante envio de comunicação de chamada de capital a todos os Cotistas afetados com pelo menos 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, desde que (i) seja observado o prazo limite para integralização de 360 (trezentos e sessenta) dias da data da chamada inicial de capital para integralização das Cotas Subordinadas, e (ii) cada chamada de capital para integralização de Cotas Seniores da 1ª Série tenha valor, de forma agregada, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com exceção da última chamada de capital, que terá valor igual ao saldo remanescente a ser integralizado.

O preço de integralização das Cotas Seniores da 1ª Série corresponderá (i) na data da primeira integralização de Cotas Seniores, ao Preço de Emissão das Cotas Seniores; e (ii) após a primeira integralização de Cotas Seniores, ao valor de fechamento da Cota Sênior no dia da efetiva disponibilidade dos recursos pelo investidor ao ADMINISTRADOR, em sua sede ou dependências, observando o boletim de subscrição de Cotas. A primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª Série somente ocorrerá após o início da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.

As chamadas de integralização serão realizadas de forma distinta da estabelecida na Relação Mínima, ou seja, os Cotistas Subordinados serão chamados a integralizar a totalidade das Cotas Subordinadas antecipadamente, seguidos pelos Cotistas Subordinados Mezanino, devendo a Relação Mínima ser obtida apenas após o término do período de integralização, conforme o cronograma acima.

O GESTOR e/ou o ADMINISTRADOR enviará comunicação a todos os Cotistas informando sobre a(s) chamada(s) de capital para integralização das Cotas Subordinadas e das Cotas Subordinadas Mezanino, chamadas estas que deverão ser realizadas com pelo menos 10 (dez) Dias Úteis de antecedência.

O valor mínimo de subscrição de Cotas no período de distribuição é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não havendo limite máximo de subscrição por investidor. É admitida a subscrição de quantidade inferior à estipulada acima para a finalidade de concluir a colocação da totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série.

As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. As Cotas Seniores da 1ª Série serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, da CETIP, e para negociação no mercado secundário no Módulo de Fundos - SF, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas, a adesão do Cotista aos termos do Regulamento, por meio da assinatura do termo de adesão, fornecido pelo ADMINISTRADOR.

Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, devem ser deduzidas do valor entregue ao ADMINISTRADOR as taxas ou despesas convencionadas no Regulamento.

Se ocorrer o rebaixamento do rating das Cotas Seniores da 1ª Série, serão adotados os seguintes procedimentos, além daqueles descritos no item 21.2 do Regulamento:

- (i) comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico com confirmação de recebimento; e
- (ii) envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico com confirmação de recebimento contendo relatório da Agência Classificadora de Risco.

O descumprimento das obrigações assumidas pelos Cotistas nos termos do Compromisso de Investimento, ensejará aos Cotistas restrições de direito de voto, cobrança de multa, de continuidade como Cotista, entre outras penalidades previstas no Compromisso de Investimento.

Ao aplicar no Fundo, o Cotista:

- (i) receberá cópia do Regulamento e do Prospecto;
- (ii) assinará o Termo de Adesão ao Regulamento;
- (iii) declarará sua condição de investidor qualificado ou de fundo de investimento autorizado, nos termos da legislação vigente;
- (iv) assinará o boletim de subscrição de Cotas;
- (v) assinará Compromisso de Investimento, assumindo obrigação de integralizar as Cotas subscritas conforme previsto no Suplemento e boletim de subscrição de Cotas.

Do boletim de subscrição de Cotas constarão as seguintes informações:

- (i) nome e qualificação do subscritor;
- (ii) o valor do investimento ou o número e classe de Cotas subscritas;
- (iii) preço e condições para sua integralização; e
- (iv) declaração expressa de proceder à integralização das Cotas subscritas, nos termos do Suplemento e Compromisso de Investimento.

2.10.1. AMORTIZAÇÃO E RESGATE

As Cotas Seniores da 1ª Série serão amortizadas pelo Regime de Caixa, na forma prevista abaixo, e serão resgatadas pelo Fundo no fim do respectivo prazo de duração ou em virtude da liquidação do Fundo, de acordo com as condições previstas no Suplemento e observado o disposto no Regulamento.

Havendo mais de uma Série de Cotas Seniores emitidas e ainda não resgatadas, o pagamento das amortizações periódicas será feito de forma proporcional à participação de cada Série de Cotas Seniores no PL, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

A amortização de Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá mensalmente a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive), contados da Data Inicial de Integralização de Cotas Subordinadas, pelo Regime de Caixa, observado o disposto nas cláusulas 14 e 25 do Regulamento.

O pagamento das amortizações deverá ser feito no dia 5 (cinco) do mês subsequente. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que o ADMINISTRADOR está sediado, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

O resgate das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá até o 48º (quadragésimo oitavo) mês, contado da Data Inicial de Integralização de Cotas Subordinadas, no dia 30 (trinta). Se a data prevista para pagamento do resgate cair em dia não útil na praça em que o ADMINISTRADOR está sediado, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

Não obstante o disposto acima, a partir do 13º (décimo terceiro) mês (inclusive), contados da Data Inicial de Integralização de Cotas Subordinadas, o GESTOR poderá determinar a amortização extraordinária de Cotas Seniores da 1ª Série na hipótese do GESTOR encontrar dificuldade em originar Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade do Fundo. Para tanto, o Fundo deverá ter apresentado, nos 10 (dez) Dias Úteis anteriores, alocação em Direitos Creditórios inferior a 80% (oitenta por cento) do PL do Fundo, observado ainda o disposto nas cláusulas 14 e 25 do Regulamento.

As Cotas Subordinadas Mezanino e Subordinadas do Fundo terão seus valores amortizados nos mesmos termos previstos nos parágrafos acima em relação à amortização das Cotas Seniores da 1ª Série, observado ainda o disposto nos itens abaixo e na cláusula 16 do Regulamento, observadas as seguintes condições:

- (i) quaisquer pagamentos relativos às Cotas Subordinadas Mezanino e às Cotas Subordinadas deverão ser efetuados até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à última Data de Amortização;
- (ii) não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;
- (iii) considerada *pro forma* a amortização de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, as Cotas Subordinadas Mezanino permaneçam representando, no mínimo, 10% (dez por cento) do PL e as Cotas Subordinadas permaneçam representando, no mínimo, 11% (onze por cento) do PL; e
- (iv) considerada *pro forma* a amortização de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, todos os índices e parâmetros previstos no Regulamento, em especial os dispostos nas cláusulas 8 e 10, bem como a Reserva de Pagamentos, permaneçam enquadrados.

O GESTOR poderá determinar ao ADMINISTRADOR que as amortizações das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas sejam realizadas de forma a preservar a avaliação do risco das Cotas Seniores da 1ª Série. Neste sentido, poderá ser amortizado percentual inferior ao indicado pela Relação Mínima, podendo inclusive suspender as amortizações de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, a critério do GESTOR.

Caso, por quaisquer motivos, as Cotas Subordinadas Mezanino ou as Cotas Subordinadas representem, individualmente, percentual superior a 12% (doze por cento) do PL, e o somatório de ambas represente percentual igual ou superior a 24% (vinte e quatro por cento) do PL, o GESTOR, a seu critério, solicitará ao ADMINISTRADOR a amortização de Cotas Subordinadas até que a Relação Mínima volte a ser observada, inclusive quanto à proporção entre as Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas.

Durante o período de integralização das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas, os limites acima poderão não ser observados, a critério do GESTOR, não sendo aplicável o disposto no item acima. Não obstante, após o término da integralização de tais Cotas e em sendo tais limites atingidos, a amortização acima prevista deverá ser realizada, a critério do GESTOR.

O pagamento das amortizações das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas obedecerá ao disposto acima.

O resgate das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas ocorrerá até o 48º (quadragésimo oitavo) mês, contado da Data Inicial de Integralização de Cotas Subordinadas, no dia 30 (trinta). Se a data prevista para pagamento

do resgate cair em dia não útil na praça em que o ADMINISTRADOR está sediado, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

O ADMINISTRADOR efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN. Os recursos deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo CUSTODIANTE, nas respectivas datas de pagamento de amortização e/ou resgate. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista na cláusula 22 do Regulamento, em Direitos Creditórios.

Observada a distribuição dos rendimentos da carteira prevista na cláusula 16 do Regulamento, e desde que o PL permita e haja disponibilidades para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas condições para amortização e resgate de uma ou mais Séries específicas de Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral.

A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e procedimento de constituição de reserva para tanto, bem como a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do Fundo assim permitirem.

2.11. ORDEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS

A partir da Data de Integralização Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, o ADMINISTRADOR obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- (i) pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável, exceto a Taxa de Performance;
- (ii) formação da Reserva de Pagamentos;
- (iii) amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento;
- (iv) aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional;
- (v) amortização e/ou resgate de classes de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento e do Suplementos; e
- (vi) pagamento da Taxa de Performance, quando for o caso.

Exclusivamente na hipótese de liquidação, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- (i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;

- (ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento;
- (iii) na amortização de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento e do Suplemento; e
- (iv) eventual excedente será distribuído entre os Cotistas e o GESTOR na forma do item 21.6.3 do Regulamento.

2.12. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

Independentemente da classe, as Cotas serão valorizadas todo Dia Útil, conforme o critério de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira alocação dos rendimentos ocorrerá no primeiro Dia Útil seguinte à Data de Integralização Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

Todo Dia Útil, desde que o PL assim permita e após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Seniores da 1ª Série, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o Benchmark Sênior da 1ª Série incidente sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores da 1ª Série.

Atingido o Benchmark das Cotas Seniores da 1ª Série, os resultados excedentes do Fundo serão destinados à valorização proporcional das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas, até o limite de 100% (cem por cento) da Taxa DI, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas.

O eventual valor excedente após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Seniores da 1ª Série, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas e após o provisionamento da Taxa de Performance será atribuído proporcionalmente à participação das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas no PL do Fundo, com a apropriação dos resultados da carteira do Fundo.

Caso a valorização dos ativos integrantes da carteira do Fundo não seja suficiente para que seja atingido o valor da remuneração-alvo (Benchmark Sênior), ou a rentabilidade das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas não atinjam a valorização de até 100% da Taxa DI, o valor provisionado a título de Taxa de Performance e o valor provisionado nos termos do item 15.3 do Regulamento deverão ser incorporados ao valor das Cotas cuja remuneração-alvo não tenha sido atingida, obedecida a ordem de preferência entre as diferentes classes de Cotas e proporcionalmente a sua participação no PL, até que a remuneração-alvo das Cotas de todas as Séries e classes seja atingida ou até que se esgotem os tais valores provisionados.

A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre os Cotistas das diferentes classes existentes.

2.13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E DAS COTAS

Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia de apuração do seu valor de mercado, abaixo referida.

Os títulos, valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apreçamento de ativos do CUSTODIANTE, cuja cópia está anexa ao presente Prospecto como Anexo V.

Se houver, o valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas às despesas e encargos do Fundo e provisões para perdas decorrentes de inadimplência.

A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- (i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM 356;
- (ii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- (iii) o Fundo é destinado exclusivamente para Investidores Qualificados; e
- (iv) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordarão com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado.

São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- (i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- (ii) a existência de negociações com direitos creditórios que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo, em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

Entender-se-á por Patrimônio Líquido (PL) do Fundo o resultado da soma do disponível, com o valor da carteira, com os valores a receber, menos as exigibilidades.

Os Direitos Creditórios Fornecedor e os Direitos Creditórios Petrobras Performados que se tornarem Direitos Creditórios Inadimplidos terão suas perdas e provisões suportadas única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, aplicado o “efeito vagão”, conforme os procedimentos definidos no artigo 6º da Resolução CMN 2.682 e observado o disposto abaixo, sendo somente aplicados os percentuais de provisão depois de constatado o atraso no pagamento do respectivo direito creditório em cada dia corrido, de acordo com a tabela abaixo:

FAIXA	PERÍODO DE ATRASO	PERCENTUAL DE PROVISÃO
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	atraso superior a 180 dias	100%

Os Direitos Creditórios Petrobras a Performar que se tornarem Direitos Creditórios Inadimplidos obedecerão às mesmas regras de provisão e perdas estabelecidas para os demais Direitos Creditórios. No entanto, as provisões e perdas relativas aos Direitos Creditórios Petrobras a Performar deverão ser realizadas por Fornecedor (cedente), e não em relação ao sacado Petrobras, exceto quando os Direitos Creditórios Petrobras a Performar tenham se tornado Direitos Creditórios Petrobras Performados (mediante comprovação de performance do Fornecedor pela apresentação de Boletim de Medição e/ou Relatório de Medição neste sentido) e ainda assim haja o atraso ou inadimplemento pela Petrobras. Desta forma, as provisões e perdas de Direitos Creditórios Petrobras a Performar refletirão a não performance pelo Fornecedor ou o atraso ou inadimplência pela Petrobras.

O GESTOR será responsável pela realização do controle necessário para fins desta cláusula, devendo informar ao ADMINISTRADOR acerca do inadimplemento dos Direitos Creditórios Petrobras a Performar.

O ADMINISTRADOR deverá controlar as perdas e provisões dos Direitos Creditórios Inadimplidos de forma segregada de acordo com o tipo de cada Direito Creditório, ou seja, segregadas por Direito Creditório Petrobras Performado, Direito Creditório Petrobras a Performar e Direito Creditório Fornecedor.

O Fundo considerará como perda todos os Direitos Creditórios e Outros Ativos em atraso a partir do 181º (centésimo octogésimo primeiro) dia após o seu vencimento. Nestes casos, o CUSTODIANTE deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Caso os Direitos Creditórios Inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os referidos créditos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o ADMINISTRADOR deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso.

Em qualquer hipótese de liquidação do Fundo e resgate de Cotas mediante a entrega de Direitos Creditórios, para fins contábeis e de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, todos os Direitos Creditórios Inadimplidos terão os respectivos valores contábeis calculados com base no item 17.6 do Regulamento.

As Cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil a partir da Data de Integralização Inicial, para efeito de integralização ou resgate.

O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Seniores da 1ª Série, desde que o PL do Fundo o permita, buscará atingir o *Benchmark* das Cotas Seniores da 1ª Série. O valor unitário das Cotas Seniores da 1ª Série será o menor dos seguintes valores:

- (i) o resultado da divisão do PL pelo número de Cotas Seniores da 1ª Série em circulação na respectiva data de cálculo; ou
- (ii) o valor unitário das Cotas Seniores da 1ª Série no dia útil imediatamente anterior acrescido do *Benchmark Sênior* da 1ª Série *pro rata* no período.

O valor unitário das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do saldo do PL após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores em circulação pelo número de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas em circulação, na respectiva data de cálculo, observado o disposto abaixo em relação à absorção de provisão de perdas decorrentes do inadimplemento de Direitos Creditórios Fornecedor pelas Cotas Subordinadas.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios Fornecedor será inicialmente atribuído (i) aos valores provisionados para o pagamento da Taxa de Performance, (ii) às Cotas Subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas, e posteriormente (iii) às Cotas Subordinadas Mezanino, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedidos tais recursos, as Cotas Seniores serão afetadas.

2.14. ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- (b) alterar o Regulamento do Fundo, observado o disposto abaixo;
- (c) alterar o Regulamento do Fundo no que diz respeito as seguintes matérias:
 - i. Política de investimento;
 - ii. Critérios de Elegibilidade;
 - iii. Condições de Cessão;
 - iv. Direitos políticos atribuídos aos Cotistas;
 - v. Parâmetros de rentabilidade das Cotas e/ou critérios de distribuição dos rendimentos entre as Cotas;
 - vi. Taxas de Performance;
 - vii. Cronograma de amortização das Cotas; e
 - viii. Metodologia de avaliação dos ativos do Fundos e das Cotas de cada classe.
- (d) deliberar sobre a substituição do ADMINISTRADOR, do GESTOR e da Agência Classificadora de Risco;
- (e) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pelo ADMINISTRADOR, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

- (f) deliberar sobre incorporação, fusão e cisão do Fundo;
- (g) deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Cotas, conforme definido no Regulamento;
- (h) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos cotistas;
- (i) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- (j) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação do Fundo;
- (k) deliberar sobre a liquidação do Fundo e, se necessário, o pagamento aos Cotistas Seniores pelo resgate de suas Cotas em ativos; e
- (l) deliberar o pagamento dos resgates das Cotas em ativos, nos termos do estabelecido no item 22 do Regulamento.

O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente da Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas.

A Taxa de Administração a ser percebida pelo ADMINISTRADOR não poderá ser reduzida por determinação da Assembleia Geral sem o expresse consentimento do ADMINISTRADOR e do GESTOR.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas, sendo certo que somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;

II - não exercer cargo ou função no ADMINISTRADOR ou CUSTODIANTE, em seus respectivos controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo na Petrobras nem em nenhum Fornecedor que tenha cedido Direitos Creditórios ao Fundo.

A convocação da Assembleia Geral far-se-á mediante publicação no periódico do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou por correio eletrônico com confirmação de recebimento, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado da data da publicação no periódico do Fundo, do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico com confirmação de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral, será providenciado a publicação no periódico do Fundo, o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico com confirmação de recebimento aos Cotistas para a segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde o ADMINISTRADOR tiver sua sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, a publicação no periódico do Fundo, as cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede do ADMINISTRADOR. Não obstante o acima, os Cotistas poderão participar da Assembleia Geral por meio de teleconferência ou videoconferência.

Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Para efeito do disposto no item acima, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a publicação no periódico do Fundo, a carta ou correio eletrônico com confirmação de recebimento de primeira convocação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral pode reunir-se por convocação do ADMINISTRADOR ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações relativas às matérias previstas na alínea (a) do primeiro parágrafo acima, devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto.

As deliberações relativas às matérias previstas nas alíneas (b) e (e) do primeiro parágrafo acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas em circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

As deliberações relativas às matérias previstas nas alíneas (i) e (j) do primeiro parágrafo acima serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas Seniores em circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas Seniores dos presentes.

As deliberações sobre as matérias indicadas nas alíneas (c), (d), (e), (f), (g), (h), (k) e (l) do primeiro parágrafo acima dependerão de aprovação, em Assembleia Geral que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em circulação.

Não obstante o disposto nos itens imediatamente acima, os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas terão direito de veto em relação às deliberações sobre as matérias indicadas nas alíneas (c)(iv), (c)(v), (c)(vi), (c)(viii), (e), (g) e (h) do primeiro parágrafo acima.

Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Para tanto, deverão ser entregues pelos Cotistas, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início da Assembleia Geral e na sede do ADMINISTRADOR, os documentos comprobatórios que atestem a titularidade das Cotas em nome dos respectivos Cotistas, bem como os poderes de representação de seus representantes legais.

Não têm direito a voto na Assembleia Geral o ADMINISTRADOR e seus empregados, bem como Cotistas inadimplentes em relação às obrigações assumidas no Compromisso de Investimento.

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista por correio eletrônico com confirmação de recebimento, ou por anúncio publicado no periódico.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM, por meio do sistema CVMWeb de envio de documentos, dos seguintes documentos:

- (i) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral;
- (ii) cópia da ata da Assembleia Geral; e
- (iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, se for o caso, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

2.15. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

O ADMINISTRADOR deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente.

O ADMINISTRADOR deverá informar à CVM a Data Inicial de Integralização e a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

O ADMINISTRADOR, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando, após a confirmação do GESTOR, que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.

Além das informações previstas no caput, o ADMINISTRADOR deve providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série ou dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo. Para a elaboração do relatório trimestral, o ADMINISTRADOR deverá receber do CUSTODIANTE e do GESTOR todas as informações previstas no Artigo 8º, § 3º da Instrução CVM 356 e alterações posteriores.

Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos Cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

O ADMINISTRADOR deve divulgar, anualmente, além de manter disponíveis em sua sede e dependências e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo: (i) o valor do PL; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) a Relação Mínima; e (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem. O ADMINISTRADOR deverá,

ainda, divulgar, trimestralmente, além de manter disponíveis em sua sede e dependências e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo, o relatório da Agência Classificadora de Risco.

O ADMINISTRADOR é obrigado a divulgar, ampla e imediatamente, incluindo-se à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de modo a garantir a todos os Cotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

O ADMINISTRADOR deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, ou, se solicitado por cada Cotista, enviar relatório mensal, por carta ou correio eletrônico com confirmação de recebimento, que contenha informações sobre:

- (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

O ADMINISTRADOR deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, ou enviá-las em até 5 (cinco) Dias Úteis da solicitação, por carta ou correio eletrônico com confirmação de recebimento, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

O ADMINISTRADOR deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia após o encerramento do mês anterior, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- (i) saldo das aplicações;
- (ii) valor do PL;
- (iii) rentabilidade apurada no período;
- (iv) valor e quantidade das Cotas de cada classe;
- (v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- (vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- (vii) número de Cotistas.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pelo ADMINISTRADOR, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- (i) alteração do Regulamento;
- (ii) substituição do ADMINISTRADOR;
- (iii) incorporação;
- (iv) fusão;
- (v) cisão; e

- (vi) liquidação.

2.16. PUBLICAÇÕES

Todas as publicações mencionadas no Regulamento serão feitas no jornal Valor Econômico, edição nacional.

O ADMINISTRADOR deve fazer as publicações previstas no Regulamento sempre no mesmo periódico e qualquer mudança deve ser precedida de aviso aos Cotistas.

2.17. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Tendo em vista que o Fundo tem prazo indeterminado, o fundo poderá ser liquidado mediante deliberação de Cotistas em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim nos termos do item 2.15 acima ou nas hipóteses previstas no Regulamento e na legislação aplicável.

Será convocada Assembleia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação; ou (ii) a alteração do Regulamento ou dos Documentos do Fundo, bem como adoção das demais medidas entendidas necessárias pela Assembleia Geral, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação abaixo listados:

- (i) não restabelecimento da Relação Mínima no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da verificação do seu desenquadramento;
- (ii) rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- (iii) renúncia do ADMINISTRADOR;
- (iv) a inobservância pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, verificada pelo CUSTODIANTE ou pelo representante dos Cotistas, desde que, se notificada pelo representante dos Cotistas ou pelo CUSTODIANTE para sanar ou justificar o descumprimento, o ADMINISTRADOR e/ou o GESTOR, conforme o caso, não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (v) inobservância pelo CUSTODIANTE dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR ou pelos Cotistas para sanar ou justificar o descumprimento, o CUSTODIANTE não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com as Condições de Cessão e com os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- (vii) amortização de Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;

- (viii) resilição do Contrato de Custódia ou, se houver, do contrato de guarda dos documentos que amparam os Direitos Creditórios;
- (ix) caso o Fundo deixe de atender a Reserva de Pagamentos e não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos no Regulamento no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que se verificar o desenquadramento;
- (x) renúncia do CUSTODIANTE;
- (xi) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 100% (cem por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- (xii) constatação, pelo ADMINISTRADOR ou pelo CUSTODIANTE, de cessão de algum Direitos Creditórios onerado, gravado ou sem lastro;
- (xiii) caso o ADMINISTRADOR deixe de convocar Assembleia Geral na hipótese de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no presente item;
- (xiv) caso haja modificação relevante nos critérios de cadastramento de Fornecedores e de avaliação do seu desempenho pela Petrobras que se torne de conhecimento do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR;
- (xv) caso, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, não tenha ocorrido o re-enquadramento da Reserva de Pagamentos, conforme previsto no Regulamento;
- (xvi) caso o ADMINISTRADOR e/ou o GESTOR entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista no Regulamento;
- (xvii) sempre que o valor da provisão para devedores duvidosos mantidas pelo Fundo for superior a 10% (dez por cento) do PL do Fundo por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos; e
- (xviii) caso o Fundo, após 90 (noventa) dias da Data da Integralização Inicial de Cotas, não mantenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu PL aplicado em Direitos Creditórios.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação acima, o ADMINISTRADOR suspenderá imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e a amortização de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas.

Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, o ADMINISTRADOR deverá convocar nova Assembleia Geral para aprovar e implementar os procedimentos de liquidação do Fundo, de acordo com a presente cláusula.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento, são considerados Eventos de Liquidação:

- (i) decretação de falência ou recuperação judicial da Petrobras ou falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do CUSTODIANTE, ou ADMINISTRADOR ou GESTOR, sem a sua efetiva substituição nos termos do Regulamento;

- (ii) se durante 3 (três) meses consecutivos o PL médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (iii) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- (iv) caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC;
- (v) renúncia do ADMINISTRADOR ou do CUSTODIANTE sem a conseqüente assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos no Regulamento;
- (vi) sempre que o valor da provisão para devedores duvidosos mantidas pelo Fundo for superior a 20% (vinte por cento) do PL do Fundo por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos; ou
- (vii) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

Na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o ADMINISTRADOR deverá (i) informar o CUSTODIANTE por meio de correio eletrônico com aviso de recebimento para que interrompa imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios; (ii) notificar os Cotistas, (iii) suspender imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a amortização de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas; e (iv) dar início aos procedimentos de liquidação do Fundo descritos abaixo. O ADMINISTRADOR deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o PL assim permitir, o valor apurado conforme previsto no Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas, até atingir o benchmark desta classe de Cotas.

O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago proporcionalmente aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, até o respectivo limite de rentabilidade correspondente a estas classes de Cotas.

Sem prejuízo do disposto acima, caso o Fundo seja liquidado em virtude da ocorrência do evento previsto na alínea (xviii) do segundo parágrafo acima, o GESTOR se obriga a restituir ao titular das Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas a diferença positiva, quando houver, entre (a) o valor de subscrição das Cotas Subordinadas devidamente corrigido pela Taxa SELIC incidente desde a data da integralização das respectivas Cotas até o efetivo pagamento ao seu titular, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (b) o montante pago aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas na forma do item anterior.

O total do eventual excedente será distribuído da seguinte forma:

- (i) 80% (oitenta por cento) do valor excedente será dividido pelo número de Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas, e incorporado ao valor de cada uma dessas Cotas, independentemente da classe, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior; e
- (ii) os 20% (vinte por cento) restantes do valor excedente serão atribuído ao GESTOR a título de Taxa de Performance, exceto na hipótese de o GESTOR ter concorrido com culpa ou dolo para a liquidação do Fundo.

Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios, pelo valor apurado nos termos do Regulamento, desde que assim deliberado em Assembleia Geral convocada para este fim, observados os procedimentos descritos abaixo.

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil e criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio ADMINISTRADOR.

A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

Em caso de liquidação antecipada do Fundo, havendo mais de uma Série de Cotas Seniores em circulação, o efetivo recebimento dos recursos a que fazem jus os titulares de Cotas Seniores da 1ª Série poderá ocorrer em prazo maior que o originalmente previsto no Suplemento, tendo em vista que não há direito de preferência no recebimento de recursos entre Cotas Seniores de Séries distintas.

A liquidação do Fundo será executada pelo ADMINISTRADOR, observando as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral.

2.18. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

A dação em pagamento de Direitos Creditórios para resgate das Cotas deverá seguir os procedimentos previstos na presente cláusula. Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento ora previstos, o Fundo promoverá o resgate proporcional das classes de Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver.

Para fins do disposto nesta seção, os Direitos Creditórios conferidos aos titulares de Cotas Seniores em dação em pagamento e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da respectiva Assembleia Geral referida acima. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avenças assegurando (i) a contratação do CUSTODIANTE para agir como agente de recebimento dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios, de forma a preservar o sistema de pagamentos e evitar a necessidade de autorização da Petrobras para alteração do respectivo domicílio bancário dos Direitos Creditórios Fornecedor; e (ii) aos Cotistas que foram titulares das Cotas Seniores, o

direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos Cotistas que forem titulares de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas.

Antes da dação em pagamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo, o ADMINISTRADOR deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item anterior e ratificar a contratação do CUSTODIANTE como agente de recebimento acima prevista. Caso os Cotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O CUSTODIANTE fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará ao ADMINISTRADOR a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido acima, o ADMINISTRADOR e o CUSTODIANTE poderão promover o pagamento em consignação dos direitos creditórios de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil, condicionada a obtenção de autorização da Petrobras para a transferência dos Direitos Creditórios Petrobras, que será de responsabilidade do respectivo Cotista que o receber.

2.19. CUSTOS REFERENTES À DEFESA DO FUNDO

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de classe de Cotas específica, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das Cotas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas referidos nesta cláusula serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Cotas em circulação, não estando o ADMINISTRADOR, o GESTOR, o CUSTODIANTE e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos nesta cláusula.

A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos desta cláusula, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Cotas reunidos na Assembleia Geral prevista acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma desta cláusula, os Cotistas deverão definir na referida Assembleia Geral o cronograma de integralização e as características da respectiva classe de Cotas, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Cotas na proporção de seus respectivos créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo ADMINISTRADOR antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere esta cláusula e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de

prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

O ADMINISTRADOR, o GESTOR e o CUSTODIANTE, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Cotas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não apórem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao Fundo, nos termos desta cláusula, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

2.20. ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do ADMINISTRADOR;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) contribuição anual devida à bolsa de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que as Cotas do Fundo venham a ser negociadas;

j) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco; e

k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, como representante dos Cotistas.

Quaisquer outras não previstas como encargos do Fundo devem correr por conta do ADMINISTRADOR.

Independentemente de o GESTOR ser o responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o Fundo arcará com todas as despesas que porventura venham a ser incorridas com vistas à adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este inciso.

Por decisão da Assembleia Geral, o CUSTODIANTE poderá assumir ou contratar terceiros para realizar a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos em função: (i) da inércia ou da morosidade do GESTOR em efetivar os procedimentos de cobrança; ou (ii) da verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão de responsabilidade do Fundo.

2.21. RESERVA DE PAGAMENTOS

O ADMINISTRADOR deverá manter a Reserva de Pagamentos para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Integralização Inicial até a liquidação do Fundo, onde Outros Ativos deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo. A Reserva de Pagamentos destinar-se-á ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

O ADMINISTRADOR, por conta e ordem do Fundo, deverá alocar Outros Ativos na Reserva de Pagamentos, observando que, até o 30º (trigésimo) Dia Útil anterior à data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos alocados na Reserva de Pagamentos, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pelo ADMINISTRADOR para a referida despesa ou encargo.

Na hipótese de a Reserva de Pagamentos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item anterior, o ADMINISTRADOR, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e comunicar o CUSTODIANTE para que este destine todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Pagamento. O ADMINISTRADOR somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pelo ADMINISTRADOR para a referida despesa ou encargo.

2.22. POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

O GESTOR deste Fundo adota política de exercício de direito de voto ("Política de Voto") em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A Política de Voto orienta as decisões do GESTOR em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confiram aos seus titulares o direito de voto.

A versão integral da Política de Voto do GESTOR encontra-se disposta no Anexo VI deste Prospecto, bem como no website deste no endereço: www.pluralcapital.com.

2.23. TRIBUTAÇÃO

O disposto a seguir foi elaborado com base em razoável interpretação da legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável ao Fundo e aos Cotistas. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

2.21.1. Tributação Aplicável ao Fundo

(i) Tributação Aplicável aos Cotistas

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Cotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306/07. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.

Os valores aportados no Brasil por parte dos Cotistas residentes ou domiciliados no exterior estão sujeitos ao Imposto sobre Câmbio (IOF/Câmbio). Atualmente, a maioria das operações de câmbio está sujeitas à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 0,38%. Todavia, a liquidação das operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais estão sujeitas à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 6%. Vale ressaltar que o IOF/Câmbio incide à alíquota zero nas operações de câmbio para fins de retorno de recursos aplicados pelos Cotistas residentes ou domiciliados no exterior.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

(a) Para o Cotista pessoa física residente no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Cotas devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo¹:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

O GESTOR buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Cotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo²:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;
- os ganhos auferidos na alienação das Cotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(b) Para Cotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Cotas devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Cotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Cotas devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Cotas à alíquota de 15%.

O imposto de renda pago será considerado: (i) definitivo, no caso de Cotistas pessoas físicas, e (ii) antecipação do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica - IRPJ para os Cotistas pessoas jurídicas. Ademais, no caso de pessoa jurídica, o ganho será incluído na base de cálculo do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

Na hipótese de alienação de Cotas em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Cotista.

(iii) Para os Cotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Cotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a Cotistas registrados de acordo com a Resolução CMN 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida, para os quais as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Cotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Cotista estiver sujeito.

(ii) Tributação Aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social - PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Além disso, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

3. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

3.1. CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Protocolo do pedido de registro na CVM	Em 6 de dezembro de 2010.
Disponibilização do Prospecto nos sites do Distribuidor, do ADMINISTRADOR, da CVM, da CETIP	Em 6 de dezembro de 2010.
Início das apresentações para potenciais investidores	Em 17 de janeiro de 2011.
Início da Oferta	A Oferta terá início após (i) a concessão do registro pela CVM, (ii) a publicação do Anúncio de Início, a ser veiculado no jornal Valor Econômico, edição nacional, e (iii) a disponibilização deste Prospecto.
Prazo de Colocação	As Cotas deverão ser subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de publicação do anúncio de início. As Cotas Seniores da 1ª Série serão integralizadas conforme o respectivo boletim de subscrição de Cotas, Compromisso de Investimento, e Regulamento e Suplemento.
Manifestação de aceitação da Oferta pelos investidores	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Cotas no âmbito da Oferta poderão manifestar a sua intenção de adquirir Cotas junto ao Distribuidor, por meio da assinatura dos respectivos Compromissos de Investimento.
Distribuição junto ao público	As Cotas serão colocadas junto a Investidores Qualificados, conforme definidos na Instrução CVM nº 409, de 18/08/2004, conforme alterada, bem como os fundos de investimentos autorizados pela regulamentação da CVM, não havendo outros critérios diferenciadores aplicáveis aos Cotistas. Investidores não residentes poderão adquirir Cotas, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26/01/2000, conforme alterada, e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM. Os investidores devem buscar rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e aceitar os riscos associados aos investimentos do Fundo.
Divulgação do Resultado da Oferta	O resultado da Oferta será divulgado ao término da mesma, por meio da publicação de anúncio de encerramento da Oferta no jornal Valor Econômico, edição nacional.
Restituição dos valores aportados pelos investidores na integralização de Cotas durante o Prazo de Colocação	Os montantes eventualmente utilizados pelos investidores na integralização de Cotas Seniores da 1ª Série durante o Prazo de Colocação serão a eles restituídos nos termos dos itens 3.2 e 3.3 abaixo.

3.2. SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do contrato de distribuição importará no cancelamento do registro.

O ADMINISTRADOR deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida aos valores mobiliários ofertados, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data em que for cancelada a Oferta; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, aos quais se aplicará a regra de restituição descrita no item 3.3 abaixo.

3.3. MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA

A Oferta poderá ser revogada ou sofrer modificações, mediante aprovação da CVM, em função de alterações substanciais, posteriores e imprevisíveis nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou nas circunstâncias que fundamentem o referido pedido. Além disso, a Oferta também poderá sofrer modificações de modo a melhorá-la em favor dos investidores e/ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pelo Fundo.

A eventual modificação ou revogação da Oferta será imediatamente divulgada pelo Distribuidor aos investidores, pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início.

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação do Distribuidor, referida acima, seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.

Nas hipóteses de (i) revogação da Oferta ou (ii) revogação, pelos investidores, de sua aceitação da Oferta, quando de uma eventual modificação das condições da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM 400, os montantes eventualmente utilizados pelos investidores na integralização de Quotas durante o Prazo de Colocação serão integralmente restituídos pelo Fundo aos respectivos investidores no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (a) da data em que a Oferta for revogada ou (b) da data em que a revogação da aceitação da Oferta por cada investidor for comunicada ao Distribuidor, sem qualquer remuneração ou atualização, deduzidos dos encargos e tributos devidos. Nestes casos, os investidores deverão fornecer um recibo de quitação ao Distribuidor referente aos

valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição e dos Compromissos de Subscrição referentes às Quotas já integralizadas, que ficarão automaticamente cancelados.

3.4. DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO

Além das despesas de registro, relativas ao pagamento da taxa de fiscalização da CVM, nos termos da Lei 7.940/89, referente à Oferta e da taxa de registro do Regulamento no cartório de Registro de Títulos e Documentos, dos custos relacionados às publicações relativas à Oferta, das comissões relativas aos serviços de colocação das Cotas Seniores da 1ª Série devidas ao Distribuidor e aos honorários da Agência Classificadora de Risco e dos consultores legais, o ADMINISTRADOR não incorreu em outros custos relacionados à distribuição pública das Cotas Seniores da 1ª Série.

Adicionalmente, os custos relativos aos serviços prestados pelos Auditores Independentes são incorridos pelo Fundo com relação às atividades normalmente desenvolvidas pelo Fundo, de forma que tais custos não estão diretamente relacionados com a colocação pública das Cotas.

A tabela abaixo discrimina a estimativa dos custos incorridos com a Oferta.

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta
Despesas de Registro	90.000,00	0,038%
Publicações	40.000,00	0,0169%
Comissão de Colocação	0	--
Agência Classificadora de Risco	62.000,00	0,0262%
Consultores Legais	80.000,00	0,0338%
Total	272.000,00	0,1148%
Custo Unitário de Distribuição		
Preço por Cota (R\$)*	Custo por Cota (R\$)	
1.000,00	1,14	
* com base no Preço de Emissão na Data de Emissão		
Montante Total da Oferta (R\$)	Custo Máximo da Distribuição (R\$)	
237.000.000,00	272.000,00	

O valor de despesas de registro informado acima refere-se (i) ao pagamento das taxas da CVM em função do registro da Oferta, no montante de R\$ 82.870,00 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta reais) para as Cotas Seniores da 1ª Série; (ii) ao pagamento das despesas com o registro do Fundo no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília; e (iii) ao pagamento das despesas com o registro do Fundo na ANBIMA.

As despesas acima mencionadas incorridas pelo ADMINISTRADOR serão reembolsadas a este pelo Fundo, na medida em que se constituam encargos do Fundo, nos termos descritos neste Prospecto e no artigo 56 da Instrução CVM 356.

Ressalte-se que o Distribuidor foi contratado para realizar a colocação e distribuição pública primária das Quotas por meio do Contrato de Distribuição, celebrado entre o ADMINISTRADOR e Distribuidor. Maiores informações sobre o Contrato de Distribuição encontram-se no Anexo I do presente Prospecto. Cópia do Contrato de Distribuição encontra-se disponível para consulta ou cópia na sede do ADMINISTRADOR e do Distribuidor.

3.5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Antes de efetuar a aplicação no Fundo, aos investidores ou potenciais investidores deverão ler atentamente o Regulamento e este Prospecto. O histórico da performance do Fundo poderá ser obtido junto ao Serviço de Atendimento ao Cotista descrito abaixo.

O Serviço de Atendimento ao Cotista também poderá disponibilizar informações adicionais sobre o Fundo, inclusive informações acerca de regras de aplicação e resgate, demonstrativos financeiros, relatórios sobre a administração do Fundo, bem como receber críticas e sugestões.

Exemplares do Prospecto

Os Investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

ADMINISTRADOR e Distribuidor das Cotas do Fundo:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Avenida Paulista, nº 2300, 11º andar

Consolação, São Paulo - SP

CEP 01310-300

CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04

Telefone: 11-3555-6350

At.: Sr. Dimitri Lopes Ojevan

E-mail: gefes@caixa.gov.br

Link direto:

http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/investidores/fidc_plural_capital_fornecedores_petrobras/Prospecto_FIDC_Plural_Petro.pdf

GESTOR do Fundo:

PLURAL CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Rua Lauro Muller, nº 116, sala 3304, CEP 22.290-160

Rio de Janeiro, RJ

CNPJ/MF: 11.397.672/0002-80

Telefone: (21) 3923-3100 / (11) 3320-5030

At.: Sr. Humberto Tupinambá / Vinicius Tugumi

E-mail: humberto.tupinamba@pluralcapital.com / vinicius.tugumi@pluralcapital.com

Website: www.pluralcapital.com

Link direto:

<http://www.pluralcapital.com/Site/Files/Prospecto-FIDCPluralPetro.pdf>

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, nº 111

São Paulo

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares

CEP 20050-901 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3545-8686

Internet: www.cvm.gov.br -> Fundos de Investimento -> Consulta Consolidada de Fundo

Edifício Delta Plaza

CEP 01333-010 - São Paulo - SP

Tel.: (11) 2146-2000

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP 20031-919

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

Jardim Paulistano, São Paulo - SP

CEP 01452-001

www.cetip.com.br -> Valores Mobiliários (Prospectos) -> Prospectos de Fundos de Investimento (Cotas de Fundos Fechados)

3.6. ATENDIMENTO AO COTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do Fundo, potenciais investidores e os Cotistas poderão entrar em contato com o ADMINISTRADOR por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento, fax e e-mail:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Avenida Paulista, nº 2300, 11º andar

Consolação, São Paulo - SP

CEP 01310-300

CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04

Telefone: (11) 3555-6350

At.: Sr. Dimitri Lopes Ojevan

E-mail: gefes@caixa.gov.br

Website: www.caixa.gov.br

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a presente distribuição poderão ser obtidas junto ao ADMINISTRADOR.

3.7. DISPOSIÇÕES GERAIS

Para fins do disposto no Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o ADMINISTRADOR, o GESTOR, e os Cotistas, inclusive para convocação de Assembleias Gerais de Cotistas e procedimentos de consulta formal.

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao Fundo ou a questões decorrentes da aplicação do Regulamento.

* * *

4. OPERAÇÕES DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AO FUNDO

4.1. ORIGEM, FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

4.1.1. Natureza dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo e Documentos Representativos do Crédito

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são recebíveis a vencer de titularidade de cada Cedente/Fornecedor, expresso em moeda corrente nacional, decorrente de operações financeiras ou comerciais, celebradas entre a Petrobras e seus fornecedores, devidamente identificados pelo CNPJ/MF, conforme o caso, representados por documentos ou títulos representativos do respectivo direito de crédito, tais como contratos, autorizações de fornecimentos, duplicatas, notas promissórias, cédulas de crédito bancário ou outros títulos executivos, conforme disposto em cada Contrato de Cessão a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente/Fornecedor.

Os Direitos Creditórios que o Fundo avaliará para aquisição serão recebíveis decorrentes de: contratos de compra e venda e/ou fornecimento de mercadorias, de contratos de prestação de serviços, de duplicatas, de notas promissórias ou de cédulas de crédito bancário (CCB).

Somente poderão ser objeto de aquisição pelo Fundo e cessão ao Fundo Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão.

O CUSTODIANTE será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.

O GESTOR será responsável pela verificação e validação do cumprimento das Condições de Cessão elencadas no Regulamento do Fundo.

4.1.2. Processo de originação dos Direitos Creditórios e Cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo

O Fundo adquirirá somente Direitos Creditórios (performados e/ou a performar) de fornecedores (Cedentes) indicados e aprovados pelo GESTOR (mediante aprovação de seu Comitê de Investimentos). Ou seja, todos os Direitos Creditórios ofertados ao Fundo, antes de sua aquisição, deverão ser previamente submetidos à análise e aprovação do GESTOR e seu Comitê de Investimentos.

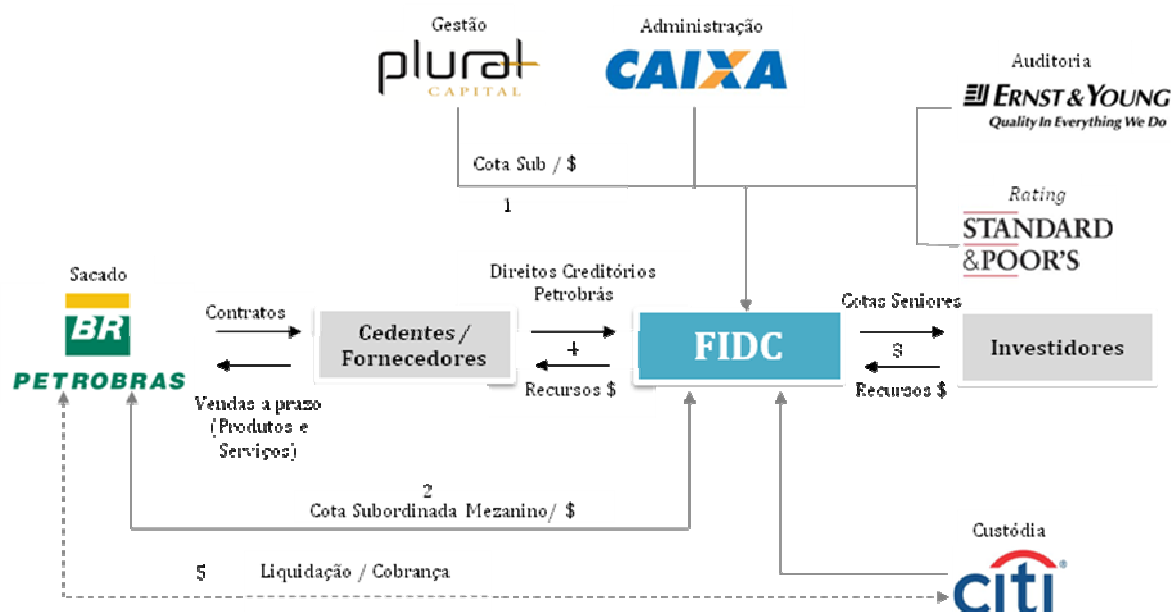
O GESTOR deverá respeitar os critérios, procedimentos e responsabilidades estabelecidos no Regulamento do Fundo para a aquisição dos Direitos Creditórios que irão compor sua carteira. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo devem atender cumulativamente às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e devem ser cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão.

O CUSTODIANTE, antes da formalização de cada cessão, deverá checar se os Direitos Creditórios disponibilizados/ofertados através de contratos de cessão estão enquadrados nos critérios de elegibilidade previstos no Regulamento.

Os Direitos Creditórios deverão ser adquiridos através de Contratos de Cessão e de Termos de Cessão, celebrados entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada Cedente, com interveniência do CUSTODIANTE e do GESTOR, o qual poderá conter especificidades relacionadas a cada Cedente e aos procedimentos que serão observados entre o GESTOR, a Administradora, o CUSTODIANTE e cada Cedente no âmbito de cada operação de cessão de Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios, através de Termo de Cessão preparado na forma do Contrato de Cessão, serão

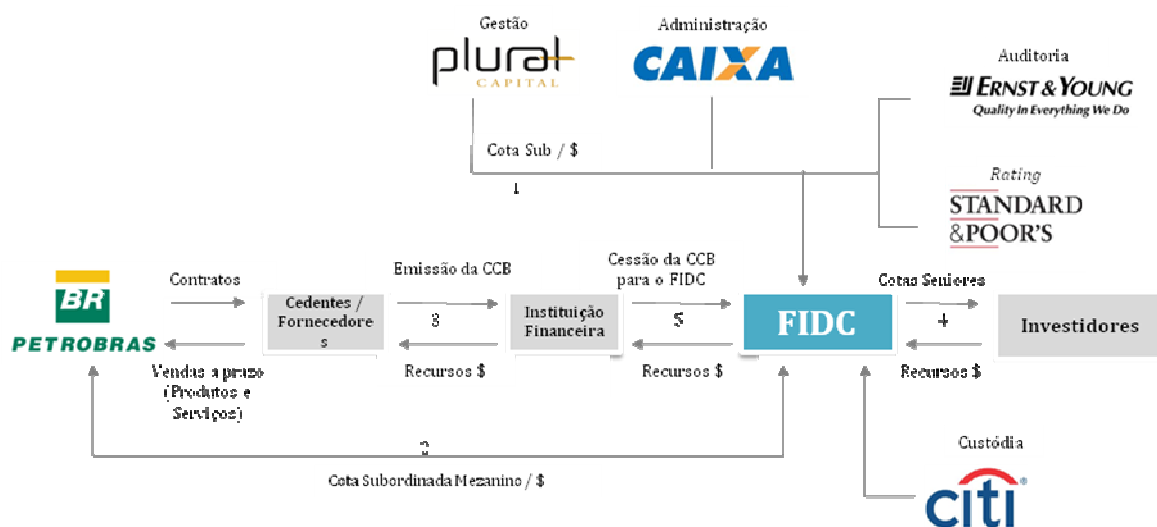
transferidos do Cedente para o Fundo em caráter definitivo e irrevogável, salvo disposição em contrário no respectivo Contrato ou Termo de Cessão. Paralelamente à assinatura do Contrato e do Termo de Cessão serão formalizadas as garantias correspondentes.

A originação e cessão dos Direitos Creditórios Petrobrás ao Fundo observam o seguinte fluxograma:



- 1 - O Gestor subscreve Cotas Subordinadas do Fundo, analisa e seleciona os Direitos Creditórios Petrobrás que serão adquiridos pelo Fundo;
- 2 - A Petrobras e subscreve Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo e autoriza a cessão dos Direitos Creditórios Petrobrás ao Fundo;
- 3 - O Fundo capta recursos através da oferta pública de suas Cotas Seniores;
- 4 - O Fundo adquire Direitos Creditórios Petrobrás dos Fornecedores;
- 5 - O Custodiante efetua a cobrança bancária e a coleta de pagamentos dos Direitos Creditórios Petrobrás, que serão pagos diretamente pela Petrobrás ao Fundo.

A originação e cessão dos Direitos Creditórios Fornecedor ao Fundo observam o seguinte fluxograma:



- 1 - O Gestor subscreve Cotas Subordinadas do Fundo, analisa e seleciona os Direitos Creditórios Fornecedor que serão adquiridos pelo Fundo;
- 2 - A Petrobras e subscreve Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo;
- 3 - Os Fornecedores emitem CCBs para Instituição Financeira;
- 4 - O Fundo capta recursos através da oferta pública de suas Cotas Seniores;
- 5 - O Fundo adquire Direitos Creditórios Fornecedor (representados por CCBs) da Instituição Financeira.

4.1.3. Verificação de lastro dos Direitos de Crédito

O CUSTODIANTE realizará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios (ou seja, dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios), da seguinte forma:

- (a) mediante a verificação trimestral dos 8 (oito) maiores Direitos Creditórios detidos pelo Fundo, assim considerados aqueles que tiverem maior representatividade em relação ao PL no período; e
- (b) trimestralmente, por amostragem, nos termos dos itens abaixo.

O CUSTODIANTE comunicará o resultado da verificação acima ao ADMINISTRADOR, ao GESTOR, ao Auditor e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente do disposto acima, o ADMINISTRADOR, o CUSTODIANTE, ou terceiro em seu nome, poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento do Fornecedor, auditoria nos estabelecimentos em que os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios sejam mantidos, de forma a verificar a sua existência e manutenção.

A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo CUSTODIANTE ou por terceiro por ele contratado, que deverá observar os seguintes parâmetros:

- a) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade n.º 11, do Conselho

Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;

- b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (*software* ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:

- (i) Grau de Confiança: 95%;
- (ii) Limite de Erro Tolerável: 5%.

Onde:

Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra.

- c) O tamanho da amostra será definido de acordo com as seguintes fórmulas:

$$no = 1 / (Eo)^2$$
$$n = (N \times no) / (N + no)$$

Onde:

Eo = margem de erro tolerável, que estará entre zero e 5%;

N = tamanho da população

no = fator de margem de erro

n = tamanho da amostra

- d) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

A análise dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios será feita nos seguintes itens:

1. Número do Contrato ou do título representativo do Direito Creditório, bem como de suas garantias e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão ou na CCB;
2. Nota BAD e/ou COD do Fornecedor;
3. Existência de relacionamento entre o Fornecedor e a Petrobras, comprovado através de cópia do CRCC;
4. Número do CNPJ do Fornecedor e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão ou na CCB;
5. Nome do Fornecedor e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão ou na CCB;

6. Dia de Vencimento do Direito Creditório ou da CCB e sua correlação com os números informados no Contrato, no Contrato de Cessão ou na CCB;
7. Número de parcelas do Direito Creditório cedidas ao Fundo e sua correlação com os números informados no Contrato, no Contrato de Cessão ou na CCB;
8. O valor total cedido ao Fundo e sua correlação com os números informados no Contrato, no Contrato de Cessão ou na CCB;
9. Assinatura dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios;
10. Assinatura de 2 testemunhas identificadas com Nome e CPF no Contrato, no Contrato de Cessão ou na CCB e nas suas eventuais garantias;
11. Local e data estão preenchidos nos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e nas eventuais garantias, e
12. Registro em cartório dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios e das eventuais garantias.

Para fins de reforço de crédito e garantias, os limites de aquisição de parcelas de cada Contrato que dê origem aos Direitos Creditórios, bem como a aplicação da taxa de desconto mínima devem ser respeitados no momento da cessão de cada Direito Creditório ao Fundo, nos termos estabelecidos nas Condições de Cessão, sendo que os Direitos Creditórios Fornecedor deverão ser garantidos por aval dos Fornecedores ou de seus respectivos sócios, ou alternativa ou adicionalmente, por coobrigação de empresa coligada ou pertencente ao mesmo grupo econômico do Fornecedor. Não obstante, havendo eventuais perdas, estas serão suportadas pelo Fundo nos termos previstos no item 2.13 deste Prospecto.

4.2. TAXA DE DESCONTO PARA A AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo ou cessão de Direitos Creditórios ao Fundo será celebrada sempre com uma taxa de desconto aplicada sobre o valor de face do respectivo Direito Creditório a ser estabelecida em cada operação de aquisição ou cessão. Não obstante, a taxa de desconto praticada deverá ser estabelecida no momento da operação de aquisição ou cessão, no melhor interesse do Fundo, observando-se os parâmetros mínimos de rentabilidade estabelecidos nas Condições de Cessão e nos Critérios de Elegibilidade. Diante do fato de que na data deste Prospecto inexistia qualquer Direito Creditório na carteira do Fundo, não é possível informar taxas de desconto já praticadas pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR nas operações do Fundo.

Não obstante, a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios devem ser efetuadas de acordo com as seguintes taxas mínimas:

- (a) para a aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios Petrobras Performados, a taxa mínima de desconto deverá ser igual ou superior a 135% (cento e trinta e cinco por cento) da Taxa DI; e
- (b) para aquisição de Direitos Creditórios Petrobras a Performar, a taxa mínima de desconto deverá ser igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI.

Não obstante, poderá ser utilizada taxa inferior às taxas mínimas acima descritas, desde que a taxa média de cessão, ponderada, utilizada na cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios Petrobras a Performar e Direitos Creditórios Fornecedor que compõem sua carteira no momento de cada cessão ou aquisição, seja igual ou superior a:

- (a) 160% (cento e sessenta por cento) da Taxa DI, durante o período entre a Data Inicial de Integralização de Cotas e o término da Integralização de Cotas Seniores da 1ª Série, nos termos do previsto no respectivo Suplemento, boletim de subscrição de Cotas e Compromisso de Investimento; e
- (b) 170% (cento e setenta por cento) da Taxa DI, após o término do período de integralização de Cotas Seniores da 1ª Série, nos termos do previsto no respectivo Suplemento, boletim de subscrição de Cotas e Compromisso de Investimento.

O GESTOR será responsável pela verificação e validação do cumprimento das Condições de Cessão. Além de verificar as Condições de Cessão a cada cessão, o GESTOR assegurará que os Direitos de Crédito atendam, também, aos Critérios de Elegibilidade a serem validados pelo CUSTODIANTE.

4.3. POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E DE COBRANÇA

A aquisição dos Direitos Creditórios ocorrerá mediante detalhada análise de crédito, composta pelos processos descritos abaixo:

1. Análise preliminar do Potencial Cedente	2. Análise do Cedente	3. Análise da relação entre Cedente e Sacado	4. Avaliação Final
<ul style="list-style-type: none"> ■ Coleta de informações básicas da empresa potencial cedente dos Direitos Creditórios; ■ Visita à empresa junto com Officer. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Completo entendimento do negócio da empresa cedente; ■ Análise econômico-financeira das empresas/grupo (se for o caso); ■ Checagem de restrições (Bureaus de Crédito – Serasa, Endividamento Sisbacen); ■ Elaboração de dossiê de crédito com as informações do Cedente; ■ Avaliação dos riscos inerentes à operação e ao setor de atuação; 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Checagem da relação entre sacado e cedente; ■ Análise dos últimos contratos, boletins de medição, últimas concorrências; 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Atribuição de rating interno (Cedente/Operações); ■ Inclusão de parecer de crédito sobre a operação; ■ Deliberação da operação (concessão de limite de compra) para aprovação do Comitê de Investimentos.

O GESTOR do Fundo será responsável pela seleção e análise de crédito dos Fornecedores. Todos os Direitos Creditórios ofertados ao Fundo devem ser objeto de análise do GESTOR antes de sua aquisição.

O GESTOR será responsável pelas análises listadas abaixo:

- Seleção de Cedentes por histórico de performance;
- Verificação de restrições cadastrais dos Cedentes (Bureaus de Crédito);
- Visita a potencial empresa Cedente;
- Levantamento da carteira do Cedente (Back Log Petrobras);

- Deliberação em Comitê de Investimentos (segundo as condições de cessão e os critérios de elegibilidade previstos no Regulamento do Fundo);
- Recebimento dos Direitos Creditórios;
- Encaminhamento de arquivo eletrônico (CNAB) com a relação de títulos à Administradora e ao CUSTODIANTE;
- Grau de endividamento e previsibilidade do fluxo de caixa do Cedente;
- Participação no volume total de direitos creditórios adquiridos pelo Fundo, respeitando os critérios de concentração estabelecidos no Regulamento;
- Comprometimento de recursos em relação à receita do Cedente;
- Estrutura organizacional do Cedente;
- Capacidade de pagamento dos Sacados, ou excesso de garantia;
- Existência de coobrigação do Cedente e outros mecanismos de garantias, aval;
- Perspectiva de continuidade na prestação de serviços ou fornecimento de produtos pelo Cedente. Em alguns casos (créditos de devedores específicos) considerar-se-á as avaliações de desempenho do fornecedor, elaborada pela Petrobras, tais como o BAD - Boletim de Avaliação de Desempenho e o BM - Boletim de Medição;
- Preço de aquisição, que deve traduzir uma taxa de retorno implícita condizente com os objetivos do Fundo;
- Existência de domicílio bancário previamente estipulado para liquidação do Direito Creditório.

Documentos envolvidos no processo de originação: Planilhas de análise de balanços (Spreadsheets); Planilha de Score - Rating interno; Documentação do Cedente: Balanços/ balancetes, faturamento atual, abertura do endividamento da empresa Cedente; Relatório de Visita (elaborado pelo Officer); Proposta de Limite de Crédito (dossiê de crédito), contratos com a Petrobras, relatórios de avaliação de desempenho (RAD ou BAD), Certificado de Registro e Classificação Cadastral (CRCC).

A coleta dos pagamentos dos Direitos Creditórios será realizada pelo CUSTODIANTE ou por instituição financeira por este indicada para este fim, agindo no interesse e representando o Fundo.

Os procedimentos de coleta e cobrança consistem na coleta e recebimento dos valores decorrentes dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo mediante crédito na conta corrente do Fundo mantida junto ao CUSTODIANTE. Se aplicável haverá a emissão e encaminhamento à rede bancária nacional para o processamento dos boletos de pagamento relativos às prestações mensais, sejam estas referente a principal e/ou encargos, em razão dos Documentos Representativos de Crédito, sendo que a liquidação de tais valores ocorrerá através de crédito na conta corrente do Fundo mantida junto ao CUSTODIANTE. No caso de contratação de terceiros para a cobrança e coleta dos Direitos Creditórios, os valores liquidados a título de pagamentos referentes aos Direitos Creditórios deverão ser transferidos para a conta corrente do Fundo no menor período operacionalmente possível, limitado a 1 (um) dia útil.

O GESTOR foi designado pelo Fundo, representado pelo ADMINISTRADOR, como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios, conforme descrito no Contrato de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios observará os procedimentos descritos no Anexo II ao Regulamento.

O CUSTODIANTE, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese, será o responsável pela indicação de Direitos Creditórios Inadimplidos ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos Creditórios Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao GESTOR determinar ao CUSTODIANTE realizar tais atividades, assumindo a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

4.3.1. Procedimentos de Cobrança Extrajudicial e Judicial dos Direitos Creditórios

Cobrança Extrajudicial (“amigável”):

O GESTOR será responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, podendo inclusive contratar serviços terceirizados de cobrança, por conta e ordem do Fundo. O GESTOR atuará como Agente Cobrador. O CUSTODIANTE deverá informar ao Agente Cobrador a relação dos títulos liquidados e dos inadimplidos de titularidade do Fundo através de arquivo CNAB padronizado. A partir do recebimento deste arquivo, iniciam-se os procedimentos de cobrança dos títulos vencidos e não pagos pelos respectivos sacados.

Cobrança Extrajudicial - processo interno:

No 5º dia após o vencimento, o GESTOR fará contato telefônico com o sacado inadimplente, informando que, caso os títulos não sejam liquidados em até 05 dias corridos, tais títulos em aberto serão encaminhados ao cartório para protesto e demais medidas de cobrança cabíveis sejam tomadas.

No 10º e último dia antes do protesto, o GESTOR novamente contatará o sacado inadimplente a fim de informá-lo que o mesmo será protestado na data em questão.

Concomitantemente as ações acima mencionadas, o GESTOR efetuará o descadastramento do Cedente/Fornecedor para impossibilitar a realização de novas operações do Fundo com ele.

Cobrança Extrajudicial - processo externo:

- Cartórios - Assim que o GESTOR protestar os títulos do sacado inadimplente, o processo será conduzido pelo cartório. Os cartórios geralmente possuem procedimentos padrões para a cobrança de títulos protestados. Este processo pode durar aproximadamente 60 dias, contados a partir do vencimento dos títulos. Segue abaixo descrição destes procedimentos, que pode variar de cartório para cartório: (a) Envio de aviso ao devedor sobre o protesto; (b) Envio de carta ao devedor com notificação e boleto bancário; e (c) Envio de 2ª carta ao devedor com notificação e boleto bancário.

- Empresas de cobrança - Se, mesmo após os procedimentos adotados pelo cartório, o devedor não liquidar sua dívida junto ao Fundo, será iniciado o processo de cobrança “local”, ainda considerada uma cobrança “amigável”, realizada pelo GESTOR ou através de empresas terceirizadas a serem contratadas pelo Fundo.

Se com estas medidas o GESTOR não obtiver sucesso na recuperação dos valores envolvidos, este encaminhará os títulos vencidos ao ADMINISTRADOR para que este proceda com os procedimentos de cobrança judicial. O prazo para encaminhamento dos títulos para o ADMINISTRADOR pode variar e será decidido pelo Comitê de Investimentos do GESTOR.

Cobrança Judicial:

Tomadas todas as medidas de cobrança extrajudicial, o GESTOR poderá indicar um advogado (em comum acordo com o ADMINISTRADOR), para iniciar em juízo a cobrança do devedor, devendo o ADMINISTRADOR outorgar em nome do Fundo o respectivo mandato judicial. Ou seja, o processo de Cobrança judicial será realizado pelo ADMINISTRADOR em comum acordo com o GESTOR.

Sinteticamente os procedimentos de cobrança adotados pelo Fundo serão:

- Recepção e processamento do arquivo CNAB com as informações dos títulos;
- Geração de relatórios contendo informações dos títulos vencidos;
- Início do processo de cobrança através de contato telefônico;
- Bloqueio dos limites para compra de direitos creditórios, performados ou a performar;
- Envio de títulos vencidos ao cartório;
- Cobrança efetuada pelo GESTOR ou por empresa especializada;
- Cobrança judicial de títulos;

4.4. INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICAS SOBRE PRÉ-PAGAMENTO, INADIMPLENTOS E PERDAS

Nos termos dos itens 2.6 e 2.7 do Anexo III-A da Instrução CVM 400, apesar de, na data deste Prospecto, inexistir qualquer Direito Creditório ou Outro Ativo na carteira do Fundo e considerando (i) as estimativas históricas do mercado, (ii) os parâmetro do setor bancário segmentado em linhas semelhantes de *Middle Market* e (iii) a expertise da equipe do GESTOR no setor que envolve a cadeia de fornecedores da Petrobras, tendo em vista que não estão disponíveis informações estatísticas, devidamente auditadas, sobre inadimplimentos, perdas ou pré-pagamento de créditos de mesma natureza dos Direitos Creditórios que comporão a carteira do Fundo compreendendo um período de 3 (três) anos imediatamente anteriores à data da Oferta, a estatística esperada de inadimplência dos Direitos Creditórios deverá seguir o modelo de *rating* utilizado na análise de crédito por Fornecedor a ser realizada pelo GESTOR.

Desta forma, estima-se que o percentual de inadimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo seja o previsto na tabela abaixo, totalizando uma eventual inadimplência correspondente a 1,50% (um vírgula cinco por cento) do total da carteira de Direitos Creditórios do Fundo:

Rating	Provisão Res. 2682	% esperado de concentração na Carteira do Fundo
AA	0,00%	10,0%
A	0,50%	50,0%
B	1%	20,0%
C	3%	15,0%
D	10%	4,5%
E	30%	0,5%
F	50%	-
G	70%	-
H	100%	-
	Inadimplência Estimada Final	1,50%

Adicionalmente, para fins de cumprimento ao disposto no item 2.7 do Anexo III-A da Instrução CVM 400, identificamos o comportamento, em relação a perdas e inadimplimento, de carteiras de direitos creditórios de fundos de investimento em direitos creditórios da mesma natureza e com características semelhantes às características dos

Direitos Creditórios que comporão a Carteira do FUNDO, os quais se encontram em funcionamento normal, conforme informações disponíveis no site da CVM, quais sejam:

FIDC FORNECEDORES PETROBRÁS BR2 - Industrial e Serviços		
	Direitos Creditórios (R\$)	Créditos Vencidos e Não Pagos
jan/11	6.368.781,60	2,02%
dez/10	7.002.428,89	Não disponível
nov/10	7.717.290,73	1,02%
out/10	8.387.495,48	0,67%
set/10	9.020.734,25	7,11%
ago/10	9.923.574,84	Não disponível
jul/10	11.104.747,96	0,56%
jun/10	12.703.890,09	1,77%
mai/10	13.306.822,07	Não disponível
abr/10	13.915.911,56	2,89%
mar/10	6.626.969,52	1,62%
fev/10	Não disponível	Não disponível
jan/10	Não disponível	Não disponível
dez/09	3.643.624,47	Não disponível
Médio	9.143.522,62	2,21%
Comentário: Informamos que todas as operações foram realizadas em consonância com o regulamento e legislação pertinentes. A rentabilidade verificada no período reflete remuneração da classe de ativos mantida pelo fundo		

FCM FIDC MERCANTIS E SERVIÇOS		
	Direitos Creditórios (R\$)	Créditos Vencidos e Não Pagos
jan/11	1.104.065,18	14,42%
dez/10	1.104.131,74	14,13%
nov/10	795.593,05	22,97%
out/10	1.132.550,74	23,65%
set/10	1.012.965,20	Não disponível
ago/10	631.099,55	20,72%
jul/10	128.205,52	Não disponível
jun/10	Não disponível	Não disponível
mai/10	303.988,84	100%
abr/10	Não disponível	Não disponível
mar/10	Não disponível	Não disponível
fev/10	Não disponível	Não disponível
jan/10	Não disponível	Não disponível
dez/09	Não disponível	Não disponível
Médio	776.574,98	32,65%

FUNDO DE INVEST. EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL SILVERADO- FORNECEDORES DO SISTEMA PETROBRAS		
	Direitos Creditórios (R\$)	Créditos Vencidos e Não Pagos
jan/11	12.210.687,19	Não disponível
dez/10	15.278.530,10	Não disponível
nov/10	13.684.130,33	Não disponível
out/10	8.716.461,90	Não disponível
set/10	1.189.792,61	Não disponível
Médio	10.215.920,43	
Comentário: O comportamento da carteira de direitos creditórios e o desempenho do fundo estão de acordo com o esperado. O fundo não tem posições mantidas em derivativos.		

FIDC FORNECEDORES PETROBRAS - INDUSTRIAL E SERVIÇOS		
	Direitos Creditórios (R\$)	Créditos Vencidos e Não Pagos
jan/11	17.253.900,43	Nd
dez/10	15.384.526,13	Nd
nov/10	9.202.995,54	Nd
out/10	Nd	Nd
set/10	Nd	Nd
ago/10	Nd	Nd
jul/10	Nd	Nd
jun/10	Nd	Nd
Médio	13.947.140,70	-
Comentário: O fundo obteve rendimento dentro das expectativas definidas pelo administrador		

Não obstante, cabe ressaltar que (i) as informações acima não foram auditadas, (ii) os “Créditos Vencidos e Não Pagos” referidos nas tabelas acima não consideram os direitos creditórios que tenham sido recuperados pelos respectivos fundos, após procedimentos de cobrança; (iii) tendo em vista o volume das carteiras a que se referem às informações acima, estas não formam uma base amostral adequada a identificar o possível comportamento da Carteira do FUNDO, cujo valor esperado é sensivelmente superior, bem como o prazo da referida amostra é relativamente curto, se comparado com o prazo esperado da Carteira do FUNDO; e (iv) os critérios integrantes da amostra analisada não refletem necessariamente as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade do FUNDO, nos termos deste Prospecto.

4.5. POSSIBILIDADE DE ACRÉSCIMO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios cedidos poderão ser substituídos em caso de inadimplemento ou no caso de não performance. Nestes casos, os Direitos Creditórios poderão ser substituídos por créditos garantidores de montante, prazo e condições equivalentes, que não causem nenhum efeito sobre a regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos Cotistas.

Os Direitos Creditórios não poderão ser acrescidos ou removidos, salvo em decorrência de novas operações firmadas entre o Fundo e os Fornecedores, sempre em condições que não gerem nenhum efeito sobre a regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos Cotistas.

* * *

5. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista.

O ADMINISTRADOR, o CUSTODIANTE, o GESTOR, os Fornecedores e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, eventual perda do valor de principal de suas aplicações em decorrência dos riscos indicados abaixo, de forma não exaustiva, e de outros aplicáveis às Cotas, aos Direitos Creditórios e ao Fundo.

5.1. RISCOS DE MERCADO:

5.1.1. Flutuação de Preços dos Ativos

Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

5.1.2. Descasamento de Taxas

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas tem como parâmetro a Taxa DI. Assim, nas hipóteses de aumento substancial da Taxa DI, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos detentores de Cotas, conforme definido abaixo, sendo que nem o Fundo, nem o ADMINISTRADOR, nem o GESTOR prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

5.2. RISCOS DE CRÉDITO:

5.2.1. Fatores Macroeconômicos

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios devidos pela Petrobras, dependerá da solvência desta para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência da Petrobras pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico etc., bem como a decisões ou políticas desenvolvidas pelo Governo Federal. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios do Fundo, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais, o que poderá afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

5.2.2. Cobrança Judicial e Extrajudicial

No caso de a Petrobras ou o Fornecedor, conforme o caso, inadimplir as obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que

referidas cobranças atingirão os resultados almejados, recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

5.2.3. Riscos Decorrentes dos Critérios para Concessão de Crédito

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que tenham sido originados com observância de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas no Anexo III do Regulamento. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais diretrizes garantirá a qualidade dos Direitos Creditórios e/ou a solvência dos respectivos devedores e Fornecedores.

5.3. RISCOS DE LIQUIDEZ:

5.3.1. Fundo Fechado e Mercado Secundário

O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas somente poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração da Série, ou por ocasião da liquidação do Fundo. Assim, caso o Cotista Sênior, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas antes de encerrados os referidos prazos, terá que fazê-lo no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

5.3.2. Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios

O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas no Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

5.3.3. Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo

O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto na cláusula 21 do Regulamento. Ocorrendo a liquidação, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível da Petrobras. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pela Petrobras das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo, apenas em caso de aprovação pela Assembleia Geral; ou (iii) ao resgate de Cotas em Direitos Creditórios. Nas três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais, bem como as expectativas de amortização e/ou de resgate das Cotas Seniores, conforme o previsto no Suplemento, poderão não ser cumpridas, havendo o atraso na amortização e/ou no resgate de tais Cotas Seniores.

5.4. RISCOS ESPECÍFICOS:

5.4.1. Riscos Operacionais:

5.4.1.1. Falhas do CUSTODIANTE

A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do CUSTODIANTE. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e realizar a conciliação dos valores devidos ao Fundo e aos Fornecedores. Assim, qualquer

falha de procedimento do CUSTODIANTE poderá acarretar menor recebimento dos recursos pelo Fundo e, em última instância, a perda patrimonial do Fundo e a queda da rentabilidade das Cotas.

5.4.1.2. Guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios

A guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios dos Direitos Creditórios Petrobras ficará a cargo dos Fornecedores, na qualidade de fiéis depositários. Ainda que o CUSTODIANTE mantenha cópia dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, do CRCC e do BAD e/ou COD do Fornecedor, a guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios pelos Fornecedores pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos Creditórios Petrobras e a sua cobrança.

5.4.1.3. Verificação do lastro dos Direitos Creditórios

O CUSTODIANTE fará a verificação periódica por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios por meio da análise de cópias dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, do CRCC e do BAD e/ou COD do Fornecedor, e da versão original do Contrato de Cessão, do Termo de Cessão e da Autorização de Cessão ou da Solicitação de Trava de Domicílio Bancário. Contudo, até que tal verificação seja realizada, o Fundo poderá ter Direitos Creditórios cujos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios apresentem irregularidades, obstando ao Fundo o exercício de seus direitos em relação aos Direitos Creditórios, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas. Ademais, a utilização de cópias dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, do CRCC e do BAD e/ou COD para a verificação do lastro dos Direitos Creditórios não confere o mesmo grau de certeza proporcionado pela análise de documentação original, aumentando o risco de ocorrência de erros na verificação do lastro dos Direitos Creditórios.

5.4.2. Risco dos Originadores

5.4.2.1. Inadimplemento dos Contratos

Nos termos do artigo 476 do Código Civil, em contratos que estabeleçam obrigações para ambos os contratantes, nenhuma das partes poderá exigir da outra parte o cumprimento de sua obrigação antes de cumprida a sua própria obrigação. Deste modo, caso o Fornecedor, por qualquer motivo, deixe de cumprir suas obrigações contraídas no Contrato, a Petrobras poderá deixar de transferir ao Fundo os recursos destinados ao adimplemento dos Direitos Creditórios, comprometendo o fluxo de caixa esperado do Fundo e prejudicando, assim, a rentabilidade do investimento realizado pelos Cotistas, podendo inclusive resultar em perda de patrimônio para o Cotista, uma vez que o Fundo poderá ter até 100% de seu PL representado por Direitos Creditórios Petrobras a Performar.

5.4.2.2. Obrigações dos Originadores ou de terceiros

Considerando a natureza dos Direitos Creditórios sujeitos a aplicação do Fundo, os Direitos Creditórios que servem para lastro e/ou garantia dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigação do originador ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar, ainda que atendidas as condições de cessão e os critérios de elegibilidade que visem mitigar o referido risco.

5.4.3. Risco de Descontinuidade/Liquidação

O Fundo poderá ser liquidado ou ter suas Cotas resgatadas antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto no Regulamento. A liquidação pode trazer prejuízos para o Fundo e seus Cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das

Cotas ficaria condicionado (a) ao pagamento pela Petrobras das parcelas dos Direitos Creditórios; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia ocasionar prejuízos aos Cotistas. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, havendo mais de uma Série de Cotas Seniores em circulação, o efetivo recebimento dos recursos a que fazem jus os titulares de Cotas Seniores da 1ª Série (com vencimento mais curto) poderá ocorrer em prazo maior que o originalmente previsto no Suplemento, tendo em vista que não há direito de preferência no recebimento de recursos entre Cotas Seniores de Séries distintas.

5.4.4. Outros Riscos:

5.4.4.1. Intervenção ou Liquidação do CUSTODIANTE

O Fundo terá conta corrente no CUSTODIANTE. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados pelo Fundo, o que afetaria seu PL, sua rentabilidade e poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

5.4.4.2. Redução das Cotas Subordinadas e das Cotas Subordinadas Mezanino

O Fundo terá Relação Mínima admitida entre o seu PL e o valor das Cotas Seniores de 125% (cento e vinte e cinco por cento). Isto quer dizer que 80% (oitenta por cento) do PL do Fundo é representado por Cotas Seniores. A diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas e por Cotas Subordinadas Mezanino, que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência da Petrobras ou dos Fornecedores e problemas de pagamento de indenizações ou repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas e as Cotas Subordinadas Mezanino poderão ter seu patrimônio reduzido e os subscritores das Cotas Subordinadas e de Cotas Subordinadas Mezanino não estão obrigados a aportar Cotas adicionais para restabelecer a Relação Mínima. Caso as Cotas Subordinadas e as Cotas Subordinadas Mezanino tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

5.4.4.3. Risco de Concentração

A totalidade dos Direitos Creditórios será devida pela Petrobras ou por Fornecedores. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, inclusive de Fornecedores, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.

5.4.4.4. Risco de rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série

Em virtude de eventos de inadimplemento, bem como por outros fatores, as Cotas Seniores da 1ª Série poderão ter sua classificação de risco rebaixada, o que poderá configurar um Evento de Avaliação ou de Liquidação, nos termos do disposto no Regulamento, inclusive durante o período em que os Cotistas ainda não concluíram o aporte do capital comprometido.

5.4.4.5. Risco de Inadimplência na Integralização de Cotas

Os Cotistas do Fundo assinarão Compromisso de Investimento e boletim de subscrição de Cotas através dos quais se comprometerão a efetuar a integralização das Cotas subscritas, nos termos definidos no Regulamento, no Suplemento e no boletim de subscrição de Cotas. Entretanto, existe o risco de não integralização ou de atraso no pagamento dos valores devidos pela integralização, ficando o Fundo sujeito a tais riscos que podem comprometer seu patrimônio e rentabilidade.

5.4.4.6. Alteração do Regulamento

O Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

5.4.4.7. Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo ADMINISTRADOR antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos Cotistas não aprovarem referido aporte de recursos, consignado que o ADMINISTRADOR e o CUSTODIANTE, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, o PL e a rentabilidade das Cotas poderão ser afetados negativamente.

5.4.4.8. Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios

Com relação ao Fornecedor, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o PL, caso fosse realizada em:

- (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- (iii) fraude à execução fiscal, se o cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

5.4.4.9. Garantia da CCB

Enquanto a Petrobras não fornecer expressa concordância à Autorização de Cessão ou à Solicitação de Trava de Domicílio Bancário, mediante assinatura da respectiva carta de solicitação, as CCBs poderão ser garantidas tão somente por aval dado por sócios dos Fornecedores e/ou pela coobrigação de empresas coligadas ou pertencentes ao mesmo grupo econômico do Fornecedor. Caso a Petrobras não concorde com a cessão fiduciária ou não observe, por qualquer motivo, a Trava de Domicílio Bancário, a CCB não poderá contar com a garantia do Direito Creditório Fornecedor.

5.4.4.10. Riscos Adicionais Atinentes às Cotas Subordinadas

Nos termos do regulamento do Fundo, o ADMINISTRADOR realizará as chamadas de capital para a integralização de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas em proporções distintas à Relação Mínima, ou seja, a proporção de Cotas Subordinadas poderá exceder a proporção da Relação Mínima, ficando o Fundo com percentual de

subordinação acima de 21% (vinte e um) por cento do seu PL. Isto porque os Cotistas Subordinados e os Cotistas Subordinados Mezanino serão chamados a efetuar a integralização da totalidade de suas cotas anteriormente e em maior proporção que a dos subscritores de Cotas Seniores. O Fundo poderá manter nível de subordinação superior à Relação Mínima, a fim de que sejam mantidos os níveis de risco e classificação de risco atribuída às Cotas Seniores, nos termos e condições estabelecidos no regulamento do Fundo.

5.4.4.11. Riscos Decorrentes do Pagamento Antecipado, Amortização ou Inadimplemento de Direitos Creditórios

A Petrobras ou os Fornecedores, devedores de Direitos Creditórios que compõe a carteira do Fundo, poderão optar por liquidá-los antecipadamente, realizando o seu pré-pagamento. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da carteira do Fundo, bem como gerar dificuldades ao GESTOR em identificar Direitos Creditórios que estejam de acordo com Critérios de Elegibilidade nos termos do seu Regulamento em tempo hábil. Desse modo, o GESTOR poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, o que pode afetar negativamente a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR ou pelo CUSTODIANTE, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Ademais, considerando que o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios Petrobrás a Performar e Direitos Creditórios Fornecedor, poderá haver eventos que causem o inadimplemento ou a amortização, antecipação ou liquidação do seu pagamento, uma vez que decorrerão de relações jurídicas mantidas entre os Fornecedores e a Petrobrás, sendo certo que, em decorrência da multiplicidade destes e da natureza dos Contratos, não é possível especificar os referidos eventos.

5.5. RISCOS RELACIONADOS A FATORES LEGAIS E REGULATÓRIOS

O Fundo está sujeito a riscos decorrentes das eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos direitos creditórios para o cedente, bem como o comportamento do conjunto dos créditos cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados.

5.6. DEMAIS RISCOS

O Regulamento prevê que os Fornecedores serão responsáveis por somente indicar para aquisição pelo Fundo Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão, porém referidas Condições de Cessão poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a higidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo. O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios serem alcançados por obrigações assumidas pelos Fornecedores e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelo Fornecedor, (iv) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores do Fornecedor, e (v) na falta de ou no cancelamento da autorização da Petrobras para a cessão dos Direitos Creditórios Petrobras. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações do Fornecedor e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente. A propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do ADMINISTRADOR e do GESTOR, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis

aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, ou aplicações significativas.

AS APLICAÇÕES REALIZADAS NO FUNDO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO CUSTODIANTE, DO GESTOR OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

* * *

6. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA

6.1. INFORMAÇÕES SOBRE AS PARTES

6.1.1. Administrador e Distribuidor das Cotas do Fundo - Caixa Econômica Federal

O ADMINISTRADOR é a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 5 de junho de 2008, conforme alterado, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista, nº 2300, 11º andar, Consolação, CEP 01310-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários. O ADMINISTRADOR poder ser contatado pelo telefone (11) 3555-6350.

6.1.2. Gestor - Plural Capital Gestão de Recursos Ltda.

O Gestor da carteira do Fundo é a PLURAL CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Lauro Muller, nº 116, sala 3304, CEP 22.290-160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.397.672/0002-80, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 10.817, de 15 de janeiro de 2010. O Gestor poder ser contatado pelo telefone nº (21) 3923-3100 e fax nº (21) 3293-3001.

O Gestor foi constituído em 29 de outubro de 2009, tendo por objeto a administração de carteira de valores mobiliários e gestão de recursos de terceiros, atuando nos mercados de câmbio, juros, ações, crédito, índices e commodities.

O Gestor é uma sociedade formada por ex-sócios do Banco Pactual, todos com histórico de sucesso no mercado de capitais brasileiro, amplo relacionamento com empresas brasileiras e instituições financeiras, e atuação destacada em operações de abertura de capital, estruturação e assessoria financeira, compra e venda de empresas, gestão de recursos de terceiros e operações de tesouraria no mercado doméstico e internacional.

Com foco no cliente, presença nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e região Nordeste, além de um time de profissionais que traz em seus currículos credibilidade e vasta experiência em diversos segmentos da economia, o Gestor pretende desempenhar o papel de provedor de soluções financeiras originais para empresas e investidores. Vale-se para isso do fato de ser uma das poucas estruturas integradas genuinamente novas no mercado, o que permite que sua infra-estrutura tenha sido concebida dentro do mais moderno padrão de qualidade e tecnologia.

6.1.3. CUSTODIANTE - CITIBANK Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O CUSTODIANTE do Fundo é o CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.111 - 2º andar, parte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40. O CUSTODIANTE poder ser contatado pelo telefone nº (11) 4009-7090.

Histórico

O conglomerado financeiro Citigroup atua em mais de 100 países e teve sua história iniciada em 1812, nos Estados Unidos da América. No Brasil desde 1915, foi pioneiro na prestação de serviços de custódia para terceiros em 1992 e iniciou a estratégia local com investidores institucionais em 1997.

Consagrado no mercado internacional financeiro como um dos maiores bancos em serviços aos mercados de capitais, o Citigroup disponibiliza às grandes corporações soluções de custódia local e também para investidores estrangeiros; serviços personalizados de fundos de investimentos, que envolvem o processamento de ativo e passivo, bem como a administração não-discrecional e serviços de controladoria

6.1.4. Agência de Rating - Standard & Poor's Rating Services.

A empresa contratada para prestar os serviços de classificação de risco das Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo é a **STANDARD & POOR'S RATING SERVICES**, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar, CEP 05426-100, São Paulo, SP.

6.1.5. Auditoria - ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S

A empresa contratada para prestar os serviços de auditoria independente do Fundo é a **ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S**, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Torre I, 5º e 6º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.366.936/0001-25.

6.1.6. Assessor Legal - FreitasLeite Advogados

Escritório de advocacia empresarial formado em 1989, conta com ampla experiência e tradição nas áreas de mercado financeiro e de capitais. FreitasLeite busca fornecer uma assessoria legal de qualidade, compreensiva e ágil, para seus clientes no Brasil e no exterior. O escritório tem, dentre seus clientes, dezenas de instituições financeiras, assemelhadas e outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento. FreitasLeite é um assessor jurídico com forte participação em operações de securitização, tendo destacada participação na estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios.

6.2. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES

6.2.1. Relacionamento entre o ADMINISTRADOR/ Distribuidor e o CUSTODIANTE

O ADMINISTRADOR possui relacionamento com o conglomerado do CUSTODIANTE, concentrado em operações de cash management e tesouraria. Não há relacionamento societário entre o ADMINISTRADOR e o CUSTODIANTE.

6.2.2. Relacionamento entre o ADMINISTRADOR e a Agência Classificadora de Risco

Na data deste Prospecto, o ADMINISTRADOR não mantém qualquer relacionamento societário com a Agência Classificadora de Risco, bem como não mantém relações comerciais com a Agência Classificadora de Risco que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

6.2.3. Relacionamento entre o ADMINISTRADOR e os Auditores Independentes

Na data deste Prospecto, o ADMINISTRADOR não mantém qualquer relacionamento societário com os Auditores Independentes, bem como não mantém relações comerciais com os Auditores Independentes que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

6.2.4. Relacionamento entre o CUSTODIANTE e a Agência Classificadora de Risco

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, o CUSTODIANTE mantém relacionamento comercial no curso normal de seus negócios com a Agência Classificadora de Risco. Não há relacionamento societário entre o CUSTODIANTE e a Agência Classificadora de Risco.

6.2.5. Relacionamento entre o CUSTODIANTE e os Auditores Independentes

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, o CUSTODIANTE mantém relacionamento comercial no curso normal de seus negócios com os Auditores Independentes. Não há relacionamento societário entre o CUSTODIANTE e os Auditores Independentes.

6.2.6. Relacionamento entre o Gestor e o ADMINISTRADOR

Na data deste Prospecto, o Gestor não mantém qualquer relacionamento societário com o ADMINISTRADOR, bem como não mantém relações comerciais com o ADMINISTRADOR que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

6.2.7. Relacionamento entre o Gestor e o CUSTODIANTE

Além dos serviços relacionados à presente Oferta, o Gestor mantém relacionamento comercial no curso normal de seus negócios com o CUSTODIANTE. Não há relacionamento societário entre o Gestor e o CUSTODIANTE.

6.2.8. Relacionamento entre o Gestor e a Agência Classificadora de Risco

Na data deste Prospecto, o Gestor não mantém qualquer relacionamento societário com a Agência Classificadora de Risco, bem como não mantém relações comerciais com a Agência Classificadora de Risco que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

6.2.9. Relacionamento entre o Gestor e os Auditores Independentes

Na data deste Prospecto, o Gestor não mantém qualquer relacionamento societário com os Auditores Independentes, bem como não mantém relações comerciais com os Auditores Independentes que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

6.2.10. Relacionamento entre a Agência Classificadora de Risco e os Auditores Independentes

Na data deste Prospecto, a Agência Classificadora de Risco não mantém qualquer relacionamento societário com os Auditores Independentes, bem como não mantém relações comerciais com os Auditores Independentes que possam configurar conflito de interesses ou que sejam relevantes no âmbito da Oferta.

6.3. CONFLITOS DE INTERESSE

O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios cujo pagamento seja de responsabilidade direta ou indireta do ADMINISTRADOR, bem como de seus controladores, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, sendo certo que será vedada ao Fundo a aquisição de Direitos Creditórios de emissão de coligadas do ADMINISTRADOR.

Não obstante, não é possível assegurar que os mecanismos de prevenção de conflitos de interesse estabelecidos no Regulamento evitem completamente que os membros do Gestor, que aprovam as operações de aquisição de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo, atuem em situações de conflito de interesses efetivo ou potencial.

6.4. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo Fundo.

6.4.1. Contrato de Cessão e Termo de Transferência de Ativos

É o instrumento assinado pelo Fundo, celebrado por este por meio de seu ADMINISTRADOR, e o Fornecedor, para a aquisição de Direitos Creditórios. A aquisição ou a cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios, sem direito de regresso contra o Cedente/Fornecedor, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

6.4.2. Termo de Cessão de Cédula de Crédito Bancário

É o instrumento assinado pelo Fundo, celebrado por este por meio de seu ADMINISTRADOR, e uma instituição financeira para a aquisição de Direitos Creditórios Fornecedor, representado por cédulas de crédito bancário. A cessão da Cédula de Crédito Bancário será irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos créditos, sem direito de regresso contra o Banco Credor, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Fornecedor, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

6.4.2. Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças

O Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças tem por objeto a prestação dos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios passíveis de cobrança de titularidade do Fundo, cujos pagamentos devidos pelos devedores ao Fundo não sejam efetuados dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, contados das respectivas datas de vencimentos, observados os procedimentos e os critérios definidos no referido contrato.

6.4.3. Contrato de Custódia

Contrato celebrado entre o ADMINISTRADOR, por conta e ordem do Fundo, e o CUSTODIANTE, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada, controladoria dos direitos de crédito e ativos financeiros integrantes da Carteira, e escrituração de Cotas, bem como sua supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do Fundo.

6.4.4. Contrato de Prestação de Serviço de Gestão de Carteira de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

Contrato celebrado entre o ADMINISTRADOR, em nome do Fundo, e o Gestor, o qual tem por objeto a delegação ao Gestor dos poderes de gestão da Carteira, de modo que possa, ora em diante, intervir na constituição da sua

carteira, com observância às restrições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e segundo a Política de Investimento estabelecidas no Regulamento.

* * *

ANEXO I - REGULAMENTO DO FUNDO

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS

Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente Regulamento, conforme o disposto abaixo.

Os termos definidos e expressões adotadas neste Regulamento em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuídos no Anexo I ao presente Regulamento, aplicável tanto às formas no singular quanto no plural.

1. OBJETIVO

1.1 O Fundo tem por objetivo proporcionar aos Cotistas a valoração de suas Cotas a longo prazo através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios, nos termos deste Regulamento e da legislação vigente.

2. FORMA DE CONSTITUIÇÃO

2.1 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração de cada Série ou em virtude de sua liquidação, sendo admitida a amortização das Cotas, conforme disposto no presente Regulamento e nos respectivos Suplementos de cada Série de Cotas.

3. PRAZO DE DURAÇÃO

3.1 O Fundo terá prazo de duração indeterminado.

3.2 O Fundo pode ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o disposto neste Regulamento. Cada Série terá a duração especificada no respectivo Suplemento.



4. ADMINISTRADOR, GESTOR E CUSTODIANTE

4.1 O Fundo é administrado pela **Caixa Econômica Federal**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto n.º 6.473, de 5 de junho de 2008, autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 2300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.360.305/0001-04, doravante denominado simplesmente como “**ADMINISTRADOR**”.

4.2 A gestão da carteira do Fundo, nos termos do artigo 39, II, da Instrução CVM 356, caberá à **PLURAL CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, à Rua Lauro Muller, n.º 116, sala 3304, CEP 22.290-160, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.397.672/0002-80, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório n.º 10.817, de 15 de janeiro de 2010, doravante denominada simplesmente como “**GESTOR**”.

4.3 As atividades de custódia, controladoria e escrituração de Cotas do Fundo prevista no artigo 38 da Instrução CVM 356 serão exercidas pelo **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista n.º 1.111 - 2º andar-parte e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.868.597/0001-40, doravante denominado simplesmente como “**CUSTODIANTE**”.

5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR E DO CUSTODIANTE

5.1 O **ADMINISTRADOR**, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios, assumindo a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos titulares das Cotas, respeitadas as obrigações que lhe são impostas pela legislação e por este Regulamento.

5.2 Incluem-se entre as obrigações do **ADMINISTRADOR**, além daquelas previstas no artigo 34 da Instrução CVM 356:

- (i) celebrar os Documentos do Fundo por conta e ordem do Fundo e contratar, também por conta e ordem do Fundo, a Agência Classificadora de Risco e o Auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do **ADMINISTRADOR**;
- (ii) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;
- (iii) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites previstos neste Regulamento e na legislação aplicável, bem como da Relação Mínima e da Reserva de Pagamentos;
- (iv) monitorar, no âmbito de cada Contrato ou Termo de Cessão, as declarações prestadas pelo **GESTOR** quanto ao cumprimento das Condições de Cessão referidas neste Regulamento;
- (v) monitorar, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao **CUSTODIANTE**;
- (vi) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - (a) substituição do Auditor, do **GESTOR** ou do **CUSTODIANTE**;
 - (b) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e
 - (c) celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo;
- (vii) entregar e/ou manter a disposição da Agência Classificadora de Risco cópia dos relatórios preparados pelo próprio **ADMINISTRADOR**, pelo **CUSTODIANTE** e demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos do Fundo;

- (viii) registrar o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seus anexos, bem como eventuais alterações e futuras versões do Regulamento e de seus anexos, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade onde estiver sediada;
- (ix) providenciar que os Cotistas assinem o termo de adesão a este Regulamento na mesma data de subscrição de Cotas; 28 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
- (x) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, na forma por eles prevista, em especial as informações discriminadas na cláusula 19 abaixo;
- (xi) divulgar aos Cotistas, na forma prevista neste Regulamento, eventual rebaixamento da classificação de risco do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis do recebimento de tal informação;
- (xii) convocar a Assembleia Geral nos termos deste Regulamento;
- (xiii) divulgar à Agência Classificadora de Risco, até o dia 5 (cinco) de cada mês calendário, a Relação Mínima e a Reserva de Pagamentos;
- (xiv) formalizar as cessões dos Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos deste Regulamento e dos Termos de Cessão;
- (xv) autorizar a compra e a alienação de Direitos Creditórios ou Outros Ativos, inclusive no caso de recompra de Direitos Creditórios Inadimplidos por um Fornecedor ou de alienação de tais créditos quando o GESTOR concluir que foram esgotados todos os meios e procedimentos necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, e, ainda a critério do GESTOR, quando não seja possível celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos referidos ativos. O preço de alienação dos referidos ativos de titularidade do Fundo não poderá, exceto se aprovado pela Assembleia Geral, sob pena de responsabilização do ADMINISTRADOR por eventuais danos ou prejuízos causados ao Fundo, ser inferior ao seu respectivo valor contábil, devidamente ajustado

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007496 em 24/01/2011.

pelas regras do COSIF, devendo, ademais, refletir as condições de mercado na ocasião e o risco de crédito associado aos mesmos; e

- (xvi) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial, ou ainda de regimes similares, de bancos em que transitem recursos relacionados aos Direitos Creditórios, requerer o imediato direcionamento desse fluxo de recursos para outra conta de depósito, de titularidade do Fundo.

5.2.1 O **ADMINISTRADOR** outorgará ao **GESTOR**, nos termos do Contrato de Gestão e de procuração, plenos poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da carteira do Fundo, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que a integrem, inclusive o de participar e votar em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do Fundo, incluindo o de participar de assembleias de debenturistas, de acionistas, de credores em geral, assim como em qualquer reunião ou foros de discussão, representando o Fundo, com poderes para deliberar e votar sobre quaisquer assuntos relacionados aos ativos do Fundo, de acordo com os melhores interesses do Fundo.

5.2.2 O **ADMINISTRADOR** e o **GESTOR** deverão observar o disposto na Lei nº 9.613/1998, na Instrução SPC nº 26, de 1 de setembro de 2008, na Circular n.º 3.461/09 do BACEN e na Instrução CVM n.º 301/99 e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro”, ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613/1998, sendo certo que quaisquer penalidades eventualmente impostas aos Cotistas em decorrência da falta de cumprimento dessas regras por parte do **ADMINISTRADOR** e/ou do **GESTOR** serão por eles suportadas.

5.2.3 A distribuição das Cotas do Fundo será realizada em regime de melhores esforços pelo **ADMINISTRADOR** ou por instituição financeira a ele ligada ou por ele subcontratada, observado o disposto neste Regulamento e nos respectivos Suplementos de cada Série emitida. A remuneração pela distribuição das Cotas do Fundo integra o valor pago a título de Taxa de Administração ao **ADMINISTRADOR**.

5.2.3.1 Ao aderir ao FUNDO, o Cotista assinará o Compromisso de Investimento junto com o **ADMINISTRADOR**, o **GESTOR** e duas testemunhas. O instrumento de Compromisso de Investimento estabelece que, no decorrer da vigência do Fundo, haverá chamadas de capital às quais os Cotistas estarão obrigados a aportar recursos

até o limite do capital por ele subscrito na adesão ao Fundo, nos termos do referido instrumento e sob as penas nele expressamente previstas.

5.3 É vedado ao ADMINISTRADOR:

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações praticadas pelo Fundo em mercados de derivativos;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo;
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste;
- (iv) vender Cotas do Fundo a prestação, sem prejuízo da integralização a prazo das Cotas subscritas;
- (v) vender cotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de Cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- (vi) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento e na Instrução CVM 356;
- (vii) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356, bem como no Regulamento;
- (viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;

- (xi) obter ou conceder empréstimos/financiamentos; e
- (xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

5.3.1 As vedações de que trata o item anterior abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do **ADMINISTRADOR**, das sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

5.3.2 Excetuam-se do disposto no item acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional e os títulos de emissão do Banco Central do Brasil, integrantes da carteira do Fundo.

5.4 É vedado ao **ADMINISTRADOR**, em nome do Fundo, além do disposto no artigo 36 da Instrução CVM 356:

- (i) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Outros Ativos;
- (ii) aplicar recursos diretamente no exterior; e
- (iii) emitir qualquer classe ou série de Cotas em desacordo com este Regulamento.

5.5 Caberá ao **GESTOR** a prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, ficando a cargo do **GESTOR** a seleção e originação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos que integrarão a carteira do Fundo, de acordo com a política de investimento prevista neste Regulamento, cabendo ao **GESTOR**, ainda:

- (i) identificar e analisar os Fornecedores aptos a cederem Direitos Creditórios ao Fundo, bem como analisar e avaliar os Direitos Creditórios e Outros Ativos que possam ser e que forem adquiridos pelo Fundo; e
- (ii) em caso de inadimplência de Direitos Creditórios, iniciar ou fazer com que se inicie, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou



extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo a eventual recompra destes pelos respectivos Fornecedores, (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas.

5.5.1 Para o fiel cumprimento dos serviços ora pactuados, nos termos do art. 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, o **GESTOR** será constituído, nos termos do Contrato de Gestão, como procurador para, em nome do Fundo, celebrar todo e qualquer documento, acordo ou contrato relativo à gestão da carteira do Fundo e à cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos. Na celebração de tais documentos, o **GESTOR** deverá observar os interesses dos Cotistas, a legislação e regulamentação aplicável, o presente Regulamento e o Contrato de Gestão.

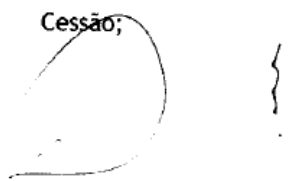
5.5.2 Não será de responsabilidade do **GESTOR** o exercício da administração do Fundo, que compete ao **ADMINISTRADOR**, único titular dos direitos e obrigações decorrentes de tal condição, conforme estabelecido neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

5.6 Aplicar-se-ão ao **GESTOR**, quando aplicáveis, as mesmas vedações aplicáveis ao **ADMINISTRADOR**.

5.7 Serão prestados pelo **CUSTODIANTE**, nos termos do Contrato de Custódia, os seguintes serviços: (i) custódia, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356, (ii) controladoria dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos que componham a carteira do Fundo, e (iii) tesouraria, escrituração, emissão e resgate de Cotas do Fundo.

5.8 Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis e dos termos e condições dos Contratos de Cessão celebrados pelo Fundo, são deveres do **CUSTODIANTE**:

- (i) receber, no caso dos Direitos Creditórios Petrobras: (a) cópia do Contrato; (b) o Contrato de Cessão; (c) o Termo de Cessão; e (d) a Autorização de Cessão ou a Solicitação de Trava de Domicílio Bancário, conforme estabelecido nesse Regulamento;
- (ii) receber, no caso dos Direitos Creditórios Fornecedor: (a) a CCB e seus anexos, incluindo as eventuais garantias; (b) a Solicitação de Trava de Domicílio Bancário ou a Autorização de Cessão; (c) o Contrato de Cessão;



- (iii) validar os Direitos Creditórios ofertados em relação aos Critérios de Elegibilidade definidos na cláusula 10 abaixo;
- (iv) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos;
- (v) fazer a custódia e realizar o controle dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos;
- (vi) às suas expensas, diligenciar para que as cópias autenticadas dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios (e as vias originais, no caso das CCBs) sejam mantidas atualizadas e em perfeita ordem, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor, a Agência de Classificação de Risco, o GESTOR e órgãos reguladores;
- (vii) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou outra renda relativa aos títulos custodiados em nome do Fundo, depositando os valores recebidos na conta corrente do Fundo;
- (viii) preparar o relatório mensal dos índices de inadimplência dos Direitos Creditórios, indicando a classificação dos devedores e as respectivas provisões nos termos da Resolução CMN 2.682, bem como das recompras e alienações de Direitos Creditórios, se houver, e das taxas de desconto praticadas pelo Fundo nas respectivas cessões de Direitos Creditórios e nas CCBs; e
- (ix) efetuar em até 24 horas, se for o caso, a conciliação dos valores depositados pela Petrobras na conta corrente de arrecadação do FUNDO especificada na Autorização de Cessão ou, se for o caso, na Conta Vinculada especificada na Solicitação de Trava de Domicílio Bancário, mantidas junto ao CUSTODIANTE, transferindo ao Fundo e aos Fornecedores os respectivos valores que lhes são devidos nos termos dos respectivos Contratos de Cessão e das CCBs.

5.9 Tendo em vista a quantidade e natureza dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como a estratégia de investimento do Fundo, o



}

CUSTODIANTE realizará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios (ou seja, dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios), da seguinte forma:

- (a) mediante a verificação trimestral dos 8 (oito) maiores Direitos Creditórios detidos pelo Fundo, assim considerados aqueles que tiverem maior representatividade em relação ao PL no período; e
- (b) trimestralmente, por amostragem, nos termos do item 5.9.2 abaixo.

5.9.1 O **CUSTODIANTE** comunicará o resultado da verificação prevista no “caput” ao **ADMINISTRADOR**, ao **GESTOR**, ao Auditor e à Agência Classificadora de Risco. Independentemente do disposto acima, o **ADMINISTRADOR**, o **CUSTODIANTE**, ou terceiro em seu nome, poderá realizar, a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento do Fornecedor, auditoria nos estabelecimentos em que os Documentos Representativos dos Direitos Creditórios sejam mantidos, de forma a verificar a sua existência e manutenção.

5.9.2 A verificação do lastro por amostragem será realizada pelo **CUSTODIANTE** ou por terceiro por ele contratado, que deverá observar os seguintes parâmetros:

- a) em conformidade com as boas práticas nacionais (Norma Brasileira de Contabilidade n.º 11, do Conselho Federal de Contabilidade) e internacionais, serão empregadas técnicas de amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de auditoria dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, em que a amostra é selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
- b) para seleção da amostragem, emprega-se técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (*software* ACL), que permite ao auditor utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:

- (i) Grau de Confiança: 95%;
- (ii) Limite de Erro Tolerável: 5%.

Onde:

Grau de Confiança: é o percentual que o auditor confia de que o número de erros na população analisada não ultrapassará o limite máximo tolerável.

Limite de Erro Tolerável: é o erro máximo na população que o auditor está

disposto a aceitar e, ainda assim, concluir que o resultado da amostra atingiu o objetivo da auditoria. O Limite de Erro Tolerável é considerado durante o planejamento dos trabalhos. Quanto menor o erro tolerável, maior deve ser o tamanho da amostra.

c) O tamanho da amostra será definido de acordo com as seguintes fórmulas:

$$n_o = 1/(E_o)^2$$
$$n = (N \times n_o) / (N + n_o)$$

20 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

Onde:

E_o = margem de erro tolerável, que estará entre zero e 5%

N = tamanho da população

n_o = fator de margem de erro

n = tamanho da amostra

d) se o auditor espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável.

5.9.3 A análise dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios será feita nos seguintes itens:

- 1 Número do Contrato ou do título representativo do Direito Creditório, bem como de suas garantias e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão ou na CCB;
- 2 Nota BAD e/ou COD do Fornecedor;
- 3 Existência de relacionamento entre o Fornecedor e a Petrobras, comprovado através de cópia do CRCC;
- 4 Número do CNPJ do Fornecedor e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão ou na CCB;
- 5 Nome do Fornecedor e sua correlação com os números informados no Contrato de Cessão ou na CCB;
- 6 Dia de Vencimento do Direito Creditório ou da CCB e sua correlação com os números informados no Contrato, no Contrato de Cessão ou na CCB;
- 7 Número de parcelas do Direito Creditório cedidas ao Fundo e sua correlação com os números informados no Contrato, no Contrato de Cessão ou na CCB;
- 8 O valor total cedido ao Fundo e sua correlação com os números informados no Contrato, no Contrato de Cessão ou na CCB;
- 9 Assinatura dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios;
- 10 Assinatura de 2 testemunhas identificadas com Nome e CPF no Contrato, no Contrato de Cessão ou na CCB e nas suas eventuais garantias;

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

- 11 Local e data estão preenchidos nos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios e nas eventuais garantias, e
- 12 Registro em cartório dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios e das eventuais garantias.

5.10 Desde que previamente aprovado pela Assembleia Geral, o **CUSTODIANTE** poderá ser substituído.

5.10.1 A contratação de novo **CUSTODIANTE** estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores pela Agência Classificadora de Risco.

5.10.2 Na hipótese de os Cotistas reunidos em Assembleia Geral não aprovarem a substituição do **CUSTODIANTE**, os mesmos poderão deliberar pela liquidação do Fundo, nos termos deste Regulamento.

5.10.3 Aplica-se o disposto no item 7 abaixo, no que couber, aos procedimentos de substituição do **CUSTODIANTE**.

5.11 O **CUSTODIANTE** poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções que lhe são atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos do Fundo. Neste caso, o **ADMINISTRADOR** deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a substituição do **CUSTODIANTE**, que deverá desempenhar todas as suas funções pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da convocação da Assembleia Geral que escolherá seu substituto ou até que a instituição escolhida assum a função, o que ocorrer primeiro.

5.12 A guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios originais, no caso dos Direitos Creditórios Petrobras, caberá ao respectivo Fornecedor, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Cessão, devendo o **CUSTODIANTE** manter cópias de tais documentos, quando exigido por este Regulamento, sem prejuízo da manutenção adicional de cópias eletrônicas. A guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios originais, no caso dos Direitos Creditórios Fornecedor (ou seja, as CCBs e documentos assessórios), caberá ao **CUSTODIANTE**.

5.13 A escrituração das Cotas do Fundo será efetuada pelo **CUSTODIANTE**.

6. REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR E DO CUSTODIANTE



6.1 Serão devidos ao **ADMINISTRADOR**, ao **GESTOR** e ao **CUSTODIANTE**, a título de honorários pelo desempenho de suas respectivas atribuições de administração e gestão do Fundo, Taxa de Administração definida neste Regulamento, correspondente a 1,00% (um por cento) ao ano sobre o PL do Fundo, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente, a partir da Data da Integralização Inicial de Cotas do Fundo.

6.1.1 A remuneração acima não inclui as despesas previstas no item 24 abaixo, a serem debitadas do Fundo pelo **ADMINISTRADOR**.

6.1.2 A Taxa de Administração será dividida entre o **ADMINISTRADOR**, **GESTOR** e **CUSTODIANTE** de acordo com a seguinte fórmula:

$$TA_T = TA_A + TA_G + TA_{EC}$$

Onde:

2º Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

TA_T = montante total da Taxa de Administração, correspondente a 1,00% (um por cento) ao ano apurado sobre o PL do Fundo;

TA_A = remuneração da ADMINISTRADORA, qual seja, 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano apurado sobre o PL do Fundo;

TA_G = remuneração do GESTOR, qual seja, 0,64% (sessenta e quatro centésimos por cento) ao ano apurado sobre o PL do Fundo, eventualmente ajustado para garantir a remuneração mensal mínima do CUSTODIANTE abaixo mencionada. Caso o PL supere R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), a remuneração do GESTOR será de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano apurado sobre o PL do Fundo; e

TA_{EC} = remuneração do CUSTODIANTE para serviços de custódia, escrituração e controladoria do Fundo, qual seja, 0,16% (dezesseis centésimos por cento) ao ano apurado sobre o PL do Fundo, observado um mínimo mensal de R\$12.000,00 (doze mil reais). Caso o PL do Fundo supere R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), a remuneração do CUSTODIANTE será de 0,13%

(treze centésimos por cento) ao ano apurado sobre o PL do FUNDO.

6.1.3 O **ADMINISTRADOR** pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

6.2 Além de parcela da Taxa de Administração, conforme previsto no item 6.1 acima, o Fundo remunerará o **GESTOR** mediante Taxa de Performance. A Taxa de Performance corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor que exceder a distribuição de rendimentos a todas as Cotas do Fundo, conforme descrito no item 17 abaixo. A Taxa de Performance será provisionada diariamente e paga semestralmente ao **GESTOR** no dia 5 (cinco) do mês subsequente ao encerramento de cada semestre do exercício social do Fundo.

6.3 Ressalvadas a Taxa de Administração e a Taxa de Performance, essa última a ser paga ao **GESTOR**, não serão cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso e/ou saída.

7. SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR

7.1 O **ADMINISTRADOR**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou por correio eletrônico com confirmação de recebimento encaminhado para todos os Cotistas do Fundo, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da Instrução CVM 356 e deste Regulamento.

7.1.1 Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, o **ADMINISTRADOR** obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

7.1.2 Na hipótese de deliberação pela substituição do **ADMINISTRADOR**, a Assembleia Geral deverá escolher novo administrador, capaz de assumir com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações do **ADMINISTRADOR**, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo.



7.2 Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral da substituição do **ADMINISTRADOR**, o mesmo deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 90 (noventa) dias; ou (ii) até que seja contratado outro administrador.

7.3 A remuneração do administrador substituto não poderá ser superior ao valor corrente da Taxa de Administração atribuída ao **ADMINISTRADOR**.

7.4 O **ADMINISTRADOR** deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, (i) colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da realização da respectiva Assembleia Geral que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem problema de continuidade, os deveres e obrigações do **ADMINISTRADOR**, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição que vier a substituí-lo.

7.5 A contratação de novo administrador estará sujeita à confirmação da classificação de risco das Cotas Seniores, se houver, pela Agência Classificadora de Risco.

7.6 Nas hipóteses de substituição do **ADMINISTRADOR** e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio **ADMINISTRADOR**.

7.7 As regras da presente seção se aplicam à substituição do **GESTOR**, no que couber, sendo que a renúncia e a substituição do **ADMINISTRADOR** não acarreta, necessariamente, em obrigação de renúncia ou substituição do **GESTOR**, o qual poderá permanecer nessa função, salvo se manifestar sua renúncia ou seja substituído.

8. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

8.1 Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo alocará seus recursos na aquisição preponderante de Direitos Creditórios e em Outros Ativos nos termos do item 8.4 abaixo e de acordo com as demais condições previstas neste Regulamento.

8.2 Decorridos 90 (noventa) dias da Data de Integralização Inicial, O Fundo deverá manter no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu PL em Direitos Creditórios, de acordo com os termos da Instrução CVM 356. Desta forma, a partir do 91º (nonagésimo primeiro) da Data de Integralização Inicial, o Fundo deverá ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por Direitos Creditórios, podendo o ADMINISTRADOR, conjuntamente com o GESTOR e por solicitação deste último, requerer à CVM a prorrogação desse prazo por igual período.

8.3 O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios Fornecedor, representados por CCBs, desde que sejam observadas as condições de Cessão, os Critérios de Elegibilidade, os limites e demais procedimentos estabelecidos neste Regulamento.

8.4 O Fundo pode aplicar o remanescente do PL (não representado por Direitos Creditórios) exclusivamente, em:

- (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- (iii) cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Referenciado DI”, cujas políticas de investimento permitam apenas a aplicação em títulos referidos nos itens (i) e (ii) acima e que as taxas de administração não excedam 1% (um por cento) ao ano.

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

8.4.1 Os fundos de investimento indicados no item 8.4(iii) acima: (a) poderão prever a utilização de derivativos nas respectivas políticas de investimento, desde que exclusivamente para os fins de proteção das posições detidas à vista (*hedge*); (b) serão selecionados exclusivamente pelo GESTOR e poderão ser administrados e/ou geridos pelo ADMINISTRADOR, pelo CUSTODIANTE, pelo GESTOR ou por empresas a eles ligadas; e (c) deverão ser geridos por gestores de reputação ilibada e de notória expertise e administrados por instituição financeira reconhecida pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais como uma das 20 (vinte) maiores instituições administradoras de fundos de investimento no país.

8.4.2 A seleção dos ativos mencionados no item 8.4 acima caberá ao GESTOR.

8.5 Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições autorizadas à prestação desses serviços pela referida autarquia ou pela CVM.

8.6 É facultado ao Fundo, ainda, realizar operações compromissadas tendo como lastro os ativos indicados nos itens 8.4(i) e 8.4(ii) acima.

8.7 O Fundo não poderá realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou aquelas compromissadas, em que os Fornecedores e/ou a Petrobras ou quaisquer pessoas controladoras, controladas, direta ou indiretamente, coligadas ou sob controle comum destes figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes, fica o **ADMINISTRADOR** responsável pelo envio ao **CUSTODIANTE** da lista de contrapartes com as quais o Fundo não poderá operar, e pelas devidas atualizações, quando necessárias. O Fundo pode realizar operações nas quais o **ADMINISTRADOR** atue na condição de contraparte do Fundo.

20 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

8.8 O Fundo não poderá realizar:

- (i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- (ii) operações de *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e
- (iii) operações com derivativos, mesmo que tais operações sejam destinadas exclusivamente para fins de proteção da carteira do Fundo.

8.9 O pagamento do preço de cessão dos Direitos Creditórios ou da aquisição das CCBs será efetuado em até 1 (um) Dia Útil contado da efetiva escrituração dos Direitos Creditórios pelo **CUSTODIANTE**.

8.10 As aplicações no Fundo não contam com garantia do **ADMINISTRADOR**, do **GESTOR**, do **CUSTODIANTE** ou do FGC. Além disso, o Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas

aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos Creditórios ou de Outros Ativos que poderão ter rentabilidade inferior à esperada respectivamente pelo ADMINISTRADOR e pelo GESTOR do Fundo. Tais riscos estão descritos pormenorizadamente na cláusula sobre “Fatores de Risco” deste Regulamento, que deve ser lida cuidadosamente pelo investidor antes da aquisição de Cotas.

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

9. CONDIÇÕES DE CESSÃO E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO

9.1 A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo deverá observar os seguintes limites e critérios, respeitadas ainda as demais Condições de Cessão abaixo e os Critérios de Elegibilidade no item 10 abaixo:

- (a) a partir da Data Inicial de Integralização de Cotas e o término da Integralização de Cotas Seniores, nos termos previstos no respectivo Suplemento, boletim de subscrição de Cotas e Compromisso de Investimento, (i) até 95% (noventa e cinco por cento) do PL do Fundo poderá ser representado Direitos Creditórios Petrobras a Performar e/ou Direitos Creditórios Fornecedor; e (ii) a taxa mínima de desconto aplicável para a aquisição de Direitos Creditórios Petrobras a Performar e Direitos Creditórios Fornecedor deve ter uma média igual ou superior a 160% (cento e sessenta por cento) da Taxa DI; e
- (b) após o término do período de integralização de Cotas Seniores, nos termos previstos no respectivo Suplemento, boletim de subscrição de Cotas e Compromisso de Investimento, (i) pelo menos 19% (dezenove por cento) do PL do Fundo deverá ser representado por caixa ou por Direitos Creditórios Petrobras Performados; e (ii) taxa mínima de desconto aplicável para a aquisição de Direitos Creditórios Petrobras a Performar e Direitos Creditórios Fornecedor deve ter uma média igual ou superior a 170% (cento e setenta por cento) da Taxa DI.

9.2 No momento de cada aquisição ou cessão de Direitos Creditórios Petrobras ao Fundo, o GESTOR verificará a observância, cumulativa, das seguintes condições de cessão:

- (i) os Direitos Creditórios Petrobras devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

- (ii) os Direitos Creditórios Petrobras devem estar representados por Documentos Representativos de Direitos Creditórios;
- (iii) os seguintes limites financeiros deverão ser observados para a aquisição de cada Direito Creditório Petrobras, em razão das características destes:
 - (a) no caso de Direitos Creditórios Petrobras a Performar: aquisição pelo Fundo de no máximo 50% (cinquenta por cento) do saldo vincendo das parcelas de cada Contrato, observados os limites em relação ao PL do Fundo previstos nos item 9.1 acima; e
 - (b) no caso de Direitos Creditórios Petrobras Performados, aquisição pelo Fundo de, no máximo, 90% (noventa por cento) do valor bruto de cada parcela de um Contrato, de acordo com o cronograma de pagamento do mesmo;
- (iv) o Fornecedor deverá declarar que o respectivo Contrato não apresenta, no momento da cessão, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras;
- (v) o Fornecedor deverá entregar a Autorização de Cessão ou a Solicitação de Trava de Domicílio Bancário devidamente anuída pela Petrobras conforme previsto neste Regulamento;
- (vi) o Fornecedor deverá fornecer evidência de avaliação de seu desempenho por meio da entrega do BAD e/ou do COD com nota superior a 70 (setenta), conforme previsto neste Regulamento, referente a pelo menos 1 (um) Contrato em vigor com a Petrobras do qual o Fornecedor seja parte, ou, caso o Fornecedor não possua Contrato em vigor, referente a Contrato que tenha expirado a no máximo 1 (um) ano a contar da data de aquisição dos Direitos Creditórios;
- (vii) os Direitos Creditórios Petrobras devem (a) ser vincendos, (b) ser devidos pela Petrobras, (c) ser oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens firmados pela Petrobras com Fornecedores;

- (viii) o Fornecedor deverá possuir relacionamento comercial com a Petrobras comprovado através de cópia do CRCC;
- (ix) o Fundo deve passar a ser titular e beneficiário de eventuais garantias vinculadas aos Direitos Creditórios Petrobras, se existentes;
- (x) a taxa mínima de desconto aplicável (a) para a aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios Petrobras Performados deverá ser igual ou superior a 135% (cento e trinta e cinco por cento) da Taxa DI, e (b) para aquisição de Direitos Creditórios Petrobras a Performar deverá ser igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI, taxas estas que serão calculadas no momento da cessão ou aquisição pelo Fundo do respectivo Direito Creditório; e
- (xi) somente poderão ser adquiridos ou recebidos em garantia quaisquer Direitos Creditórios Petrobras se, uma vez computada pro forma a respectiva aquisição, (a) forem mantidos os limites previstos no item 10.2 e seguintes deste Regulamento; e (b) o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios Petrobras integrantes da carteira do Fundo não seja superior a 12 (doze) meses, conforme cálculo realizado pelo GESTOR de acordo com a seguinte fórmula:

$$\left(\frac{\sum_{n=1}^J (VP_{DCV_n} \times T_{DCV_n})}{\sum_{n=1}^J VP_{DCV_n}} \right) \times \frac{1}{22} \leq 12 \text{ meses}$$

29 Of. de Res. de Títulos e Documentos
 Ficou arquivada cópia registrada
 sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

Onde:

VP_{DCV_n} = valor presente do Direito Creditório Petrobras vincendo de ordem "n"

T_{DCV_n} = número de dias úteis para o vencimento do Direito Creditório Petrobras de ordem "n"

J = quantidade de Direitos Creditórios Petrobras vincendos.



22 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001607494 em 24/01/2011.

9.2.1 A verificação do disposto no item 9.2(vi) acima e do ~~item 9.4(xi) abaixo~~ ocorrerá exclusivamente com base nos BAD e/ou COD disponibilizados pelo Fornecedor ao GESTOR.

9.3 O Contrato de Cessão referente aos Direitos Creditórios Petrobras preverá, no mínimo:

- (i) que o Fornecedor responde pela titularidade, existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos Creditórios Petrobras;
- (ii) que o Fornecedor atesta a inexistência de ônus, gravames ou restrições sobre os Direitos Creditórios Petrobras e sobre sua respectiva cessão;
- (iii) que a assinatura do Contrato de Cessão e a consequente cessão dos Direitos Creditórios Petrobras não acarretará o descumprimento total ou parcial de quaisquer obrigações do Fornecedor com a Petrobras, nem perante terceiros; e
- (iv) que quaisquer quantias eventualmente recebidas pelo Fornecedor em relação a Direitos Creditórios Petrobras cedidos serão transferidas ao Fundo em até 1 (um) Dia Útil.

9.4 No momento de cada aquisição ou cessão de Direitos Creditórios Fornecedor ao Fundo, o GESTOR verificará a observância, cumulativa, das seguintes condições de cessão:

- (i) os Fornecedores dos Direitos Creditórios Fornecedor (a) devem ser titulares de Contratos para os quais ainda não foram obtidas as respectivas anuências da Petrobras quanto à Autorização de Cessão ou à Solicitação de Trava de Domicílio Bancário; (b) declarar que as respectivas Autorizações de Cessão ou Solicitações de Trava de Domicílio Bancário não tenham sido previamente negadas pela Petrobras; (c) devem obrigar-se a envidar seus melhores esforços para que tais Autorizações de Cessão ou Solicitações de Trava de Domicílio Bancário sejam anuídas pela Petrobras em até 60 (sessenta) dias da aquisição da respectiva CCB pelo Fundo; e (d) não podem ter cedido, transferido ou de qualquer forma onerado, total ou parcialmente, os direitos decorrentes dos Contratos, os quais serão cedidos ao Fundo após a obtenção da respectiva anuência

quanto à Autorização de Cessão ou à Solicitação de Trava de Domicílio Bancário pela Petrobras;

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

- (ii) os Direitos Creditórios Fornecedor a serem adquiridos pelo Fundo devem ser emitidos unicamente por um Fornecedor e devem ser consubstanciados em Cédula de Crédito Bancária - CCB, emitida em favor de uma instituição financeira, a qual cederá a referida CCB integralmente ao Fundo;
- (iii) as CCBs representativas dos Direitos Creditórios Fornecedor devem estar livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (iv) o Fornecedor deve ser titular de direitos creditórios devidos pela Petrobras que sejam decorrentes de um Contrato;
- (v) o pagamento, pela Petrobras, dos Direitos Creditórios Fornecedor podem, a critério do GESTOR, ser utilizados para amortizar o valor global das CCBs, e a Petrobras deve passar a efetuar esses pagamentos em conta corrente de arrecadação do FUNDO ou, se for o caso, na Conta Vinculada detida por tal Fornecedor junto ao CUSTODIANTE, de acordo com a Autorização de Cessão ou a Solicitação de Trava de Domicílio Bancário, sendo o montante depositado em favor do Fornecedor automaticamente transferido ao Fundo para amortizar a dívida entre o Fornecedor e o Fundo, nos termos previstos na CCB;
- (vi) se for o caso, o Fornecedor deverá outorgar procuração ao GESTOR dando poderes irrevogáveis e irretratáveis para que esse possa acessar e movimentar a Conta Vinculada especificada no item (v) acima, de forma a garantir o recebimento dos Direitos Creditórios Fornecedor, incluindo poderes para transferência de recursos de titularidade do Fornecedor, depositados na referida Conta Vinculada, para a conta corrente de titularidade do Fundo;
- (vii) o Fornecedor deve providenciar o protocolo da Autorização de Cessão ou da Solicitação da Trava de Domicílio Bancário perante a Petrobras. A CCB deve estabelecer expressamente que a falta do protocolo da Autorização de Cessão ou da Solicitação de Trava de Domicílio Bancário, dentro de um prazo de em até 10 dias a contar da aquisição da CCB pelo Fundo,

acarretará no vencimento antecipado da CCB e a execução de suas garantias;

(viii) o Fornecedor deve possuir relacionamento comercial com a Petrobras comprovado através de cópia do CRCC;

(ix) o Fornecedor deve ser titular de direitos creditórios devidos pela Petrobras, em valor equivalente a, no mínimo, 200% (duzentos por cento) do valor dos Direitos Creditórios Fornecedor a serem adquiridos pelo Fundo, e o Fornecedor deverá declarar que o respectivo Contrato não apresenta, no momento da cessão, quaisquer parcelas vencidas e não pagas pela Petrobras;

(x) os aspectos técnicos sejam atendidos, de acordo com os Critérios de Elegibilidade contidos neste Regulamento;

20 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
em 24/01/2011.

(xi) o Fornecedor deverá fornecer evidência de avaliação de seu desempenho por meio da entrega do BAD e/ou do COD com nota superior a 70 (setenta), conforme previsto neste Regulamento, referente a pelo menos 1 (um) Contrato em vigor com a Petrobras do qual o Fornecedor seja parte, ou, caso o Fornecedor não possua Contrato em vigor, referente a Contrato que tenha expirado a no máximo 1 (um) ano a contar da data de aquisição dos Direitos Creditórios Fornecedor;

(xii) Caso o Fornecedor obtenha a anuência da Petrobras em relação à Autorização de Cessão ou à Solicitação de Trava de Domicílio Bancário correspondente a Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o montante devido pelo Fornecedor ao Fundo nos termos da CCB deverá ser quitado mediante a dação em pagamento ao Fundo dos Direitos Creditórios objeto do respectivo Contrato de Cessão;

(xiii) o Fundo deve passar a ser titular e beneficiário de eventuais garantias vinculadas às CCBs e aos Direitos Creditórios, se existentes; e

(xiv) a cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo de cada um dos Direitos Creditórios Fornecedor deve ser efetuadas em taxa igual ou superior à 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI, a qual será calculada, no momento da cessão para o Fundo ou aquisição pelo Fundo do respectivo Direito Creditório Fornecedor.

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

9.5 Nos termos do inciso X do artigo 24 da Instrução CVM 356, as características inerentes aos Direitos Creditórios Petrobras e aos Direitos Creditórios Fornecedor a serem adquiridos pelo Fundo estão descritas no Anexo III deste Regulamento. Tais características não consubstanciam Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios, podendo alterar-se mediante aprovação pela Assembleia Geral.

9.6 Além de verificar as Condições de Cessão a cada cessão, o **GESTOR** assegurará que os Direitos Creditórios atendam, também, aos Critérios de Elegibilidade a serem validados pelo **CUSTODIANTE** nos termos do item 10 abaixo.

9.7 Uma vez selecionados os Direitos Creditórios que o Fundo pretenda adquirir, a cessão dos Direitos Creditórios, incluindo todos os seus acessórios e garantias, será formalizada através da celebração de Contrato de Cessão e de Termos de Cessão entre o Fornecedor e o Fundo ou, no caso de Direitos Creditórios Fornecedor, através da aquisição da respectiva CCB pelo Fundo.

9.8 Na hipótese de os Direitos Creditórios deixarem de observar quaisquer dos critérios de elegibilidade abaixo ou das condições de cessão acima descritas após sua aquisição pelo Fundo, não haverá, por parte dos Cotistas, direito de regresso contra o **ADMINISTRADOR**, o **CUSTODIANTE** ou o **GESTOR**, salvo na existência de comprovada má-fé ou dolo destes.

9.9 A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fornecedor ou qualquer modalidade de coobrigação, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios Fornecedor deverá ser garantida por aval dos Fornecedores e de seus respectivos sócios, ou alternativa ou adicionalmente por coobrigação de empresa coligada ou pertencente ao mesmo grupo econômico do Fornecedor.

9.10 Não obstante o disposto no item 9.9 acima, observadas as regras aplicáveis aos Contratos de Cessão, especialmente em função de pagamento antecipado ou renegociação das condições de um Direito Creditório ou descumprimento de qualquer das Condições de Cessão ou dos Critérios de Elegibilidade, poderá haver a recompra ou substituição dos Direitos Creditórios pelo Fornecedor ou por terceiros, a critério

do GESTOR, caso estes deixem de estar enquadrados nas Condições de Cessão ou estejam inadimplidos. No caso de cessão, recompra ou substituição dos Direitos Creditórios, nos termos deste parágrafo, o GESTOR envidará seus melhores esforços para realizar a transação no preço mais benéfico ao Fundo dentre os disponíveis ao GESTOR.

29 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
em 14/01/2011.

9.11 Qualquer decisão em Assembleia Geral que delibere sobre alteração, inclusão ou exclusão dos Critérios de Elegibilidade deverá ser comunicada, em até 5 (cinco) Dias Úteis, ao CUSTODIANTE e ao GESTOR. Caso, por qualquer motivo, o CUSTODIANTE não concorde com tais alterações em relação aos Critérios de Elegibilidade, deverá requerer o término do Contrato de Custódia, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento da notificação que o informe sobre a referida alteração do Regulamento.

9.11.1 Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia, o CUSTODIANTE deverá ser substituído no prazo de até 90 (noventa) dias da referida data. Nesta hipótese, o CUSTODIANTE não será responsável pela verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos sem a sua expressa concordância, desde a data de tal alteração ou inclusão até a data da efetiva interrupção da prestação dos serviços de custódia ao Fundo ou da substituição do CUSTODIANTE.

9.11.2 Caso o CUSTODIANTE não requeira o término do Contrato de Custódia, no prazo indicado no parágrafo 9.11 acima, serão consideradas aceitas tacitamente pelo CUSTODIANTE as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.

10. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

10.1 Adicionalmente e cumulativamente às Condições de Cessão, os Direitos Creditórios Petrobras deverão atender aos Critérios de Elegibilidade que serão validados pelo CUSTODIANTE nos termos deste item no momento de cada aquisição ou cessão ao Fundo, quais sejam:

- (i) os Direitos Creditórios Petrobras não poderão ter data de vencimento superior (a) a 36 (trinta e seis) meses contados da sua data de aquisição pelo Fundo; e (b) ao maior prazo de vencimento de série de Cotas



Seniores em circulação, nem data de vencimento inferior a 7 (sete) dias contados da respectiva aquisição; e

- (ii) não poderão ser adquiridos Direitos Creditórios Petrobras com vencimento no período que anteceder a (a) 6 (seis) meses do prazo de encerramento da Série em circulação com maior prazo de vencimento, em caso de Direitos Creditórios Petrobras a Performar; e (b) 3 (três) meses do prazo de encerramento da Série em circulação com maior prazo de vencimento, em caso de Direitos Creditórios Performados.

10.2 A aquisição de Direitos Creditórios Petrobras pelo Fundo observará, adicionalmente, o disposto abaixo:

- (i) computada *pro forma* a aquisição de novos Direitos Creditórios Petrobras pelo Fundo, o total de Direitos Creditórios Petrobras de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder 7% (sete por cento) do valor do Capital Subscrito, ressalvado o disposto nos subitens seguintes; e
- (ii) computada *pro forma* a aquisição de Direitos Creditórios Petrobras pelo Fundo, a carteira do Fundo deverá respeitar os seguintes limites de concentração por Fornecedor, por tipo de Direito Creditório:

(a) Direitos Creditórios Petrobras a Performar:

Maiores Fornecedores em ordem decrescente (% dos Direitos Creditórios cedidos em relação ao Capital Subscrito)	% máximo sobre o capital subscrito
1 (maior Fornecedor)	7%
2	7%
3	6%
4	6%
5	6%
6	6%
7	6%
8	5%
9	5%

		29 Of. de Reg. de títulos e documentos Ficou arquivada cópia registrada sob o nº 0081007494 em 24/01/2011.
10		5%
11		5%
12		5%
13		5%
14		3%
15		3%
16		3%
17		3%
18		3%
19		3%
20		3%
21		3%
22		2%

(b) Direitos Creditórios Petrobras Performados: por Fornecedor, 3,5% (três e meio por cento) do Capital Subscrito.

10.2.1 Para efeito do disposto no item 10.2 acima, após o término do período de integralização de Cotas conforme previsto no Suplemento, a base de cálculo dos limites de concentração previstos passará a ser o PL.

10.3. Adicionalmente e cumulativamente às Condições de Cessão, os Direitos Creditórios Fornecedor deverão atender aos Critérios de Elegibilidade que serão validados pelo CUSTODIANTE nos termos deste item no momento de cada aquisição ou cessão ao Fundo, quais sejam:

- (i) os Direitos Creditórios Fornecedor não poderão estar vencidos ou com parcelas não pagas na data de sua cessão para o Fundo;
- (ii) os Direitos Creditórios Fornecedor não poderão ter data de vencimento superior (a) a 60 (sessenta) dias contados da sua data de aquisição pelo Fundo; e (b) ao maior prazo de vencimento de série de Cotas Seniores em circulação; e
- (iii) o valor total a ser desembolsado pelo Fundo para aquisição de Direitos Creditórios Fornecedor é limitado a, no máximo, 10% (dez por cento) do Capital Subscrito e, no que se refere individualmente a cada Fornecedor, é limitado a 2% (dois por cento) do Capital Subscrito.



20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
termo do período de 24/01/2011.

10.3.1 Para efeito do disposto no item 10.3(iii) acima, após o término do período de integralização de Cotas conforme previsto no Suplemento, a base de cálculo dos limites de concentração previstos passará a ser o PL.

10.4 A aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, computada pro forma e considerando Direitos Creditórios Petrobras (Performados e a Performar) e Direitos Creditórios Fornecedor, deverá respeitar, adicionalmente, o limite de concentração máximo por setor de mercado de 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Subscrito, de forma que Direitos Creditórios de um único setor de mercado, considerando-se cada Contrato entre um Fornecedor e a Petrobras, não poderão representar percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Subscrito.

10.4.1 Para fins do item 10.4 acima, consideram-se setores de mercado aqueles indicados no Anexo V ao presente Regulamento.

10.4.2 A verificação do disposto no item 10.4 acima ocorrerá exclusivamente com base na declaração de cada Fornecedor constante de cada Termo de Cessão que este vier a assinar com o Fundo, o qual será disponibilizado ao CUSTODIANTE.

11. FATORES DE RISCO

11.1 Não obstante a diligência do ADMINISTRADOR e do GESTOR em colocar em prática a política de investimento delineada, a carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos fatores de risco, dentre os quais destacamos os abaixo relacionados. Caso algum destes riscos se concretize, o Fundo poderá sofrer prejuízos, inclusive com perda de patrimônio para o Cotista. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente esta cláusula. O ADMINISTRADOR, o CUSTODIANTE, o GESTOR, os Fornecedores e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, eventual perda do valor de principal de suas aplicações em decorrência dos riscos indicados abaixo, de forma não exaustiva, e de outros aplicáveis às Cotas, aos Direitos Creditórios e ao Fundo.

11.2 Riscos de Mercado:



11.2.1 *Flutuação de Preços dos Ativos* - Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de ativos que componham a carteira do Fundo, inclusive derivativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, a prejuízos por parte dos Cotistas.

11.2.2 *Descasamento de Taxas* - Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados a taxas prefixadas. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas tem como parâmetro a Taxa DI. Assim, nas hipóteses de (i) aumento substancial da Taxa DI; e/ou (ii) insucesso na eventual realização de operações em mercados de derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas à vista até o limite dessas, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos detentores de Cotas, conforme definido abaixo, sendo que nem o Fundo, nem o ADMINISTRADOR, nem o GESTOR prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas.

29 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada e não registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

11.3 Risco de Crédito

11.3.1 *Fatores Macroeconômicos* - Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios devidos pela Petrobras, dependerá da solvência desta para distribuição de rendimentos aos Cotistas. A solvência da Petrobras pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico etc., bem como a decisões ou políticas desenvolvidas pelo Governo Federal. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios do Fundo, afetando negativamente seus resultados e/ou provocando perdas patrimoniais, o que poderá afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

11.3.2 *Cobrança Judicial e Extrajudicial* - No caso de a Petrobras ou o Fornecedor, conforme o caso, inadimplir as obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, contudo, que referidas cobranças atingirão os resultados almejados,

recuperando para o Fundo o total dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

11.3.3 Riscos Decorrentes dos Critérios para Concessão de Crédito - O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que tenham sido originados com observância de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito que observem, no mínimo, as diretrizes especificadas no Anexo III deste Regulamento. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais diretrizes garantirá a qualidade dos Direitos Creditórios e/ou a solvência dos respectivos devedores e Fornecedores.

11.4 Risco de Liquidez

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007694 em 24/01/2011.

11.4.1 Fundo Fechado e Mercado Secundário - O Fundo será constituído sob a forma de condomínio fechado, sendo que as Cotas somente poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração da Série, ou por ocasião da liquidação do Fundo. Assim, caso o Cotista Sênior, por qualquer motivo, decida alienar suas Cotas antes de encerrados os referidos prazos, terá que fazê-lo no mercado secundário. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda de cotas ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda de patrimônio ao Cotista.

11.4.2 Inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios - O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas neste Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

11.4.3 Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo - O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto na cláusula 21 do presente Regulamento. Ocorrendo a liquidação, o Fundo poderá não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos Direitos Creditórios do Fundo ainda não ser exigível da Petrobras. Neste caso, o pagamento

aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pela Petrobras das parcelas relativas aos Direitos Creditórios do Fundo; (ii) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo, apenas em caso de aprovação pela Assembleia Geral; ou (iii) ao resgate de Cotas em Direitos Creditórios. Nas três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais, bem como as expectativas de amortização e/ou de resgate das Cotas Seniores de cada Série “n”, conforme o previsto no respectivo Suplemento, poderão não ser cumpridas, havendo o atraso na amortização e/ou no resgate de tais Cotas Seniores.

11.5 Riscos Específicos

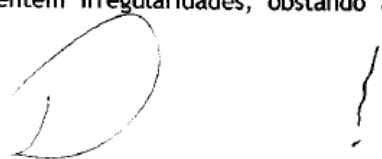
29 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

11.5.1 Riscos Operacionais

11.5.1.1 *Falhas do CUSTODIANTE* - A cobrança dos Direitos Creditórios depende da atuação diligente do CUSTODIANTE. Cabe-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e realizar a conciliação dos valores devidos ao Fundo e aos Fornecedores. Assim, qualquer falha de procedimento do CUSTODIANTE poderá acarretar menor recebimento dos recursos pelo Fundo e, em última instância, a perda patrimonial do Fundo e a queda da rentabilidade das Cotas.

11.5.1.2 *Guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios* - A guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios dos Direitos Creditórios Petrobras ficará a cargo dos Fornecedores, na qualidade de fiéis depositários. Ainda que o CUSTODIANTE mantenha cópia dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, do CRCC e do BAD e/ou COD do Fornecedor, a guarda dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios pelos Fornecedores pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida formalização dos Direitos Creditórios Petrobras e a sua cobrança.

11.5.1.3 *Verificação do lastro dos Direitos Creditórios* - o CUSTODIANTE fará a verificação periódica por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios por meio da análise de cópias dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, do CRCC e do BAD e/ou COD do Fornecedor, e da versão original do Contrato de Cessão, do Termo de Cessão e da Autorização de Cessão ou da Solicitação de Trava de Domicílio Bancário. Contudo, até que tal verificação seja realizada, o Fundo poderá ter Direitos Creditórios cujos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios apresentem irregularidades, obstando ao Fundo o exercício de seus direitos em



relação aos Direitos Creditórios, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas. Ademais, a utilização de cópias dos Documentos Representativos dos Direitos Creditórios, do CRCC e do BAD e/ou COD para a verificação do lastro dos Direitos Creditórios não confere o mesmo grau de certeza proporcionado pela análise de documentação original, aumentando o risco de ocorrência de erros na verificação do lastro dos Direitos Creditórios.

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

11.5.2. Risco dos Originadores

11.5.2.1 *Inadimplemento dos Contratos* - Nos termos do artigo 476 do Código Civil, em contratos que estabeleçam obrigações para ambos os contratantes, nenhuma das partes poderá exigir da outra parte o cumprimento de sua obrigação antes de cumprida a sua própria obrigação. Deste modo, caso o Fornecedor, por qualquer motivo, deixe de cumprir suas obrigações contraídas no Contrato, a Petrobras poderá deixar de transferir ao Fundo os recursos destinados ao adimplemento dos Direitos Creditórios, comprometendo o fluxo de caixa esperado do Fundo e prejudicando, assim, a rentabilidade do investimento realizado pelos Cotistas, podendo inclusive resultar em perda de patrimônio para o Cotista, uma vez que o Fundo poderá ter até 100% de seu PL representado por Direitos Creditórios Petrobras a Performar.

11.5.2.2. *Obrigações dos Originadores ou de terceiros* - Considerando a natureza dos Direitos Creditórios sujeitos a aplicação do Fundo, os Direitos Creditórios que servem para lastro e/ou garantia dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigação do originador ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar, ainda que atendidas as condições de cessão e os critérios de elegibilidade que visem mitigar o referido risco.

11.5.3 Risco de Descontinuidade

11.5.3.1 *Liquidação* - O Fundo poderá ser liquidado ou ter suas Cotas resgatadas antecipadamente por diversas razões, conforme o disposto neste Regulamento. A liquidação pode trazer prejuízos para o Fundo e seus Cotistas, decorrentes, por exemplo, de desvalorização de seus ativos relacionada à conjuntura econômica desfavorável. Ademais, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis). Neste caso, ou (i) os Cotistas teriam suas Cotas resgatadas em Direitos Creditórios; ou (ii) o pagamento do resgate das Cotas ficaria condicionado (a) ao

pagamento pela Petrobras das parcelas dos Direitos Creditórios; ou (b) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia ocasionar prejuízos aos Cotistas. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, havendo mais de uma Série de Cotas Seniores em circulação, o efetivo recebimento dos recursos a que fazem jus os titulares de Cotas Seniores com vencimento mais curto poderá ocorrer em prazo maior que o originalmente previsto no respectivo Suplemento, tendo em vista que não há direito de preferência no recebimento de recursos entre Cotas Seniores de Séries distintas.

11.5.4 Outros

11.5.4.1 *Intervenção ou Liquidação do CUSTODIANTE* - O Fundo terá conta corrente no CUSTODIANTE. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados pelo Fundo, o que afetaria seu PL, sua rentabilidade e poderia afetar negativamente a rentabilidade das Cotas.

11.5.4.2 *Redução das Cotas Subordinadas e das Cotas Subordinadas Mezanino* - O Fundo terá Relação Mínima admitida entre o seu PL e o valor das Cotas Seniores de 125% (cento e vinte e cinco por cento). Isto quer dizer que 80% (oitenta por cento) do PL do Fundo é representado por Cotas Seniores. A diferença do patrimônio do Fundo é representada por Cotas Subordinadas e por Cotas Subordinadas Mezanino, que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência da Petrobras ou dos Fornecedores e problemas de pagamento de indenizações ou repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas e as Cotas Subordinadas Mezanino poderão ter seu patrimônio reduzido e os subscritores das Cotas Subordinadas e de Cotas Subordinadas Mezanino não estão obrigados a aportar Cotas adicionais para restabelecer a Relação Mínima. Caso as Cotas Subordinadas e as Cotas Subordinadas Mezanino tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

11.5.4.3 *Risco de Concentração* - A totalidade dos Direitos Creditórios será devida pela Petrobras ou por Fornecedores. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, inclusive de Fornecedores, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.



11.5.4.4 *Risco de rebaixamento da classificação de risco das Cotas do Fundo* - em virtude de eventos de inadimplemento, bem como por outros fatores, as Cotas do Fundo poderão ter sua classificação de risco rebaixada, o que poderá configurar um Evento de Avaliação ou de Liquidação, nos termos do disposto neste Regulamento, inclusive durante o período em que os Cotista ainda não concluíram o aporte do Capital Comprometido.

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

11.5.4.5 *Risco de Inadimplência na Integralização de Cotas* - Os Cotistas do Fundo assinarão Compromisso de Investimento e boletim de subscrição de Cotas através dos quais se comprometerão a efetuar a integralização das Cotas subscritas, nos termos definidos neste Regulamento, no respectivo Suplemento e no boletim de subscrição de Cotas. Entretanto, existe o risco de não integralização ou de atraso no pagamento dos valores devidos pela integralização, ficando o Fundo sujeito a tais riscos que podem comprometer seu patrimônio e rentabilidade.

11.5.4.6 *Alteração do Regulamento* - O presente Regulamento, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

11.5.4.7 *Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas* - Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo **ADMINISTRADOR** antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos Cotistas não aprovarem referido aporte de recursos, consignado que o **ADMINISTRADOR** e o **CUSTODIANTE**, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, o PL e a rentabilidade das Cotas poderão ser afetados negativamente.

11.5.4.8 *Invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios* - Com relação ao Fornecedor, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo poderia ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o PL, caso fosse realizada em:

- (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
- (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
- (iii) fraude à execução fiscal, se o cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal.

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
em nº 0001007634 em 24/01/2011.

11.5.4.9 *Garantia da CCB* - enquanto a Petrobras não fornecer expressa concordância à Autorização de Cessão ou à Solicitação de Trava de Domicílio Bancário, mediante assinatura da respectiva carta de solicitação, as CCBs poderão ser garantidas tão somente por aval dado por sócios dos Fornecedores e/ou pela coobrigação de empresas coligadas ou pertencentes ao mesmo grupo econômico do Fornecedor. Caso a Petrobras não concorde com a cessão fiduciária ou não observe, por qualquer motivo, a Trava de Domicílio Bancário, a CCB não poderá contar com a garantia do Direito Creditório Fornecedor.

11.5.4.10 *Riscos Adicionais Atinentes às Cotas Subordinadas* - Nos termos do regulamento do Fundo, o ADMINISTRADOR realizará as chamadas de capital para a integralização de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas em proporções distintas à Relação Mínima, ou seja, a proporção de Cotas Subordinadas poderá exceder a proporção da Relação Mínima, ficando o Fundo com percentual de subordinação acima de 21% (vinte e um) por cento do seu PL. Isto porque os Cotistas Subordinados e os Cotistas Subordinados Mezanino serão chamados a efetuar a integralização da totalidade de suas cotas anteriormente e em maior proporção que a dos subscritores de Cotas Seniores. O Fundo poderá manter nível de subordinação superior à Relação Mínima, a fim de que sejam mantidos os níveis de risco e

classificação de risco atribuída às Cotas Seniores, nos termos e condições estabelecidos no regulamento do Fundo.

11.5.4.11 *Riscos Decorrentes do Pagamento Antecipado, Amortização ou Inadimplemento de Direitos Creditórios* - A Petrobras ou os Fornecedores, devedores de Direitos Creditórios que compõe a carteira do Fundo, poderão optar por liquidá-los antecipadamente, realizando o seu pré-pagamento. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da carteira do Fundo, bem como gerar dificuldades ao **GESTOR** em identificar Direitos Creditórios que estejam de acordo com Critérios de Elegibilidade nos termos do seu Regulamento em tempo hábil. Desse modo, o **GESTOR** poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, o que pode afetar negativamente a rentabilidade inicialmente esperada para as Cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pelo **ADMINISTRADOR**, pelo **GESTOR** ou pelo **CUSTODIANTE**, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Ademais, considerando que o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios Petrobrás a Performar e Direitos Creditórios Fornecedor, poderá haver eventos que causem o inadimplemento ou a amortização, antecipação ou liquidação do seu pagamento, uma vez que decorrerão de relações jurídicas mantidas entre os Fornecedores e a Petrobrás, sendo certo que, em decorrência da multiplicidade destes e da natureza dos Contratos, não é possível especificar os referidos eventos.

11.5. *Riscos Relacionados A Fatores Legais E Regulatórios* - O Fundo está sujeito a riscos decorrentes das eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos direitos creditórios para o cedente, bem como o comportamento do conjunto dos créditos cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados.

11.6. *Demais Riscos* - O Regulamento prevê que os Fornecedores serão responsáveis por somente indicar para aquisição pelo Fundo Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão, porém referidas Condições de Cessão poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a hígidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo. O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios serem alcançados por obrigações assumidas pelos Fornecedores e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento

do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelo Fornecedor, (iv) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores do Fornecedor, e (v) na falta de ou no cancelamento da autorização da Petrobras para a cessão dos Direitos Creditórios. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações do Fornecedor e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente. A propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do **ADMINISTRADOR** e do **GESTOR**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, ou aplicações significativas.

12. COTAS DO FUNDO

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

12.1 As Cotas correspondem a frações ideais do PL e somente serão resgatadas em virtude da liquidação do Fundo ou do término do prazo da respectiva Série, ou ainda por decisão da Assembleia Geral.

12.1.1 As Cotas serão divididas em Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas.

12.1.2 As Cotas Seniores serão divididas em Séries. As datas e valores de amortização e resgate de cada Série "n" serão definidos nos respectivos Suplementos, anexos a este Regulamento, que, uma vez assinados pelo **ADMINISTRADOR**, passam a ser parte integrante e regidos pelas disposições do presente Regulamento.

12.2 O valor inicial das Cotas Sênior será definido no Suplemento de cada Série "n". Fica a critério do **ADMINISTRADOR** a quantidade de Cotas a ser emitida, desde que (i) seja observada a proporção mínima conjunta de 21% (vinte e um por cento) de Cotas Subordinadas e de Cotas Subordinadas Mezanino sobre o total de Cotas emitidas, observado o disposto no item 12.2.1 abaixo; e (ii) seja mantida a classificação de risco das Cotas Sênior em circulação, se houver.

12.2.1 A Relação Mínima admitida é de 126,582% (cento e vinte e seis vírgula quinhentos e oitenta e dois por cento), sendo que a diferença do PL do Fundo não representada por Cotas Seniores é representada por Cotas Subordinadas e Cotas Subordinadas Mezanino. A composição deverá ser de, no mínimo, 11% (onze por cento) do PL de Cotas Subordinadas e de, no mínimo, 10% (dez por cento) do PL de Cotas Subordinadas Mezanino. Essa relação, incluindo a Relação Mínima, deve ser apurada pelo CUSTODIANTE todo Dia Útil, e em caso de desenquadramento, o CUSTODIANTE reportará ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR.

12.2.2 Caso se verifique que a Relação Mínima encontra-se inferior a 126,582% (cento e vinte e seis vírgula quinhentos e oitenta e dois por cento), o ADMINISTRADOR deverá, imediatamente, providenciar o reenquadramento do Fundo, mediante comunicação ao GESTOR, para que este informe se, a seu critério, (i) o ADMINISTRADOR deverá preceder à amortização de Cotas Seniores, desde que o Fundo tenha liquidez suficiente para realizar tal amortização e que a capacidade do Fundo em cumprir com suas obrigações não seja materialmente afetada, ou se (ii) haverá subscrição adicional de Cotas Subordinadas em número suficiente para recompor a Relação Mínima, caso não seja possível ou suficiente a amortização das Cotas Seniores.

12.2.3 A amortização de Cotas Seniores para fins de recomposição da Relação Mínima prevista no item acima será efetuada independentemente da realização de Assembleia Geral.

12.3 As Cotas Seniores serão subscritas e integralizadas na forma do Suplemento de cada Série "n". Na subscrição de Cotas Seniores em data diversa da Data de Integralização Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao ADMINISTRADOR, em sua sede ou dependências.

12.3.1 A primeira integralização de Cotas Seniores somente ocorrerá após o início da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.

12.4 As Cotas serão escriturais, mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares. As Cotas Seniores serão registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, da CETIP, e para negociação no mercado secundário no Módulo de Fundos - SF, também



20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das Cotas.

12.4.1 A qualidade de Cotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósitos em nome do Cotista.

12.4.2 É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas, a adesão do Cotista aos termos do presente Regulamento, por meio da assinatura do termo de adesão a este Regulamento, fornecido pelo ADMINISTRADOR.

12.4.3 Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, devem ser deduzidas do valor entregue ao ADMINISTRADOR as taxas ou despesas convencionadas neste Regulamento.

12.5 As Cotas ofertadas publicamente só podem ser distribuídas por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

12.6 O valor mínimo de aplicação no Fundo será definido no Suplemento de cada Série “n”, observado o previsto na legislação e na regulamentação vigente.

12.7 Somente investidores qualificados poderão adquirir as Cotas.

12.7.1 No momento da subscrição das Cotas do Fundo, caberá à instituição responsável pela colocação assegurar a condição de Investidor Autorizado do subscritor das Cotas, independentemente da classe a qual pertença.

12.8 As Cotas Seniores de cada Série “n” do Fundo, quando ofertadas publicamente, deverão ser avaliadas pela Agência Classificadora de Risco, conforme estipulado no respectivo Suplemento. Caso haja avaliação, esta avaliação será feita periodicamente a cada trimestre.

12.8.1. Havendo avaliação de risco das Cotas, se ocorrer o rebaixamento do *rating* das Cotas Seniores do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos, além daqueles descritos no item 21.2 deste Regulamento:

- (i) comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do



Fundo ou através de correio eletrônico com confirmação de recebimento;
e

- (ii) envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico com confirmação de recebimento contendo relatório da Agência Classificadora de Risco.

12.9 O descumprimento das obrigações assumidas pelos Cotistas nos termos do Compromisso de Investimento, ensejará aos Cotistas restrições de direito de voto, cobrança de multa, de continuidade como Cotista, entre outras penalidades previstas no Compromisso de Investimento.

12.10 Ao aplicar no Fundo, o Cotista:

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

- (i) receberá cópia do presente Regulamento e do Prospecto do Fundo;
- (ii) assinará o Termo de Adesão ao presente Regulamento;
- (iii) declarará sua condição de investidor qualificado, nos termos da legislação vigente;
- (iv) assinará o boletim de subscrição de Cotas;
- (v) assinará Compromisso de Investimento, assumindo obrigação de integralizar as Cotas subscritas conforme previsto no respectivo Suplemento e boletim de subscrição de Cotas.

12.10.1 Do boletim de subscrição de Cotas constarão as seguintes informações:

- (i) nome e qualificação do subscritor;
- (ii) o valor do investimento ou o número e classe de Cotas subscritas;
- (iii) preço e condições para sua integralização; e
- (iv) declaração expressa de proceder à integralização das Cotas subscritas, nos termos do respectivo Suplemento e Compromisso de Investimento.

13. CLASSES DE COTAS

13.1 As Cotas serão seniores ou subordinadas.

13.2 As Cotas terão direito a voto, taxas e despesas iguais.

13.3 As Cotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais ou entre si para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.

13.4 As Cotas Subordinadas Mezanino são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. Somente ocorrerá a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas Mezanino após a amortização e o resgate das Cotas Seniores.

13.5 As Cotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, e que suportarão primeiramente as provisões para perdas decorrentes de inadimplementos relacionados aos Direitos Creditórios Fornecedor, até o limite equivalente a somatória do valor total das mesmas. Somente ocorrerá a amortização e o resgate das Cotas Subordinadas após a amortização e o resgate das Cotas Seniores, exceto se em conformidade com o item 16.5 abaixo.

14. ORDEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS

14.1 A partir da Data de Integralização Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, o **ADMINISTRADOR** obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- (i) pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, exceto a Taxa de Performance;
- (ii) formação da Reserva de Pagamentos;
- (iii) amortização e/ou resgate das Cotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- (iv) aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional;
- (v) amortização e/ou resgate de classes de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento e dos respectivos Suplementos; e

(vi) pagamento da Taxa de Performance, quando for o caso;

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Fica arquivada cópia registrada
em 24/01/2011.

14.2 Exclusivamente na hipótese de liquidação, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo serão alocados na seguinte ordem:

- (i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- (ii) na amortização das Cotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- (iii) na amortização de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento e dos respectivos Suplementos; e
- (iv) eventual excedente será distribuído entre os Cotistas e o GESTOR na forma do item 21.6.3 abaixo.

15. CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA CARTEIRA DO FUNDO

15.1 Independentemente da classe, as Cotas serão valorizadas todo Dia Útil, conforme o critério de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo abaixo descrita. A primeira alocação dos rendimentos ocorrerá no primeiro Dia Útil seguinte à Data de Integralização Inicial, e a última na data de liquidação do Fundo.

15.2 Todo Dia Útil, desde que o PL assim permita e após o pagamento ou provisionamento das despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada uma das Cotas Seniores, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o *benchmark* definido no respectivo Suplemento da Série “n”, incidente sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Seniores da respectiva Série.

15.2.1 Atingido o *benchmark* das Cotas Seniores, os resultados excedentes do Fundo serão destinados à valorização proporcional das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas, até o limite de 100% (cem por cento) da Taxa DI, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas.

}

15.3 O eventual valor excedente após a incorporação dos resultados acima descritos para as Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas e após o provisionamento da Taxa de Performance, conforme descrito no item 6.2 acima, será atribuído proporcionalmente à participação das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas no PL do Fundo, com a apropriação dos resultados da carteira do Fundo.

15.4 Caso a valorização dos ativos integrantes da carteira do Fundo não seja suficiente para que seja atingido o valor da remuneração-alvo (*benchmark*) das Cotas Seniores de cada Série "n", ou a rentabilidade das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas não atingirem a valorização de até 100% da Taxa DI, nos termos do item 15.2.1 acima, o valor provisionado a título de Taxa de Performance e o valor provisionado nos termos do item 15.3 acima deverão ser incorporados ao valor das Cotas cuja remuneração-alvo não tenha sido atingida, obedecida a ordem de preferência entre as diferentes classes de Cotas e proporcionalmente a sua participação no PL, até que a remuneração-alvo das Cotas de todas as Séries e classes seja atingida ou até que se esgotem os tais valores provisionados.

15.5 A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre os Cotistas das diferentes classes existentes.

16. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS E RESGATE

16.1 As Cotas Seniores de cada Série "n" serão amortizadas pelo Regime de Caixa, na forma prevista no respectivo Suplemento, e serão resgatadas pelo Fundo no fim do prazo de duração da respectiva Série ou em virtude da liquidação do Fundo, de acordo com as condições previstas nos respectivos Suplementos, observado o disposto neste Regulamento.

16.1.1 Havendo mais de uma Série de Cotas Seniores emitidas e ainda não resgatadas, o pagamento das amortizações periódicas será feito de forma proporcional à participação de cada Série de Cotas Seniores no PL, sem qualquer distinção ou preferência entre as Cotas Seniores das diferentes Séries.

16.2 As Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas serão amortizadas e/ou resgatadas exclusivamente após o resgate das Cotas Seniores, ressalvado o

pagamento previsto no item 16.5 abaixo, observadas as seguintes condições:

- (i) quaisquer pagamentos relativos às Cotas Subordinadas Mezanino e às Cotas Subordinadas deverão ser efetuados até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à última Data de Amortização;

22 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

- (ii) não esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;

- (iii) considerada *pro forma* a amortização de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, as Cotas Subordinadas Mezanino permaneçam representando, no mínimo, 10% (dez por cento) do PL e as Cotas Subordinadas permaneçam representando, no mínimo, 11% (onze por cento) do PL; e

- (iv) considerada *pro forma* a amortização de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, todos os índices e parâmetros previstos neste Regulamento, em especial os dispostos nas cláusulas 8 e 10, bem como a Reserva de Pagamentos, permaneçam enquadrados.

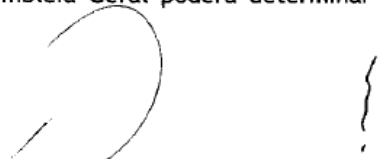
16.3 O ADMINISTRADOR efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Cotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

16.3.1 Os recursos deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo CUSTODIANTE, nas respectivas datas de pagamento de amortização e/ou resgate.

16.3.2 Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista na cláusula 22 abaixo, em Direitos Creditórios.

16.3.3 Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Cotistas não seja um Dia Útil, o ADMINISTRADOR efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

16.4 Observada a distribuição dos rendimentos da carteira prevista na cláusula 16 deste Regulamento, e desde que o PL permita e haja disponibilidades para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas condições para amortização e



resgate de uma ou mais séries específicas de Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral.

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

16.5 Caso, por quaisquer motivos, as Cotas Subordinadas Mezanino ou as Cotas Subordinadas representem, individualmente, percentual superior a 12% (doze por cento) do PL, e o somatório de ambas represente percentual igual ou superior a 24% (vinte e quatro por cento) do PL, o GESTOR, a seu critério, solicitará ao ADMINISTRADOR a amortização de Cotas Subordinadas até que a Relação Mínima estabelecida no item 12.2.1 acima volte a ser observada, inclusive quanto à proporção entre as Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas.

16.5.1 Durante o período de integralização das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas, os limites acima poderão não ser observados, a critério do GESTOR, não sendo aplicável o disposto no item 16.5 acima. Não obstante, após o término da integralização de tais Cotas e em sendo tais limites atingidos, a amortização acima prevista deverá ser realizada, a critério do GESTOR.

16.6 A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e procedimento de constituição de reserva para tanto, bem como a preferência entre as diferentes classes de Cotas existentes. Portanto, as Cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do Fundo assim permitirem.

17. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E DAS COTAS

17.1 Os ativos do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia de apuração do seu valor de mercado, abaixo referida.

17.2 Os títulos, valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de apuração de ativos do CUSTODIANTE, cujo teor está disponível a qualquer Cotista na sede do ADMINISTRADOR e do CUSTODIANTE.



17.3 Se houver, o valor de mercado dos Direitos Creditórios será obtido pela apuração dos preços praticados em mercados organizados nas operações realizadas com os mesmos tipos de ativos e que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo.

17.4 Enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas às despesas e encargos do Fundo e provisões para perdas decorrentes de inadimplência.

17.4.1 A metodologia de avaliação dos Direitos Creditórios acima especificada é justificada pelos seguintes fatores:

- (i) a inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos Creditórios da carteira do Fundo, nos termos do artigo 14 da Instrução CVM 356;
- (ii) a intenção de se manterem os Direitos Creditórios na carteira do Fundo até suas respectivas datas de vencimento;
- (iii) o Fundo é destinado exclusivamente para investidores qualificados; e
- (iv) todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordarão com a intenção de que os Direitos Creditórios sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento, conforme os respectivos termos de adesão.

17.4.2 Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado.

17.4.3 São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- (i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e



- (ii) a existência de negociações com direitos creditórios que apresentem características semelhantes às das operações realizadas pelo Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo, em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os Direitos Creditórios.

17.5 Entender-se-á por Patrimônio Líquido (PL) do Fundo o resultado da soma do disponível, com o valor da carteira, com os valores a receber, menos as exigibilidades.

17.6 Os Direitos Creditórios Fornecedor e os Direitos Creditórios Petrobras Performados que se tornarem Direitos Creditórios Inadimplidos terão suas perdas e provisões suportadas única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, aplicado o “efeito vagão”, conforme os procedimentos definidos no artigo 6º da Resolução CMN 2.682 e observado o disposto abaixo, sendo somente aplicados os percentuais de provisão depois de constatado o atraso no pagamento do respectivo direito creditório em cada dia corrido, de acordo com a tabela abaixo:

FAIXA	PERÍODO DE ATRASO	PERCENTUAL DE PROVISÃO
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	atraso superior a 180 dias	100%

17.6.1 Os Direitos Creditórios Petrobras a Performar que se tornarem Direitos Creditórios Inadimplidos obedecerão às mesmas regras de provisão e perdas estabelecidas para os demais Direitos Creditórios. No entanto, as provisões e perdas relativas aos Direitos Creditórios Petrobras a Performar deverão ser realizadas por Fornecedor (cedente), e não em relação ao sacado Petrobras, exceto quando os Direitos Creditórios Petrobras a Performar tenham se tornado Direitos Creditórios Petrobras Performados (mediante comprovação de performance do Fornecedor pela apresentação de Boletim de Medição e/ou Relatório de Medição neste sentido) e

ainda assim haja o atraso ou inadimplemento pela Petrobras. Desta forma, as provisões e perdas de Direitos Creditórios Petrobras a Performar refletirão a não performance pelo Fornecedor ou o atraso ou inadimplência pela Petrobras, conforme o caso.

17.6.1.1. O **GESTOR** será responsável pela realização do controle necessário para fins desta cláusula, devendo informar ao **ADMINISTRADOR** acerca do inadimplemento dos Direitos Creditórios Petrobras a Performar.

17.6.2 O **ADMINISTRADOR** deverá controlar as perdas e provisões dos Direitos Creditórios Inadimplidos de forma segregada de acordo com o tipo de cada Direito Creditório, ou seja, segregadas por Direito Creditório Petrobras Performado, Direito Creditório Petrobras a Performar e Direito Creditório Fornecedor.

17.6.3 O Fundo considerará como perda todos os Direitos Creditórios e Outros Ativos em atraso a partir do 181º (centésimo octogésimo primeiro) dia após o seu vencimento. Nestes casos, o **CUSTODIANTE** deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

17.6.4 Caso os Direitos Creditórios Inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os referidos créditos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o **ADMINISTRADOR** deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso.

17.6.5 Em qualquer hipótese de liquidação do Fundo e resgate de Cotas mediante a entrega de Direitos Creditórios, para fins contábeis e de cálculo do patrimônio líquido do Fundo, todos os Direitos Creditórios Inadimplidos terão os respectivos valores contábeis calculados com base no item 17.6 acima.

17.7 As Cotas de cada classe do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil a partir da Data de Integralização Inicial, para efeito de integralização ou resgate.

17.7.1 O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Seniores, desde que o PL do Fundo o permita, buscará atingir o *benchmark* definido no Suplemento de cada Série "n". O valor unitário das Cotas Seniores de cada Série "n" será o menor dos seguintes valores:



}

- (i) o resultado da divisão do PL pelo número de Cotas Seniores em circulação na respectiva data de cálculo; ou

20 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

- (ii) o valor unitário das Cotas Seniores de cada Série "n" no dia útil imediatamente anterior acrescido do respectivo *benchmark pro rata* no período.

17.7.2 O valor unitário das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do saldo do PL após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores em circulação pelo número de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas em circulação, na respectiva data de cálculo, observado o disposto abaixo em relação à absorção de provisão de perdas decorrentes do inadimplemento de Direitos Creditórios Fornecedor pelas Cotas Subordinadas.

17.7.2.1 O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios Fornecedor será inicialmente atribuído (i) aos valores provisionados para o pagamento da Taxa de Performance, (ii) às Cotas Subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas, e posteriormente (iii) às Cotas Subordinadas Mezanino, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedidos tais recursos, as Cotas Seniores serão afetadas.

18. ASSEMBLEIA GERAL

18.1 Será de competência privativa da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- (b) alterar o Regulamento do Fundo, observado o disposto abaixo;
- (c) alterar o Regulamento do Fundo no que diz respeito as seguintes matérias:
 - i. Política de investimento;
 - ii. Critérios de Elegibilidade;
 - iii. Condições de Cessão;
 - iv. Direitos políticos atribuídos aos Cotistas;
 - v. Parâmetros de rentabilidade das Cotas e/ou critérios de distribuição dos rendimentos entre as Cotas;
 - vi. Taxas de Performance;



}

- vii. Cronograma de amortização das Cotas; e
 - viii. Metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Cotas de cada classe.
- (d) deliberar sobre a substituição do ADMINISTRADOR, do GESTOR e da Agência Classificadora de Risco;
 - (e) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pelo ADMINISTRADOR, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
 - (f) deliberar sobre incorporação, fusão e cisão do Fundo;
 - (g) deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Cotas, conforme definido neste Regulamento;
 - (h) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos cotistas;
 - (i) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
 - (j) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação do Fundo;
 - (k) deliberar sobre a liquidação do Fundo e, se necessário, o pagamento aos Cotistas Seniores pelo resgate de suas Cotas em ativos; e
 - (l) deliberar o pagamento dos resgates das Cotas em ativos, nos termos do estabelecido no item 22 deste Regulamento.

18.1.1 O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado, independentemente da Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas.

18.1.2 A Taxa de Administração a ser percebida pelo ADMINISTRADOR não poderá ser reduzida por determinação da Assembleia Geral sem o expresse consentimento do ADMINISTRADOR e do GESTOR.

18.2 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas, sendo certo que somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:



I - ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;

II - não exercer cargo ou função no **ADMINISTRADOR** ou **CUSTODIANTE**, em seus respectivos controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo na Petrobras nem em nenhum Fornecedor que tenha cedido Direitos Creditórios ao Fundo.

18.3 A convocação da Assembleia Geral far-se-á mediante publicação no periódico do Fundo, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou por correio eletrônico com confirmação de recebimento, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

18.3.1 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado da data da publicação no periódico do Fundo, do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico com confirmação de recebimento aos Cotistas.

18.3.2 Não se realizando a Assembleia Geral, será providenciado a publicação no periódico do Fundo, o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico com confirmação de recebimento aos Cotistas para a segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

18.3.3 Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde o **ADMINISTRADOR** tiver sua sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, a publicação no periódico do Fundo, as cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede do **ADMINISTRADOR**. Não obstante o acima, os Cotistas poderão participar da Assembleia Geral por meio de teleconferência ou videoconferência.

18.3.4 Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

18.3.5 Para efeito do disposto no item 18.3.2, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a publicação no periódico



do Fundo, a carta ou correio eletrônico com confirmação de recebimento de primeira convocação.

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

18.4 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral pode reunir-se por convocação do **ADMINISTRADOR** ou de Cotistas possuidores de Cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

18.5 Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações relativas às matérias previstas no item 18.1, alínea (a), devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto.

18.5.1 As deliberações relativas às matérias previstas no item 18.1, alíneas (b) e (e) serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas em circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

18.5.2 As deliberações relativas às matérias previstas no item 18.1, alíneas (i) e (j), serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas Seniores em circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas Seniores dos presentes.

18.5.3 As deliberações sobre as matérias indicadas no item 18.1, alíneas (c), (d), (e), (f), (g), (h), (k) e (l) dependerão de aprovação, em Assembleia Geral que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas Seniores em circulação.

18.5.4 Não obstante o disposto nos itens 18.5.2 e 18.5.3 acima, os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas terão direito de veto em relação às deliberações sobre as matérias indicadas no item 18.1, alíneas (c)(iv), (c)(v), (c)(vi), (c)(viii), (e), (g) e (h).

18.6 Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

18.6.1 Para tanto, deverão ser entregues pelos Cotistas, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início da Assembleia Geral e na sede do **ADMINISTRADOR**, os documentos comprobatórios que atestem a titularidade das Cotas em nome dos respectivos Cotistas, bem como os poderes de representação de seus representantes legais.

18.7 Não têm direito a voto na Assembleia Geral o **ADMINISTRADOR** e seus empregados, bem como Cotistas inadimplentes em relação às obrigações assumidas no Compromisso de Investimento.

18.8 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista por correio eletrônico com confirmação de recebimento, ou por anúncio publicado no periódico.

18.9 As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM, por meio do sistema CVMWeb de envio de documentos, dos seguintes documentos:

- (i) lista de Cotistas presentes na Assembleia Geral;
- (ii) cópia da ata da Assembleia Geral; e
- (iii) exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, se for o caso, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

19. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS

19.1 O **ADMINISTRADOR** deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes do presente item, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.

19.2 O **ADMINISTRADOR** deverá informar à CVM a Data Inicial de Integralização e a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

19.3 O **ADMINISTRADOR**, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando, após a confirmação do **GESTOR**, que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas de mercado.



19.3.1 Além das informações previstas no caput, o **ADMINISTRADOR** deve providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores ou dos Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do FUNDO. Para a elaboração do relatório trimestral, o **ADMINISTRADOR** deverá receber do **CUSTODIANTE** e do **GESTOR** todas as informações previstas no Artigo 8º, § 3º da Instrução CVM 356 e alterações posteriores.

19.3.2 Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM e permanecer à disposição dos Cotistas do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

19.4 O **ADMINISTRADOR** deve divulgar, anualmente, além de manter disponíveis em sua sede e dependências e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo: (i) o valor do PL; (ii) o valor das Cotas de cada classe; (iii) a Relação Mínima; e (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem. O **ADMINISTRADOR** deverá, ainda, divulgar, trimestralmente, além de manter disponíveis em sua sede e dependências e nas instituições que coloquem Cotas do Fundo, o relatório da Agência Classificadora de Risco.

19.5 O **ADMINISTRADOR** é obrigado a divulgar, ampla e imediatamente, incluindo-se à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de modo a garantir a todos os Cotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

19.6 O **ADMINISTRADOR** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, ou, se solicitado por cada Cotista, enviar relatório mensal, por carta ou correio eletrônico com confirmação de recebimento, que contenha informações sobre:

- (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.



19.7 O ADMINISTRADOR deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, ou enviá-las em até 5 (cinco) Dias Úteis da solicitação, por carta ou correio eletrônico com confirmação de recebimento, observados os seguintes prazos máximos:

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

- (i) 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

19.8 O ADMINISTRADOR deve prestar à CVM, na forma por esta especificada, mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia após o encerramento do mês anterior, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- (i) saldo das aplicações;
- (ii) valor do PL;
- (iii) rentabilidade apurada no período;
- (iv) valor e quantidade das Cotas de cada classe;
- (v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- (vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- (vii) número de Cotistas.

19.9 No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pelo ADMINISTRADOR, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- (i) alteração deste Regulamento;
- (ii) substituição do ADMINISTRADOR;
- (iii) incorporação;
- (iv) fusão;
- (v) cisão; e
- (vi) liquidação.

20. PUBLICAÇÕES



}

20.1 Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas no jornal Valor Econômico, edição nacional.

20.2 O **ADMINISTRADOR** deve fazer as publicações previstas neste Regulamento sempre no mesmo periódico e qualquer mudança deve ser precedida de aviso aos Cotistas.

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

21. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

21.1 Tendo em vista que o Fundo tem prazo indeterminado, o fundo poderá ser liquidado mediante deliberação de Cotistas em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim nos termos da cláusula 18 acima ou nas hipóteses previstas neste Regulamento e na legislação aplicável.

21.2 Será convocada Assembleia Geral para deliberar sobre (i) a declaração de um Evento de Liquidação; ou (ii) a alteração do presente Regulamento ou dos Documentos do Fundo, bem como adoção das demais medidas entendidas necessárias pela Assembleia Geral, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação abaixo listados:

- (i) não restabelecimento da Relação Mínima no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da verificação do seu desenquadramento;
- (ii) rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- (iii) renúncia do **ADMINISTRADOR**;
- (iv) a inobservância pelo **ADMINISTRADOR** e/ou pelo **GESTOR** de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE** ou pelo representante dos Cotistas, desde que, se notificada pelo representante dos Cotistas ou pelo **CUSTODIANTE** para sanar ou justificar o descumprimento, o **ADMINISTRADOR** e/ou o **GESTOR**, conforme o caso, não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (v) inobservância pelo **CUSTODIANTE** dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado

pelo **ADMINISTRADOR**, pelo **GESTOR** ou pelos **Cotistas** para **sanar** ou justificar o descumprimento, o **CUSTODIANTE** não o fizer no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

-

!

(xvi) caso o **ADMINISTRADOR** e/ou o **GESTOR** entenda que há uma situação de risco relevante em potencial para o Fundo não prevista neste Regulamento;

(xvii) sempre que o valor da provisão para devedores duvidosos mantidas pelo Fundo for superior a 10% (dez por cento) do PL do Fundo por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos; e

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

(xviii) caso o Fundo, após 90 (noventa) dias da Data da **Integração Inicial** de Cotas, não mantenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu PL aplicado em Direitos Creditórios.

21.2.1 Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação acima, o **ADMINISTRADOR** suspenderá imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e a amortização de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas.

21.3 Caso a Assembleia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, o **ADMINISTRADOR** deverá convocar nova Assembleia Geral para aprovar e implementar os procedimentos de liquidação do Fundo, de acordo com a presente cláusula.

21.4 Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, são considerados Eventos de Liquidação:

- (i) decretação de falência ou recuperação judicial da Petrobras ou falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do **CUSTODIANTE**, ou **ADMINISTRADOR** ou **GESTOR**, sem a sua efetiva substituição nos termos deste Regulamento;
- (ii) se durante 3 (três) meses consecutivos o PL médio do Fundo for inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (iii) por determinação da CVM, em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar;
- (iv) caso não seja determinado pelos Cotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Cotas, na hipótese de indisponibilidade, extinção



ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI e impossibilidade de substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC;

20.01. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

- (v) renúncia do **ADMINISTRADOR** ou do **CUSTODIANTE** sem a conseqüente assunção de suas funções por uma nova instituição nos prazos previstos neste Regulamento;
- (vi) sempre que o valor da provisão para devedores duvidosos mantidas pelo Fundo for superior a 20% (vinte por cento) do PL do Fundo por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos; ou
- (vii) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

21.5 Na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o **ADMINISTRADOR** deverá (i) informar o **CUSTODIANTE** por meio de correio eletrônico com aviso de recebimento para que interrompa imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios; (ii) notificar os Cotistas, (iii) suspender imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios e a amortização de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas; e (iv) dar início aos procedimentos de liquidação do Fundo descritos no item 21.6 abaixo. O **ADMINISTRADOR** deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

21.6 Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o PL assim permitir, o valor apurado conforme a cláusula 16 acima, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas, até atingir o *benchmark* desta classe de Cotas.

21.6.1 O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago proporcionalmente aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, até o respectivo limite de rentabilidade correspondente a estas classes de Cotas.



21.6.2 Sem prejuízo do disposto acima, caso o Fundo seja liquidado em virtude da ocorrência do evento previsto no item 21.2(xviii) acima, o **GESTOR** se obriga a restituir ao titular das Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas a diferença positiva, quando houver, entre (a) o valor de subscrição das Cotas Subordinadas devidamente corrigido pela Taxa SELIC incidente desde a data da integralização das respectivas Cotas até o efetivo pagamento ao seu titular, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; e (b) o montante pago aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas na forma do item anterior.

21.6.3 O total do eventual excedente será distribuído da seguinte forma:

20 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

- (i) 80% (oitenta por cento) do valor excedente será dividido pelo número de Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas, e incorporado ao valor de cada uma dessas Cotas, independentemente da classe, a título de distribuição dos resultados da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior; e
- (ii) os 20% (vinte por cento) restantes do valor excedente serão atribuído ao **GESTOR** a título de Taxa de Performance, exceto na hipótese de o **GESTOR** ter concorrido com culpa ou dolo para a liquidação do Fundo.

21.6.4 Os Cotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios, pelo valor apurado nos termos da cláusula 17 acima, desde que assim deliberado em Assembleia Geral convocada para este fim, observados os procedimentos descritos na cláusula 22 abaixo.

21.7 Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil e criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio **ADMINISTRADOR**.

21.8 A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

21.9 Em caso de liquidação antecipada do Fundo, havendo mais de uma Série de Cotas Seniores em circulação, o efetivo recebimento dos recursos a que fazem jus os titulares de Cotas Seniores com vencimento mais curto poderá ocorrer em prazo

maior que o originalmente previsto no respectivo Suplemento, tendo em vista que não há direito de preferência no recebimento de recursos entre Cotas Seniores de Séries distintas.

21.10 A liquidação do Fundo será executada pelo ADMINISTRADOR, observando as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembleia Geral.

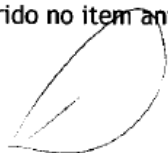
22. PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001907494 em 24/01/2011.

22.1 Para efeito do disposto no item 21.6.4 acima, a dação em pagamento de Direitos Creditórios para resgate das Cotas deverá seguir os procedimentos previstos na presente cláusula. Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento ora previstos, o Fundo promoverá o resgate proporcional das classes de Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver.

22.2 Para fins do disposto nesta cláusula, os Direitos Creditórios conferidos aos titulares de Cotas Seniores em dação em pagamento e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembleia Geral referida no item 21.6.4 acima. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avenças assegurando (i) a contratação do CUSTODIANTE para agir como agente de recebimento dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios, de forma a preservar o sistema de pagamentos e evitar a necessidade de autorização da Petrobras para alteração do respectivo domicílio bancário dos Direitos Creditórios Fornecedor; e (ii) aos Cotistas que foram titulares das Cotas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos Cotistas que forem titulares de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas.

22.3 Antes da dação em pagamento dos Direitos Creditórios pelo Fundo, o ADMINISTRADOR deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item anterior e ratificar a contratação do CUSTODIANTE como agente de



recebimento acima prevista. Caso os Cotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

29 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

22.4 O CUSTODIANTE fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará ao ADMINISTRADOR a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

22.5 Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido do item 22.2 acima, o ADMINISTRADOR e o CUSTODIANTE poderão promover o pagamento em consignação dos direitos creditórios de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil, condicionada a obtenção de autorização da Petrobras para a transferência dos Direitos Creditórios Petrobras, que será de responsabilidade do respectivo Cotista que o receber.

23. CUSTOS REFERENTES À DEFESA DO FUNDO

23.1 Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de classe de Cotas específica, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das Cotas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

23.2 Todos os custos e despesas referidos nesta cláusula serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Cotas em circulação, não estando o ADMINISTRADOR, o GESTOR, o CUSTODIANTE e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos nesta cláusula.



23.3 A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos desta cláusula, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Cotas reunidos na Assembleia Geral prevista acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma desta cláusula, os Cotistas deverão definir na referida Assembleia Geral o cronograma de integralização e as características da respectiva classe de Cotas, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Cotas na proporção de seus respectivos créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

23.4 Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo **ADMINISTRADOR** antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere esta cláusula e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

23.5 O **ADMINISTRADOR**, o **GESTOR** e o **CUSTODIANTE**, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Cotas em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

23.6 Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao Fundo, nos termos desta cláusula, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

24. ENCARGOS DO FUNDO



24.1 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do ADMINISTRADOR;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) contribuição anual devida à bolsa de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que as Cotas do Fundo venham a ser negociadas;
- j) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco;
- k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, como representante dos Cotistas.

24.1.1 Quaisquer outras não previstas como encargos do Fundo devem correr por conta do ADMINISTRADOR.

24.2 Independentemente de o GESTOR ser o responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, o Fundo arcará com todas as despesas que porventura venham a ser incorridas com vistas à adoção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais



necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos a que se refere este inciso.

24.3 Por decisão da Assembleia Geral, o **CUSTODIANTE** poderá assumir ou contratar terceiros para realizar a cobrança extrajudicial ou judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos em função: (i) da inércia ou da morosidade do **GESTOR** em efetivar os procedimentos de cobrança; ou (ii) da verificação de ineficácia dos procedimentos de cobrança implementados e iniciados. Neste caso, todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos serão de responsabilidade do Fundo.

25. RESERVA DE PAGAMENTOS

25.1 O **ADMINISTRADOR** deverá manter a Reserva de Pagamentos para pagamentos de despesas e encargos do Fundo, por conta e ordem deste, desde a Data de Integralização Inicial até a liquidação do Fundo, onde Outros Ativos deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do Fundo. A Reserva de Pagamentos destinar-se-á ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do Fundo, incluindo-se a Taxa de Administração.

25.2 O **ADMINISTRADOR**, por conta e ordem do Fundo, deverá alocar Outros Ativos na Reserva de Pagamentos, observando que, até o 30º (trigésimo) Dia Útil anterior à data de pagamento de cada despesa ou encargo, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos alocados na Reserva de Pagamentos, projetado até tal data de pagamento, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado pelo **ADMINISTRADOR** para a referida despesa ou encargo.

25.2.1 Na hipótese de a Reserva de Pagamentos deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no item anterior, o **ADMINISTRADOR**, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios e comunicar o **CUSTODIANTE** para que este destine todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Pagamento. O **ADMINISTRADOR** somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Pagamentos, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou



despesas de qualquer natureza, seja equivalente a 100% (cem por cento) do valor

estimado pelo ADMINISTRADOR para a referida despesa ou encargo

28 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas de acordo com as disposições do COSIF, sendo auditadas pelo Auditor de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

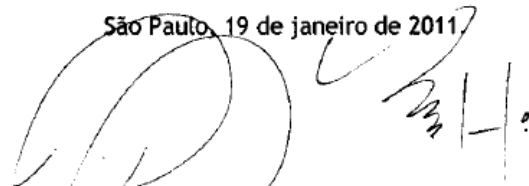
26.2 O Fundo terá escrituração contábil própria.

26.3 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, exceto no ano de sua constituição, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

26.4 Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico uma forma de correspondência válida entre o ADMINISTRADOR, o GESTOR, CUSTODIANTE e os Cotistas, inclusive para convocação de Assembleias Gerais de Cotistas e procedimentos de consulta formal.

26.5 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

São Paulo, 19 de janeiro de 2011.



VITOR HUGO DOS SANTOS PINTO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Gerente Nacional
Matr. 061.356-0

Administrador do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DE CAPITAL

FORNECEDORES PETROBRAS

DIMITRI LOPES QUEVAN
Matr. 052.018-8
Gerente Executivo
GEFES/MZ/SP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

28 OFÍCIO DE REG DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
ICRS 504.BL A, LOJA 07/08 - (Av. W3 Sul)
Tel: 223-4508/Fax: 225-6602 - Brasília-DF

APRESENTADO HOJE EM TÍTULOS
E DOCUMENTOS, PROTOCOLADO E REGISTRADO
SOB O NÚMERO:

0001007494

ANOTADO ANTES DO REGISTRO Nº

000095780

Atendimento ao Cotista: 0800 726 0101

Ouvidoria Caixa: 0800 725 7474

Atendimento a pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

www.caixa.gov.br

DO LIVRO PROTOCOLO

BRASILIA-DF, 24/01/2011

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E TÍTULOS



Este Anexo I é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Plural Capital Fornecedores Petrobras”.

ANEXO I

GLOSSÁRIO

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

ADMINISTRADOR	Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto n.º 6.473, de 5 de junho de 2008, autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e a administrar carteiras de valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 2300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.360.305/0001-04.
Agência Classificadora de Risco	A Agência de Classificação de Risco definida no Suplemento de cada Série “n”.
Assembleia Geral	Assembleia geral de Cotistas do Fundo.
Auditor	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S , com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Torre I, 5º e 6º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.366.936/0001-25.
Autorização de Cessão	Documento pelo qual a Petrobras declara sua ciência e anuência em relação à cessão de um Direito Creditório ao FUNDO, bem como autoriza a transferência do domicílio

	bancário do referido Direito Creditório para a conta corrente de arrecadação do FUNDO mantida junto ao CUSTODIANTE, conforme indicada na própria autorização.
BAD	Boletim de Avaliação de Desempenho, elaborado trimestralmente pela Petrobras para cada Fornecedor com quem possua contrato em vigor. Por meio deste documento, o funcionário da Petrobras responsável pela fiscalização do cumprimento do contrato atribui ao Fornecedor uma nota.
Boletim de Medição	Documento elaborado pela Petrobras a respeito da performance do Fornecedor em relação a cada Contrato e sua respectiva parcela mensal, em que a Petrobras se baseia para a liberação do pagamento de valores devidos por ela aos Fornecedores.
Capital Subscrito	Significa a soma dos valores que cada Cotista se comprometeu, por escrito e nos termos do respectivo boletim de subscrição de Cotas e Compromisso de Investimento, a contribuir para o Fundo, mas que pode estar pendente de integralização.
CCB	Significa cédula de crédito bancário.
CETIP	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
COD	Significa o Comunicado de Ocorrência De Divergência, que contém uma classificação feita trimestralmente pela Petrobras para

	avaliar cada Contrato envolvendo o fornecimento de bens por seus Fornecedores, o qual será utilizado para a análise de performance dos Fornecedores em relação aos respectivos Contratos celebrados por estes com a Petrobras.
Compromisso de Investimento	Significa o instrumento a ser assinado pelos Cotistas no ato de subscrição de Cotas, juntamente com o boletim de subscrição de Cotas, através do qual estes se comprometem a efetuar a integralização das Cotas subscritas, nos termos do Suplemento e boletim de subscrição de Cotas.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Condições de Cessão	São as condições definidas na cláusula 9 deste Regulamento, que devem ser atendidas no momento da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e validadas pelo GESTOR.
Conta Vinculada	Conta de titularidade de um Fornecedor mantida junto ao CUSTODIANTE que poderá ser utilizada como mecanismo de garantia do Fundo, onde a Petrobras realizará os pagamentos decorrentes dos Contratos com seus Fornecedores, nos termos da respectiva Solicitação de Trava de Domicílio Bancário ou Autorização de Cessão.
Contrato	Significa qualquer modalidade de contrato de prestação de serviços, de compra e venda mercantil e/ou de fornecimento, celebrado entre um Fornecedor e a Petrobras, cujos Direitos Creditórios tenham sido ou venham a

	<p>ser adquiridos pelo Fundo de acordo com as Condições de Cessão e com os Critérios de Elegibilidade.</p> <p>22 Of. de Reg. de Títulos e Documentos Ficou arquivada cópia registrada sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.</p>
Contrato de Cessão	Significa o contrato com cláusulas padronizadas celebrado entre o Fundo e um Fornecedor por meio do qual o respectivo Fornecedor compromete-se a ceder ou alienar Direitos Creditórios ao Fundo em contrapartida do pagamento do preço de cessão.
Contrato de Custódia	Significa o instrumento particular de "Condições Gerais para a Prestação de Serviços Qualificados para Fundo de Investimento em Direitos Creditórios" celebrado entre o FUNDO e o CUSTODIANTE;
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.
Cotistas	Significa, sem distinção, tanto os titulares de Cotas Seniores, de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas emitidas pelo Fundo.
Cotas	Significa, em conjunto ou indistintamente, as Cotas Seniores, as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas emitidas pelo Fundo.
Cotas Seniores	São aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
Cotas Subordinadas	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate

	e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo e que suportarão primeiramente as provisões para perdas decorrentes de inadimplementos relacionados aos Direitos Creditórios Fornecedor.
Cotas Subordinadas Mezanino	São aquelas que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo.
CRCC	Certificado de Registro e Classificação Cadastral, emitido pela Petrobras em favor dos Fornecedores.
Crítérios de Elegibilidade	São os critérios que devem ser atendidos pelos Direitos Creditórios para integrarem a carteira do Fundo, conforme definidos na cláusula 10 deste Regulamento, os quais serão verificados pelo CUSTODIANTE.
CUSTODIANTE	CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 1.111 - 2º andar-parte e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	Cada uma das datas para realização do pagamento das amortizações das Cotas Seniores de cada Série, conforme previsto no respectivo Suplemento.
Data de Integralização Inicial de Cotas	Data em que ocorrer o primeiro aporte de recursos no Fundo para integralização de Cotas.

Dia Útil	Qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro nas Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Quando um prazo contado em dias neste Regulamento não vier acompanhado da indicação da contagem em dias úteis, deverá ser entendido como dias corridos.
Direitos Creditórios	Significam os Direitos Creditórios Petrobras, Performados ou a Performar, e os Direitos Creditórios Fornecedor, conjunta e indistintamente.
Direitos Creditórios Petrobras	Significa cada contraprestação pela Petrobras a um Fornecedor, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração ou de serviço, decorrente de um Contrato, adquirida ou ofertada para eventual aquisição pelo Fundo e cuja cessão e trava de domicílio bancário já tenham sido autorizadas pela Petrobras mediante a assinatura de uma Autorização de Cessão ou Solicitação de Trava de Domicílio Bancário.
Direitos Creditórios Fornecedor	Significam direitos creditórios contra um Fornecedor, consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário - CCBs, emitidas por tal Fornecedor e cedidas por instituição financeira ao Fundo, desde que tal Fornecedor seja titular de direitos creditórios contra a Petrobras (performados ou a performar) cuja cessão e trava de domicílio bancário ainda não tenham sido anuídas pela Petrobras, mas que seja objeto de um Contrato de Cessão com o Fundo. Para fins

	deste Regulamento, os Direitos Creditórios Fornecedor serão sempre consubstanciados em CCBs e serão considerados créditos performados, ainda que o respectivo Fornecedor seja titular de direitos creditórios contra a Petrobras decorrentes de Contratos a performar.
Direito Creditório Petrobras a Performar	Significa um Direito Creditório Petrobras cujo pagamento ainda não é exigível da Petrobras em função da não entrega, total ou parcial, por um Fornecedor, do serviço ou do bem objeto do respectivo Contrato.
Direito Creditório Petrobras Performado	Significa um Direito Creditório Petrobras cujo pagamento é exigível da Petrobras, comprovado mediante apresentação do Boletim de Medição, ou do comprovante de entrega, no caso de fornecimento mercantil.
Direito Creditório Inadimplido	Significa um Direito Creditório vencido e não pago na data original de vencimento.
Documentos Representativos dos Direitos Creditórios	<p>Em relação a Direitos Creditórios Petrobras, são, em conjunto: (i) os instrumentos que formalizam um Contrato, bem como os instrumentos que formalizam eventuais aditamentos a um Contrato; (ii) a Autorização de Cessão ou Solicitação de Trava de Domicílio Bancário; (iii) o CRCC de um Fornecedor; (iv) BAD e/ou COD de um Contrato, quando houver; e (v) Boletins de Medição de um Contrato, quando houver, assim como, sempre que aplicável, os instrumentos de ajuste a eles vinculados.</p> <p>Em relação a Direitos Creditórios Fornecedor são, em conjunto: (i) CCB e seus anexos; (ii)</p>

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

	Autorização de Cessão ou Solicitação de Trava de Domicílio Bancário; (iii) Termo de Cessão da CCB e das eventuais garantias, assim como, sempre que aplicável, os instrumentos de ajuste a eles vinculados.
Documentos do Fundo	Significam, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, os Contratos de Cessão e os respectivos Termos de Cessão, as Autorizações de Cessão, as Solicitações de Trava de Domicílio Bancário, e as CCBs.
Eventos de Avaliação	Significam as situações descritas no item 21.2 deste Regulamento.
Eventos de Liquidação	São os eventos definidos no item 21.3 do Regulamento.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
Fornecedor	Pessoa jurídica que tenha celebrado com a Petrobras um Contrato.
Fundo	O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Plural Capital Fornecedores Petrobras.
GESTOR	PLURAL CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, à Rua Lauro Muller, nº 116, sala 3304, CEP 22.290-160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.397.672/0002-80, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 10.817, de 15 de janeiro de 2010.

20 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

Instrução CVM 306	A Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999, e alterações posteriores.
Instrução CVM 356	A Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores.
Instrução CVM 400	A Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Investidor Qualificado	São os investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, e os demais investidores autorizados pela legislação a adquirir as Cotas.
Outros Ativos	Ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, observado o disposto no item 8.4 deste Regulamento.
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade de economia mista com sede na Avenida República do Chile, 65, Centro, CEP 20.031-170, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, bem como suas subsidiárias e/ou controladas.
PL	Valor do patrimônio líquido do Fundo em um determinado Dia Útil.
Prazo de Carência	Significa o prazo de carência para início do pagamento das amortizações de cada Série de Cotas Seniores, pelo Regime de Caixa, definido no respectivo Suplemento.

Regime de Caixa	Significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Cotas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Cotistas será definida, tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo, em cada mês calendário, quando do pagamento dos Direitos Creditórios e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo.
Relação Mínima	Relação mínima admitida entre o PL e o valor das Cotas Seniores.
Reserva de Pagamento	Reserva de caixa para pagamento de despesas e encargos do Fundo.
Resolução CMN 2.682	A Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Série	Qualquer série de Cotas Seniores emitida nos termos deste Regulamento.
Solicitação de Trava de Domicílio Bancário	Carta a ser enviada pelo Fornecedor à Petrobras, através de protocolo, informando sobre a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e solicitando a esta o pagamento das parcelas de um Contrato com o respectivo Fornecedor diretamente na conta corrente de arrecadação do FUNDO ou, se for o caso, na Conta Vinculada detida por tal Fornecedor junto ao CUSTODIANTE, na qual a Petrobras, mediante assinatura, declara sua ciência e anuência em relação à cessão do respectivo Direito Creditório ao FUNDO e em relação à

22 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
 Ficou arquivada cópia registrada
 em 06/01/2011.

	transferência do domicílio bancário de Fornecedor para uma das contas referidas acima.
Suplemento	Documento que consta do Anexo IV deste Regulamento, que define as condições de amortização, remuneração e resgate das Cotas Seniores, de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas de cada Série "n" do Fundo e que, uma vez assinado e averbado pelo ADMINISTRADOR no registro do Regulamento em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sua sede, constituirá parte integrante deste Regulamento.
Taxa de Administração	Valor a ser pago pelo Fundo ao ADMINISTRADOR, ao GESTOR e ao CUSTODIANTE como contrapartida pelos serviços de administração, de gestão, de custódia e controladoria por eles prestados, respectivamente, nos termos deste Regulamento.
Taxa de Performance	É a taxa devida pelo Fundo ao GESTOR, a qual corresponde a 20% (vinte por cento) do valor excedente após a distribuição dos rendimentos às Cotas Subordinadas e às Cotas Subordinadas Mezanino previstos no item 6.2 deste Regulamento.
Taxa DI	Taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, over Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
Taxa SELIC	Taxa do Sistema Especial de Liquidação e

	Custódia divulgada pelo Comitê de Política Monetária - COPOM.
Termo de Cessão	Instrumento pelo qual é formalizada a cessão de Direitos Creditórios por um Fornecedor ao Fundo.

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

Este Anexo II é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Plural Capital Fornecedores Petrobras"

ANEXO II

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E DE COBRANÇA

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

A aquisição dos Direitos Creditórios ocorrerá mediante detalhada análise de crédito, composta pelos processos descritos abaixo:

1. Análise preliminar do Potencial Cedente	2. Análise do Cedente	3. Análise da relação entre Cedente e Sacado	4. Avaliação Final
<ul style="list-style-type: none"> ■ Coleta de informações básicas da empresa potencial cedente dos Direitos Creditórios; ■ Visita à empresa junto com Officer. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Completo entendimento do negócio da empresa cedente; ■ Análise econômico-financeira das empresas/grupo (se for o caso); ■ Checagem de restrições (Bureaus de Crédito – Serasa, Endividamento Sisbacen); ■ Elaboração de dossiê de crédito com as informações do Cedente; ■ Avaliação dos riscos inerentes à operação e ao setor de atuação; 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Checagem da relação entre sacado e cedente; ■ Análise dos últimos contratos, boletins de medição, últimas concorrências; 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Atribuição de rating interno (Cedente/Operações); ■ Inclusão de parecer de crédito sobre a operação; ■ Deliberação da operação (concessão de limite de compra) para aprovação do Comitê de Investimentos.

O Gestor do FUNDO será responsável pela seleção e análise de crédito dos Fornecedores. Todos os Direitos Creditórios ofertados ao FUNDO devem ser objeto de análise do GESTOR antes de sua aquisição.

O GESTOR será responsável pelas análises listadas abaixo:

- Seleção de Cedentes por histórico de performance;
- Verificação de restrições cadastrais dos Cedentes (Bureaus de Crédito);
- Visita a potencial empresa Cedente;
- Levantamento da carteira do Cedente (Back Log Petrobras);
- Deliberação em Comitê de Investimentos (segundo as condições de cessão e os critérios de elegibilidade previstos no Regulamento do FUNDO);

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

- Recebimento dos Direitos Creditórios;
- Encaminhamento de arquivo eletrônico (CNAB) com a relação de títulos à Administradora e ao Custodiante;
- Grau de endividamento e previsibilidade do fluxo de caixa do Cedente;
- Participação no volume total de direitos creditórios adquiridos pelo FUNDO, respeitando os critérios de concentração estabelecidos no Regulamento;
- Comprometimento de recursos em relação à receita do Cedente;
- Estrutura organizacional do Cedente;
- Capacidade de pagamento dos Sacados, ou excesso de garantia;
- Existência de coobrigação do Cedente e outros mecanismos de garantias, aval;
- Perspectiva de continuidade na prestação de serviços ou fornecimento de produtos pelo Cedente. Em alguns casos (créditos de devedores específicos) considerar-se-á as avaliações de desempenho do fornecedor, elaborada pela Petrobras, tais como o BAD - Boletim de Avaliação de Desempenho e o BM - Boletim de Medição;
- Preço de aquisição, que deve traduzir uma taxa de retorno implícita condizente com os objetivos do FUNDO;
- Existência de domicílio bancário previamente estipulado para liquidação do Direito Creditório.

Documentos envolvidos no processo de originação: Planilhas de análise de balanços (Spreadsheets); Planilha de Score - Rating interno; Documentação do Cedente: Balanços/ balancetes, faturamento atual, abertura do endividamento da empresa Cedente; Relatório de Visita (elaborado pelo Officer); Proposta de Limite de Crédito (dossiê de crédito), contratos com a Petrobras, relatórios de avaliação de desempenho (RAD ou BAD), Certificado de Registro e Classificação Cadastral (CRCC).

A coleta dos pagamentos dos Direitos Creditórios será realizada pelo CUSTODIANTE ou por instituição financeira por este indicada para este fim, agindo no interesse e representando o FUNDO.

Os procedimentos de coleta e cobrança consistem na coleta e recebimento dos valores decorrentes dos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO mediante crédito na conta corrente do FUNDO mantida junto ao CUSTODIANTE. Se aplicável haverá a

emissão e encaminhamento à rede bancária nacional para o processamento dos boletos de pagamento relativos às prestações mensais, sejam estas referente a principal e/ou encargos, em razão dos Documentos Representativos de Crédito, sendo que a liquidação de tais valores ocorrerá através de crédito na conta corrente do FUNDO mantida junto ao CUSTODIANTE. No caso de contratação de terceiros para a cobrança e coleta dos Direitos Creditórios, os valores liquidados a título de pagamentos referentes aos Direitos Creditórios deverão ser transferidos para a conta corrente do FUNDO no menor período operacionalmente possível, limitado a 1 (um) dia útil.

22 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

O GESTOR foi designado pelo FUNDO, representado pelo ADMINISTRADOR, como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios, conforme descrito no Contrato de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios observará os procedimentos descritos no Anexo II ao Regulamento.

O CUSTODIANTE, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese, será o responsável pela indicação de Direitos Creditórios Inadimplidos ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos Creditórios Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao GESTOR determinar ao CUSTODIANTE realizar tais atividades, assumindo a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

Descrição do mecanismo e procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios:

Cobrança Extrajudicial ("amigável"):

O GESTOR será responsável pela implementação dos procedimentos de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, podendo inclusive contratar serviços terceirizados de cobrança, por conta e ordem do FUNDO. O GESTOR atuará como Agente Cobrador. O CUSTODIANTE deverá informar ao Agente Cobrador a relação dos títulos liquidados e dos inadimplidos de titularidade do FUNDO através de arquivo CNAB padronizado. A partir do recebimento deste arquivo, iniciam-se os procedimentos de cobrança dos títulos vencidos e não pagos pelos respectivos sacados.

Cobrança Extrajudicial - processo interno:

No 5º dia após o vencimento, o GESTOR fará contato telefônico com o sacado inadimplente, informando que, caso os títulos não sejam liquidados em até 05 dias



corridos, tais títulos em aberto serão encaminhados ao cartório para protesto e demais medidas de cobrança cabíveis sejam tomadas.

No 10º e último dia antes do protesto, o **GESTOR** novamente contatará o sacado inadimplente a fim de informá-lo que o mesmo será protestado na data em questão.

Concomitantemente as ações acima mencionadas, o **GESTOR** efetuará o descadastramento do Cedente/Fornecedor para impossibilitar a realização de novas operações do FUNDO com ele.

Cobrança Extrajudicial - processo externo:

22 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

- Cartórios - Assim que o **GESTOR** protestar os títulos do ~~sacado inadimplente~~, o processo será conduzido pelo cartório. Os cartórios geralmente possuem procedimentos padrões para a cobrança de títulos protestados. Este processo pode durar aproximadamente 60 dias, contados a partir do vencimento dos títulos. Segue abaixo descrição destes procedimentos, que pode variar de cartório para cartório: (a) Envio de aviso ao devedor sobre o protesto; (b) Envio de carta ao devedor com notificação e boleto bancário; e (c) Envio de 2ª carta ao devedor com notificação e boleto bancário.

- Empresas de cobrança - Se, mesmo após os procedimentos adotados pelo cartório, o devedor não liquidar sua dívida junto ao Fundo, será iniciado o processo de cobrança "local", ainda considerada uma cobrança "amigável", realizada pelo **GESTOR** ou através de empresas terceirizadas a serem contratadas pelo FUNDO.

Se com estas medidas o **GESTOR** não obtiver sucesso na recuperação dos valores envolvidos, este encaminhará os títulos vencidos ao **ADMINISTRADOR** para que este proceda com os procedimentos de cobrança judicial. O prazo para encaminhamento dos títulos para o **ADMINISTRADOR** pode variar e será decidido pelo Comitê de Investimentos do **GESTOR**.

Cobrança Judicial:

Tomadas todas as medidas de cobrança extrajudicial, o **GESTOR** poderá indicar um advogado (em comum acordo com o **ADMINISTRADOR**), para iniciar em juízo a cobrança do devedor, devendo o **ADMINISTRADOR** outorgar em nome do FUNDO o respectivo mandato judicial. Ou seja, o processo de Cobrança judicial será realizado pelo **ADMINISTRADOR** em comum acordo com o **GESTOR**.

Sinteticamente os procedimentos de cobrança adotados pelo Fundo serão:

- Recepção e processamento do arquivo CNAB com as informações dos títulos;
- Geração de relatórios contendo informações dos títulos vencidos;
- Início do processo de cobrança através de contato telefônico;

- Bloqueio dos limites para compra de direitos creditórios, performados ou a
performar;
- Envio de títulos vencidos ao cartório;
- Cobrança efetuada pelo GESTOR ou por empresa especializada;
- Cobrança judicial de títulos;

20.08. de Reg. de Títulos e Documentos
Foi arquivada cópia registrada
em 09/09/2011 em 24/01/2011.

Este Anexo III é parte integrante do Regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Plural Capital Fornecedores Petrobras".

ANEXO III

DE OF. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, são características inerentes aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo e aos respectivos processos de origem e aquisição:

- *Natureza dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo e documentos representativos do crédito:*

Recebíveis a vencer de titularidade de cada Cedente/Fornecedor, expresso em moeda corrente nacional, decorrente de operações financeiras ou comerciais, celebradas entre a Petrobras e seus fornecedores, devidamente identificados pelo CNPJ/MF, conforme o caso, representados por documentos ou títulos representativos do respectivo direito de crédito, tais como contratos, autorizações de fornecimentos, duplicatas, notas promissórias, cédulas de crédito bancário ou outros títulos executivos, conforme disposto em cada Contrato de Cessão a ser celebrado entre o Fundo e o Cedente/Fornecedor. Os Direitos Creditórios que o Fundo avaliará para aquisição serão recebíveis decorrentes de: contratos de compra e venda e/ou fornecimento de mercadorias, de contratos de prestação de serviços, de duplicatas, de notas promissórias ou de cédulas de crédito bancário (CCB).

Somente poderão ser objeto de aquisição pelo FUNDO e cessão ao FUNDO Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão.

O CUSTODIANTE será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos Creditórios pelo FUNDO.

O Gestor será responsável pela verificação e validação do cumprimento das Condições de Cessão elencadas no Regulamento do FUNDO.



- *Processo de originação dos Direitos Creditórios e política de concessão dos créditos:*

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001001474 em 24/01/2011.

O Fundo adquirirá somente Direitos Creditórios (performados e/ou a performar) de fornecedores (Cedentes) indicados e aprovados pelo GESTOR (mediante aprovação de seu Comitê de Investimentos). Ou seja, todos os Direitos Creditórios ofertados ao Fundo, antes de sua aquisição, deverão ser previamente submetidos à análise e aprovação do GESTOR e seu Comitê de Investimentos. O GESTOR deverá respeitar os critérios, procedimentos e responsabilidades estabelecidos no Regulamento do Fundo para a aquisição dos Direitos Creditórios que irão compor sua carteira. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo devem atender cumulativamente às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e devem ser cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão. O CUSTODIANTE, antes da formalização de cada cessão, deverá checar se os Direitos Creditórios disponibilizados/ofertados através de contratos de cessão estão enquadrados nos critérios de elegibilidade previstos no Regulamento. Os Direitos Creditórios deverão ser adquiridos através de Contratos de Cessão e de Termos de Cessão, celebrados entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada Cedente, com interveniência do CUSTODIANTE e do GESTOR, o qual poderá conter especificidades relacionadas a cada Cedente e aos procedimentos que serão observados entre o GESTOR, a Administradora, o CUSTODIANTE e cada Cedente no âmbito de cada operação de cessão de Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios, através de Termo de Cessão preparado na forma do Contrato de Cessão, serão transferidos do Cedente para o Fundo em caráter definitivo e irrevogável, salvo disposição em contrário no respectivo Contrato ou Termo de Cessão. Paralelamente à assinatura do Contrato e do Termo de Cessão serão formalizadas as garantias correspondentes.




Este Anexo IV é parte integrante do Regulamento do “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Plural Capital Fornecedores Petrobras”.

ANEXO IV

SUPLEMENTO Nº 01

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

Suplemento nº 01 referente à 1ª Série emitida nos termos do Regulamento do **“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS”**, do qual este Suplemento é parte integrante.

1. PRAZO. O prazo de duração das Cotas Seniores da 1ª Série é de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Integralização Inicial das Cotas Subordinadas.

2. AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO: STANDARD & POOR'S RATING SERVICES, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar, CEP 05426-100, São Paulo, SP, Brasil.

3. PÚBLICO ALVO:

3.1. As Cotas Seniores da 1ª Série têm como público alvo Investidores Qualificados.

3.2. As Cotas Subordinadas Mezanino serão subscritas pela Petrobras e/ou fundos de investimento, sociedades coligadas, controladas e/ou sob controle comum.

3.3. As Cotas Subordinadas serão subscritas pelo GESTOR e/ou por sociedades coligadas, controladas e/ou sob controle comum, assim como por seus sócios, empregados ou veículos de investimento exclusivos, incluindo fundos de investimentos geridos pelo GESTOR, cujos recursos sejam provenientes do GESTOR, de empresas pertencentes ao grupo econômico do GESTOR, de seus sócios e/ou empregados.

4. BENCHMARK:

4.1. As Cotas Seniores da 1ª Série têm como *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, a obtenção de retorno equivalente a até 125% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI, incidentes sobre o valor anterior de cada uma das Cotas

Seniores da 1ª Série.

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

4.2. As Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas não terão meta de rentabilidade (benchmark).

4.3. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, do **ADMINISTRADOR**, do **GESTOR** e do **CUSTODIANTE** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

5. **VALOR DA E QUANTIDADE DE COTAS DA 1ª SÉRIE:** até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sendo até R\$ 237.000.000,00 (duzentos e trinta e sete milhões de reais) em Cotas Seniores da 1ª Série, até R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais) em Cotas Subordinadas Mezanino e até R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) em Cotas Subordinadas.

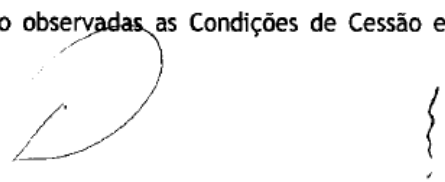
5.1. Serão emitidas até 300.000 (trezentas mil) cotas, com um valor inicial, na Data de Integralização Inicial das Cotas da 1ª Série, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada, sendo até (i) 237.000 (duzentos e trinta e sete mil) Cotas Seniores da 1ª Série; (ii) até 30.000 (trinta mil) Cotas Subordinadas Mezanino; e (iii) até 33.000 (trinta e três mil) Cotas Subordinadas.

6. DISTRIBUIÇÃO E PERÍODO DE DISTRIBUIÇÃO.

6.1. A distribuição das Cotas Seniores da 1ª Série, colocadas na forma de oferta pública, nos termos da Instrução CVM 400, será liderada pelo **ADMINISTRADOR** (ou por instituição por ela contratada) em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços. As Cotas Seniores da 1ª Série deverão ser subscritas até o final do Período de Distribuição, conforme o disposto no item 6.4 abaixo.

6.2. As Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas serão distribuídas na forma de lote único e indivisível, na forma da Instrução CVM 400, e deverão ser integralizadas previamente à integralização das Cotas Seniores da 1ª Série, a critério do **GESTOR**.

6.2.1. As Cotas Subordinadas poderão ser integralizadas parcial ou totalmente em direitos creditórios que se enquadrem na Política de Investimento do Fundo. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade



estabelecidos no Regulamento, ficando desde já definido que a integralização das Cotas Subordinadas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da Cota Subordinada seja parcialmente integralizado em direito creditório, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos direitos creditórios utilizados na referida integralização.

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

6.3. O ADMINISTRADOR deverá observar a Relação Mínima. Não obstante o disposto acima, durante o período de integralização das Cotas Seniores da 1ª Série, a Relação Mínima não será observada.

6.4. O prazo máximo para a subscrição das Cotas do Fundo é de até 06 (seis) meses contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição de Cotas (o "Período de Distribuição").

6.5. Caso não seja subscrito o mínimo de 150.000 (cento e cinquenta mil) Cotas Seniores da 1ª Série, a emissão será cancelada, ficando o ADMINISTRADOR, responsável pelo recebimento dos valores integralizados pelos Cotistas, obrigado a ratear entre os subscritores que tiverem integralizado suas cotas, na proporção das cotas subscritas e integralizadas, os recursos financeiros captados pelo Fundo e os rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações em fundos de renda fixa realizadas no período. Dessa forma, não serão restituídos aos Cotistas os recursos despendidos com o pagamento de tributos incidentes sobre aplicações financeiras, tais como IOF e outros, os quais serão arcados pelos Cotistas na proporção dos valores por eles subscritos e integralizados.

6.6. Atingido o patamar mínimo de distribuição de 150.000 (cento e cinquenta mil) Cotas Seniores da 1ª Série, o ADMINISTRADOR poderá (i) decidir por cancelar o saldo não colocado ao final do Período de Distribuição, independentemente de aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas, ou (ii) requerer perante a CVM a prorrogação do prazo por até 180 (cento e oitenta) dias, observado que o pedido deverá:

- I - ser realizado com relativa antecedência ao final do Período de Distribuição; e
- II - ser justificado de forma fundamentada, em que se assegure a ausência de prejuízos para os subscritores das Cotas até o momento do pedido.

7. INTEGRALIZAÇÃO.

7.1. A integralização de Cotas Seniores da 1ª Série deverá ocorrer após a integralização da totalidade das Cotas Subordinadas e das Cotas Subordinadas Mezanino, mediante chamadas de capital a serem realizadas pelo **GESTOR** e/ou **ADMINISTRADOR**, observado o disposto abaixo e conforme previsto no respectivo Boletim de Subscrição e Compromisso de Investimento.

7.1.1. O **GESTOR** e/ou **ADMINISTRADOR**, a seu exclusivo critério, solicitará a integralização de Cotas mediante envio de comunicação de chamada de capital a todos os Cotistas afetados com pelo menos 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, desde que (i) seja observado o prazo limite para integralização de 360 (trezentos e sessenta) dias da data da chamada inicial de capital para integralização das Cotas Subordinadas, e (ii) cada chamada de capital para integralização de Cotas Seniores da 1ª Série tenha valor, de forma agregada, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com exceção da última chamada de capital, que terá valor igual ao saldo remanescente a ser integralizado.

7.1.2. O preço de integralização das Cotas Seniores da 1ª Série corresponderá (i) na data da primeira integralização de Cotas Seniores, ao Preço de Emissão das Cotas Seniores; e (ii) após a primeira integralização de Cotas Seniores, ao valor de fechamento da Cota Sênior no dia da efetiva disponibilidade dos recursos pelo investidor ao **ADMINISTRADOR**, em sua sede ou dependências, observando o boletim de subscrição.

7.2. As chamadas de integralização serão realizadas de forma distinta da estabelecida na Relação Mínima, ou seja, os Cotistas Subordinados serão chamados a integralizar a totalidade das Cotas Subordinadas antecipadamente, seguidos pelos Cotistas Subordinados Mezanino, devendo a Relação Mínima ser obtida apenas após o término do período de integralização, conforme o disposto acima.

7.2.1. O **GESTOR** e/ou **ADMINISTRADOR** enviará comunicação a todos os Cotistas informando sobre a(s) chamada(s) de capital para integralização das Cotas Subordinadas e das Cotas Subordinadas Mezanino, chamadas estas que deverão ser realizadas com pelo menos 10 (dez) Dias Úteis de antecedência.

8. **VALOR MÍNIMO DE SUBSCRIÇÃO.** O valor mínimo de subscrição de Cotas no período de distribuição é de R\$100.000,00 (cem mil reais), não havendo limite máximo de subscrição por investidor. É admitida a subscrição de quantidade inferior à estipulada



acima para a finalidade de concluir a colocação da totalidade das Cotas Seniores da 1ª Série.

20 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

9. AMORTIZAÇÃO E RESGATE:

9.1. A amortização de Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá mensalmente a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive), contados da Data Inicial de Integralização de Cotas Subordinadas, pelo Regime de Caixa, observado o disposto nas cláusulas 14 e 25 do Regulamento.

9.2. O pagamento das amortizações deverá ser feito no dia 5 (cinco) do mês subsequente. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que o ADMINISTRADOR está sediado, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

9.3. O resgate das Cotas Seniores da 1ª Série ocorrerá até o 48º (quadragésimo oitavo) mês, contado da Data Inicial de Integralização de Cotas Subordinadas, no dia 30 (trinta). Se a data prevista para pagamento do resgate cair em dia não útil na praça em que o ADMINISTRADOR está sediado, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

9.4. Não obstante o disposto acima, a partir do 13º (décimo terceiro) mês (inclusive), contados da Data Inicial de Integralização de Cotas Subordinadas, o GESTOR poderá determinar a amortização extraordinária de Cotas Seniores da 1ª Série na hipótese do GESTOR encontrar dificuldade em originar Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade do Fundo. Para tanto, o Fundo deverá ter apresentado, nos 10 (dez) Dias Úteis anteriores, alocação em Direitos Creditórios inferior a 80% (oitenta por cento) do PL do Fundo, observado ainda o disposto nas cláusulas 14 e 25 do Regulamento.

9.5. As Cotas Subordinadas Mezanino e Subordinadas do Fundo terão seus valores amortizados nos mesmos termos previstos no item 9.1 acima, observado ainda o disposto nos itens abaixo e na cláusula 16 do Regulamento.

9.6. O GESTOR poderá determinar ao ADMINISTRADOR que as amortizações das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas sejam realizadas de forma a preservar a avaliação do risco das Cotas Seniores da 1ª Série. Neste sentido, poderá ser amortizado percentual inferior ao indicado pela Relação Mínima, podendo

inclusive suspender as amortizações de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas, a critério do **GESTOR**.

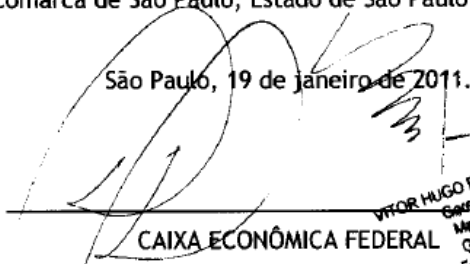
9.7. O pagamento das amortizações das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas obedecerá ao disposto no item 9.2 acima.

9.8. O resgate das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas ocorrerá até o 48º (quadragésimo oitavo) mês, contado da Data Inicial de Integralização de Cotas Subordinadas, no dia 30 (trinta). Se a data prevista para pagamento do resgate cair em dia não útil na praça em que o **ADMINISTRADOR** está sediado, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 19 de janeiro de 2011.


VITOR HUGO DOS SANTOS PINTO
Gerente Nacional
Matr. 001-388-0
GEFES/MZ/SP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Administrador do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PLURAL CAPITAL

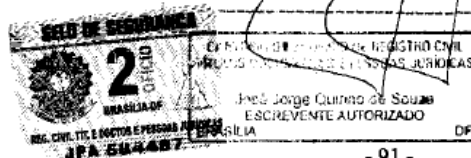
FORNECEDORES PETROBRAS

DIMITRI LOPES OJJEVAN
Matr. 052.018-8
Gerente Executivo
GEFES/MZ/SP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

12º OFÍCIO DE REG DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
ICRS 504.BL A, LOJA 07/08 - (Av. M3 Sul)
Tel: 223-4508/Fax: 225-6602 - Brasília-DF

APRESENTADO HOJE EM TÍTULOS
E DOCUMENTOS, PROTOCOLADO E REGISTRADO
ISOB O NÚMERO:
0001007494
0000995780

ANOTADO AMARGEM DO REGISTRO Nº
100 LIVRO PROTOCOLO
BRASILIA-DF/24/01/2011



ANEXO V

20 Of. de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

Lista de Serviço
1 - Estudos e Projetos
01.01 - Arquitetura Paisagismo e Urbanismo (99000000)
01.02.01 - Projeto de Fundações Profundas (99000001)
01.02.02 - Projeto de Fundações Diretas (99000002)
01.02.03 - Proj. de Reforço/Recup. de Fundações (99000003)
01.02.04 - Projeto de Serviços Geotécnicos (99000004)
01.03.01.01 - Proj.de Estruturas de Concreto Armado (99000005)
01.03.01.02 - Proj.Estruturas Concreto Protendido (99000006)
01.03.01.03 - Projeto de Estruturas Metálicas (99000007)
01.03.02.01 - Proj. Estruturas "Off-Shore"-Concreto (99000008)
01.03.02.02.01 - Proj.Estruturas Off-Shore Metál. Fixa (99000009)
01.03.02.02.02 - Proj.Estruturas Off-Shore Metál.Móvel (99000010)
01.03.03 - Proj. Recup.Reforço/Manut. Estruturas (99000011)
01.04.01 - Proj.Instal.Prediais-eletr/hidrau/san (99000012)
01.04.02 - Proj.Instal.Prediais-ar cond./refrig. (99000013)
01.04.03 - Proj.Instal.Prediais-contra incêndio (99000014)
01.05 - Projeto de Movimentação de Terras e Barragens (99000015)
01.06.01 - Proj.Capt./Adução/Distrib.de Água (99000016)
01.06.02 - Proj.Esgoto/Dren.Pluvial e Industrial (99000017)
01.07.01 - Proj.Estação de Tratamento de Água (99000018)
01.07.02 - Proj.Estação Tratam. Esgotos/Despejos (99000019)
01.08 - Proj.Tubul. e Equip de Cald em Geral (99000020)
01.09 - Projeto de Obras Portuárias (99000021)
01.10 - Proj.Tancagem Subterrânea em Rocha (99000022)
01.11.01 - Diretriz de Oleodutos e Gasodutos Terrestres (99000023)
01.11.02 - Projeto de Oleodutos Terrestres (99000024)
01.11.03 - Proj.Gas.Terrest.Sist.Distrib.Gás Nat (99000025)
01.11.04 - Proj.Oleodutos e Gasodutos Submarinos (99000026)
01.11.05 - Pré-detalhamento do Projeto da Faixa e de Dutos Terrestres (99004262)
01.12 - Proj.Terminalis Marítimos e Terrestres (99000027)
01.13 - Projeto de Indústria Naval (99000028)
01.13.01 - Projeto de Navios Tanques (990000240)
01.13.02 - Projeto de conversão de Navios em FPSO e FSO (990000245)
01.13.03 - Projeto de Embarcações Auxiliares (990000246)
01.13.04 - Projeto Platafor.Móveis-semi-subm.etc (990000247)
01.14.01 - Proj.Básico-Sist.Process.Petróleo (99000029)
01.14.02 - Proj.Executivo FEED Sist.Process.Petróleo (99000030)
01.15 - Projeto de Sistemas de Instrumentação (99000031)

01.16 - Proj.de Sistemas de Proteção Catódica (99000032)
01.17.01 - TIC Consultoria e Projeto Transmissão - TCOM (99000033)
01.17.02 - TIC Consultoria e Projeto Telecomando e Telemetria - TCOM (99000034)
01.17.03 - TIC Consultoria e Projeto Voz, Comutação e Switches - TCOM (99000035)
01.17.04 - TIC Consultoria e Projeto Videocomunicação e CFTV - TCOM (99000036)
01.17.05 - TIC Consultoria e Projeto Redes Convergentes e Com. Dados - TCOM (99000037)
01.17.06 - TIC consultoria e Projeto Sistema Aterramento e Pára-raios - TCOM (99000038)
01.17.07 - TIC Consultoria e Projeto Sistema de Energia - TCOM (99000039)
01.17.08 - TIC Consultoria e Projeto Sistema Móvel / Radiocomunicação - TCOM (99001765)
01.17.09 - TIC Consultoria e Projeto Gerenciamento de Rede - TCOM (99001766)
01.17.11 - TIC Consultoria e Projeto Estação Rádio e Permissionária - TCOM (99001767)
01.17.12 - TIC Consultoria e Projeto Infra-estrutura Redes de Cabos - TCOM (99001768)
01.17.13 - TIC Consultoria e Projeto Lançamento Cabos em Faixa Servidão - TCOM (99001721)
01.18.01.01 - Proj.Eletr.Subst/Redes-Projeto Básico (99000040)
01.18.01.02.01 - Proj.Eletr.Exec.Sub/Rede-acima 13,8KV (99000041)
01.18.01.02.02 - Proj.Eletr.Exec.Sub./Redes-até 13,8KV (99000042)
01.18.02.01 - Proj.Básico-Sist.Elétric.Industriais (99000043)
01.18.02.02.01 - Proj.Eletr.Exec-Instalações Marítimas (99000044)
01.18.02.02.02 - Proj.Elet.Exec-Instal.Terr.A.Classif. (99000045)
01.18.02.02.03 - Proj.Elet.Exec-Instal.Terr.A.N.Class. (99000047)
01.19.01.01 - Proj.Bas.Terr-Sist.Prod.Petr/Gas Nat. (99000048)
01.19.01.02 - Proj.Exec.Terr-Sist.Prod.Petr/Gas Nat (99000049)
01.19.02.01 - Proj.Bas.Marit/Sist.Prod.Petr/Gas Nat (99000050)
01.19.02.02 - Proj.Exec.Marit/Sist.Prod.Petr/Gas Na (99000051)
01.20 - Proj.Detecção/Comb Incêndio (99000052)
01.21 - Proj. Sistemas de Geração de Energia (99000053)
01.22 - Proj.Dragagem/Derrocagem Subaquática (99000054)
01.23 - Proj.Bases/Depósitos Distrib.Combust. (99000055)
01.24.01 - Estudo Viabilidade Técnica-Econômica (99000056)
01.24.02.01 - Pesq. de Mercado-Prod. e Insumos Ind. (99000057)
01.24.02.02 - Pesquisa de Mercado-Bens de Consumo (99000058)
01.24.03 - Organização, Sistema e Métodos (99000059)
01.24.04 - Organ.Arq,Docum.Téc. e Bibliotecas (99000060)
01.24.05 - Consultoria e Auditoria Contábil (99000061)
01.24.06 - Engenharia de Avaliações (99000062)
01.24.07 - AVALIAÇÃO-CUSTOS, PRAZOS E AQUISIÇÕES (99004132)
01.25 - Proj. Sist. de Geração de Vapor (99000063)
01.26 - Proj.Sist.Distrib. Vapor e Condensado (99000064)

02.05.10 - END Inspeção IRIS (Internal Rotating Inspection System) (99003521)	
02.05.11 - END Inspeção ACFM (Alternating Current Field Measurement) (99003522)	
02.06.01 - Controle de Concreto Estrutural (99000393)	
02.06.02 - Laboratório em Amost. -Solos e Rochas (99000394)	
02.07.01 - Inspeção de Materiais (99000395)	
02.07.02 - Inspeção de Equipamentos em Operação (99000396)	
02.07.02.01 - Inspeção de Equipamentos em Manutenção (99004440)	
02.07.03 - Insp/Anál.Qualit/Quantit.-Alcool,Pet. (99000397)	
02.07.04 - Serviço de Avaliação de Empresas (99000720)	
02.07.06 - Inspeção de Fabricação Nacional (99001720)	
02.07.06.01 - Inspeção de Fabricação Internacional (99003252)	
02.08.02.01 - Mergulho Profundo-Serviços Gerais (99000401)	
02.09.01 - Sondagens Terrestres (99000404)	
02.09.02.01 - Sondagens Marítimas-Águas Rasas(35m) (99000405)	
02.09.02.02 - Sondagens Marítimas-Águas Profundas (99000406)	
02.10.01 - TIC - Consultoria Especializada - TI (99000407)	
02.10.01.02 - TIC - Serviços Especializados em Segurança da Informação - TI (99003806)	
02.10.01.03 - TIC - Consultoria em SAP - TI (99003803)	
02.10.02.01 - TIC - Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Informação - TI (99000408)	
02.10.02.03 - TIC - Fábrica de Software - TI (99000690)	
02.10.02.04 - TIC - Gerenciamento Proj. Sist. Informação - TI (99000691)	
02.10.05.01 - TIC - Locação Equipamentos de TI (99000414)	
02.10.05.02 - TIC - Manut. Desktop, Notebook, Workstation - TI (99000415)	
02.10.05.03 - TIC - Manut. Periféricos de Computadores - TI (99000682)	
02.10.06 - TIC - Serviços de EDI - TI (99000416)	
02.10.06.01 - TIC - Locação Equip. Infra-Estrut. de TI (99000694)	
02.10.06.02 - TIC - Manut. Equip. Infra-Estrut. de TI (99000692)	
02.10.07.01 - TIC - Data Center/Serviços Internet - TI (99000417)	
02.10.07.03 - TIC - Operação/Suporte Infra-Estrut. - TI (99000419)	
02.10.07.04 - TIC - Gerenciamento Proj. Infra-Estrut. - TI (99000693)	
02.10.08 - TIC - Treinamento Especializado (99000420)	
02.10.10 - TIC - Obras Instalação Infra-Estrut. - TI (99000425)	
02.10.11 - TIC - Prestação de Serviços em CAD - TI (99000426)	
02.10.12 - TIC - Process.Imagem/Digitalização - TI (99000427)	
02.10.13 - TIC - Serviços de Impressão - TI (99000683)	
02.10.14.01 - TIC - Suporte Técnico ao usuário - TI (99000670)	
02.10.14.02 - TIC - Help Desk - TI (99000681)	
02.13 - Movim,Estoc e Controle de Material (99000439)	
02.14 - Classificação/Codificação de Material (99000440)	
02.15 - Serviços de Mecânica da Rocha (99000441)	

20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

02.16 - Pesquisa Geológica Mineral (99000442)	
02.17 - Lavra a Céu Aberto (99000443)	
02.18 - Medidas de Resistividade do Solo (99000444)	
02.19.01 - Serv.Proj.Básico/Detailham-Autom.Industr. (99000445)	
02.19.02 - Serviços p/ Integ/Ampi/Modif. SDCD (99000446)	20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos Ficou arquivada cópia registrada sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
02.19.03 - Serv. p/ Integ/Ampi/Modif. SCADA (99000447)	
02.20 - Operação de Bases de Distribuição (99000448)	
02.21.01 - Afretamento Embarc.Tipo RSV,DSV e MSV (99000449)	
02.21.02 - Afretam/Emb-Perf/Geot/Levant.Geoffs. (99000450)	
02.21.03 - Afretamento de Embarcações PSV/WSV/WSSV - Apoio Marítimo (99000451)	
02.21.04 - Afretamento Emb-Balsas e Empurraadores (99000452)	
02.21.05 - Afretamento Emb-Plataformas Móveis (99000453)	
02.21.06 - Afretamento de Helicópteros (99001447)	
02.21.08 - Operação de Embarcação de Apoio Marítimo (99001449)	
02.23.01 - Consultoria em Máquinas (99000455)	
02.23.02 - Consult.Análise de Vibrações (99000456)	
02.23.03 - Cons./Anál.Tensões Estát/Dinâm em Tub (99000457)	
02.24.01 - Seguradoras-Acidentes Pessoais (99000353)	
02.24.02 - Seguradoras-Aeronáuticos (99000354)	
02.24.03 - Seguradoras-Automóveis/Respons.Civil (99000355)	
02.24.04 - Seguradoras-Cascos (99000356)	
02.24.05 - Seguradoras-Danos Pessoais p/Emb. (99000357)	
02.24.06 - Seguradoras-Incêndio (99000358)	
02.24.07 - Seguradoras-Responsabilid.civil geral (99000359)	
02.24.08 - Seguradoras-Riscos de Construtor (99000360)	
02.24.09 - Seguradoras-Riscos Diversos (99000361)	
02.24.10 - Seguradoras-Riscos de Petróleo (99000362)	
02.24.11 - Seguradoras-Transportes (99000363)	
02.25 - Administração de obras (99000346)	
02.25.01 - Admin.de Obras Serv.Industr. (99000335)	
02.25.02 - Administr. Obras Cíveis (99000336)	
02.26 - Consultoria p/desenvolvimento de RH (99000345)	
02.27 - Recrutamento e Seleção de Pessoal (99000344)	
02.29.01 - Propriedade Industrial-Patentes (99000341)	
02.29.02 - Propriedade Industrial-Marcas (99000342)	
02.30 - Conservação de energia (99000340)	
02.31 - Serviços Advocatícios (99000338)	
02.32.02 - Serviços de Análises Laboratoriais de Fluidos/Resíduos (99000752)	
02.34 - Monitoração da Corrosão Interna (99001662)	
02.35.01 - TIC Consultoria em Processos, Gestão e Organização - TCOM (99001807)	
02.35.08 - TIC Consultoria em Desempenho e Nível de Serviço - TCOM (99001822)	
02.36.01 - TIC Serviços Diversos em Compartilhamento Infra-estrutura - TCOM	

(99001832)	
02.36.03 - TIC Serviços Diversos em Pesquisa e Desenvolvimento de Projeto Especial - TCOM (99001834)	
02.36.04 - TIC Serviços Diversos em Aceitação e Homologação - TCOM (99001835)	
02.36.05 - TIC Fiscalização de Implant. de Sistemas - TCOM (99004350)	
02.37.02 - Serviços de Ciências Náuticas (99004152)	
02.38 - Serviços Técnicos com Escalador (99003915)	2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos
02.40.01 - Análise de Falha de Componentes Mecânicos (99004162)	Ficou arquivada cópia registrada sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
02.41 - Análise de Explosão (99004050)	
3 - Obras Cíveis	
03.01.01 - Movimentação de Terras - Barragens e Diques (99000241)	
03.01.02 - Const Pistas,Vias Acesso,Arruam e Pav (99000242)	
03.01.03.01 - Construção de túnel - Pequeno Porte (diâmetro até 3m) (99001880)	
03.01.03.02 - Construção de túnel - Médio Porte (diâmetro de 3 à 9m) (99001769)	
03.02 - Canais e Obras de Drenagem (99000243)	
03.03.01.01 - Fundações Profundas Estacas Moldadas in loco e Tubulões (99000233)	
03.03.01.02 - Fundações Profundas - Estacas Metálicas e Pré-Moldadas (99000234)	
03.03.01.03 - Fundações Profundas - Estacas Especiais (raiz, presso ancorada, mega, etc) (99000235)	
03.03.02.01 - Constr. Estruturas de Concreto Armado (99000236)	
03.03.02.02 - Constr.Estruturas Concreto Protendido (99000237)	
03.03.03.01 - Reforço/Recup.Estrut.Concreto Armado (99000238)	
03.03.03.02 - Reforço e Recuperação de Estruturas - Concreto Protendido (99000239)	
03.03.04 - Constr. de Estruturas Metálicas (99000250)	
03.04.01 - Constr. Edificações em Geral (acima de 3 pavimentos) (99000251)	
03.04.02 - Construção de Pequenas Obras (99000252)	
03.04.03 - Construção de Cercamento (99003997)	
03.04.04 - Supressão de vegetação (99003998)	
03.04.05 - EPC de Construção Predial (99004180)	
03.05 - Construção de Postos de Serviço (99000253)	
03.05.01 - Constr.Civil Postos Serv.Abast.Combu. (99000339)	
03.05.02 - Instal.Equip.Postos Serv. Abast.Comb. (99000347)	
03.05.03 - Inst.Ele.Imag.Postos Serv.Abast.Comb. (99000348)	
03.05.04 - Instal.Enxoval Lj.Conven. de Postos (99000349)	
03.05.05 - Automação Postos Serv. e Abast. Comb. (99000350)	
03.06 - Impermeab de Superfícies de Concreto (99000260)	
03.07 - Construções Portuárias (99000261)	
03.08 - Dragagem (99000262)	
03.09.01 - Derrocagem Terrestre (99000263)	
03.09.02 - Derrocagem Subaquática (99000264)	
03.10.01 - Perfuração de Poços d'água (99000265)	
03.10.02 - Capt,Adução,Distrib Água e Esg sanit (99000266)	

03.11 - Est Tratam Águas Esg Sanit e Desp Ind (99000267)	
03.12.01 - Instalações Prediais -Elétrica, Eletrônica, Hidraulica e Sanitária (99000268)	
03.12.02.01 - Instal Pred Ar Condicionado/Ventilação mecânica/ Aquecimento/ Refrigeração Sist.Central (99000269)	
03.12.02.02 - Instalações Prediais - Ar Condicionado Individual (99000271)	
03.12.03 - Instal. Pred. Sistema Contra Incêndio (99000272)	
03.13 - Serviços Geotécnicos (99000273)	2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos
03.14 - Tancagem Subterrânea em Rocha (99000274)	Ficou arquivada cópia registrada
03.15 - Provas de Carga de Fund Prof Terres (99000275)	sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
03.16 - Fornec e Aplicação de Concreto Projet (99000276)	
03.17 - Construção Civil OFF SHORE (99000841)	
4 - Instalações e Montagens Industriais	
04.01.01 - Montagem de Vasos e Torres (99000280)	
04.01.02 - Montagem de Esferas (99000281)	
04.02 - Montagem de Tanques de Armazenamento (99000282)	
04.03.01 - Mont. Subestações e Redes de Transmissão e Distribuição com Tensão acima de 13,8KV (99000283)	
04.03.02 - Mont. Subestações e Redes de Transmissão e Distribuição com Tensão até 13,8KV (99000284)	
04.03.03.01 - Instalações Elétricas Marítimas (99000285)	
04.03.03.02.01 - Instal.Elet.Terrest.c/tensão até 480V (99000286)	
04.03.03.02.02 - Instalações Elétricas Terrestres com Tensão acima de 480V (99000287)	
04.03.04 - Cond Sist/Equip Elétricos Industriais (99000288)	
04.04.01 - Constr.Oleod.Gasod.-Linhas Terrestres (99000289)	
04.04.02 - Constr.Oleod.Gas. Linhas Subaquáticas (99000290)	
04.04.03.01 - EPC - Gerenciamento de Serv. de Eng. - Dutos Terrestres (99000700)	
04.04.03.02 - EPC - Instalação de Dutos Submarinos (99004411)	
04.04.04 - Furo Direcional para Instalação de Dutos (99003350)	
04.05 - Pré-Fabric e/ou Montagem de Tubulação (99000291)	
04.06.01 - Montagem de Sist. de Instrumentação (99000292)	
04.06.02 - Condicionamento Instrum/ e Sistemas (99000293)	
04.07 - Montagem e Condicionamento - Fornos e Caldeiras (99000294)	
04.08.01.01 - Proteção Catódica Terrestre (99000295)	
04.08.01.02 - Proteção Catódica Marítima (99000296)	
04.08.02 - Preparação de Superfície e Pintura Industrial (99000297)	
04.08.03.01 - Revest. Oleod. e Gasod. em Concreto (99000298)	
04.08.03.02 - Revest.Oleod/Gasod-Anti-Corrosivo (99000299)	
04.08.04.01 - Revest Tintas Base Resinas Especiais (99000300)	
04.08.04.02 - Revest Res Espec Reforç Fibra Vidro (99000301)	
04.09.01 - Isolamento Térmico à Frio (99000302)	
04.09.02 - Isolamento Térmico Médias e Altas Temperaturas (99000303)	
04.09.03 - Isolamento Térmico de Oleoduto (99000304)	

04.09.04.01 - Isolamento Térmico Refratários Moldadas (Alvenaria de tijolos) (99000305)	
04.09.04.02 - Isolamentos Térmicos Refratários Moldáveis (concretos e plásticos) (99000306)	
04.09.04.03 - Isolamento Térmico Refratários Fibrosos (mantas e painéis) (99000307)	
04.10.01 - Montagem de Unidades Industriais em Plantas de Processo e Termoeletricas (99000308)	
04.10.02 - Montagem de Terminais Marítimos e Terrestres (99000309)	
04.10.03 - Mont. Bases e Depósitos p/Distrib. Comb (99000310)	
04.10.04 - Montagem de Unidades Industriais - Sistemas Produção Petróleo (99000351)	
04.10.04.01 - EPC - Gerenciamento de Serv. de Eng. - Unidades de Processo e Energia (99000702)	
04.10.05 - Montagem de Unidades Moduladas (UPGN, URGN, etc) (99000352)	
04.10.06 - Montagem de Sistemas Termo-Elétricos (99000364)	
04.11.01 - Montagem da Estrutura Plataformas Metálicas Marítimas Fixas (99000311)	
04.11.02 - Montagem das Facilidades de Produção Plataformas Metálicas Marítimas (99000312)	
04.11.03 - Mont./Interligação Plataformas Metálicas Marítimas (99000313)	
04.11.04.01 - EPC- Gerenciamento de Serv. de Eng. - Facilidades/Produção em Plataformas Marítimas. (99000703)	
04.11.05 - Construção e Montagem OFF SHORE (99000822)	
04.12 - Instal Gás Nat. Comprimido Veicular (99000314)	
04.13 - Mont.Unid. Abastecedoras de Aeronaves (99000315)	
04.14.01 - TIC Instalação, Operação e Manutenção em Transmissão - TCOM (99000316)	
04.14.02 - TIC Instalação, Operação e Manutenção em Telecomando e Telemetria - TCOM (99000317)	
04.14.03.01 - TIC Instalação, Operação e Manutenção em Voz, Comutação e Switches - TCOM (99000318)	
04.14.04 - TIC Instalação, Operação e Manutenção em Video e CFTV - TCOM (99000320)	
04.14.05 - TIC Instalação, Operação e Manutenção em Redes Convergentes e Com. Dados - TCOM (99000321)	
04.14.07 - TIC Instalação, Operação e Manutenção em Sistema Aterramento e Para-raios - TCOM (99000323)	
04.14.08 - TIC Instalação, Operação e Manutenção em Sistema de Energia - TCOM (99000324)	
04.14.10 - TIC Instalação, Operação e Manutenção em Infra-estrutura de Rede de Cabos - TCOM (99000326)	
04.14.11 - TIC Instalação, Operação e Manutenção em Sistema Móvel/Radiocomunicação - TCOM (99001724)	
04.14.12 - TIC Instalação, Operação e Manutenção em Gerenciamento de Rede - TCOM (99001725)	
04.14.14 - TIC Instalação, Operação e Manutenção em Estação Rádio e Permissionária - TCOM (99001726)	
04.14.15 - TIC Instalação, Operação e Manutenção em Lançamento Cabos em Faixa Servidão - TCOM (99001727)	

209000352 de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em
24/01/2011.

04.15 - Instal Monobóias e/ou Quadros Bóias (99000327)	
04.16 - Const/Mont Manifolds e Templates (99000328)	
04.17 - Const/Mont Sist Resfriamento de Água (99000329)	
04.18 - Sistemas Cond. Ar e Pressurização (99000330)	
04.19 - Instalações Frigoríficas (99000331)	
04.20 - Instalações Criogênicas (99000332)	
04.21 - Mont/Desmont Unid Bomb(cavalo pau) (99000333)	
04.22 - Mont.Estrutu.Metálicas(torres,equip) (99000365)	
04.23.01 - Comissionamento de Instalações (99004470)	
04.23.02 - Preservação de Instalações (99004471)	
04.23.03 - Condicionamento, Pré Operação & Partida e Operação Assistida (99004472)	
5 - Manutenção Industrial	
05.01 - Manutenção Medidores Volumétricos (99000165)	
05.02.01.01 - Manutenção Motores Elétricos até 200HP (99000555)	
05.02.01.02 - Manutenção Motores Elétricos acima 200HP (99000556)	
05.02.01.03.01 - Manutenção de Geradores até 500KVA (99000557)	
05.02.01.03.02 - Manutenção Geradores-acima de 500 KVA (99000558)	
05.02.02.01.01 - Manutenção Transformad. até 500 KVA (99000559)	
05.02.02.01.02 - Manutenção Transformad. acima 500 KVA (99000560)	
05.02.02.02 - Manutenção Disjuntores (99000561)	
05.02.02.03 - Manutenção Barramentos (99000562)	
05.02.02.04 - Manut.Chave Seccion Média/Alta Tensão (99000563)	
05.02.02.05 - Manutenção Convers.Frequência (99000564)	
05.02.03 - Manut. Redes de Transmissão e Distribuição (inclusive sistemas de iluminação) (99000565)	
05.02.04 - Manut. Retificadores Corrente (99000566)	
05.02.05.01 - Manut.Sist.Prot.Instal.Elet.até 480 V (99000567)	
05.02.05.02 - Manut.Sist.Prot.Instal.Elet.Ac.480 V (99000568)	
05.02.06 - Manutenção de Banco de Baterias (99000569)	
05.02.07 - Enrolamento de Motores Elétricos (99000570)	
05.02.08 - Manutenção Quadros Comando e Proteção (99000571)	
05.02.09 - Manutenção de Automação Industrial (99000366)	
05.04.01 - Manut.Torres Resfr.D'água-Recheio (99000582)	
05.04.02 - Manut.Torres Resfr.D'água-Estrutura (99000583)	
05.04.03 - Manut.Torres Resfr.D'água-Equip/Acess (99000584)	
05.05.01 - Manut. Oleod.Gasod.-Linhas Terrestres (99000585)	
05.05.02 - Manut.Oleod/Gasod-Linhas Subaquáticas (99000119)	
05.06.01 - Manutenção de Fornos (99000587)	
05.06.02 - Manutenção de Torres, Vasos/ Reatores (99000588)	
05.06.03.01 - Manutenção Geral de Permutadores (99000589)	
05.06.03.02 - Retubulagem de Permutadores (99000591)	
05.06.04 - Manutenção de Tubulação (99000592)	

22 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

05.06.05 - Manutenção Queimadores de Caldeiras (99000593)
05.06.06 - Pequenos Serv Mecân,Caldeir e Compl. (99000595)
05.06.07 - Manutenção de Estrutura Metálica (99000596)
05.06.08 - Manutenção Tanques de Armazenamento (99000597)
05.07.01 - Manutenção-Caldeiras Flamo-Tubulares (99000598)
05.07.02 - Manut. Geradores de Vapor Compactos (99000599)
05.07.03 - Manutenção Caldeiras Aquo-Tubulares (99000600)
05.08.01 - Manutenção de Válvulas de Processo (99000601)
05.08.02 - Manutenção de Válvulas de Controle (99000602)
05.08.03 - Recuperação de Válvulas de Bloqueio (99003922)
05.09 - Manutenção de Válvulas de Segurança (99000603)
05.10.01.01 - Manut. Bombas Uso Geral até 100 CV (99000604)
05.10.01.02 - Manutenção de Bombas Especiais (99000605)
05.10.02.01 - Manutenção Compressores Alternativos (99000606)
05.10.02.02 - Manutenção Compressores Centrifugos de Ar (99000607)
05.10.02.03 - Manutenção Compressores Centrifugos de Processo e/ou de Transferência (99000608)
05.10.02.04 - Manutenção de Compressores Rotativos (99000609)
05.10.03.01 - Manutenção de Motores de combustão Interna até 200 HP (99000610)
05.10.03.02 - Manutenção de Motores de combustão interna entre 200 HP e 1000 HP (99000611)
05.10.03.03 - Manutenção de grupos motogeradores acima de 1000HP (99004222)
05.10.04 - Manutenção de Turbinas a Gás (99000612)
05.10.05.01 - Manutenção Turbinas Pequeno Porte de Uso geral (99000613)
05.10.05.02 - Manutenção Turbinas Médio e Grande Porte (pressões até 50 Kgf/cm2) (99000614)
05.10.05.03 - Manutenção de Turbinas de Médio e Grande Porte (pressões até 120 Kgf/cm2) Especiais (99000615)
05.10.06 - Manutenção de Agitadores e Redutores (99000616)
05.10.07.01 - Manut.Equip.Hidr.-Motor/Valv/Dispos. (99000617)
05.10.07.02 - Manut.Equip.Hidr.-Atuadores/Macacos (99000618)
05.10.07.03 - Manut.Equip.Hidr-Convertores Torque (99000619)
05.10.08 - Lubrificação (99000620)
05.10.09 - Manutenção de Ventiladores (99000621)
05.10.10 - Máq Rotativas-Balanceamento Dinâmico (99000622)
05.10.11 - Manutenção de Expansores (99000367)
05.10.12 - Manutenção de Caixas de Engrenagens (99000368)
05.11 - Limpeza de Área Industrial (99000623)
05.12.01 - Limpeza de Equipamentos e Tubulações - Manual de Borra e Resíduo de Petróleo e derivados (99000625)
05.12.02 - Limpeza de Equipamentos e Tubulações - Química (99000626)
05.12.03 - Limpeza de Equipamentos e Tubulações - Hidrojateamento (99000627)
05.12.04 - Limpeza Mecânica (99000628)

29 Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

05.12.05.01 - Limpeza de Equipamentos Mecanizada - Tanques Armazenamento (99000629)
05.12.05.02 - Limpeza de Equipamentos Mecanizada Demais Equipamentos e Tubulações (99000630)
05.13.01 - Usinagem (99000631)
05.13.02 - Estamparia (99000632)
05.14 - Serviços de Fundição (99000633)
05.15.01 - Cromação (99000634)
05.15.02 - Metalização (99000635)
05.16.01 - Manut. Monobóias e/ou Quadro de Bóias (99000640)
05.16.02 - Manut. Pieres p/Atracação Petroleiros (99000641)
05.16.03 - Manutenção de Defensas (99000642)
05.16.04 - Manut. Braços Carregamento de Navios (99000643)
05.17 - Manut. Equip/Instal.-Postos Serviços (99000645)
05.17.01 - Man.Equip.Postos de Serv. Abast.Comb. (99000369)
05.17.02 - Man.Tub.Conex.Postos Serv.Abast.Comb (99000370)
05.17.03 - Manut.Elem.Imagem Postos Serviços (99000421)
05.17.04 - Manut.Autom.Postos Serv. Abast. Comb. (99000458)
05.18 - Manut. Sistemas de Proteção Catódica (99000646)
05.19.01.01 - Manutenção Instrumentos Eletrônicos (99000650)
05.19.01.02 - Manutenção Instrumentos Pneumáticos (99000651)
05.19.02.01 - Manutenção Analisadores de Processo (99000652)
05.19.02.02 - Manutenção de Equipamentos de Laboratório (Analisadores, etc.) (99000653)
05.19.03 - Manut Equip e Instrum de Teste e Calibração e de Laboratório de Controle Qualidade. (99000654)
05.19.04 - Recuperação de Cartões Eletrônicos (99000655)
05.19.05 - Assistência Técnica em Estações de Medição de Vazão - EMED (99001872)
05.20.01 - Manut.Equip.Sondas-Sistema Elevatório (99000660)
05.20.02 - Manut.Equip.Sondas-Sistema Rotativo (99000661)
05.20.03 - Manut.Equip.Sondas-Estrut Metál/Mastr (99000662)
05.20.04 - Manut.Equip.Sondas-Sist.Ger.Distr.Ele (99000663)
05.20.05 - Manut.Equip.Sondas- Secadores Ar (99000664)
05.20.06 - Manut.Equip.Sondas-Bombas/Motores hid (99000665)
05.20.07 - Manut.Equip.Sondas-Sistema Pneumático (99000666)
05.20.08 - Manut.Equip.Sondas-Sist. Segur. Poços (99000667)
05.20.09.01 - Manut.Equip.Sondas-Câm. Frigoríficas (99000668)
05.20.09.02 - Manut.Equip.Sondas-Ar Cond. Central (99000669)
05.20.09.03 - EPP-Manut.Ar Cond.SCR-Plataforma (99000138)
05.21 - Reparos de Estruturas Emersas (99000671)
05.22.01 - Manutenção de Ponte Rolante (99000672)
05.22.02 - Manut. Equipamentos de Movimentação de Carga (99000673)
05.22.03 - Operação de Guindastes OFFSHORE (99000830)

2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

05.23 - Manut.Sist.Ar Cond.Vent.Mec.Aquec.Ref (99000674)	
05.24 - Manut.Unidades Abastecedoras Aeronave (99000675)	
05.25 - Manutenção de Conversor de UFCC (99000676)	
05.26 - Manutenção de Pintura Industrial (99000677)	
05.27 - Manutenção Revestimento Anti-Corrosivo (99000678)	
05.28 - Manut.Insp.Cestas Transp.Pessoal (99000679)	
05.29 - Manutenção Mecânica e Elétrica OFF SHORE (99000840)	
05.30 - Manutenção e Inspeção de Elevadores (99004090)	20 Of. de Res. de Títulos e Documentos
6 - Construção, Manutenção e Reparo Naval	Ficou arquivada cópia registrada sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
06.01 - Construção Embarcações até 2000 tpb (99000070)	
06.01.02 - Constr.Navios-Tanques até 20.000 TPB (99000459)	
06.01.03 - Constr.Navios-Tanques acima 20.000 TPB (99000460)	
06.01.04 - Construção de Embarcações Auxiliares (99000461)	
06.01.05 - Construção Plataformas Móveis Semi-sub, etc. (99000462)	
06.01.06 - Conversão de Navios em FPSO (99000463)	
06.02.01 - Manut.Navai-Motores Combustão Interna (99000071)	
06.02.02 - Manut.Navai-Purificadores Centrífugos (99000072)	
06.02.03 - Manut.Navai-Instalações Frigoríficas (99000073)	
06.02.04 - Manut.Navai-Turbinas (99000074)	
06.02.05 - Manut.Navai-Engrenagens Redutoras (99000075)	
06.02.06 - Manut.Navai-Bombas e Compressores (99000076)	
06.02.07.01 - Manut.Navai-Guinchos e Molinetes (99000077)	
06.02.07.02 - Manut.Navai-Sistema Hidráulico (99000078)	
06.02.07.03 - Manut.Navai-Equipamentos Pneumáticos (99000079)	
06.02.07.04.01 - Manutenção Naval de Baleeiras (99000080)	
06.02.07.04.02 - Manutenção Naval de Balsas (99003931)	
06.02.07.05 - Manut.Navai-Massames e Poleames (99000081)	
06.02.07.06 - Manut.Navai-Ventiladores e Exaustores (99000082)	
06.02.07.07 - Manut.Navai-Maquinas Limpeza Tanque (99000083)	
06.02.07.08 - Manut.Navai-Trocadores de Calor (99000084)	
06.02.07.09 - Manut.Navai- Mecânica em Geral (99000085)	
06.02.08 - Manut.Navai-Máquinas Instal.Elétricas (99000086)	
06.02.09.01 - Manut.Navai-Caldeiraria Leve (99000087)	
06.02.09.02 - Manut.Navai-Reparos Estruturais (99000088)	
06.02.10.01 - Manut.Navai-Redes e Válvulas (99000089)	
06.02.10.02 - Manut.Navai-Isolamento Term.de Tubul. (99000090)	
06.02.11 - Manut.Navai-Equipamentos Automatizado (99000091)	
06.02.12 - Manut.Navai-Equipamentos Eletrônicos (99000092)	
06.02.13 - Manut.Navai-Serviços de Limpeza (99000093)	
06.02.14.01 - Manut.Navai-Pintura em Geral (99000094)	
06.02.14.02 - Manut.Navai-Pintura Tanque de Carga (99000095)	
06.02.15 - Manut.Navai-Serviços de Carpintaria (99000096)	

06.02.16 - Manut.Navai-Caldeiras (99000097)
06.02.17 - Manut.Navai-Linhas Eixos/Hélices/Leme (99000098)
06.02.18 - Manut-Sist.Acion.Hélice Passo Control (99000099)
06.02.19 - Serviços de Docagem e Encalhe (99000100)
06.02.20 - Serv.Limp.Obra Vivas Embarc.Flutuando (99000101)
06.02.21 - Serv.Docagem/Rep.Geral Unid. Móveis (99000102)
7 - Serviços Exploração Perf e Prod Poços
07.01.01 - Perfuração de Poços de Petróleo TERRESTRE, com Fornecimento de Equipamentos (99000480)
07.01.02 - Perfuração de Poços de Petróleo MARÍTIMO, com Fornecimento de Equipamentos (99000481)
07.01.03 - Perfuração de Poços de Petróleo TERRESTRE, sem Fornecimento de Equipamentos (99000482)
07.01.04 - Perfuração de Poços de Petróleo MARÍTIMO, sem Fornecimento de Equipamentos (99000483)
07.02 - Perfuração e Testemunhagem a Diamante (99000484)
07.03.01 - Perfilagem Poços-Elétr/Acúst/Rad/Geom (99000485)
07.03.02 - Perfilagem Poços-Amostragem Lateral (99000486)
07.03.03 - Perfilagem Poços-Teste de Formação (99000487)
07.03.04 - Perfilagem Poços-Assenta/ de Tampões (99000488)
07.03.05 - Perfilagem Poços-Canhoneio/corte Tubo (99000489)
07.03.06 - Perfilagem de produção (99000490)
07.03.07 - Assist Tec/Loc Equip-Perfilagem Poços (99000491)
07.03.08.02 - Perfilagem de Poço/aberto e revestido e Canhoneio-Alta Tecnologia (99003853)
07.03.10 - Condução de Ferramenta de Perfilagem com Cabo/Serviços Mecânicos (TRACTOR) (99003855)
07.04.01 - Assistência Técnica/Locação de Ferramentas e Equipamentos Auxiliares de Sondas (99000493)
07.04.01.02 - Serviços Técnicos de Pescaria para Poços de Petróleo c/ fornecimento dos Equipamentos (99003980)
07.04.02 - Assist Tec/ Loc Equip p/ Sonda p/ Poços Direcionais (99000494)
07.04.03 - Assist Tec/Loc Equip p/Sonda p/P.Petr (99000495)
07.04.04 - Assistência Téc./Locação Ferramentas/Equip. Sonda p/outras Ferramentas Auxiliares (99000496)
07.05 - Abert/Reabert Roscas Elem de Coluna (99000497)
07.06.01 - Serviços de Sondas de Produção TERRESTRE sem Fornecimento de Equipamentos (99000498)
07.06.02 - Serviços de Sondas de Produção MARÍTIMA, sem Fornecimento de Equipamentos (99000499)
07.06.03 - Serviços de Sondas de Produção TERRESTRE, com Fornecimento de Equipamentos (99000823)
07.06.04 - Serviços de Sondas de Produção MARÍTIMA, com Fornecimento de Equipamentos (99000824)
07.07.01 - Manut.Válv de Seg de Subsuperf (DHSV) (99000500)
07.07.02 - Manut. Preventor Erupção Superf (BOP) (99000501)

20-Of. de Reg. de Títulos e Documentos
 Pida arquivada cópia registrada
 sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

07.07.03 - Manut. Preventor Erup.Submar.(BOPsub) (99000502)	
07.08 - Serviços/Equipamentos Técnicos de Avaliação. de Formações (99000503)	
07.08.10 - Injeção e Monitoramento de traçadores químicos (99003920)	
07.09 - Oper.Instal.Superf-Oper.c/Árvores Sub (99000504)	20.07. de Res. de Títulos e Documentos
07.10.01 - InspEletLimpTeste em Tubos-Terrestre (99000505)	Ficou arquivada cópia registrada sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
07.10.02 - InspEletLimpTeste em Tubos-Marítimo (99000506)	
07.11.01 - Serviços de Fluidos de Perfuração e completação - Assistência Técnica (99000507)	
07.11.02 - Serv. Fluido Perfuração e completação - Estocagem/Carregamento materiais sólidos a Granel (99000508)	
07.11.03 - Serviços de Fluidos de Perfuração e completação - Operação com Fluidos Aerados (99000509)	
07.11.04 - Serviços de Fluidos de Perfuração e completação - Manutenção de Equipamentos de Fluidos (99000510)	
07.11.05 - Serv. Fluidos Perfuração - Manutenção/Operação Unidades Filtração de Fluido Completção (99000511)	
07.11.06 - Tratamento Primário de Petróleo (99000644)	
07.11.07 - Serv. Especializ. em Fluidos de Perfuração, Completção, Manutenção, Intervenção em Poços (99003891)	
07.12 - Assist Téc. Compl,Restaur,Estim,Pesc (99000512)	
07.13 - Obtenção Perm p/Levant Sísmicos (99000513)	
07.14 - Projetos de Equip de Completção (99000514)	
07.15 - Serv Aplic Revest Espec Tubul de Perf (99000515)	
07.16.01 - Serv Unid Nitrog Poços Petr./Correl. (99000516)	
07.16.02 - Serv Unid Flexitub/Ferr Aux Poç Pet (99000517)	
07.17 - Serv.c/Unidade Arame em Poços Petr. (99000518)	
07.18.01 - Soldagem Tub/Conect,Sapatas,Housing (99000519)	
07.18.02 - Soldagem de Diamantes Industriais (99000520)	
07.18.03 - Soldagem Tungstênio em Tubos/Sapatas (99000521)	
07.19 - Operação com Sonolog e Dinamômetro em Poços de Petróleo e correlatos (99000522)	
07.20.01.01 - Manut/Repar Obtur Duplo Recup p/BCS (99000523)	
07.20.01.02 - Manut/Repar Obturadores Recuperáveis (99000524)	
07.20.01.03 - Manut/Repar de TSR e PBR (99000525)	
07.20.01.04 - Manut/Repar de Camisa Deslizante (99000526)	
07.20.01.05 - Manut/Repar Ferram p/Oper Unid Arame (99000527)	
07.20.02.02 - Manutenção/Reparo de Carretel e Umbilical de Sistemas de Controle Hidráulico (99000529)	
07.20.02.03 - Manutenção/Reparo de Controle Hidráulico de Árvore de Natal Molhada e correlatos (99000530)	
07.20.02.05 - Manut/Repar de Ferramentas de ROV (99000532)	
07.20.02.07 - Manut./Rep.Registrador Eletrônico (99000128)	
07.20.02.08 - Instalação de Sensor de Fibra Ótica (99000861)	
07.20.03.01 - Conex/Desconex e Manob Coluna (99000534)	
07.20.03.02 - Manutenção/Reparo de Árvore de Natal Convencional (99000535)	

07.20.03.03 - Manutenção/Reparo de Equipamentos de Cabeça Poço Convencional (99000536)	
07.20.03.04 - Manut/Repar Mangueira Aço "Chiksan" (99000537)	
07.20.03.05 - Manut/Repar Motor Diesel Unid Móveis (99000538)	
07.20.03.06 - Manut/Repar Guincho de Arame e Cabo (99000539)	
07.21.01.01 - ManutEquipElev-BCS-Motor/Bomba/Separ. (99000541)	
07.21.01.02 - ManutEquipElev-BCS-Cab chato,pot head (99000542)	
07.21.01.03 - ManutEquipElev-BCS-Qdro comando/cx ju (99000543)	
07.21.01.04 - ManutEquipElev-BCS-Transform. p/ BCS (99000544)	
07.21.01.05 - ManutEquipElev-BCS-Moto/Turbo-Gerador (99000545)	
07.21.02 - ManutEquipElev-Bombeio Cavid Progress (99000546)	
07.21.03.01 - Manut Equip Elev-BM-Unidade Bombeio (99000547)	20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos Ficou arquivada cópia registrada sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
07.21.03.02 - ManutEquipElev-BM-Bomba,Válvula de Pé (99000548)	
07.21.03.03 - Manut Equip Elev-BM-Haste de Bombeio (99000549)	
07.21.04.01 - Manut Equip Elev-Mandril de Gas Lift (99000550)	
07.21.04.02 - Manut Equip Elev-Válvulas de Gas Lift (99000551)	
07.21.04.03 - Manut Equip Elev-Válv pé,nipples assen (99000552)	
07.21.04.04 - Manut Equip Elev-Intermitor/Bean Chok (99000553)	
07.22 - Serv. Restauração/Estimulação, Contenção areia e Garantia de escoamento c/ embarcação WSSV (99003477)	
07.23 - Manutenção e Reparo de Riser de Perfuração e Juntas Telescópicas (99003479)	
07.24.01 - Operação/Manutenção de Unidades Geradoras de Vapor (sem fornecimento da UGV) (99003501)	
07.24.02 - Operação/Manutenção de Unidades Geradoras de Vapor com fornecimento da UGV (99003820)	
07.25 - Serviço de Alargamento Concêntrico de Poços em formações duras e abrasivas (underreamer) (99003870)	
8 - Serviços de Transporte	
08.01.01 - Transporte em Helicóptero (99000130)	
08.01.02 - Transporte em Aviões (99000131)	
08.02.01 - Transp. Marit/Fluvial de Óleos (99000132)	
08.02.02.01 - Transp.Marit/Fluv.Petrol.-Carga Liquid (99000133)	
08.02.02.02 - Transp.Marit/Fluv. Petrol.-Carga Seca (99000134)	
08.02.03.01 - Transp.Marit/Fluv Materiais-Cabotagem (99000135)	
08.02.03.02 - Transp.Marit/Fluv.Intern.Materiais (99000136)	
08.02.04 - Afret/Embar.p/Contenção Recolhi/ Óleo (99000464)	
08.03.01.01.01 - Transp.Rod.Granéis Sólidos Não Embal. (99000140)	
08.03.01.01.02 - Transp. Rod. de Carga Seca (99000141)	
08.03.01.02 - Transp.Rod. Prod. Siderúrgicos (99000142)	
08.03.01.03 - Transp.Rod. Materiais- Zona Urbana (99000143)	
08.03.01.04 - Transp. Rod. de Sondas (99000144)	
08.03.01.05 - Transp. Rod.de Carga Pesada (99000145)	
08.03.01.06.01 - Transp. Rod. Granéis Liq. (8 a 15 m³) (99000146)	

08.03.01.06.02 - Transp. Rod.Granéis Liq.(acima 15 m³) (99000147)	
08.03.01.06.03 - Transp.Rod.Granéis Liq.Prod.Quim.Gas. (99000148)	
08.03.01.06.04 - Transp.Rod.Granéis Liq.Caminhão Vácuo (99000149)	
08.03.01.07 - Transp. Rod. Encomendas (99000150)	
08.03.01.08 - Transp.Rod Mud. Locais Interestaduais (99000151)	
08.03.01.09 - Transp. Rod. Mudanças Internacionais (99000152)	
08.03.01.10.01 - Transp.Rod.Prod.Quim.Perig.Granel Liq (99000153)	
08.03.01.10.02 - Transp.Rod.Prod.Quim.Perig.-Embalados (99000154)	Art. de Reg. de Títulos e Documentos
08.03.01.10.03 - Transp.Rod.Prod.Quim.Perig.Container (99000155)	Ficou arquivada cópia registrada
08.03.01.10.04 - Transp. Rod. Material Explosivo (99000156)	sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
08.03.01.10.05 - Transp. Rod. Material Radioativo (99000157)	
08.03.01.11 - Transp. Rod. Internacionais (99000158)	
08.03.01.12 - Transp. Rod. Container (99000159)	
08.03.01.13 - Transp.Rod.Tubos c/Revesti/Externo (99000160)	
08.03.02.01 - Transporte Rodoviário Automóveis e/ou Utilitários (99000161)	
08.03.02.02 - Transporte Rodoviário Coletivo (ônibus e micro-ônibus) (99000162)	
9 - Serviços Gerais	
09.01.01 - Conservação Predial (99000180)	
09.01.02 - Conserv. Áreas Gramadas,Jardins e Ruas (99000181)	
09.01.03 - Man.Instal Pred(alvenaria,elétric.,hidráulica,carpintaria,pintura,serralheria,vidraçaria) (99000182)	
09.01.04 - Desratização e Desinsetização (99000183)	
09.01.05 - Aplicação de Herbicida (99000184)	
09.01.06 - Fabricação e Montagem Divisórias (99000185)	
09.01.07 - Manutenção Alojamento de Plataformas (99000186)	
09.01.08 - Manutenção de Pistas de Dutos (99000187)	
09.01.09.01 - Manut. Ar Cond. - Sistema Central (99000188)	
09.01.09.02 - Manut. Ar Condicionado - Individual (99000189)	
09.01.10 - Manutenção de Veículos (99000190)	
09.01.11 - Manut Gel,Beb Elet,Câm Frig,Equip Coz (99000191)	
09.02.01 - Locação de Guindastes (99000193)	
09.02.02 - Locação - Equipamentos de Terraplenagem (99000194)	
09.02.03 - Locação de Equipa/ de Reprografia (99000195)	
09.02.04 - Locação de Máquinas de Solda (99000196)	
09.02.05 - Locação de Compressores de Ar (99000197)	
09.02.06 - Locação de Empilhadeiras (99000198)	
09.02.07 - Locação de Caminhões à Vácuo (99000199)	
09.02.08 - Locação de Contentor-Aloja/Correlatos (99000200)	
09.02.09 - Locação de Automóveis/Utilitários (99000201)	
09.02.10 - Locação de Caminhões (99000202)	
09.02.11 - Locação de Ônibus (99000203)	
09.02.12 - Locação de Táxis (99000465)	

de Res. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

09.02.13 - Locação de Grupos Geradores (99000466)	
09.02.14 - TIC Locação de Serviço Local - TCOM (99001710)	
09.02.15 - TIC Locação de Serviço Longa Distância Nacional - TCOM (99001711)	
09.02.16 - TIC Locação de Serviço Longa Distância Internacional - TCOM (99001712)	
09.02.17 - TIC Locação de Serviço de acesso IP - TCOM (99001713)	
09.02.18 - TIC Locação de Serviço de acesso Internet Wireless - TCOM (99001714)	
09.02.19 - TIC Locação de Equipamento Telecomunicação - TCOM (99001855)	
09.02.20 - TIC Locação de Instrumento de Teste - TCOM (99001856)	
09.02.21 - Locação de Plataforma Aérea (99002300)	
09.02.22 - Locação de Tanque de Aço inoxidável (99003914)	
09.02.23 - Locação de Elevadores e Gruas (99004155)	
09.03.01 - Serviços de Vigilância (99000204)	
09.03.02.01 - Fornecimento Refeições e Lanches (99000205)	
09.03.02.02 - Fornecimento Café, Chá e Água Mineral (99000206)	
09.03.02.03 - Fornecimento de Vale-Refeição (99000207)	
09.03.03 - Serv de Câmara c/ Fornec Refeições (99000208)	2ª Of. de Reg. de Títulos e Documentos
09.03.04 - Fornecimento Mão de Obra Temporária (99000209)	Ficou arquivada cópia registrada sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
09.03.05.01 - Prestação Serviços de Microfilmagem (99000210)	
09.03.05.02 - Preparação Doc p/ Microfilmagem (99000211)	
09.03.06 - Despachos Aduaneiros (99000212)	
09.03.07 - Oper.Man.Adm.Embarc.Apoio/Instal.Mar. (99000213)	
09.03.08 - Agenciamento Marítimo (99000214)	
09.03.09 - Amarração e Desamarração Navios (99000215)	
09.03.10.01 - Reprografia (99000216)	
09.03.10.02 - Cópias Heliográficas (99000217)	
09.03.11.01 - Movimentação de Cargas com Empilhadeiras (99000218)	
09.03.11.02 - Movimentação de Cargas com Guindastes (99000219)	
09.03.11.03 - Mov de Cargas Manual (99000220)	
09.03.12 - Serviços de Recepção e Portarias (99000221)	
09.03.13 - Serviços de Agência de Viagem (99000222)	
09.03.14 - Serviços de Coleta de Lixo (99000223)	
09.03.15 - Serviços de Estiva em Portos (99000224)	
09.03.16 - Recepção/Operação Central Telefônica (99000225)	
09.03.17 - Serviços de Hospedagem (99000226)	
09.03.18.01 - Serviços de Apoio Administrativo (99000468)	
09.03.20 - Serviços de Mensageria (99000474)	
09.03.21- Serviço de Câmara com Fornecimento de Refeição OFF SHORE (99000821)	
09.04.01 - Locação de Material de Andaimos (99000227)	
09.04.02 - Montagem e Desmontagem de Andaimos (99000228)	
09.05 - Agenciam. Transp Intern. Cargas-Aéreo (99000229)	
09.06 - Agenc Transp Intern Cargas-Marítimo (99000230)	
09.07 - Agenc Transp Nac Cargas-Aéreo (99000231)	

09.08 - Agenc Transp Nac Cargas-Rodoferrov (99000232)	
10 - Serviços de Relações Institucionais	
10.01.01 - Impressão Gráfica (99000103)	
10.01.02 - Fitolito (99000104)	
10.01.03 - Criação/Editoração/Arte-Finaliz.Publ. (99000105)	
10.02.01 - Criação e Revisão de Textos (99000110)	
10.02.02 - Edição,Produção,Impressão e Fitolito (99000111)	
10.03.01 - Fotografia (99000112)	
10.03.02 - Laboratório Fotográfico (99000113)	
10.04.01 - Produção Clipping Eletrônico - TV (99000114)	
10.04.02 - Produção Clipping Eletrônico - Rádio (99000115)	
10.04.03 - Prod. Clipping Eletrônico - Impressos (99000116)	20 Of. de Reg. de Títulos e Documentos Ficou arquivada cópia registrada sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
10.05 - Feiras e Exposições Nacionais (99000117)	
10.06 - Feiras e Exposições Internacionais (99000106)	
10.07 - Eventos e Atividades Promocionais (99000107)	
10.08.01 - Roteirização de Vídeos (99000108)	
10.08.02 - Produção de Vídeos (99000109)	
10.08.03 - Edição de Vídeos (99000120)	
10.09.01 - Roteirização de Multimídia (99000121)	
10.09.02 - Produção de Multimídia (99000122)	
10.09.03 - Gravação de CD-Rom (99000123)	
10.09.04 - Prod./Manut.Sites p/Internet/Intranet (99000124)	
10.10.01 - Anim.Comp.Graf.-Criação Prod. Digital (99000125)	
10.10.02 - Anim.Comp.Graf.-Digitalização Imagem (99000126)	
10.11 - Agência de Propaganda e Publicidade (99000127)	
11 - SMS - Saúde, Meio Ambiente e Segurança	
11.01.02.02 - Consultoria em Vigilância Epidemiológica (99002570)	
11.01.02.03 - Consultoria em Atividade Física (99002571)	
11.01.02.04 - Consultoria em Toxicologia (99002572)	
11.01.02.05 - Consultoria em Saúde Ambiental (99002573)	
11.01.02.06 - Consultoria em Saúde Ocupacional (99002574)	
11.01.03.01 - Treinamento de Resgate/Transporte de pessoas em situações de Emergência (99002575)	
11.01.03.02 - Treinamento em Atendimento Pré-Hospitalar (APH) (99002576)	
11.01.03.03 - Treinamentos Especializados em Saúde (99002580)	
11.01.04.01 - Avaliação de Exercícios Simulados de Emergência (99002581)	
11.01.04.02 - Auditorias Específicas de Saúde (99003601)	
11.01.05.01 - Serviços de Atendimento à Pessoas em Situações de Emergência (99002600)	
11.01.05.02 - Serviços Móveis de Transporte de Emergência (99002601)	
11.01.05.03 - Serviços de Medicina Ambulatorial, Enfermagem e Fisioterapia (99003603)	
11.01.05.04 - Serviços Hospitalares para Atendimento de Emergência (99002602)	

11.01.05.05 - Elaboração de PCMSO (99002603)
11.01.05.06 - Exames Complementares Ocupacionais ou NÃO e Perícias/Parecer/Consulta/Laboratoriais (99002805)
11.01.05.07 - Exames Clínicos Ocupacionais (99002806)
11.01.05.08 - Monitoramento Ambiental para fins de Avaliação de Saúde Humana (99002807)
11.01.05.09 - Avaliação de Risco Sócio- Ambiental p/ fins de avaliação de Saúde Humana (99002604)
11.01.05.10 - Serviços de Epidemiologia Ambiental (99002610)
11.01.05.11 - Serviços Especializados de Percepção e Comunicação de Risco à Saúde (99002611)
11.01.05.13 - Lavanderia Especializada em Serviços de Saúde (99002612)
11.01.05.14 - Serviços de Esterilização de Materiais Médicos/Cirúrgicos e Odontológicos (99002613)
11.01.05.15 - Serviços de Locação de Equipamentos e Materiais Médicos/Cirúrgicos e Odontológicos (99002614)
11.01.05.16 - Manutenção, Inspeção e Calibração de Equipamentos Médicos, Cirúrgicos e Odontológicos. (99002615)
11.01.05.17 - Serviços de Análise Microbiológica de Alimentos e de Potabilidade de Água (99002616)
11.01.05.18 - Ginástica Laboral (99003872)
11.02.01.01 - Gerenciamento de Resíduos (99002617)
11.02.01.02 - Gerenciamento de Áreas Impactadas (99002620)
11.02.02.01 - Consultoria em Gestão/Tratamento de Resíduos (99002621)
11.02.02.02 - Consultoria em Gestão de Áreas Impactadas (99002622)
11.02.02.03 - Consultoria em Análise de Risco à Saúde Humana e Ecológica (99002623)
11.02.02.04 - Consultoria em Remediação de Áreas Impactadas (99002624)
11.02.02.05 - Consultoria em Hidrogeologia Ambiental (99002625)
11.02.03.01 - Treinamento em Gestão de Resíduos e Áreas Impactadas (99002626)
11.02.04.01 - Autoclavagem de Resíduos do Serviço de Saúde (99002627)
11.02.04.02 - Incineração de Resíduos do Serviço de Saúde (99002628)
11.02.04.03 - ETD, Microondas ou Desinfecção de Resíduos do Serviço de Saúde (99003313)
11.02.05.01.01 - Co-processamento em Forno de Clinquer (99002629)
11.02.05.01.02 - Blendagem e preparo para Co-processamento (99004344)
11.02.05.02 - Plasma Térmico (99002630)
11.02.05.03 - Incineração de Líquidos (99003314)
11.02.05.04 - Incineração de Resíduos Sólidos (99002631)
11.02.05.05 - Dessorção Térmica (Chama Direta e Indireta) (99002632)
11.02.06.01 - Tratamento Biológico de Lodo Séptico (99002633)
11.02.06.02 - Tratamento de Solo por Biopilha (99002634)
11.02.06.03 - Tratamento de Solo em Landfarming (99002635)
11.02.06.04 - Compostagem (99002636)
11.02.07.01 - Aterro Sanitário (99002640)
11.02.07.02 - Aterros Industriais para Classe IIA (99002641)

29.06.2011 - Recibo de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

11.02.07.03 - Aterros Industriais para Classe IIB (99002642)	
11.02.07.04 - Aterros Industriais para Classes I (99002643)	
11.02.07.06 - Disposição de Resíduos da Construção Civil (99002644)	
11.02.08.01 - Descontaminação de Materiais e Equipamentos com PCB (99002645)	
11.02.08.02 - Descontaminação/Recondicionamento de Tambores/Containeres/Bombonas (99002646)	
11.02.08.03 - Descontaminação de Materiais/Equipamentos com Radiação (99002605)	
11.02.08.04 - Descontaminação de Lâmpadas e Materiais com Mercúrio (99002606)	
11.02.09.01 - Reaproveitamento de Resíduos (Catalisador, Borrachas, Óleos Gastos). (99003361)	
11.02.09.02 - Reciclagem de Materiais Não-Contaminados com Produtos Perigosos (99002607)	Produtos Perigosos, Títulos e Documentos Ficou arquivada cópia registrada sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
11.02.09.03 - Reciclagem de Pilhas e Baterias (99002608)	
11.02.09.04 - Reciclagem/Destinação de Componentes Eletrônicos (99002609)	
11.02.09.05 - Recuperação de Catalisadores (99002650)	
11.02.09.06 - Recuperação de Metais (99002651)	
11.02.09.07 - Re-refino / Reprocessamento de Óleo Lubrificante e Outros Resíduos Oleosos (99002652)	
11.02.09.08 - Reciclagem de Borrachas, Pneus e Elastômeros (99002653)	
11.02.09.09 - Reciclagem de Cartuchos e Toner de Impressoras (99002654)	
11.02.09.10 - Recuperação de Solventes (99002655)	
11.02.10.01 - Lavanderia Especializada em EPI (99002656)	
11.02.10.02 - Limpeza de Tanques, Lagoas e Diques (99002657)	
11.02.10.03 - Disposição de Resíduos Radioativos (99002658)	
11.02.10.04 - Tratamento de Águas Contaminadas com Metais Pesados (99002660)	
11.02.10.05 - Tratamento de Águas Oleosas (99002661)	
11.02.10.06 - Coleta de Resíduos (99002662)	
11.02.10.07 - Compra e Venda de Resíduos Recicláveis NÃO Contaminados (99003690)	
11.02.10.08 - Armazenamento Temporário de Resíduos Recicláveis NÃO Contaminados (99003666)	
11.02.11.01 - Transporte Rodoviário de Resíduos (99003301)	
11.02.12.01 - Aplicação de Ferramentas de Geofísica Ambiental (99002647)	
11.02.12.02 - Coleta / Amostragem Ambiental (99002648)	
11.02.12.03 - Descrição Lito-estratigráfica e Tátil-visual (99002649)	
11.02.12.04 - Ensaio de Aquífero (99002670)	
11.02.12.05 - Instalação de poços de monitoramento, piezômetros e poços de bombeamento (99002671)	
11.02.12.06 - Sondagens ambientais (manuais e mecanizadas) (99002672)	
11.02.12.07 - Testes de bombeamento (slug tests) (99002673)	
11.02.12.08 - Testes físico-químicos em campo/expeditos (99002674)	
11.02.13.01 - Biorremediação in situ solos/aquíferos (99002618)	
11.02.13.02 - Bombeamento e tratamento de água subterrânea (99002619)	
11.02.13.03 - Extração Multifásica (99002680)	
11.02.13.04 - Confinamento geotécnico (capping) (99002663)	

11.02.13.05 - Confinamento geotécnico subaquático (capping) (99002664)	
11.02.13.06 - Extração de fase vapor (99002592)	
11.02.13.07 - Fitorremediação in situ de solos/aquíferos (99002593)	
11.02.13.08 - Fotooxidação in situ de solos e recursos hídricos (99002594)	
11.02.13.09 - Instalação de barreiras hidráulicas (99002595)	
11.02.13.10 - Instalação de barreiras reativas (99002596)	2º Of. de Reg. de Títulos e Documentos
11.02.13.11 - Monitoramento ambiental de áreas impactadas. (99002597)	Ficou arquivada cópia registrada sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
11.02.13.12 - Oxidação química ou catalítica avançada (99002598)	
11.02.13.13 - Remoção de água subterrânea por vácuo (99002599)	
11.02.13.14 - Limpeza/Lavagem de Solos e Rochas Contaminadas (99002690)	
11.02.14.01 - Análises quím., físico-quím., microbiológ., ecotoxicológ. (Água/Solos/Resíd/Ar/Biota) (99002691)	
11.02.14.02 - Análises e Caracterização de Fertilidade de Solo (99002692)	
11.02.14.04 - Teste de Queima (99002693)	
11.02.14.05 - Caracterização de resíduos conforme ABNT (99002694)	
11.02.15.01 - Elaboração de procedimentos e ferramentas de gestão de biodiversidade (99002724)	
11.02.16.01 - Caracterização, avaliação de impactos e monitoramento ambiental c/foco biodiversidade (99002725)	
11.02.16.02 - Estudos ecotoxicológicos em compartimentos bióticos e abióticos (99002726)	
11.02.17.01 - Treinamento em biodiversidade (99002712)	
11.02.19.01 - Serviços de geoprocessamento e interpretação de imagens (99002713)	
11.02.19.02 - Manejo de fauna (99002714)	
11.02.19.03 - Manejo de espécies sinantrópicas (99002715)	
11.02.19.04 - Recuperação de ecossistemas (99002716)	
11.02.19.05 - Elaboração e Execução de Projetos Socioambientais e de Uso Sustentável (99002717)	
11.02.20.01 - Gestão Específica na Área de Emissões atmosféricas e/ou Mudança Climática (99002718)	
11.02.21.01 - Estudo para dimensionamento de rede de monitoramento da qualidade do ar (99002719)	
11.02.21.02 - Estudos e projetos de controle e/ou tratamento de emissões atmosféricas (99002750)	
11.02.21.03 - Diagnósticos/Prognósticos de impacto na qualidade do ar com Modelos de Dispersão (99002751)	
11.02.21.04 - Consultoria em Mudança Climática (99002752)	
11.02.22.01 - Treinamento em Emissões atmosféricas / Mudança climática (99002753)	
11.02.23.01 - Auditorias específicas de Emissões Atmosféricas / Mudança climática (99002698)	
11.02.24.01 - Avaliação da qualidade do ar (99002699)	
11.02.24.02 - Medição / Avaliação de emissões atmosféricas (99002761)	
11.02.24.03 - Calibração e aferição de equipamentos de Medição de Poluentes e da qualidade do ar (99002762)	
11.02.24.04 - Detecção e quantificação de vazamentos de gases e vapores (99002763)	

2ª Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

11.02.24.05 - Inventário de emissões atmosféricas (99002764)
11.02.24.06 - Manutenção de Equipamentos de Medição de poluentes e da qualidade do ar (99002765)
11.02.24.07 - Operação/Manutenção Estações de monitoramento da qualidade do ar e/ou Meteorológicas (99002766)
11.02.25.01 - Consultoria /Assessoria à Outorga de Captação / Lançamento (99002767)
11.02.25.02 - Estudo para sistemas de tratamento e reuso de efluentes (99002770)
11.02.25.03 - Modelagem / Estudos Hidrodinâmicos de Dispersão de Poluentes (99002771)
11.02.25.04 - Operação / Monitoramento do Tratamento de Efluentes (99002772)
11.02.25.05 - Serviços de Remoção / Transporte e Destinação de Efluentes (99002773)
11.02.25.06 - Diagnósticos de corpos hídricos (99002774)
11.02.25.07 - Estudo para captação / tratamento / distribuição de água e lançamento de efluentes (99002775)
11.02.25.08 - Dimensionamento/Implantação/Oper/Manut Sist. de monitoramento de capacidade hídrica (99002776)
11.02.25.09 - Medição, Caracterização, Avaliação, Monitoramento e Tratamento de Águas e Efluentes (99002777)
11.02.25.10 - Treinamento em Gestão / Participação em Fóruns de Recursos Hídricos (99002778)
11.03.01.01 - Manutenção de extintores de incêndio (99003602)
11.03.01.02 - Manutenção de mangueiras de incêndio (99002681)
11.03.01.03 - Inspeção de Extintores e Mangueiras de Incêndio (99003320)
11.03.01.04 - Inspeção/manutenção de sistemas de detecção de fogo e/ou gás (99002683)
11.03.01.05 - Inspeção/manutenção de Sistemas de Combate a Incêndio (Hidrantes, Sprinklers e Espuma) (99002684)
11.03.01.06 - Inspeção/manutenção de sistema de alarme de emergência (99002637)
11.03.01.07 - Inspeção/manutenção de sistema de sonorização de emergência (99002638)
11.03.01.08 - Inspeção/manutenção de Sistema Fixo de CO2 (99002639)
11.03.01.09 - Inspeção/manutenção de Sistema Fixo de Combate a Incêndio com Gás exceto CO2 (99002700)
11.03.01.10 - Serviços de Brigada de incêndio (99002701)
11.03.01.11 - Inspeção/manutenção em conjuntos autônomos de ar respirável (99002702)
11.03.02.01 - Consultoria em Investigação e Análise de Acidentes (99002703)
11.03.02.02 - Estudos de Análise de Riscos (99003604)
11.03.02.03 - Consultoria em Segurança no Trânsito (99002704)
11.03.03.01 - Treinamento de Segurança em Eletricidade (99002675)
11.03.03.02 - Treinamento de Segurança em Operação de Caldeiras e Vasos de Pressão (99002676)
11.03.03.03 - Treinamento em Espaços Confinados (99002677)
11.03.03.04 - Treinamento em Combate a Incêndio (99002678)
11.03.03.05 - Treinamento Básico em Segurança Off shore - BST (Salvagem) (99002679)

11.03.03.06 - Treinamento para membros de CIPA (99002710)	
11.03.03.07 - Treinamento em Análises de Risco (99002711)	
11.03.03.08 - Treinamento de Segurança para Trabalhos em Altura (99002720)	
11.03.03.09 - Treinamento de Segurança no Trânsito (99002721)	
11.03.03.10 - Treinamento de Segurança em Atmosferas Potencialmente Explosivas (99002722)	20.01. de Reg. de títulos e Documentos
11.03.03.11 - Treinamento em Radioproteção (99002723)	Ficou arquivada cópia registrada sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.
11.04.01.03 - Consultoria em Ergonomia (99002779)	
11.04.01.05 - Consultoria Especializada em Contingência (Riscos, Cenários, Planos, Simulados) (99002780)	
11.04.01.06 - Serviços Modelagem / Informatização de Planos de Emergência. (99002781)	
11.04.02.01 - Auditoria em Sistemas de Gestão de SMS (Normas ISO, OHSAS, etc.). (99002790)	
11.04.02.02 - Auditoria de Conformidade Legal de SMS. (99002791)	
11.04.02.03 - Auditoria de Gerenciamento de Risco (PGR). (99002792)	
11.04.03.01 - Serviços de Manutenção e Operação de Centros de Defesa e de Resposta à Emergências. (99002794)	
11.04.03.02 - Serviços de Afretamento de Embarcações dedicadas ao Combate de Emergências - OSRV. (99002793)	
11.04.03.03 - Serviços de salvamento de sistemas flutuantes (salvagem). (99002795)	
11.04.04.01 - Treinamento para brigadistas e socorristas. (99002768)	
11.04.04.11 - Treinamento e Capacitação em Ergonomia (99002769)	
11.04.05.01 - Avaliação de exposição ocupacional à agentes ambientais (99002800)	
11.04.05.02 - Análise laboratorial de agentes químicos ambientais. (99002801)	
11.04.05.03 - Inspeção, Manutenção e Calibração de Equipamentos de Higiene Ocupacional (99002802)	
11.04.07.01 - Avaliação de passivos de SMS inclusive - Due Dilligence (99002803)	
11.04.07.02 - Elaboração de Estudos Ambientais para Análise nos Órgãos Ambientais (99002804)	
11.04.07.03 - Consultoria em Sistemas de Gestão de SMS (99003500)	
13 - Engenharia Submarina	
13.02.01 - Mergulho Acompanhamento/Apoio à Operações(até 20m ausência de condições perigosas) (99000398)	
13.02.02 - Mergulho Acompanhamento/Apoio à Operações(até 30m ausência de condições perigosas) (99003370)	
13.02.03 - Mergulho Acompanhamento/Apoio à Operações(até 50m ou em condições perigosas) (99003371)	
13.02.04 - Mergulho-Insp/Manut/Repar/Montag Submarina(até 20m ausência de condições perigosas) (99000164)	
13.02.05 - Mergulho-Insp/Manut/Repar/Montag Submarina(até 30m ausência de condições perigosas) (99003372)	
13.02.06 - Mergulho-Insp/Manut/Repar/Montag Submarina(até 50m ou em condições perigosas) (99003373)	
13.02.07 - Mergulho Profundo - Inspeção, Manutenção, Reparo e Montagem (99000402)	

13.03.01 - Lançam Linhas Flexíveis e Inst Equipamentos Submarinos (99000454)
13.03.02 - Serviços de Armazenamento e Manutenção de Linhas Flexíveis (99004321)
13.03.03 - Monitoração de Lançamento de Estaca Torpedo (99004283)
13.03.04 - Inspeção e reclassificação de Amarras (99004153)
13.03.05 - Apoio Técnico e Serviços de Engenharia Naval e Submarina (99004171)
13.03.06 - Conexão/Desconexão, Tensionamento e Manutenção de Sistemas de Ancoragem (99004170)
13.03.07 - Consultoria / Elaboração de Projetos de Engenharia Submarina (99004311)
13.03.08 - Auditoria em Projetos de Engenharia Submarina (99004310)
13.04.01 - Manutenção, Inspeção e Controle de Materiais de Ancoragem e Offloading (99004160)
13.05.01 - Peação, montagem e instalação de estruturas navais (99004154)
13.06.01 - Man. e Oper. de Equipamentos Submarinos e Ferramentas Associadas (99000528)
13.06.02 - Man. e Oper. de Sistemas de Completação para Equipamentos Submarinos (99000531)
13.06.03 - Operação de ROV (99000533)
13.06.04 - Manutenção e Operação de Sistemas Elétricos para Equipamentos Submarinos (99004181)
13.06.05 - Man. e Oper. de Sistemas de Controle de Equipamentos Submarinos (99004200)
13.06.06 - Manut. Umbilicais eletro-hidráulicos, cabos pot./óticos submarinos (99004242)
13.06.07 - Conex/Desconex e Manut. Equip. Linhas Prod Offshore (99004273)
13.06.08 - Manut. De ferramentas e equipamentos submarinos, apoio técnico, logística. (99004322)

2ª Of. de Reg. de Títulos e Documentos
Ficou arquivada cópia registrada
sob o nº 0001007494 em 24/01/2011.

ANEXO II - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER DA DISTRIBUIÇÃO

DECLARAÇÃO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 5 de junho de 2008, conforme alterado, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista, nº 2300, 11º andar, Cerqueira César, CEP 01310-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, neste ato devidamente representada de acordo com o seu Estatuto Social, na qualidade de instituição líder da distribuição pública de cotas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS**, CNPJ/MF 12.940.971/0001-09, (“Oferta”, “Cotas” e “Fundo”, respectivamente), neste ato representada na forma de seu estatuto social, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, DECLARAR que (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o período de realização da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e aquelas que integram o prospecto do Fundo e da Oferta (“Prospecto”) sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e (ii) o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas, do Fundo e da política de investimento do Fundo, além dos riscos inerentes ao investimento no Fundo pelos investidores, e suficientes à tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Belmar Ferragó Moura Neto
Vice-Presidente
CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

São Paulo, 02 de dezembro de 2010.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Distribuidora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PLURAL
CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS**

Carlos Borges
Vice-Presidente
CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ANEXO III - DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

DECLARAÇÃO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 6.473, de 05 de junho de 2008, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e carteiras de valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, 21º andar, Asa Sul, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista n.º 2.300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.360.305/0001-04, na qualidade de instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS** ("Fundo"), vem, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que: (i) os documentos referentes ao registro do Fundo estão regulares e atualizados perante a CVM; (ii) o prospecto de distribuição pública de quotas da primeira emissão do Fundo (respectivamente, "Prospecto" e "Oferta") contém as informações necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das quotas ofertadas, do Fundo e dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro do Fundo perante a CVM e fornecidas ao mercado durante o período de distribuição das quotas.

São Paulo, 02 de dezembro de 2010.



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS**

Bolivar Tarragó Moura Neto
Vice-Presidente de Gestão de Ativos de Terceiro

CG 1382/2010



DECLARAÇÃO

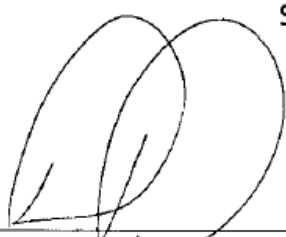
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 5 de junho de 2008, conforme alterado, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Paulista, nº 2.300, 11º andar, Consolação, CEP 01310-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, na qualidade de instituição administradora e responsável pela distribuição das cotas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.940.971/0001-09 ("**Administrador**" e "**Fundo**", respectivamente), vem, nos termos do item 2.7 do Anexo III-A da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, **DECLARAR** que, na presente data, inexistia qualquer direito creditório ou ativo financeiro na carteira de investimentos do Fundo. Além disso, o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios multicedentes e inexistia, na presente data, qualquer direito creditório ou ativo financeiro pré-selecionado pelo gestor da carteira do Fundo para ser adquirido pelo Fundo. Desse modo, não foi possível ao Administrador determinar informações estatísticas sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamento de créditos de mesma natureza dos direitos de crédito passíveis de aquisição pelo Fundo, mesmo tendo realizado esforços razoáveis para obtê-las.

São Paulo, 20 de dezembro de 2010.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

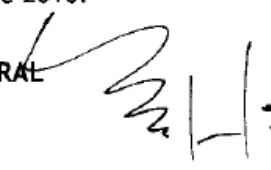
Por:

Cargo:


JUVÊNCIO L. LOPES QUEIROZ
Matr. 052.018-8
Gerente Executivo
GEFES/MZ/SP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Por:

Cargo:


VITOR HUGO DOS SANTOS PINTO
Gerente Nacional
Matr. 061.356-0
GEFES/MZ/SP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ANEXO IV - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Data de Publicação: 1º de dezembro de 2010

Relatório de Rating Preliminar

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Plural Capital Fornecedores Petrobras

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 1º de dezembro de 2010 e não constitui uma recomendação para compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final da transação, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final condiciona-se ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 1º de dezembro de 2010

Instrumento	Rating Preliminar	Subordinação Inicial	Montante Preliminar (em R\$ milhões)	Vencimento Legal Final
Cotas Seniores – 1ª série	brA (sf)	21%	237,0	48 meses após a subscrição inicial.
Cotas Subordinadas Mezanino	Não Classificadas	11%	30,0	48 meses após a subscrição inicial.
Cotas Subordinadas	Não Classificadas	Não Aplicável	33,0	48 meses após a subscrição inicial.

Perfil

Emissor: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Plural Capital Fornecedores Petrobras (FIDC Plural Fornecedores Petrobras).

Data prevista para o encerramento da distribuição: Dezembro de 2010.

Ativos subjacentes: Direitos creditórios, performados e a performar, originados por diversos cedentes e devidos pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens àquela (em conjunto, denominados Direitos Creditórios Petrobras). Além disso, poderão ser adquiridas Cédulas de Crédito Bancária (CCBs) devidas pelos fornecedores (Direitos Creditórios Fornecedor), limitadas a 10% do Patrimônio Líquido do FIDC.

Estruturador do FIDC: Plural Capital Gestão de Recursos Ltda.

Gestor: Plural Capital Gestão de Recursos Ltda.

Administrador: Caixa Econômica Federal.

Custodiante: Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Citibank DTVM).

Proteção de crédito: Subordinação de cotas e spread excedente.

Ratings relacionados: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras; brAAA/Estável/–).

Fundamentos

O rating preliminar atribuído à primeira série de cotas seniores do FIDC Plural Fornecedores Petrobras reflete:

- A qualidade de crédito da Petrobras, que será devedora dos Direitos Creditórios Petrobras elegíveis. Eventuais variações na qualidade de crédito da Petrobras ao longo do tempo poderão ter efeito direto sobre o rating atribuído;
- A capacidade da Petrobras como contratante dos fornecedores, e as regras rígidas aplicadas pela empresa na seleção, contratação e avaliação de seus fornecedores;
- Os limites de concentração por cedentes e por indústria definidos pelos critérios de elegibilidade do FIDC;
- O nível mínimo de subordinação disponível aos cotistas seniores (21%), e o *spread* excedente proporcionado pela taxa mínima de desconto;
- O risco de volatilidade do fluxo de caixa dos contratos de fornecimento, no caso dos Direitos Creditórios Petrobras a performar, incluindo o risco de descontinuidade das empresas fornecedoras em determinados cenários considerados pela Standard & Poor's. Tais riscos são parcialmente amenizados pelos critérios de elegibilidade e condições de cessão do FIDC, que incluem a exigência de que o fornecedor apresente um cadastro válido com a Petrobras e um bom desempenho histórico de fornecimento, além da limitação da cessão a, no máximo, 50% do fluxo de pagamentos programados, entre outros;
- A estrutura legal da operação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas (constituição do veículo de emissão e venda perfeita e acabada dos ativos).

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brA (sf)' à 1ª série de cotas seniores a ser emitida pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Plural Capital Fornecedores Petrobras (FIDC Plural Fornecedores Petrobras), no montante de até R\$ 237 milhões. A carteira de direitos creditórios do FIDC deverá ser composta por direitos creditórios performados e a performar, oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens à Petrobras. O FIDC também poderá adquirir CCBs devidas pelos fornecedores até o limite de 10% do PL.

O rating preliminar 'brA (sf)' atribuído à 1ª série de cotas seniores do FIDC Plural Fornecedores Petrobras expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas, indicando que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, e a qualidade dos ativos que deverão compor a carteira do FIDC fornecem FORTE proteção contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

A 1ª série de cotas seniores do FIDC deverá buscar um retorno-alvo equivalente a 125% da taxa DI Over. Após um período de 36 meses, as cotas seniores da 1ª série serão amortizadas mensalmente em regime de caixa.

As cotas mezanino e subordinadas buscarão um retorno-alvo equivalente a 100% da taxa DI Over. Adicionalmente, uma vez computado o rendimento-alvo de todas as classes de cotas, e após o provisionamento da taxa de performance (20% sobre o retorno excedente), eventuais retornos excedentes serão incorporados proporcionalmente ao valor das cotas mezanino e subordinadas.

As cotas mezanino e subordinadas só serão amortizadas após o resgate das cotas seniores, e tais amortizações estarão sujeitas à manutenção do nível mínimo de subordinação e das reservas estabelecidas pelo regulamento do FIDC, e à não ocorrência de eventos de avaliação ou de liquidação. Entretanto, caso as cotas mezanino ou subordinadas representem, individualmente, mais do que 12% do patrimônio líquido (PL) do FIDC, elas poderão ser amortizadas extraordinariamente, desde que o limite mínimo continue sendo respeitado.

Colateral

A carteira de direitos creditórios do FIDC deverá ser composta por direitos creditórios, performados e a performar, oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens entre a Petrobras e seus fornecedores (em conjunto denominados Direitos Creditórios

Petrobras). Além disso, o FIDC poderá adquirir CCBs devidas pelos fornecedores (Direitos Creditórios Fornecedor), desde que esses sejam titulares de direitos creditórios contra a Petrobras cuja cessão e trava de domicílio bancária ainda não tenham sido anuídas pela Petrobras, mas que seja objeto de um contrato de cessão com o FIDC. Dessa forma, as CCBs serão utilizadas apenas como créditos transitórios até a anuência da Petrobras quanto a cessão.

Políticas e procedimentos de seleção de fornecedores da Petrobras e o Certificado de Registro e Classificação Cadastral (CRCC)

A Petrobras mantém um processo rígido de seleção de fornecedores, no qual sua área de suprimentos assume um papel central para o desempenho da companhia. A Petrobras mantém um minucioso e rigoroso processo de contratação dos fornecedores, que restringe a seleção a um conjunto de empresas que apresentem as qualificações apropriadas às suas necessidades de suprimento. Dependendo da complexidade do serviço ou dos bens contratados, as políticas aplicadas são mais ou menos severas. Por exemplo, políticas diferentes devem ser aplicadas para a seleção de um fornecedor de válvulas para plataformas de exploração de petróleo no oceano, e para a seleção de um fornecedor de copos de plástico.

O processo de seleção da Petrobras inclui a análise dos seguintes critérios de avaliação: (i) técnico, (ii) econômico, (iii) legal, (iv) SMS (saúde, meio ambiente e segurança) e, (v) gerencial/responsabilidade social. O fornecedor deve estar registrado no arquivo de referência das empresas da Petrobras, com um CRCC válido.

Avaliação de Performance dos Fornecedores da Petrobras (BAD – Boletim de Avaliação de Desempenho e COD – Comunicado de Ocorrência de Divergência)

A Petrobras avalia continuamente o desempenho técnico e gerencial de seus fornecedores, com base em diversos critérios que visam medir o cumprimento de obrigações contratuais. Tais critérios incluem requisitos técnicos, qualidade, eficiência, prazo, planejamento, preservação de meio ambiente e segurança, entre outros, e são aplicados a fornecedores de bens e serviços. Fiscais da Petrobras avaliam certos quesitos de desempenho aplicáveis a determinado contrato de fornecimento, utilizando notas de 0 a 10. O conjunto das avaliações mais recentes resulta na atribuição do BAD ou COD do fornecedor. Os resultados das avaliações de desempenho são informados aos fornecedores, de maneira a permitir que estes possam aprimorar seu desempenho ao longo do tempo.

A escala do BAD e do COD vai de 0 a 10. Atualmente, a Petrobras considera como um bom desempenho aquele apresentado por fornecedores que atingem um BAD ou COD de, pelo menos, 7.

Risco de Desempenho

A Standard & Poor's avaliou a metodologia de seleção de fornecedores da Petrobras para estimar o risco de desempenho potencial dos contratos de fornecimento elegíveis (risco de que os fornecedores cumpram os deveres assumidos em tais contratos). Nossa análise também considerou os critérios de elegibilidade do FIDC, os quais determinam que os fornecedores devem apresentar um CRCC válido, e possuir um BAD mínimo de 7. Também consideramos as limitações impostas ao fluxo que pode ser adquirido de cada contrato (50%) e de cada parcela do mesmo (50%).

Ao final, a Standard & Poor's assumiu conservadoramente que o risco médio de desempenho dos contratos de fornecimento elegíveis é consistente com a categoria 'B-', em sua escala global de ratings. É bastante provável que haja variações individuais de capacidade de desempenho na carteira efetiva do FIDC. Entendemos que tais variações refletem-se em nossa estimativa conservadora sobre o risco de desempenho médio assumido em nossa análise.

Embora a Petrobras não tenha disponibilizado dados sobre o desempenho e a pontualidade histórica de seus fornecedores com relação aos contratos de fornecimento, a empresa indicou que os eventos de quebra de contrato de fornecimento são geralmente raros, limitados a um patamar

próximo ou inferior a 1%, historicamente.

Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade

O gestor é responsável pela verificação e validação da aderência dos direitos creditórios às condições de cessão em cada operação de aquisição de ativos pelo FIDC. As condições de cessão que devem ser atendidas são:

- Até o término da integralização da 1ª série de cotas seniores, a taxa de desconto média aplicável ao valor nominal do direito creditório a ser adquirido pelo FIDC deverá ser igual ou superior a 160% da Taxa DI. Após esse período, a taxa de desconto média aplicável deverá ser igual ou superior a 170% da Taxa DI;
- Até o término da integralização da 1ª série de cotas seniores, o total de direitos creditórios a performar não poderá ultrapassar 95% do valor do PL do FIDC. Após esse período, o total de direitos creditórios a performar não poderá ultrapassar 81% do PL do FIDC;
- Poderão ser adquiridos direitos creditórios de fornecedores que possuam CRCC válido, correspondentes a, no máximo, 50% do fluxo de pagamentos dos fluxos a vencer previstos no contrato de que são oriundos, e também limitados a, no máximo, 50% de cada parcela do contrato;
- Poderão ser adquiridos direitos creditórios performados correspondentes a, no máximo, 90% de cada parcela do contrato de que são oriundos, de acordo com o cronograma de pagamento do respectivo contrato;
- Os direitos creditórios deverão ser vincendos, e oriundos de contratos de prestação de serviços, compra e venda e/ou fornecimento de bens firmados pela Petrobras com fornecedores, tendo a Petrobras como devedora;
- Os fornecedores não poderão apresentar qualquer parcela vencida e não paga pela Petrobras;
- O fornecedor deverá possuir BAD ou COD superior a 7 emitido para ao menos um contrato em vigor. Caso não exista contrato em vigor, o BAD deve ser referente a contrato que tenha expirado a, no máximo, um ano a contar da aquisição dos direitos creditórios;
- O prazo médio ponderado dos direitos creditórios que compõem a carteira do FIDC deverá ser de até 12 meses;
- O fornecedor deverá entregar a "Autorização de Cessão", por meio da qual a Petrobras manifestará ciência e autorização à cessão dos direitos creditórios ao FIDC, exceção feita aos Direitos Creditórios Fornecedor.

Adicionalmente, a aquisição de direitos creditórios deverá observar os seguintes critérios de elegibilidade, a serem verificados pelo custodiante:

- Os direitos creditórios não poderão ter data de vencimento inferior a sete dias ou superior a 36 meses contados a partir da sua data de aquisição pelo FIDC, e também ao maior prazo de vencimento de série de cotas seniores em circulação. Excepcionalmente com relação às CCBs, seu prazo não poderá exceder 60 dias;
- Não poderão ser adquiridos direitos creditórios com vencimento no período antecedente a seis meses do prazo de encerramento da série em circulação com o maior prazo de vencimento, em caso de direitos creditórios a performar, e três meses do prazo de encerramento da série em circulação com maior prazo de vencimento, em caso de direitos creditórios performados;
- As CCBs estão limitadas a 10% do PL do FIDC, sendo que individualmente nenhum fornecedor poderá exceder 2% do capital subscrito;
- A aquisição deverá atender aos seguintes limites de concentração:

Tabela 1 – Limites de Concentração	
Maiores Fornecedores em Ordem Decrescente (% dos Direitos Creditórios Cedidos em Relação ao Total de Cotas subscritas)	% Máximo sobre o Total de Cotas Subscritas
1 (maior fornecedor)	7%
2	7%
3	6%
4	6%
5	6%
6	6%
7	6%
8	5%
9	5%
10	5%
11	5%
12	5%
13	5%
14	3%
15	3%
16	3%
17	3%
18	3%
19	3%
20	3%
21	3%
22	2%

- O total de direitos creditórios ligados a empresas do mesmo setor (conforme anexo V do Regulamento) não poderá ultrapassar 25% do valor das cotas subscritas.

Análise de Crédito

Para avaliar a adequação dos instrumentos de proteção de crédito disponíveis a cada categoria de rating, a Standard & Poor's adotou as seguintes premissas e passos analíticos:

1. Pagamento pontual das amortizações e resgates programados, inclusive rendimentos, da classe de cotas seniores avaliada, conforme estabelecido pelo cronograma de amortização e resgate definido pelo Regulamento do FIDC;
2. Considerando-se que os critérios de elegibilidade do FIDC restringem o prazo máximo dos direitos creditórios a 36 meses, e o prazo médio a 12 meses, e que a operação tem um prazo de 48 meses, o pior cenário assumido pela Standard & Poor's é o de que o FIDC não seja capaz de adquirir direitos creditórios adicionais após as primeiras aquisições, e que, assim, o FIDC poderia entrar em processo de liquidação antecipada. Essa hipótese também considera a possibilidade de um evento no qual algum gatilho de desempenho seja acionado por uma deterioração do desempenho dos direitos creditórios. Essa premissa é consistente com o fato de que o nível de subordinação mínimo deve ser mantido ao longo de toda vida do FIDC e, portanto, a proteção de crédito estaria disponível independentemente do instante em que se iniciasse uma deterioração significativa do desempenho dos direitos creditórios;
3. Diferentes metodologias foram aplicadas aos diferentes tipos de direitos creditórios (performados e a performar/CCBs) elegíveis ao FIDC;
4. Os Direitos Creditórios Petrobras, performados ou a performar, são devidos pela Petrobras. Uma vez que a Petrobras é atualmente classificada em uma categoria de rating superior ao rating atribuído às cotas seniores do FIDC, o risco de contra-parte do devedor final não é fator de risco atualmente relevante em nossa análise. Para os Direitos Creditórios Fornecedor (CCBs), serão cedidos em garantia os contratos também devidos pela

- Petrobras, ainda que o devedor final seja o próprio fornecedor;
5. A estimativa de risco de desempenho dos fornecedores de contratos a performar e devedores de CCBs, os critérios de elegibilidade e a política de investimento do FIDC serviram como base para a construção de carteiras hipotéticas, buscando-se o cenário mais conservador;
 6. Após a definição das carteiras hipotéticas, a Standard & Poor's utilizou estes dados como valores de entrada para o modelo CDO Evaluator 5.1* (CDOE), o qual forneceu a função de distribuição de probabilidade de perdas (SDR – *Scenario Default Rate*) esperado para cada categoria de rating;
 7. A Standard & Poor's incorporou outros elementos estruturais do FIDC para construir cenários de análise de fluxo de caixa. Tais elementos incluem a ordem de prioridade de pagamentos, e o cronograma de amortização do FIDC, entre outros;
 8. A Standard & Poor's determinou cenários de análise de fluxo de caixa baseados em diversos cenários de estresse. Esta análise forneceu o nível máximo de perda que o FIDC suportaria (BLR – *Breakeven Loss Rate*), sem que o pagamento das amortizações e resgate de cada classe de cotas classificadas fosse comprometido;
 9. Finalmente, a Standard & Poor's comparou os SDRs e BLRs para cada categoria de rating, de modo a definir qual seria o rating adequado à cada classe de cotas a serem emitidas pelo FIDC Plural Fornecedores Petrobras.

* Modelo de análise proprietário da Standard & Poor's, que utiliza a simulação estatística de Monte Carlo para avaliar a qualidade de crédito de uma carteira de ativos. O modelo leva em conta a avaliação de risco dos tomadores, o setor, o tamanho e o prazo de cada operação, em conjunto com a correlação entre cada par de ativos.

A integralização das cotas seniores só será efetuada após a completa integralização das cotas subordinadas e mezanino, conforme tabela abaixo.

Tabela 2: Cronograma de Integralização de Cotas	
Cotas subordinadas	R\$ 33 milhões
Cotas mezanino	R\$ 30 milhões
Cotas seniores – 1ª chamada	R\$ 120 milhões
Cotas seniores – 2ª chamada	R\$ 50 milhões
Cotas seniores – 3ª chamada	R\$ 67 milhões

Os limites de concentração aplicáveis à carteira do FIDC Plural Fornecedores Petrobras tem por referência o capital subscrito (potencial de R\$ 300 milhões) e não seu PL efetivo. Essa abordagem considera a colocação de todas as cotas seniores durante seu período de distribuição. Quanto menor o volume de cotas seniores emitidas, teoricamente mais concentrada seria a carteira de direitos creditórios hipotética, visto que os limites serão considerados com relação ao capital subscrito. Ao mesmo tempo, quanto menor o volume de cotas seniores emitida, maior será o nível de subordinação efetiva disponível a essas cotas. Visando mensurar os riscos de formação da carteira, nossa modelagem de fluxo de caixa considerou três cenários hipotéticos:

- Cenário 1: Emissão da totalidade de cotas subordinadas e mezanino e a primeira chamada de cotas seniores (R\$ 120 milhões). Nesse cenário, o nível de subordinação inicial seria equivalente a 34,5%;
- Cenário 2: Emissão da totalidade de cotas subordinadas e mezanino e a primeira e segunda chamadas de cotas seniores (R\$ 170 milhões). Nesse cenário, o nível de subordinação inicial seria equivalente a 27%;
- Cenário 3: Emissão de todo potencial de cotas (R\$ 300 milhões). Nesse cenário, o nível de subordinação inicial seria equivalente a 21%.

De acordo com as características descritas acima, comparamos o resultado das simulações utilizando o CDOE, que indicou o nível de perda de crédito esperado (SDR) o nível de rating 'brA (sf)', com o nível de perda de crédito (BDR) suportado pelo fluxo de caixa.

Tabela 3: Resultado da Simulação de Fluxo de Caixa

Cenário	SDR	BDR
1	32.79%	41.69%
2	31.17%	32.90%
3	30.86%	30.89%

Premissas de Fluxo dos Contratos em Cenários de Descontinuidade dos Fornecedores

O fluxo dos contratos a serem cedidos poderá variar consideravelmente de acordo com a política de seleção dos cedentes, e com a complexidade dos serviços prestados ou bens fornecidos. Apesar do volume limitado de dados históricos disponíveis sobre o desempenho de contratos de fornecimento relacionados a fornecedores da Petrobras, a Standard & Poor's utilizou dados históricos acumulados sobre o desempenho de contratos de fornecimento relacionados a diversos setores, assim como de operações de crédito a empresas de pequeno e médio porte com lastro em contratos de fornecimento, e assumiu, de maneira conservadora, um fluxo de caixa após um evento de descontinuidade equivalente a 23% do valor dos fluxos originalmente adquiridos. Tal nível é consistente com a premissa de recuperação de créditos sem garantia atualmente utilizada pela Standard & Poor's.

Reforço da Qualidade de Crédito

O reforço de qualidade de crédito incorporado na estrutura do FIDC, na forma de subordinação de cotas (21% para cotas seniores) e spread excedente, foi dimensionado de forma a fornecer uma proteção de crédito adequada para o rating atribuído sob diversos cenários de análise de estresse. Ainda assim, caso a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se altere substancialmente durante a vida do FIDC, ou na eventual necessidade de revisão das premissas utilizadas pela Standard & Poor's na análise inicial da operação, o rating atribuído poderá ser alterado.

Análise de Sensibilidade

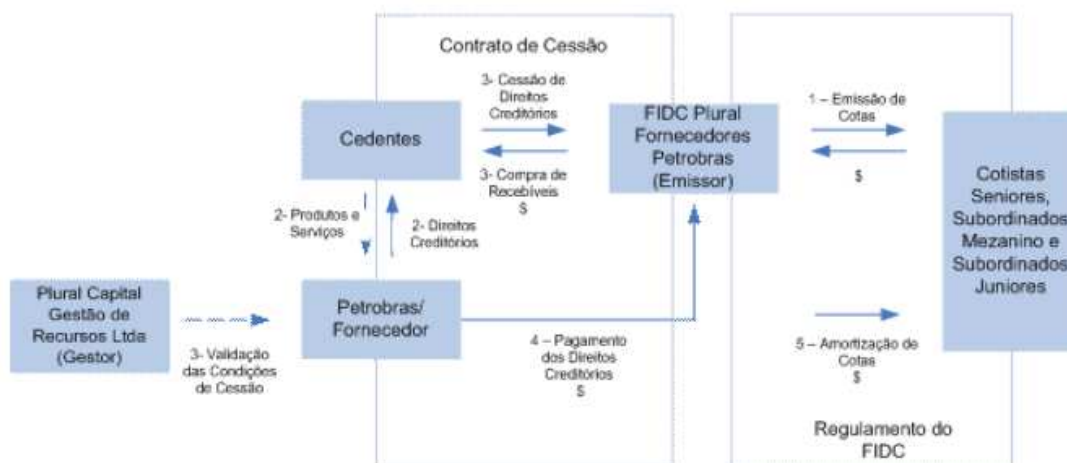
O rating de crédito e as avaliações de risco dos ativos adquiridos pelo FIDC poderão sofrer variações ao longo da vida do FIDC. A Standard & Poor's monitora continuamente seus ratings, bem como o nível de perda de crédito estimado associado (SDR) à carteira do FIDC, para verificar se a estrutura de fluxo de caixa continua adequada ao rating atribuído às cotas seniores do FIDC. Uma eventual deterioração da qualidade de crédito dos ativos poderá aumentar a expectativa de perda da carteira, o que poderá resultar em uma pressão de rebaixamento sobre o rating atribuído.

Além disso, variações na qualidade de crédito da Petrobras (devedora final dos Direitos Creditórios Petrobras e das garantias atreladas às CCBs) também deverão resultar em alteração no rating atribuído às cotas seniores. Nesse sentido, caso a Petrobras fosse rebaixada para uma categoria de rating inferior à 'brA', o rating das cotas seniores também sofreria pressão de rebaixamento.

Descrição da Estrutura - Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa

O FIDC Plural Fornecedores Petrobras será um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, e emitirá cotas seniores, subordinadas mezanino e subordinadas juniores. O FIDC poderá realizar compras rotativas de direitos creditórios elegíveis. O FIDC também poderá manter aplicações em outros instrumentos de renda fixa, desde que possuam riscos de crédito e de liquidez adequados ao perfil de risco do FIDC, além de caixa.

Figura 1 – Diagrama da Estrutura



Fluxo dos Recursos

1. O FIDC captará recursos de investidores e em contrapartida emitirá cotas de classes distintas;
2. Os Fornecedores prestam serviços ou vendem mercadorias à Petrobras, e emitem os recebíveis relacionados aos direitos creditórios já performados ou a performar;
3. Por intermédio da Plural, os fornecedores cedem os direitos de crédito ao FIDC;
4. A Petrobras efetua o pagamento dos direitos de crédito diretamente na conta de titularidade do FIDC ou em conta vinculada mantida pelo fornecedor no banco custodiante. Em até 24 horas do recebimento, o custodiante fará a conciliação dos recursos recebidos e transferirá, se aplicável, os recursos de direito do FIDC ou dos fornecedores. No caso das CCBs, o pagamento será realizado diretamente na conta corrente do FIDC;
5. As cotas são amortizadas ou resgatadas seguindo o cronograma, condições e ordem de preferência definidas no Regulamento do FIDC.

Ordem de Alocação dos Recursos

Diariamente, o administrador do FIDC alocará o caixa disponível de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

1. Pagamento de despesas e encargos do FIDC;
2. Formação da reserva de pagamento;
3. Amortização e/ou resgate das cotas seniores;
4. Aquisição dos direitos creditórios;
5. Amortização e/ou resgate de cotas subordinadas mezanino;
6. Amortização e/ou resgate de cotas subordinadas juniores;
7. Pagamento da taxa de performance, quando for o caso.

Reserva de Pagamento

O FIDC deverá manter uma Reserva de Pagamento equivalente ao valor necessário para o pagamento das despesas e encargos do FIDC nos próximos 30 dias. Os recursos da Reserva de Pagamento serão mantidos em caixa ou em títulos públicos federais.

Risco de Descasamento de Taxa de Juros

Uma vez que os direitos creditórios serão adquiridos pelo FIDC a uma taxa de desconto pré-fixada, ao passo que a remuneração-alvo das cotas seniores é flutuante e indexada à Taxa DI Over, o FIDC está exposto ao risco de descasamento de taxa de juros. Este risco é primeiramente mitigado pelo *spread* excedente, e também pela subordinação de cotas. A Standard & Poor's assume um cenário conservador, e condizente com a categoria de rating 'brA', para a variação da Taxa DI Over ao longo da vida do FIDC. A curva de juros utilizada é demonstrada no gráfico 1.



O *spread* excedente é definido pela diferença entre a taxa de desconto aplicada na compra dos direitos creditórios e a remuneração-alvo das cotas seniores. Seu objetivo é proteger os cotistas contra o risco de descasamento de taxa de juros, além de criar uma reserva para o pagamento de despesas e taxas, e de servir como proteção contra perdas, antes que a subordinação seja consumida.

Riscos de Contraparte

A Petrobras será a empresa devedora de ao menos 90% direitos creditórios do FIDC. Além disso, no caso dos Direitos Creditórios Fornecedores (CCBs), será a devedora dos contratos dados em garantia. Informações sobre o perfil de risco de crédito da Petrobras podem ser encontradas em nossos relatórios sobre os ratings atribuídos à empresa, publicados em www.standardandpoors.com.br.

Risco de Fungibilidade

A Petrobras deverá declarar sua ciência e anuência com relação à cessão de direitos creditórios ao FIDC, bem como deverá autorizar a transferência do domicílio bancário do direito creditório à conta corrente do FIDC. Tais fatores mitigam substancialmente os riscos de fungibilidade, ou seja, os riscos de que valores devidos ao FIDC sejam transferidos diretamente aos cedentes.

Riscos Operacionais

O rating atribuído às cotas seniores do FIDC Plural Fornecedores reflete, entre outros elementos, a capacidade da Citibank DTVM, controlada pelo Banco Citibank, como responsável pela custódia do FIDC. Entendemos que a Citibank DTVM atualmente apresenta capacidade adequada de gerir os riscos operacionais relacionados à transação avaliada.

A conta corrente do FIDC será mantida no Banco Citibank (brAAA/Estável/brA-1), o que atualmente mitiga substancialmente o risco de contraparte. Na hipótese de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração temporária do banco custodiante no qual o FIDC mantém sua conta corrente, os recursos de titularidade do FIDC ali depositados poderiam estar sujeitos a bloqueios judiciais cuja liberação dependeria da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais. Assim, o rating atribuído às cotas do FIDC é limitado pelo risco de contraparte da instituição financeira na qual o FIDC mantém sua conta corrente, e poderia ser rebaixado caso o rating atribuído a tal instituição fosse rebaixado para um nível inferior ao rating atribuído às cotas do FIDC, sem que fossem tomadas medidas adequadas para amenizar tal risco.

Análise Legal

O FIDC Plural Fornecedores Petrobras terá a titularidade, os direitos e interesses sobre os direitos creditórios adquiridos. O FIDC Plural Fornecedores Petrobras é um veículo de investimento que atende aos critérios da Standard & Poor's em relação à segregação de riscos entre ativos cedidos e as empresas cedentes. Antes de atribuir um rating final às cotas seniores, esperamos receber uma opinião legal de um escritório de advocacia conceituado cobrindo os aspectos legais relevantes da operação, incluindo a constituição do FIDC, a venda perfeita e acabada dos ativos e o eventual risco de compensação, incluído nos contratos de fornecimento, sobre os créditos cedidos ao FIDC.

Artigos Relacionados:

- "Metodologia baseada em princípios fundamentais para análise de ratings de operações estruturadas globais," publicado em 7 de agosto de 2009 (disponível em www.standardandpoors.com.br);
- "The Three Building Blocks of an Emerging Markets Future Flow Transaction Rating", publicado em 16 de novembro de 2004;
- "Corporate Performance Assessment for Global Structured Finance Transactions Backed by Future Receivables", publicado em 26 de julho de 2007;
- "Update to Global Methodologies and Assumptions For Corporate Cash Flow and Synthetic CDOs", publicado em 17 de setembro de 2009.

Analistas Principais: Maria Renata Lotfi, São Paulo, 55 (11) 3039-9724, renata_lotfi@standardandpoors.com Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com

Analista de Monitoramento: Leandro de Albuquerque, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Copyright© 2010 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUALQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br, www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

ANEXO V - MANUAL DE APREÇAMENTO DE ATIVOS DO CUSTODIANTE



MARK-TO-MARKET

DESCRIÇÃO DE PROCESSOS E METODOLOGIAS

VERSÃO: DEZEMBRO/2010

SUMÁRIO

1	Introdução	4
1.1	Definição de Variáveis	4
1.2	Metodologia para acúmulo de taxas	5
1.3	Visão do Processo e Estrutura Organizacional	5
1.3.1	Comitê de Valuation	7
1.3.2	Estruturas envolvidas no Processo	8
1.3.3	Definição do Spread de Crédito	8
1.3.4	Circuit Breaker na BM&F	8
1.3.5	Ativos em Default	8
1.3.6	Procedimento para aquisição de Cédula de Crédito Bancário (CCB) e Certificado de Cédula de Crédito Bancário (CCCB)	8
1.4	Fundos com Cotas de Abertura	9
2	Estrutura a Termo de Taxas de Juros	9
2.1	Curvas de Juros em Reais	9
2.1.1	Curva de Juros Pré-fixada	9
2.1.2	Curva de Cupom de SELIC	10
2.1.3	Curva de Cupom de IGP-M	10
2.1.4	Curva de Cupom de IPCA	11
2.1.5	Curva de Cupom de INPC	11
2.1.6	Curva de Cupom de Dólar	11
2.1.7	Curva de Cupom de Euro	11
2.1.8	Curva de Cupom de Iene	12
2.1.9	Curva de Cupom de ANBID	12
2.1.10	Curva de Cupom de TJLP	12
2.1.11	Curva de Cupom de TR	13
2.2	Metodologias	13
2.2.1	Bootstrapping	13
2.2.2	Interpolação	14
2.2.3	Extrapolação	14
3	Metodologias de Marcação a Mercado	15
3.1	Titulos Públicos Federais	15
3.1.1	Letras Financeiras do Tesouro	15
3.1.2	Letras do Tesouro Nacional	15
3.1.3	Notas do Tesouro Nacional – Série B	15
3.1.4	Notas do Tesouro Nacional – Série C	16
3.1.5	Notas do Tesouro Nacional – Série F	17
3.1.6	Bônus do Tesouro Nacional	17
3.1.7	Título da Dívida Agrária	18
3.1.8	CFT - Certificado Financeiro do Tesouro	18
3.1.9	Procedimento Alternativo	18
3.2	Titulos da Dívida Externa	18
3.2.1	Global Bonds	18

3.3	Títulos Privados.....	19
3.3.1	CDB – Certificado de Depósito Bancário	19
3.3.2	RDB – Recibo de Depósito Bancário	21
3.3.3	DPGE – Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC (Resolução 3.692 de 26/03/2009)	21
3.3.4	Operações Compromissadas.....	21
3.3.5	CCB – Cédula de Crédito Bancário	21
3.3.6	CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliários.....	22
3.3.7	LF – Letra Financeira (Resolução 3836 de 25/02/2010)	23
3.3.8	LH – Letra Hipotecária	24
3.3.9	LCI - Letra de Crédito Imobiliário	24
3.3.10	LC – Letra de Câmbio	24
3.3.11	LAM - Letra de Arrendamento Mercantil	24
3.3.12	CCI - Cédula de Crédito Imobiliário	24
3.3.13	NCE – Nota de Crédito de Exportação	24
3.3.14	Notas Promissórias	25
3.3.15	Debêntures.....	25
3.3.16	Títulos de Agronegócio.....	28
3.4	Renda Variável.....	29
3.4.1	Ações.....	29
3.4.2	Termo de Ação	30
3.4.3	Recibo de Ações	30
3.5	Derivativos	30
3.5.1	Futuros	30
3.5.2	Swaps.....	32
3.5.3	Opções	37
3.5.4	Forward de Moedas	45
3.5.5	NDF – Non Deliverable Forward	46
3.6	Outras Operações	47
3.6.1	Operação Estruturada Pré-Fixada	48
3.6.2	Swap Libor x Fixed Rate atrelada à Libor.....	48
3.6.3	Operação de Derivativo – USD/BRL TARN	50
3.6.4	Direito de Subscrição	51
3.6.5	Empréstimo indexado à LIBOR.....	51
3.6.6	Moedas de Privatização - CVS	52
3.6.7	Box	52
3.6.8	"Termo de Renda Fixa"	53
3.6.9	Ativos Estrangeiros	53
3.6.10	Operações Estruturada – Autocall	53
3.6.11	Casos Especiais.....	54
3.7	Fundos de Investimento	55
3.7.1	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	55
4	Outros Procedimentos e Metodologias	55

1 Introdução

Esse documento apresenta os processos e as metodologias utilizadas para a marcação a mercado dos ativos custodiados pelo Citi. O conteúdo do arquivo pode ser descrito resumidamente da seguinte forma:

1.1 Definição de Variáveis

Esse capítulo será dedicado à definição das variáveis a serem utilizadas ao longo do presente documento. Em alguns casos, sobretudo para variáveis menos comuns, as variáveis serão definidas de acordo com a necessidade.

t = data para a qual será calculado o valor a mercado do ativo;

t_0 = data de emissão (ou data-base, para os títulos que a possuem) do ativo;

t_i = data de pagamento do i -ésimo cupom do papel;

t_F = data de vencimento do ativo;

PU_0 = valor de emissão de um título ou de um derivativo;

PU_t = valor corrigido do ativo, até a data t ;

C_0 = valor do cupom (taxa de juros) do papel;

α_0 = percentual do indexador, na ocasião da emissão do papel;

$(1 + Ind)_{t_0}^t$ = variação do índice de correção do ativo, desde a data t_0 até a data t ;

$(1 + r)_t^{t_F}$ = variação da taxa de desconto do ativo, de acordo com a especificação da taxa, desde a data t até a data t_F ;

CDI = CDI observado (ou projeção do CDI, idêntica à projeção da taxa pré, dada pela Curva pré sem Caixa) entre as datas em questão;

Ind = variação do indexador do papel entre as datas em questão, sem a utilização de projeções;

$SELIC$ = taxa SELIC, disponível no BACEN - Banco Central do Brasil;

$VFace$ = valor de face do título;

VF = valor futuro contratado na operação;

VPA = valor da ponta ativa, na data em questão;

VPP = valor da ponta passiva, na data em questão.

α_t = spread de crédito do emissor, em percentual, na data em questão;

C_t = spread de crédito do emissor na data em questão;

PU_i = valor não-amortizado até o i -ésimo pagamento de juros;

A_j = valor da j -ésima amortização.

1.2 Metodologia para acúmulo de taxas

Ao longo desse tópico, sempre vamos supor que queremos acumular uma taxa T entre duas datas determinadas, t_0 e t . Esse valor será representado por $T_{t_0}^t$.

Taxa Linear

Nesse caso, o acúmulo é dado por:

$$T_{t_0}^t = T_{t_0}^{t_1} + T_{t_1}^{t_2} + \dots + T_{t_{-2}}^{t_{-1}} + T_{t_{-1}}^t$$

Taxa Exponencial

Nesse caso, o acúmulo é dado por:

$$T_{t_0}^t = (1 + T_{t_0}^{t_1}) \times (1 + T_{t_1}^{t_2}) \times \dots \times (1 + T_{t_{-2}}^{t_{-1}}) \times (1 + T_{t_{-1}}^t) - 1$$

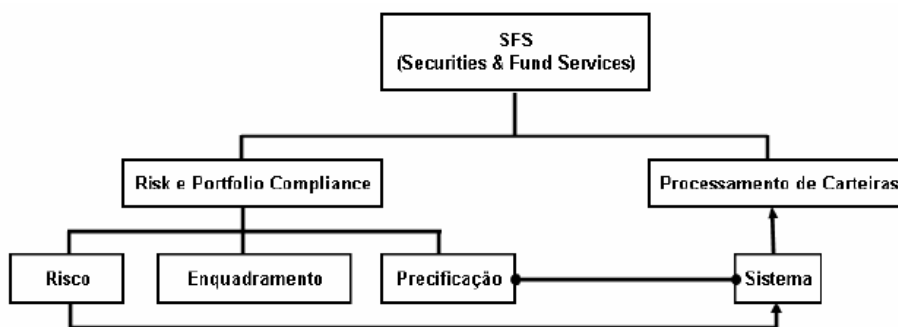
Acúmulo de percentual de taxa

O acúmulo de taxas que podem ser calculadas a partir da modificação por um percentual da mesma, como o CDI, por exemplo, é feito da seguinte forma:

$$(1 + \alpha T)_{t_0}^t = \prod_{i=t_0}^t (1 + \alpha T)_i$$

1.3 Visão do Processo e Estrutura Organizacional

O processo de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários existentes nos fundos de investimento e carteiras administradas/controlados pelo Citi é de responsabilidade da área de Risk & Portfolio Compliance e Processamento de Carteiras, que conforme organograma abaixo pertencem à Divisão de Securities & Fund Services. Tal processo é efetuado especificamente pelas Unidades de Risco e Precificação, de maneira independente das demais áreas da Instituição, visando desta forma evitar quaisquer potenciais conflitos de interesse.



A Unidade de Risco é responsável pela definição e revisão das metodologias de precificação dos ativos, avaliando e indicando as fontes primárias e alternativas, além da análise e controle de risco de mercado dos fundos. Eventuais casos não contemplados nos procedimentos aqui descritos serão analisados e tratados pela Unidade de Risco, com base nas melhores práticas de mercado para que os preços reflitam as condições de mercado, e submetidas a aprovação do Comitê de Valuation (ver descrição no item 1.3.1). Vale ressaltar, que todas as decisões do Comitê de Valuation são documentadas em atas.



A Unidade de Precificação é responsável pela coleta, tratamento, verificação, disponibilização dos preços e utilização diária do sistema de precificação – serviço terceirizado – que envia as informações de preços para a área de Processamento de Carteira.

Para resguardar a integridade das informações e a mitigação de conflitos, o sistema de precificação possui controle de permissões, só podendo ser alterado pela empresa prestadora do serviço e as solicitações de parametrização são registradas nos históricos de "logs" de alteração. A Unidade de Risco fica responsável pelo envio das metodologias para o provedor do sistema e a Unidade de Precificação fica responsável pela utilização diária e conferência dos preços antes do envio das informações para a área de Processamento de Carteiras, que é responsável pelo correto processamento e utilização do sistema de carteiras.

Os procedimentos de marcação a mercado são diários e abrangem todos os ativos e derivativos dos fundos e carteiras administradas. O processo de marcação a mercado consiste em:

- Coleta de preços;
- Tratamento dos preços coletados;
- Validação dos dados/preços tratados;
- Aplicação dos preços às carteiras;
- Validação da aplicação dos preços às carteiras;
- Supervisão dinâmica da metodologia.

I. Coleta de preços

A Unidade de Precificação é a responsável pela coleta de preços. A obtenção das informações é feita de maneira automática, visando minimizar erros operacionais. Como norma e sempre que disponível, são utilizados dados públicos, ou seja, preços dos mercados organizados (BM&F/Bovespa) ou referências de mercado (ANBIMA). Entretanto nem sempre é possível obter tais dados. Nestes caso a Unidade de Precificação, em linha com o definido pela Unidade de Risco, utilizará outras fontes de informações (Bloomberg, corretoras, etc.) e modelos proprietários.

São utilizadas as seguintes fontes primárias de preços:

Títulos Públicos Federais: ANBIMA

Debêntures: ANBIMA

Ações: BM&F/Bovespa

Derivativos: BM&F/Bovespa

Selic: Bacen

TR: Bacen

Ptax: Bacen

CDI: Cetip

IGP-M: FGV

IPCA: IBGE

Projeção dos Índices de Preços: ANBIMA

Títulos da Dívida Externa: Bloomberg

Ativos no exterior: Bloomberg

II. Tratamento dos preços coletados

O tratamento dos preços coletados é necessário em alguns casos específicos como por exemplo: cálculo da volatilidade para opções e situações em que a informação não está expressa da maneira necessária, como base de capitalização (linear/exponencial), contagem de dias (corridos/úteis), etc.



III. Validação dos dados/preços tratados

A validação dos preços é realizada através de um processo de feito e conferido. Este processo de feito e conferido consiste em comparar os dados de entrada, cálculos e os dados de saída existentes em duas bases de dados distintas e segregadas para tal. Havendo alguma incoerência o processo é refeito após a devida análise.

IV. Aplicação dos preços às carteiras

Os preços coletados, tratados e validados são inseridos de maneira automática no Sistema de processamento de carteiras pela Unidade de Precificação. O Sistema, ao efetuar o cálculo das carteiras, automaticamente aplica os preços às mesmas.

V. Validação da aplicação dos preços às carteiras

A Área de processamento de carteiras efetua verificações dos retornos das carteiras processadas, através de bandas previamente definidas e/ou parâmetros de referência, de forma a garantir a acuidade dos resultados apurados antes de sua divulgação.

VI. Supervisão dinâmica da metodologia

A supervisão da metodologia, ou seja, as fontes de informações e os modelos utilizados são de responsabilidade da Unidade de Risco. Quando da criação de novas classes de ativos e/ou novas fontes primárias de preços, a Unidade de Risco buscará adotar estas novas informações o mais rápido possível. Vale ressaltar que qualquer alteração de metodologia deve ser aprovada pelo Comitê de Valuation.

1.3.1 Comitê de Valuation

I. Participantes

Integrantes da Unidade de Risco da área de Risk & Portfolio Compliance e Convidados (convocados quando da discussão de assuntos específicos), que podem ser o Head do SFS e a equipe de Compliance. A decisão final é tomada em conjunto pelos membros desse comitê sendo que a operacionalização é feita pela Unidade de Precificação. Os convidados participam com sugestões, não tendo poder de voto.

A Unidade de Risco possui profissionais dedicados para avaliação do risco de mercado, risco de crédito, acompanhamento de mercado e pesquisas.

II. Quorum

As reuniões deverão contar com a presença do Gerente responsável, ou suplente designado, pela área de Risk & Portfolio Compliance, e pelo menos dois membros da Unidade de Risco.

III. Periodicidade

O Comitê de Valuation se reúne semanalmente. Em situações especiais, como aquisição de um novo produto, comportamento atípico de mercado, ou alteração de legislação em que ocorra perda de referência de preço, poderão ocorrer reuniões extraordinárias.

IV. Ata da Reunião

Toda reunião deve ter uma Ata, com o registro das decisões tomadas.

V. Responsabilidades

- Avaliar quantitativa e qualitativamente os preços calculados;
- Quando da utilização do método alternativo de precificação, registro das informações utilizadas e das decisões tomadas;
- Definição do spread de crédito para títulos privados;
- Definição de momentos de comportamento atípico de mercado;
- Definição da precificação de derivativos em caso de *circuit breaker* na BM&F/Bovespa;
- Definição da precificação para o caso de ativos em Default;



- Aprovação deste Manual de MtM e as suas atualizações e metodologias.

1.3.2 Estruturas envolvidas no Processo

A Unidade de Risco de Mercado é responsável pela definição e revisão das metodologias de precificação, avaliando e indicando as fontes primárias e alternativas.

A Unidade de Precificação é responsável pela coleta e tratamento dos preços e de sua aplicação às carteiras.

1.3.3 Definição do Spread de Crédito

Em casos de comportamento atípico do mercado ou não sendo possível utilizar as fontes primárias, o Comitê de Valuation poderá estabelecer procedimento alternativo para definir o fator de spread dos ativos privados, de modo que os preços reflitam as condições de mercado. O Comitê irá considerar em sua análise o comportamento das curvas de juros, o rating do emissor, duration, as negociações em mercado secundário (intervalo de 15 dias), análise de ativos equivalentes de maior liquidez, spreads divulgados pela ANBIMA e serviços terceirizados especializados no mercado de crédito. Todas as decisões de alteração ou manutenção dos spreads estarão registrados em Ata.

Por comportamento atípico de mercado entendem-se fatores exógenos (legislação, risco operacional, concentração, liquidez etc) que resultam na alteração das condições/característica dos ativos e na qualidade das informações do mercado, impactando no processo de precificação e na adoção dos princípios de marcação a mercado:

- a) restrição da liquidez pelos agentes do mercado;
- b) alteração da legislação que altere a oferta e demanda de ativos financeiros;
- c) fechamento das bolsas por problemas operacionais;
- d) divergências sem explicação econômica ou financeira;
- e) situações de crise sistêmica.

1.3.4 Circuit Breaker na BM&F

Mesmo em caso de *circuit breaker* será utilizado, a priori, o ajuste divulgado pela BM&F/Bovespa para a valorização dos derivativos.

1.3.5 Ativos em Default

No caso de aumento da chance de não pagamento de um ativo ou na ocorrência de default, será convocada uma reunião do Comitê de Valuation com o objetivo de determinar a taxa justa a ser utilizada para a precificação deste ativo, visando que não ocorra transferência de riqueza entre cotistas. A possibilidade de fechamento do fundo para aplicação e resgate poderá ser definido no Comitê.

1.3.6 Procedimento para aquisição de Cédula de Crédito Bancário (CCB) e Certificado de Cédula de Crédito Bancário (CCCB)

A Comissão de Valores Mobiliários, através do Ofício-Circular/CVM/SIN/ no. 02/2010, e a ANBIMA, pelo Código de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento estabeleceram procedimentos mínimos nas operações de CCBs e CCCBs:

I. Somente adquirir Cédula de Crédito Bancário ("CCB") caso tenha sido garantido o acesso às informações que o gestor julgar necessárias à devida análise de crédito para compra e acompanhamento do ativo, bem como a outras informações que o gestor julgar necessárias sobre a operação representada na CCB e sobre o respectivo emissor.



II. Dispor em sua estrutura, ou contratar de terceiros, equipe ou profissionais especializados nas análises jurídica, de crédito, de compliance e de riscos de operações com CCB, que possibilitem a avaliação do negócio e o acompanhamento do título após sua aquisição.

III. Considerar na análise para a tomada de decisão a maior volatilidade a que está sujeita a classificação de risco de ativos estruturados, relativamente aos títulos corporativos tradicionais.

IV. Exigir o acesso aos documentos integrantes da CCB ou a ela acessórios e, nas operações com garantia real ou fidejussória, a descrição das condições aplicáveis ao seu acesso e execução, bem como a formalização de eventuais restrições ao exercício de direitos.

V. Certificar-se que o emissor tomou ciência da possibilidade de venda da CCB para terceiros e todos os efeitos daí decorrentes.

VI. Em operações envolvendo empresas controladoras, controladas, ligadas e/ou sob controle comum da Instituição Participante gestora e/ou administradora do Fundo, observar os mesmos critérios que utiliza em operações com terceiros, mantendo documentação de forma a comprovar a realização das operações em bases equitativas.

VII. Monitorar o risco de crédito envolvido na operação, bem como a qualidade e capacidade de execução das garantias, enquanto o ativo permanecer na carteira do fundo.

VIII. Solicitar ao credor original declaração atestando que a CCB previamente à sua negociação, foi endossada para câmara de registro, de custódia ou de liquidação financeira devidamente autorizada pelo Banco Central ou pela CVM.

IX. Adquirir apenas CCB de emissores pessoas jurídicas e que tenham suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente.

1.4 Fundos com Cotas de Abertura

Metodologia de Marcação a Mercado:

- i) Fundos com cota de abertura: a cota de abertura em D+1 é definida a partir da capitalização dos ativos do fundo marcados a mercado em D+0, utilizando-se para tal as taxas de fechamento do mercado apuradas em D+0.
- ii) Fundos com cota de fechamento: a cota de fechamento em D+1 é definida a partir da marcação a mercado dos ativos do fundo, utilizando-se para tal as taxas de fechamento do mercado em D+1.

2 Estrutura a Termo de Taxas de Juros

2.1 Curvas de Juros em Reais

Ao longo desse capítulo, descreveremos as metodologias e as fontes de dados utilizadas para a construção de curvas de mercado. Essas curvas serão aplicadas aos ativos dos quais se quer obter o valor a mercado.

2.1.1 Curva de Juros Pré-fixada

2.1.1.1 Curva Pré Sem Caixa

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: BM&F/Bovespa;
- Origem: a origem será obtida de acordo com o prazo:
 - ✓ Taxa DI, para o primeiro dia útil;
 - ✓ Taxa de DI Futuro.
- Metodologia para obtenção de Vértices: Interpolação exponencial, base 252 dias úteis;



- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

2.1.1.2 Curva Pré Com Caixa

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: ANBIMA;
- Origem: taxas indicativas de LTN (Letras do Tesouro Nacional) e de NTN-F (Notas do Tesouro Nacional – Série F);
- Metodologia para obtenção de Vértices: Bootstrapping;
- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

2.1.2 Curva de Cupom de SELIC

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: ANBIMA;
- Origem: taxas indicativas de LFT (Letras Financeiras do Tesouro);
- Metodologia para obtenção de Vértices: Interpolação exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

2.1.3 Curva de Cupom de IGP-M

2.1.3.1 Curva de Cupom de IGP-M com Caixa

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: ANBIMA;
- Origem: taxas indicativas de NTN-C (Notas do Tesouro Nacional – Série C);
- Metodologia para obtenção de Vértices: Bootstrapping;
- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

2.1.3.2 Curva de Cupom de IGP-M sem Caixa

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: BM&F/Bovespa;
- Origem: taxas de swap DI x IGP-M;
- Metodologia para obtenção de Vértices: Interpolação exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

É importante ressaltar que esta curva é denominada de “curva suja” porque incorpora as projeções do IGP-M dentro do mês de referência.



2.1.4 Curva de Cupom de IPCA

2.1.4.1 Curva de Cupom de IPCA com Caixa

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: ANBIMA;
- Origem: taxas indicativas de NTN-B (Notas do Tesouro Nacional – Série B);
- Metodologia para obtenção de Vértices: Bootstrapping;
- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

2.1.4.2 Curva de Cupom de IPCA sem Caixa

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: BM&F/Bovespa;
- Origem: taxas de swap DI x IPCA;
- Metodologia para obtenção de Vértices: Interpolação exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

2.1.5 Curva de Cupom de INPC

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: BM&F/Bovespa;
- Origem: taxas de swap INPC;
- Metodologia para obtenção de Vértices: Interpolação exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

2.1.6 Curva de Cupom de Dólar

2.1.6.1 Curva de Cupom de Dólar sem Caixa

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: BM&F/Bovespa;
- Origem: Futuro de DDI
- Metodologia para obtenção de Vértices: Interpolação linear, base 360 dias corridos;
- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

É importante ressaltar que tal procedimento gera uma curva conhecida como “cupom sujo”, uma vez que sua origem ocorre em taxas que consideram o dólar do dia anterior à sua formação.

2.1.7 Curva de Cupom de Euro

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: BM&F/Bovespa;



- Origem: taxas de swap DI x Euro;
- Metodologia para obtenção de Vértices: Interpolação linear, base 360 dias corridos;
- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

2.1.8 Curva de Cupom de Iene

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: BM&F/Bovespa;
- Origem: em função do vértice:
 - ✓ Taxa REAL x IENE e Curva Pré sem Caixa, para o primeiro mês;
 - ✓ Taxa "Cupom Sujo de Yen", para os vértices mais longos.
- Metodologia para obtenção de Vértices: Interpolação linear, base 360 dias corridos;
- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

Para o cálculo do cupom de Iene no primeiro mês, deve-se fazer:

$$s = \frac{1+r}{1+y} - 1$$

onde:

s = cupom de Iene, para um determinado período;

r = taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem caixa, para o período em questão;

y = projeção da variação do Iene no período em questão.

2.1.9 Curva de Cupom de ANBID

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: ANBID e BM&F/Bovespa;
- Origem: a origem será obtida de acordo com o prazo:
 - ✓ Taxa ANBID, para os vértices anteriores à última taxa conhecida;
 - ✓ Taxa de swap DI x ANBID, para os vértices mais longos.
- Metodologia para obtenção de Vértices: Interpolação exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

2.1.10 Curva de Cupom de TJLP

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: BNDES e BM&F/Bovespa;
- Origem: a origem será obtida de acordo com o prazo:
 - ✓ Taxa TJLP, até o prazo final de sua vigência;
 - ✓ Taxa de swap TJLP x Pré, para os vértices mais longos.
- Metodologia para obtenção de Vértices: Interpolação exponencial, base 252 dias úteis;



- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

2.1.11 Curva de Cupom de TR

Essa curva deve possuir as seguintes características:

- Fonte de Dados: BACEN e BM&F/Bovespa;
- Origem: a origem será obtida de acordo com o prazo:
 - ✓ Taxa TR, até o prazo final de sua vigência;
 - ✓ Taxa de swap DI x TR, para os vértices mais longos.
- Metodologia para obtenção de Vértices: Interpolação exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para interpolação: Exponencial, base 252 dias úteis;
- Metodologia para extrapolação: Exponencial, base 252 dias úteis.

2.2 Metodologias

Essa seção apresenta as possíveis metodologias utilizadas para a construção das curvas de referência para os ativos de mercado.

2.2.1 Bootstrapping

A metodologia conhecida como bootstrapping é a metodologia mais comumente utilizada para a extração de curvas de mercado a partir dos preços de títulos que pagam cupons intermediários. No caso do mercado nacional, tal metodologia se aplica às NTN-B, NTN-C e NTN-F, por exemplo.

A metodologia consiste dos seguintes passos:

- Determinar, a partir de seus preços, a taxa de retorno do título com vencimento mais curto;
- A partir dessa taxa e do preço do título com vencimento subsequente, determinar a taxa para o próximo período, compreendido entre o vencimento do título mais curto e o vencimento do título em questão;
- Repetir o processo, recursivamente, para os demais títulos;
- A curva obtida é a curva de mercado para o cupom do indexador dos títulos em questão.

Suponhamos que, para a curva a ser calculada, existam k títulos, com vencimentos ordenados crescentemente. Além disso, suponhamos que as taxas internas de retorno (TIR) de cada um desses títulos sejam dadas por R_1, \dots, R_k e que seus preços sejam dados por P_1, \dots, P_k .

O objetivo do modelo é determinar a taxa para cada vencimento de título, incorporando as taxas dos vencimentos anteriores. As taxas a serem determinadas serão chamadas r_1, \dots, r_k . O modelo operará do seguinte modo:

- A taxa do primeiro período sofre influência apenas do título com primeiro vencimento. Dessa forma, podemos escrever:

$$r_1 = R_1$$

- A partir do segundo título, há influência do primeiro e do segundo vencimento. Para determinarmos a taxa r_2 , fazemos:

$$P_2 = \sum_{i=1}^a \frac{F_i}{(1+r_1)_t^i} + \sum_{i=1}^b \frac{F_i}{(1+r_2)_t^i}$$

onde:

a : número de fluxos que ocorrem até o vencimento do primeiro título;

b : número de fluxos que ocorrem entre o vencimento do primeiro título e o vencimento do segundo título;

F_i : valor do i -ésimo fluxo.

Resolvendo-se essa equação na variável r_2 , é possível obter a taxa desejada.

- Os títulos subseqüentes serão tratados da mesma forma, considerando-se sempre todas as taxas encontradas até o título com vencimento imediatamente anterior. Com isso, as taxas de vencimento para cada título são encontradas de forma recursiva;
- De posse das taxas r_1, \dots, r_k , basta fazer a interpolação exponencial entre os vencimentos para se construir a curva. Tal interpolação está descrita no tópico a seguir.

2.2.2 Interpolação

O objetivo dessa metodologia é estabelecer o valor de uma taxa em uma data específica, desde que essa taxa possua valores conhecidos em datas anteriores e posteriores à data em questão. Sejam:

- i : número de dias de hoje até o vértice conhecido imediatamente anterior a x ;
- $taxa_i$: taxa de juros referente ao vértice i ;
- j : número de dias de hoje até o vértice conhecido imediatamente posterior a x ;
- $taxa_j$: taxa de juros referente ao vértice j ;
- x : número de dias contados a partir de hoje, sendo que $i \leq x \leq j$.

A Interpolação Exponencial fica:

$$taxa_x = (1 + taxa_i) \left(\frac{1 + taxa_j}{1 + taxa_i} \right)^{\frac{x-i}{j-i}} - 1$$

Da mesma forma, a Interpolação Linear fica:

$$taxa_x = \frac{(j-x)}{(j-i)} \cdot taxa_i + \frac{(x-i)}{(j-i)} \cdot taxa_j$$

2.2.3 Extrapolação

O objetivo dessa metodologia é estabelecer o valor de uma taxa em uma data específica, supondo que apenas uma taxa anterior ou uma taxa posterior sejam conhecidas. Sejam:

- i : número de dias de hoje até o vértice penúltimo vértice anterior a x ;
- $taxa_i$: taxa de juros referente ao vértice i ;
- j : número de dias de hoje até o último vértice anterior a x ;



- $taxa_j$: taxa de juros referente ao vértice j ;
- x : número de dias contados a partir de hoje, sendo que $i \leq j \leq x$.

A Exterpolação Exponencial fica:

$$taxa_x = (1 + taxa_j) \cdot \left(\frac{1 + taxa_j}{1 + taxa_i} \right)^{\frac{x-j}{j-i}} - 1$$

Da mesma forma, a Exterpolação Linear fica:

$$taxa_x = taxa_i + \left(\frac{x-j}{j-i} \right) (taxa_j - taxa_i)$$

3 Metodologias de Marcação a Mercado

Esse capítulo se dedicará à especificação de metodologias para a marcação a mercado de diversos produtos do mercado financeiro nacional.

3.1 Títulos Públicos Federais

3.1.1 Letras Financeiras do Tesouro

O valor a mercado de uma LFT na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + SELIC)_{t_0}^t}{(1 + r)_t^{t_F}}$$

onde:

r = Cupom de SELIC.

3.1.2 Letras do Tesouro Nacional

O valor a mercado de uma LTN na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{VFace}{(1 + r)_t^{t_F}}$$

onde:

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré com Caixa.

3.1.3 Notas do Tesouro Nacional – Série B

O valor do principal corrigido até a data t é dado por:

$$PU_t = PU_0 \times (1 + IPCA)_{t_0}^t$$

com:

$$(1 + IPCA)_{t_0}^t = (1 + IPCA)_{t_0}^{t_a} \times (1 + IPCA)_{t_a}^t$$

onde:



$(1 + IPCA)_{t_0}^{t_a}$ = variação do IPCA desde a data-base até a data do último aniversário;

$(1 + IPCA)_{t_a}^t$ = pró-rata da projeção do IPCA, desde a data do último aniversário até a data em questão.

Suponhamos que haja n pagamentos de cupons até o vencimento, incluindo a última data, em que há a devolução do principal. O valor do i -ésimo pagamento (ou i -ésimo cupom), com $1 \leq i \leq n-1$, é dado por:

$$C_i = PU_t \times \left[(1 + C_0)^{\frac{1}{2}} - 1 \right]$$

O valor do n -ésimo pagamento é dado por:

$$C_n = PU_t \times (1 + C_0)^{\frac{1}{2}}$$

O valor a mercado da NTN-B, na data t , será dado por:

$$MtM_t = \sum_{i=1}^n \frac{C_i}{(1+r)_t^{t_i}}$$

onde:

r = expectativa do cupom de IPCA, obtida a partir da Curva de Cupom de IPCA com Caixa.

As fontes de dados utilizadas para o IPCA são:

- IPCA: IBGE;
- Projeção de IPCA: ANBIMA.

3.1.4 Notas do Tesouro Nacional – Série C

O valor do principal corrigido até a data t é dado por:

$$PU_t = PU_0 \times (1 + IGPM)_{t_0}^t$$

com:

$$(1 + IGPM)_{t_0}^t = (1 + IGPM)_{t_0}^{t_a} \times (1 + IGPM)_{t_a}^t$$

onde:

$(1 + IGPM)_{t_0}^{t_a}$ = variação do IGP-M desde a data-base até a data do último aniversário;

$(1 + IGPM)_{t_a}^t$ = pró-rata da projeção do IGP-M, desde a data do último aniversário até a data em questão.

Suponhamos que haja n pagamentos de cupons até o vencimento, incluindo a última data, em que há a devolução do principal. O valor do i -ésimo pagamento (ou i -ésimo cupom), com $1 \leq i \leq n-1$, é dado por:

$$C_i = PU_t \times \left[(1 + C_0)^{\frac{1}{2}} - 1 \right]$$

O valor do n -ésimo pagamento é dado por:

$$C_n = PU_t \times (1 + C_0)^{\frac{1}{2}}$$

O valor a mercado da NTN-C, na data t , será dado por:



$$MtM_t = \sum_{i=1}^n \frac{C_i}{(1+r)_t^{t_i}}$$

onde:

r = expectativa do cupom de IGP-M, obtida a partir da Curva de Cupom de IGP-M com Caixa.

As fontes de dados utilizadas para o IGP-M são:

- IGP-M: FGV;
- Projeção de IGP-M: ANBIMA.

3.1.5 Notas do Tesouro Nacional – Série F

Suponhamos que haja n pagamentos de cupons até o vencimento, incluindo a última data, em que há a devolução do principal. O valor do i -ésimo pagamento (ou i -ésimo cupom), com $1 \leq i \leq n-1$, é dado por:

$$C_i = PU_0 \times \left[(1 + C_0)^{1/2} - 1 \right]$$

O valor do n -ésimo pagamento é dado por:

$$C_n = PU_0 \times (1 + C_0)^{1/2}$$

O valor a mercado da NTN-F, na data t , será dado por:

$$MtM_t = \sum_{i=1}^n \frac{C_i}{(1+r)_t^{t_i}}$$

onde:

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré com Caixa.

3.1.6 Bônus do Tesouro Nacional

Os Bônus do Tesouro Nacional foram emitidos em 01/06/1989, com base na Lei nº 7.777. Esses títulos foram extintos em 01/03/1991, pela Lei nº 8.177. No entanto, como o prazo de vencimento estipulado na emissão era de até 25 anos, ainda há títulos em circulação no mercado.

Em função da ausência de liquidez em mercado secundário para esses papéis, o preço de mercado dos BTNs será determinado de acordo com os preços de lastro (PU 550) divulgados diariamente pelo Banco Central do Brasil. A seguir, explicitaremos a maneira como esses preços podem ser obtidos.

Os dados podem ser obtidos no endereço da ANBIMA, através do seguinte caminho:

- Seção "Preço Unitário";
- Subseção "Resolução 550";
- Link "Último Valor".

O preço do título deve ser obtido de acordo com o seu código, que apresenta uma correspondência biunívoca com o vencimento do mesmo. A tabela seguinte apresenta essa correspondência:

Código	Emissão	Vencimento	Código	Emissão	Vencimento	Código	Emissão	Vencimento
711726	15/11/1990	15/3/2005	712106	18/9/1990	15/3/2008	712466	18/9/1990	15/3/2011
711746	18/9/1990	15/3/2005	712136	15/12/1989	15/9/2007	712496	15/12/1989	15/9/2010
711786	15/11/1990	15/9/2005	712146	15/11/1990	15/9/2008	712506	15/11/1990	15/9/2011
711806	18/9/1990	15/9/2005	712166	18/9/1990	15/9/2008	712526	18/9/1990	15/9/2011
711836	15/12/1989	15/3/2005	712196	15/12/1989	15/3/2008	712556	15/12/1989	15/3/2011
711846	15/11/1990	15/3/2006	712206	15/11/1990	15/3/2009	712566	15/11/1990	15/3/2012
711866	18/9/1990	15/3/2006	712226	18/9/1990	15/3/2009	712586	18/9/1990	15/3/2012
711896	15/12/1989	15/9/2005	712256	15/12/1989	15/9/2008	712616	15/12/1989	15/9/2011
711906	15/11/1990	15/9/2006	712266	15/11/1990	15/9/2009	712626	15/11/1990	15/9/2012
711926	18/9/1990	15/9/2006	712286	18/9/1990	15/9/2009	712646	18/9/1990	15/9/2012
711956	15/12/1989	15/3/2006	712316	15/12/1989	15/3/2009	712676	15/12/1989	15/3/2012
711966	15/11/1990	15/3/2007	712326	15/11/1990	15/3/2010	712686	15/11/1990	15/3/2013
711986	18/9/1990	15/3/2007	712346	18/9/1990	15/3/2010	712706	18/9/1990	15/3/2013
712016	15/12/1989	15/9/2006	712376	15/12/1989	15/9/2009	712736	15/12/1989	15/9/2012
712026	15/11/1990	15/9/2007	712386	15/11/1990	15/9/2010	712746	15/11/1990	15/9/2013
712046	18/9/1990	15/9/2007	712406	18/9/1990	15/9/2010	712766	18/9/1990	15/9/2013
712076	15/12/1989	15/3/2007	712436	15/12/1989	15/3/2010	712796	15/12/1989	15/3/2013
712086	15/11/1990	15/3/2008	712446	15/11/1990	15/3/2011	712856	15/12/1989	15/9/2013

3.1.7 Título da Dívida Agrária

O valor a mercado do título na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \sum_{i=1}^n \frac{PU_0 \times (1 + C_0)_{t_0}^i \times (1 + TR)_{t_0}^i}{(1 + r)_t^i}$$

onde:

r = expectativa do cupom TR, obtida a partir da Curva de Cupom de TR.

3.1.8 CFT - Certificado Financeiro do Tesouro

Título emitido pelo Tesouro Nacional com rentabilidade pré ou pós fixada, podendo ser atualizado pelos índices de mercado (IGP-M, Dólar, TR etc). As características de remuneração e emissão estão estabelecidas no Decreto N° 3859 de 04 de julho de 2001.

Marcação a Mercado: devido à baixa liquidez do título e às especificidades de emissão, a taxa utilizada para a marcação a mercado será definida pelos spreads obtidos no mercado secundário.

3.1.9 Procedimento Alternativo

Como alternativa aos procedimentos de marcação a mercado de Títulos Públicos Federais, definidos anteriormente, o valor a mercado dos Títulos Públicos poderá ser calculado considerando como taxa de desconto r aquela gerada a partir de produtos derivativos negociados em bolsa (curva denominada neste manual por Curva sem Caixa), ou por outra fonte de informação que não aquela definida para a denominada Curva com Caixa. Como procedimento complementar, o valor a mercado poderá ser estabelecido como sendo o valor de PU's cotados no mercado secundário de títulos públicos. O Procedimento Alternativo será aplicado após 3 dias sem divulgação da fonte de informação primária, até esta data será utilizado a última taxa e/ou cupom conhecido.

3.2 Títulos da Dívida Externa

3.2.1 Global Bonds

Esta categoria de títulos são emitidos pelo Governo Federal com objetivo de captação de recursos em moeda estrangeira (EUR, USD etc). Exemplos de emissões vigentes: Global 2014, Global 2020, Global 2030, Global 2040 etc.



A conversão do valor do título para moeda nacional será feita utilizando a cotação oficial divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Marcação a Mercado: Adota-se como valor a mercado de tais títulos o preço de mercado fornecido pela plataforma Bloomberg.

Procedimento Alternativo: como alternativa ao procedimento de marcação a mercado definido anteriormente, o preço poderá ser calculado como sendo o valor presente do título, considerando como taxa livre de risco aquela obtida pela taxa paga para os títulos do governo do país emissor da moeda em que os títulos foram emitidos (Libor, Treasury). Além disso, devido ao risco de crédito do Governo Brasileiro no mercado mundial, deve-se considerar um *spread* de crédito, conforme formulação abaixo:

$$PU_t = \sum_{i=1}^T \frac{CF_i}{(1+r+\phi)^{\frac{dc_i}{360}}} + \frac{VN}{(1+r+\phi)^{\frac{dc_T}{360}}},$$

em que

PU_t = preço a mercado do título na data t ;

r = taxa de juros estrangeira para o prazo i ;

ϕ = taxa de spread para o prazo i ;

CF_i = cupom de juros pago na data i ;

VN = valor nominal do título;

dc_i = dias corridos entre a data t e a data de cada fluxo i .

Este procedimento alternativo será aplicado quando não tiver cotação disponível na Bloomberg. A taxa de spread é dada pela taxa média dos últimos quinze dias a contar da data de aplicação do procedimento.

3.3 Títulos Privados

3.3.1 CDB – Certificado de Depósito Bancário

Esse tópico descreve as metodologias de marcação a mercado de CDBs, de acordo com o seu indexador. Os subitens serão segmentados de acordo com o indexador do título. Os títulos que apresentem compromisso de recompra serão precificados conforme a taxa de emissão.

3.3.1.1 CDB Indexado ao CDI

O valor a mercado do título na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + \alpha_0 CDI)_{t_0}^t \times (1 + \alpha_t CDI)_t^{t_F}}{(1 + \alpha_t r)_t^{t_F}}$$

onde:

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa.

O spread de crédito, α_t será obtido da seguinte forma:

- Coleta semanal de taxas junto aos emissores;



- E verificação dos negócios efetuados pelos fundos custodiados e controlados pelo Citi durante os últimos cinco dias úteis;
- Os prazos serão (em dias corridos): 30, 60, 90, 180, 360, 720 e 1080.
- As taxas de spreads serão interpoladas linearmente para os prazos citados acima.

No caso de a rentabilidade do título ser dada por CDI + Spread, a marcação a mercado fica:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + CDI)_{t_0}^t \times (1 + C_0)_{t_0}^{t_F}}{(1 + C_t)_{t_0}^{t_F}}$$

O fator C_t será obtido por equivalência das taxas apuradas em coleta junto a emissores para os CDBs indexados a percentual do CDI.

Em casos de comportamento atípico do mercado ou não sendo possível a utilização das fontes citadas acima, o fator de spread será definido no Comitê de Valuation a partir de ativos e emissores equivalentes, de modo que os preços reflitam as condições do mercado, considerando os princípios estabelecidos na metodologia de marcação a mercado.

3.3.1.2 CDB Indexado à SELIC

O valor a mercado do título na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + \alpha_0 SELIC)_{t_0}^t \times (1 + \alpha_0 SELIC)_{t_0}^{t_F}}{(1 + \alpha_t r)_{t_0}^{t_F}}$$

onde:

- r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;
- s = expectativa do cupom de SELIC, obtida a partir da Curva de Cupom de SELIC;

No caso de a rentabilidade do título ser dada por SELIC + Spread, a marcação a mercado fica:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + SELIC)_{t_0}^t \times (1 + C_0)_{t_0}^{t_F}}{(1 + C_t)_{t_0}^{t_F}}$$

Os spreads de crédito do emissor, α_t ou C_t , serão definidos conforme procedimentos adotados para o CDB indexado ao CDI.

Em casos de comportamento atípico do mercado ou não sendo possível a utilização das fontes citadas acima, o fator de spread será definido no Comitê de Valuation a partir de ativos e emissores equivalentes, de modo que os preços reflitam as condições do mercado, considerando os princípios estabelecidos na metodologia de marcação a mercado.

3.3.1.3 CDBs indexados a Índices de Preços

O valor a mercado do título na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + Ind)_{t_0}^t \times (1 + C_0)_{t_0}^{t_F}}{(1 + C_t)_{t_0}^{t_F} \times (1 + r)_{t_0}^{t_F}}$$



onde:

r = expectativa do cupom do indexador, obtida a partir de sua curva de cupom sem caixa.

O spread de crédito do emissor, C_t , será reavaliado semanalmente no Comitê de Valuation conforme o prazo de emissão, classificação de risco do emissor, volume, comportamento do mercado de crédito e das curvas de juros.

3.3.1.4 CDB Pré-Fixado

O valor a mercado do título na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + C_0)^{t_F}}{(1 + r)^{t_F} \times (1 + C_t)^{t_F}}$$

onde:

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

O spread de crédito do emissor, C_t , será reavaliado semanalmente no Comitê de Valuation conforme o prazo de emissão, classificação de risco do emissor, volume, comportamento do mercado de crédito, das curvas de juros e da coleta dos percentuais sobre o CDI.

3.3.2 RDB – Recibo de Depósito Bancário

A marcação a mercado desses títulos seguirá a mesma metodologia adotada para a marcação a mercado dos Certificados de Depósito Bancário.

3.3.3 DPGE – Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC (Resolução 3.692 de 26/03/2009)

A marcação a mercado desses títulos seguirá a mesma metodologia adotada para a marcação a mercado dos Certificados de Depósito Bancário.

Para estes títulos, os seguintes vencimentos: 360, 540, 720, 1080, 1440 e 1800 dias corridos formam a base para coleta de informações e interpolações.

3.3.4 Operações Compromissadas

Uma operação compromissada é uma operação na qual ocorre empréstimo de recursos, mediante a entrega de garantias para a parte doadora. Em geral, são acordadas previamente a taxa de remuneração do doador e a data de vencimento da operação.

3.3.4.1 Lastro em Títulos Públicos

As operações compromissadas lastreadas em títulos públicos serão marcadas a mercado conforme a taxa negociada. O Comitê de Valuation poderá revisar as taxas de marcação a mercado caso seja verificado a alteração das condições do mercado financeiro que impliquem aumento do risco de liquidez e de crédito.

3.3.4.2 Lastro em Títulos Privados

As operações compromissadas lastreadas em títulos privados serão marcadas a mercado conforme metodologia definidas para Certificados de Depósito Bancário (CDB). As taxas de emissão destas operações compromissadas tem como referência as taxas de emissão de CDB da contraparte, sendo negociados acima da referência devido ao risco de crédito do lastro.

3.3.5 CCB – Cédula de Crédito Bancário

Esse tópico descreve as metodologias de marcação a mercado de CCBs, de acordo com o seu indexador. Os subtemas serão segmentados de acordo com o indexador do título.

3.3.5.1 CCB Indexada ao CDI

O valor a mercado desse título deve ser calculado de acordo com a metodologia estabelecida para o cálculo do valor a mercado de Certificados de Depósito Bancário indexados a CDI. No caso de a CCB apresentar fluxos intermediários de pagamento, cada um dos fluxos deve ser tratado individualmente de acordo com a mesma metodologia. Nesse caso, o valor a mercado do título é dado pela somatória dos valores a mercado de cada fluxo.

3.3.5.2 CCB Indexada a Índices de Preços

O valor a mercado desse título deve ser calculado de acordo com a metodologia estabelecida para o cálculo do valor a mercado de Certificados de Depósito Bancário indexados a índices de preços. No caso de a CCB apresentar fluxos intermediários de pagamento, cada um dos fluxos deve ser tratado individualmente de acordo com a mesma metodologia. Nesse caso, o valor a mercado do título é dado pela somatória dos valores a mercado de cada fluxo.

3.3.5.3 CCB Pré-Fixada

O valor a mercado desse título deve ser calculado de acordo com a metodologia estabelecida para o cálculo do valor a mercado de Certificados de Depósito Bancário pré-fixados. No caso de a CCB apresentar fluxos intermediários de pagamento, cada um dos fluxos deve ser tratado individualmente de acordo com a mesma metodologia. Nesse caso, o valor a mercado do título é dado pela somatória dos valores a mercado de cada fluxo.

3.3.5.4 Apuração do fator de spread

Em função da estrutura do mercado brasileiro, é impossível estimar, a cada momento, o correto fator de spread, em função do risco de crédito, da instituição emissora da CCB. Dessa forma, para refinar o apreçamento do papel, utilizaremos o spread obtido no momento de sua aquisição. A seguir, apresentaremos a metodologia sugerida para apuração desse spread.

A partir do preço de aquisição do papel, pode-se determinar a taxa com que o papel foi adquirido, igualando-se o preço de aquisição à equação que fornece o preço do papel, e fazendo-se variar a taxa de mercado.

Isso deve ser feito da seguinte forma:

$$P = \sum_{i=1}^n \frac{F_i}{(1+r)_t^{t_i} \times (1+\alpha)_t^{t_i}}$$

onde:

P = valor de aquisição do papel;

F_i = valor do i -ésimo fluxo do papel;

r = valor da taxa de desconto do papel, para o período em questão.

A partir dessa equação, determina-se o fator α , que mede o risco de crédito do papel. O fator será reavaliado periodicamente conforme as características do emissor, do papel e do mercado de títulos privados.

3.3.6 CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliários

A maior parte dos CRIs possui a estrutura que chamamos de “híbrida”, podendo apresentar risco de inflação em datas pré-definidas e risco pré-fixado nos demais períodos. Além disso tais títulos podem apresentar fluxo de caixa irregular (amortização variável, carência no pagamento ou no fator de remuneração, etc)..Essa particularidade deve ser considerada na ocasião do apreçamento do ativo.

Suponhamos que restem n pagamentos de juros e m amortizações até o vencimento do papel. O valor das parcelas (referentes a juros ou a amortizações) que serão pagas antes da próxima correção monetária do papel deve ser calculado da seguinte forma:

$$MtM_t = \frac{V \times (1 + \text{fatorcorreção})_0^{t_0} \times (1+C)_0^{t_0}}{(1+r)_t^{t_0} \times (1+C_t)_t^{t_0}}$$



onde:

V = valor nominal da parcela em questão;

t_a = data de último aniversário do título, que indica a última correção monetária sofrida;

t_v = data de pagamento da parcela em questão;

C = taxa de juros que corrige a parcela em questão;

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

O valor das parcelas (referentes a juros ou a amortizações) que serão pagas após novas correções monetárias deve ser calculado da seguinte forma:

$$MtM_t = \frac{V \times (1 + \text{fatorcorreção})_{t_a}^{t_v} \times (1 + \text{fatorcorreção})_{t_a}^{t_b} \times (1 + C)_{t_a}^{t_v}}{(1 + r)_t^{t_v} \times (1 + C)_t^{t_v}}$$

onde:

V = valor nominal da parcela em questão;

t_a = data de último aniversário do título, que indica a última correção monetária sofrida;

t_b = última data de aniversário anterior ao pagamento da parcela em questão;

t_v = data de pagamento da parcela em questão;

C = taxa de juros que corrige a parcela em questão;

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

A previsão do fator de correção (fatorcorreção) – Indicador de Inflação – realizado entre as datas de aniversário t_a e t_b pode ser calculada a partir das curvas Pré sem Caixa e Cupom de Inflação sem Caixa. Essa previsão é dada por:

$$(1 + \text{fatorcorreção})_{t_a}^{t_b} = \frac{(1 + r)_{t_a}^{t_b}}{(1 + s)_{t_a}^{t_b}}$$

onde:

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

s = expectativa do cupom de inflação, obtida a partir da Curva de Cupom de inflação sem Caixa;

Finalmente, o valor a mercado do título é dado pela somatória dos valores a mercado de cada uma das parcelas que o compõem, calculados da forma exposta nessa seção.

No caso de o CRI não possuir a estrutura “híbrida”, basta tomar o seu apreçamento como um caso particular dessa metodologia, onde as datas de aniversário são substituídas pelas datas correntes.

3.3.7 LF – Letra Financeira (Resolução 3836 de 25/02/2010)

A marcação a mercado desses títulos de emissão de instituições financeiras seguirá a mesma metodologia adotada para a marcação a mercado dos Certificados de Depósito Bancário. Dado o volume de operações e as características da emissão, a revisão dos spreads levará em consideração, principalmente,



as emissões verificadas no mercado e os negócios efetuados pelos fundos de investimentos custodiados pelo Citi.

3.3.8 LH – Letra Hipotecária

Suponhamos que a Letra Hipotecária seja indexada a IGP-M, e que restem n pagamentos de juros e m amortizações até o vencimento do papel.

O valor do título na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \sum_{i=1}^n \frac{PU_i \times (1 + IGPM)_{t_0}^i \times (1 + C_0)_{t_0}^i}{(1 + r)_t^i \times (1 + C_t)_t^i} + \sum_{j=1}^m \frac{A_j \times (1 + IGPM)_{t_0}^j}{(1 + r)_t^j \times (1 + C_t)_t^j}$$

onde:

$(1 + IGPM)_{t_0}^i$ = IGP-M acumulado até a data em questão, sem a utilização de projeções;

r = expectativa do cupom de IGP-M, obtida a partir da Curva de Cupom de IGP-M sem Caixa.

3.3.9 LCI - Letra de Crédito Imobiliário

As Letras de Crédito Imobiliário devem ser marcadas a mercado a partir da mesma metodologia proposta para o apuração das Letras Hipotecárias.

Cabe observar que as LCIs podem apresentar indexadores distintos do IGP-M, desde que sejam índices de preços. Nesse caso, basta substituir o indexador e os cupons utilizados pelo indexador em questão. O caso de haver um indexador cuja curva de cupom não foi contemplada no presente documento deve ser tratado à parte, como caso particular.

3.3.10 LC – Letra de Câmbio

O título de crédito Letra de Câmbio pode ser indexado a taxa CDI, SELIC ou outro tipo de indexador. O valor a mercado deste título será calculado usando os mesmos procedimentos e informações apresentados no tópico “CDB – Certificado de Depósito Bancário” deste manual, conforme o respectivo indexador.

3.3.11 LAM - Letra de Arrendamento Mercantil

A Letra de Arrendamento Mercantil é um título emitido pelas empresas de arrendamento mercantil que representa promessa de pagamento em dinheiro. Sua remuneração pode ser em taxa prefixada ou flutuante (nesse caso CDI).

O valor a mercado deste título será calculado usando os mesmos procedimentos e informações apresentados no tópico “CDB – Certificado de Depósito Bancário” deste manual, conforme o respectivo indexador.

3.3.12 CCI - Cédula de Crédito Imobiliário

O valor a mercado de uma Cédula de Crédito Imobiliário será calculado utilizando a mesma metodologia dispensada para CCBs e CRIs, trazendo os fluxos a valor presente pelas curvas de mercado e, adicionalmente, um spread de crédito.

3.3.13 NCE – Nota de Crédito de Exportação

Esse tópico apresenta a metodologia de apuração de um título cambial com risco de crédito de seu emissor. O valor a mercado do título na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + C_0)_{t_0}^{t_F} \times (1 + Dólar)_{t_0}^t}{(1 + r)_t^{t_F} \times (1 + C_t)_t^{t_F}}$$

onde:

r = expectativa do Cupom de Dólar, obtida a partir da Curva de Cupom de Dólar sem Caixa.

No caso de o título apresentar pagamentos de juros e/ou amortizações intermediárias, cada um dos fluxos deve ser considerado isoladamente, e o valor a mercado do título será dado pela somatório dos valores a mercado de cada um dos fluxos.

A partir do preço de aquisição do papel, pode-se determinar o spread de crédito com o qual o papel foi adquirido, igualando-se o preço de aquisição à equação que fornece o preço do papel, e fazendo-se variar a taxa de mercado. O fator será reavaliado periodicamente em Comitê conforme as características do emissor e do papel.

Isso deve ser feito da seguinte forma:

$$P = \sum_{i=1}^n \frac{F_i}{(1+r)_t^{t_i} \times (1+C_t)^{t_i}}$$

onde:

P = valor de aquisição do papel;

F_i = valor do i -ésimo fluxo do papel;

r = expectativa do Cupom de Dólar, obtida a partir da Curva de Cupom de Dólar sem Caixa.

3.3.14 Notas Promissórias

A marcação a mercado desses títulos seguirá a mesma fórmula adotada para a marcação a mercado dos Certificados de Depósito Bancário, ou seja, o spread será alterado em função das condições de mercado financeiro e das emissões efetuadas.

3.3.15 Debêntures

Esse tópico descreve o procedimento para marcação a mercado de debêntures. Inicialmente, será descrito o processo geral. Em seguida, será descrito o processo de obtenção dos spreads de crédito de cada tipo de papel.

3.3.15.1 Debênture Indexada ao CDI

Suponhamos que restem n pagamentos de juros e m amortizações até o vencimento do papel. O valor a mercado do título na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \sum_{i=1}^n \frac{PU_i \times (1 + \alpha_0 CDI)_{t_0}^{t_i} \times (1 + \alpha_0 CDI)_{t_0}^{t_i}}{(1 + \alpha_t r)_t^{t_i}} + \sum_{j=1}^m \frac{A_j \times (1 + \alpha_0 CDI)_{t_0}^{t_j} \times (1 + \alpha_0 CDI)_{t_0}^{t_j}}{(1 + \alpha_t r)_t^{t_j}}$$

onde:

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

No caso de a rentabilidade do título ser dada por CDI + Spread, a marcação a mercado fica:

$$MtM_t = \sum_{i=1}^n \frac{PU_i \times (1 + CDI)_{t_0}^{t_i} \times (1 + C_0)_{t_0}^{t_i}}{(1 + C_t)_t^{t_i}} + \sum_{j=1}^m \frac{A_j \times (1 + CDI)_{t_0}^{t_j} \times (1 + C_0)_{t_0}^{t_j}}{(1 + C_t)_t^{t_j}}$$

3.3.15.2 Debênture Indexada a IGP-M

Caso 1: Atualização Mensal do IGP-M



Suponhamos que restem n pagamentos de juros e m amortizações até o vencimento do papel. O valor a mercado do título na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \sum_{i=1}^n \frac{PU_i \times (1 + IGPM)_{t_0}^i \times (1 + C_0)_{t_0}^i}{(1 + S_t)_t^i} + \sum_{j=1}^m \frac{A_j \times (1 + IGPM)_{t_0}^j \times (1 + C_0)_{t_0}^j}{(1 + S_t)_t^j}$$

onde:

$(1 + IGPM)_{t_0}^i$ = IGP-M acumulado até a data em questão, sem a utilização de projeções;

S_t = spread calculado para o papel, na data t .

Caso 2: Atualização Anual do IGP-M

Suponhamos que restem n pagamentos de juros e m amortizações até o vencimento do papel. O valor das parcelas (referentes a juros ou a amortizações) que serão pagas antes da próxima correção monetária do papel deve ser calculado da seguinte forma:

$$MtM_t = \frac{V \times (1 + IGPM)_{t_0}^{t_a} \times (1 + C)_{t_0}^{t_v}}{(1 + S_t)_t^{t_v}}$$

onde:

V = valor nominal da parcela em questão;

t_a = data de último aniversário do título, que indica a última correção monetária sofrida;

t_v = data de pagamento da parcela em questão;

C = taxa de juros que corrige a parcela em questão;

O valor das parcelas (referentes a juros ou a amortizações) que serão pagas após novas correções monetárias deve ser calculado da seguinte forma:

$$MtM_t = \frac{V \times (1 + IGPM)_{t_0}^{t_a} \times (1 + IGPM)_{t_a}^{t_b} \times (1 + C)_{t_0}^{t_v}}{(1 + S_t)_t^{t_v}}$$

onde:

V = valor nominal da parcela em questão;

t_a = data de último aniversário do título, que indica a última correção monetária sofrida;

t_b = última data de aniversário anterior ao pagamento da parcela em questão;

t_v = data de pagamento da parcela em questão;

C = taxa de juros que corrige a parcela em questão;

S_t = spread calculado para o papel, na data t .

A previsão do IGP-M realizado entre as datas de aniversário t_a e t_b deve ser calculada a partir das curvas Pré sem Caixa e Cupom de IGP-M sem Caixa. Essa previsão é dada por:



$$(1 + IGPM)_{t_a}^{t_b} = \frac{(1 + r)_{t_a}^{t_b}}{(1 + s)_{t_a}^{t_b}}$$

onde:

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

s = expectativa do cupom de IGP-M, obtida a partir da Curva de Cupom de IGP-M sem Caixa;

Finalmente, o valor a mercado do título é dado pela somatória dos valores a mercado de cada uma das parcelas que o compõem, calculados da forma exposta nessa seção.

3.3.15.3 Debênture Indexada a IPCA

As debêntures indexadas a IPCA devem ser tratadas da mesma forma que as debêntures indexadas a IGP-M, tanto no caso em que a atualização é feita mensalmente como no caso em que a atualização é feita anualmente.

Nesse caso, os valores acumulados de IGP-M devem ser substituídos pelos valores acumulados de IPCA. Da mesma forma, os valores de Cupom de IGP-M devem ser substituídos pelos valores de Cupom de IPCA, oriundo da Curva de Cupom de IPCA sem Caixa.

3.3.15.4 Cálculo do Fator de Spread

Para determinar o fator de spread a ser utilizado para a marcação a mercado do papel, serão adotadas duas metodologias distintas. A primeira, chamada Metodologia 1, será aplicada preferencialmente, mas pode não ser adequada para alguns papéis. Na impossibilidade de aplicação da Metodologia 1, adotaremos uma metodologia alternativa, que chamaremos Metodologia 2. Essas metodologias serão detalhadas a seguir.

Metodologia 1

A Metodologia 1 consiste em utilizar os spreads apurados diariamente pela ANBIMA. Esses spreads são obtidos a partir da consulta a um *pool* de colaboradores dessa instituição. No processo de marcação a mercado, o spread (ou taxa) a ser utilizado será o último divulgado pela ANBIMA.

Devido ao mercado apresentar baixa liquidez, os spreads podem apresentar comportamento inconsistente com os dados históricos. Assim, a Unidade de Risco de Mercado deverá comunicar a instituição para revisar a informação.

No caso da debênture ficar por 10 dias sem divulgar taxas na ANBIMA, será adotada a Metodologia 2 para seu apreçamento.

Metodologia 2

A ANBIMA não divulga spreads para todos os papéis negociados no mercado secundário. Em função disso, adota-se uma metodologia alternativa para o cálculo dos spreads.

A Metodologia 2 consiste em estimar o spread de crédito a partir das observações das negociações e volume em mercado secundário (período máximo de 15 dias), a partir da análise dos spreads divulgados pela ANBIMA, do comportamento das curvas de juros, da classificação de risco de crédito do emissor, do prazo de vencimento e do setor econômico. A taxa final será definida em Comitê. Para determinar o spread α , divide-se a análise em dois casos:

Caso 1: Correção em % Indexador

$$P = \sum_{i=1}^n \frac{F_i \times (1 + \alpha_0 Ind)_t^{t_i}}{(1 + \alpha)_t^{t_i}}$$

onde:



P = valor de negociação do papel;

Ind = projeção do valor do indexador entre as datas em questão;

F_i = valor do i -ésimo fluxo do papel;

r = valor da taxa de desconto do papel, para o período em questão.

Caso 2: Correção em Indexador + Spread

$$P = \sum_{i=1}^n \frac{F_i \times (1 + C_0)_t^{t_i}}{(1 + \alpha)_t^{t_i}}$$

onde:

P = valor de negociação do papel;

F_i = valor do i -ésimo fluxo do papel;

A partir dessas equações, determina-se o fator α , que mede o risco de crédito do papel. O cálculo periódico do alfa é uma forma de refinar o apreçamento das debêntures, pois, dessa forma, considera-se a percepção do mercado em relação ao risco de crédito. A revisão do fator α terá periodicidade mínima semanal. No caso de baixa liquidez, de modo a inviabilizar a aplicação das metodologias descritas acima, será adotado o fator α de emissão da debênture (se este alfa for inferior a 100%, será adotado 100%).

Repactuação

Quando houver uma data de repactuação da debênture, esta data será considerada como vencimento da mesma, pois suas condições podem ser mudadas (mudança de indexador, taxa, fluxo, etc). Geralmente, o emissor permite a recompra da debênture nas datas de repactuação.

É importante ressaltar que, após a data de repactuação de uma debênture, a contagem de negócios para o cálculo do alfa será reiniciada, isto é, os negócios anteriores à data de repactuação serão desconsiderados para os cálculos subsequentes do valor de alfa.

Resgate Antecipado

No caso de uma debênture antecipar o resgate, isto é, no caso de seu emissor quitar os pagamentos antes do vencimento dos papéis, o seguinte procedimento deve ser observado:

- A partir da data em que o resgate antecipado é divulgado, a debênture em questão deve passar a ser avaliada pelas condições do resgate antecipado e não mais a mercado;
- Caso o emissor pague algum prêmio em função da antecipação do resgate, esse prêmio deve sofrer prorateado desde a data de anúncio da antecipação até a data de efetivo pagamento.

NOTA: Em situações atípicas do mercado financeiro, fica a critério do Citi estabelecer procedimento alternativo para determinar o fator de spread, de modo que os preços reflitam as condições do mercado, considerando os princípios estabelecidos na metodologia de marcação a mercado.

3.3.16 Títulos de Agronegócio

3.3.16.1 CPR Pré-Fixada

O valor a mercado desse título deve ser calculado de acordo com a metodologia estabelecida para o cálculo do valor a mercado de Certificados de Depósito Bancário pré-fixados. No caso de a CPR apresentar fluxos intermediários de pagamento, cada um dos fluxos deve ser tratado individualmente de acordo com a mesma metodologia. Nesse caso, o valor a mercado do título é dado pela somatória dos valores a mercado de cada fluxo.



3.3.16.2 CPR Indexada a Commodity Agrícola

O valor a mercado desse título deve ser calculado a partir do valor especificado em seu contrato da commodity agrícola em questão. A obtenção dos preços dessas commodities pode ser feita junto à ESALQ – USP, através do link: <http://www.cepea.esalq.usp.br/indicador/>.

3.3.16.3 CPR Indexada a Boi Gordo

O presente tópico apresenta a metodologia adotada para o apuração de Cédulas do Produto Rural indexadas a Boi Gordo, com liquidação financeira e preço pré-fixado na data da contratação da operação.

O valor a mercado da operação na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{P}{(1+r)_t^{t_f} \times (1+C_t)_t^{t_f}}$$

onde:

P = preço de liquidação, acordado na data de emissão;

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

C_t = spread de crédito do emissor, reavaliado periodicamente.

3.3.16.4 CRA/LCA/CDCA e CDA/WA

LCA - Letra de Crédito do Agronegócio: este título pode ser emitido por instituições financeiras públicas ou privadas, tendo como lastro cédulas do agronegócio (CPR) registradas na Cetip.

CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio: este título pode ser emitido por cooperativas e pessoas jurídicas que atuem na armazenagem, comercialização, beneficiamento e processamento de produtos, insumos e máquinas, relacionados à produção agropecuária. O CDCA deve ser lastreado por cédulas de agronegócios registradas na Cetip.

CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio: este título é emitido por companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio. Como os demais, deve ser lastreado por cédulas de agronegócios registradas na Cetip.

CDA/WA: O Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) é um título de crédito representativo de promessa de entrega de produto agropecuário depositado em armazém, enquanto o título Warrant Agropecuário (WA) confere direito de penhor sobre o produto descrito no CDA correspondente. Tais títulos são emitidos simultaneamente e por empresas armazenadoras com lastro em produtos agropecuário depositados.

Marcação a Mercado: os títulos descritos acima podem ser indexados a taxa prefixada, taxa CDI, SELIC ou outro tipo de indexação. Neste caso, o valor a mercado de tais títulos será calculado usando os procedimentos descritos neste manual, considerando seus respectivos indexadores e especificações definidos em contrato, semelhante ao adotado para os CDBs.

3.4 Renda Variável

3.4.1 Ações

A valorização das ações a mercado deverá obedecer aos seguintes critérios:

- As ações deverão ser valorizadas a partir de seu preço de fechamento divulgado diariamente pela BM&F/BOVESPA, conforme legislação em vigor.
- As ações que não tiverem seu preço divulgado em uma determinada data serão valorizadas pela última cotação disponível. Essa regra não é válida para ações que já tenham superado o prazo legal de ausência de liquidez, ocasião na qual devem ser valorizadas de acordo com os procedimentos estabelecidos pela legislação pertinente.

3.4.2 Termo de Ação

A operação de termo de ação é a operação de compra ou venda de uma determinada quantidade de ações, a um preço fixado, para liquidação em prazo determinado, a contar da data da operação em pregão.

O valor de mercado de uma operação de compra à termo é dado por

$$MtM_t = \begin{cases} q \left(S_t - \frac{VN_0}{q} \right), & \text{se } S_t > VN_0/q \\ \min \left[q \left(S_t - \frac{VN_0/q}{(1+r_t)^{t_F}} \right), 0 \right], & \text{caso contrário} \end{cases}$$

onde:

q = quantidade negociada do papel;

VN_0 = valor nominal da operação;

S_t = preço da ação na data de avaliação;

r_t = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa.

No caso de uma operação de venda à termo o valor a mercado será dado por

$$MtM_t = \frac{VN_0}{(1+r_t)^{t_F}}.$$

3.4.3 Recibo de Ações

Os recibos de ações não negociados em Bolsa, ou sem liquidez, serão precificados conforme as condições divulgadas pela empresa ao mercado, tal valor terá como referência inicial o preço a vista da ação.

3.5 Derivativos

3.5.1 Futuros

Esta seção apresenta o procedimento de cálculo adotado para os contratos negociados no mercado futuro de taxas de juros, taxas de câmbio, índices, títulos da dívida externa, mercado agropecuário e ouro.

Marcação a Mercado: o valor a mercado de contratos futuros, salvo exceções estabelecidas neste manual, é definido pelo preço de ajuste divulgado diariamente pela BM&F/Bovespa. Por este procedimento são avaliados os seguintes contratos:

- Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia (DI)
- Futuro de Cupom Cambial (DDI)
- Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Comercial
- Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Euro
- Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Australiano

- Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Canadense
- Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Iene
- Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Libra Esterlina
- Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Peso Mexicano
- Futuro de Ibovespa
- Futuro de US Treasury Note de 10 Anos
- Futuro de Global (Global 2014, Global 2020, Global 2030, Global 2040 etc.)
- Mercado Futuro Agropecuário (Boi Gordo, Bezerro, Café Arábica, Soja, Milho, Açúcar, Alcool e Algodão)
- Futuro de Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)
- Futuro de Ouro

Procedimento Alternativo: como alternativa ao procedimento de marcação a mercado definido anteriormente, o preço será definido a partir dos seguintes procedimentos:

- Futuro de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de Um Dia (DI):

$$PU_{t,v} = \frac{R\$100.000}{(1+r)_{t,v}}$$

em que $PU_{t,v}$ é o preço estimado para o Futuro de DI com vencimento em v e r é a expectativa da taxa pré para o vencimento v , obtida a partir da curva pré sem caixa.

- Futuro de Cupom Cambial (DDI)

$$PU_{t,v} = \frac{U\$100.000}{(1+C)_{t,v}}$$

em que $PU_{t,v}$ é o preço estimado para o Futuro de DI com vencimento em v e C é a expectativa do cupom cambial para o vencimento v , obtida a partir da curva de cupom de dólar com caixa ou pela através do sistema Bloomberg.

- Futuro de Taxa de Câmbio

$$DF_{t,v} = Spot_t \frac{(1+r)_{t,v}}{(1+C)_{t,v}}$$

em que $DF_{t,v}$ é o preço estimado para o Futuro de Câmbio com vencimento em v , $Spot_t$ é a taxa de câmbio à vista, r é a expectativa da taxa pré para o vencimento v obtida a partir da curva pré sem caixa e C é a expectativa do cupom cambial para o vencimento v obtida a partir da curva de cupom cambial sem caixa.

- Futuro de Ibovespa

$$F_{t,v} = S_t \times (1+r)_{t,v}$$

em que $F_{t,v}$ é o preço estimado para o Futuro de Ibovespa com vencimento em v , S_t é cotação do Índice Ibovespa e r é a expectativa da taxa pré para o vencimento v obtida a partir da curva pré sem caixa.



- Mercado Futuro Agropecuário (Boi Gordo, Bezerro, Café Arábica, Soja, Milho, Açúcar, Alcool e Algodão)

$$F_{t,v} = S_t \times (1 + r)_{t,v}$$

em que $F_{t,v}$ é o preço futuro estimado para o vencimento em v , S_t é o preço *spot* na data t do ativo subjacente e r é a expectativa da taxa pré para o vencimento v obtida a partir da curva pré sem caixa.

- Futuro de Ouro

Dada a elevada correlação do Ouro BM&F/Bovespa com o Ouro Internacional (ticker <GOLDS Comdy> do sistema Bloomberg) convertido em reais pela Ptax800, o ativo internacional será utilizado como referência.

- Futuro de Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)

$$F_{t,v} = NI_{igpm}^t \frac{(1 + r)_{t,v}}{(1 + C)_{t,v}}$$

em que $F_{t,v}$ é o preço futuro estimado para o vencimento em v , NI_{igpm}^t é o número índice IGP-M disponível na data t , r é a expectativa da taxa pré para o vencimento v obtida a partir da curva pré sem caixa e C é a expectativa do cupom de IGPM para o vencimento v obtida a partir da curva de cupom de IGPM sem caixa.

3.5.2 Swaps

Ao longo do presente tópico, apresentaremos a metodologia de apuração de cada ponta de um swap. A regra geral para o cálculo do valor a mercado desse tipo de operação é sempre a mesma, a saber:

$$MtM_t = VPA - VPP$$

Dessa forma, basta conhecermos a metodologia de apuração de cada ponta para obtermos o valor da operação de swap. Os próximos tópicos apresentam essas metodologias. Cabe ressaltar que, no caso de operações estruturadas ou de swaps que não sigam o padrão estabelecido pela BM&F, a metodologia a ser seguida será apresentada em capítulo distinto.

3.5.2.1 Ponta CDI

O valor a mercado da Ponta CDI na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + \alpha_0 CDI)_{t_0}^t \times (1 + \alpha_0 CDI)_t^{t_F}}{(1 + \alpha_t r)_t^{t_F}}$$

onde:

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

α_t é o spread de crédito, definido conforme procedimento adotado neste manual.

3.5.2.2 Ponta Dólar

O valor a mercado da Ponta Dólar na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + C_0)_{t_0}^{t_F} \times (Dólar)_{t_0}^t}{(1 + r)_t^{t_F}}$$



onde:

$Dólar$ = Variação Cambial entre o início da operação e a data de avaliação, de compra ou venda (conforme especificação do swap), disponível no BACEN;

r = expectativa do cupom de Dólar, obtida a partir da Curva de Cupom de Dólar sem Caixa.

3.5.2.3 Ponta Pré

O valor a mercado da Ponta Pré na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + C_0)^{t_F}}{(1 + r)^t}$$

onde:

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa.

3.5.2.4 Ponta IGP-M

O valor a mercado da Ponta IGP-M na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + C_0)^{t_F} \times (1 + IGP)^t}{(1 + r)^t}$$

onde:

$(1 + IGP)^t$ = IGP-M acumulado até a data em questão, sem a utilização de projeções.

r = expectativa do cupom de IGP-M, obtida a partir da Curva de Cupom de IGP-M sem Caixa.

3.5.2.5 Ponta IPCA

O valor a mercado da Ponta IPCA na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + C_0)^{t_F} \times (1 + IPCA)^t}{(1 + r)^t}$$

onde:

$(1 + IPCA)^t$ = IPCA acumulado até a data em questão, sem a utilização de projeções;

r = expectativa do cupom de IPCA, obtida a partir da Curva de Cupom de IPCA sem Caixa.

3.5.2.6 Ponta Moeda (Reais por Moeda Estrangeira)

O valor a mercado da Ponta de Moeda Estrangeira na data em questão é dado por:

$$MtM_t^{R\$} = \frac{PU_0^{R\$} \times (1 + C_0)^{t_F} \times (S_t / S_{t_0})}{(1 + C_t)^{t_F}}$$

onde:

$PU_0^{R\$}$ = valor do principal da operação, em Reais;

C_0 = taxa cupom da operação (capitalização linear na base 360);

S_{t_0} = valor da Moeda Estrangeira por Reais na data inicial da operação;

S_t = valor da Moeda Estrangeira por Reais na data t ;



$(1 + C_t)^{t_F}$ = fator de desconto em t , dado por

$$(1 + C_t)^{t_F} = (1 + \text{CupDólar})_t^{t_F} \cdot (SF_{t_F} / SF_t)$$

onde SF_t é o valor da Moeda Estrangeira por Reais na data t , SF_{t_F} é o valor projetado da Moeda Estrangeira por Dólar Norte-Americano para a data t_F e $(1 + \text{CupDólar})_t^{t_F}$ é o fator de desconto do cupom cambial sem caixa.

- A projeção da Moeda Estrangeira, variável S_{t_F} , pode ser obtida no sistema Bloomberg.

3.5.2.7 Ponta Dólar com limitador e pagamento de ajuste intermediário

Nesse caso, a ponta dólar apresenta um cupom pré-fixado estabelecido no contrato, além de um preço limite para a Ptax na ocasião do pagamento dos ajustes. O apreamento será dividido em duas partes.

Parcela Pré-Fixada

O MtM de cada cupom semestral pré-fixado será calculado da seguinte forma:

$$PP_i = \frac{PU_0 \cdot \left(\frac{T}{2}\right)}{(1 + s)_t^{t_i}}$$

onde:

T : taxa pré-fixada ao ano, em base 360, definida pelo contrato;

s : projeção de Cupom de Dólar, obtida a partir da Curva de Cupom de Dólar sem Caixa;

t_i : data do i -ésimo pagamento.

Na data do último pagamento de cupom, também será amortizado o valor do principal da operação e será dado por:

$$PP_F = \frac{PU_0 \cdot \left(\frac{T}{2} + 1\right)}{(1 + c)_t^{t_F}}$$

Se n é o número de cupons restantes até o vencimento da operação, o valor total da parte pré-fixada em dólares é dado por:

$$PP_t = \sum_{i=1}^n PP_i + PP_F$$

Venda de Put

Os limitadores definidos pelo contrato podem ser apreçados através da venda de uma série de puts com strike e vencimentos ajustados de acordo com os limitadores, operação conhecida como *cap*. O valor do *cap* é dado pela somatória do valor de cada uma das puts que o compõem.



Para cada uma das puts que compõem o cap, o preço é dado pela metodologia proposta por Reiner e Rubinstein (1991) para a precificação de opções digitais (ou binárias):

$$p_i = e^{-z \cdot \Delta t} \cdot N(d)$$

onde:

$$d = \frac{\ln\left(\frac{S}{K}\right) + \left(s - r - \frac{\sigma^2}{2}\right) \cdot \Delta t}{\sigma \cdot \sqrt{\Delta t}}$$

Δt : prazo para o vencimento da opção, em anos;

r : expectativa da Taxa de Juros, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

s : projeção de Cupom de Dólar, obtida a partir da Curva de Cupom de Dólar sem Caixa;

K : valor de strike da put;

σ : volatilidade implícita da operação;

$N(d)$: normal padrão.

Assim, o MtM do cap na data t será dado por:

$$cap_t = \sum_{i=1}^n (PP_i \cdot p_i)$$

Conseqüentemente, o valor da ponta dólar é dado por:

$$MtM_t^{DÓLAR} = PP_t - cap_t.$$

3.5.2.8 Ponta Libor

O valor a mercado da Ponta Libor na data em questão, considerando-se que o notional da operação é corrigido pela variação cambial de dólares norte-americanos (PU_0), é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + Libor_0)_{t_0}^t \times (1 + Libor_0)_t^{t_L} \times (1 + Libor)_{t_L}^{t_F} \times (1 + C_0)_{t_0}^{t_F}}{(1 + r)_t^{t_F}}$$

onde:

t_L = última data em que a Libor é conhecida;

$(1 + Libor_0)_{t_0}^t$ = variação da Libor observada na data da operação, entre as datas t_0 e t ;

$(1 + Libor_0)_t^{t_L}$ = variação da Libor observada na data da operação, entre as datas t e t_L ;

$(1 + Libor)_{t_L}^{t_F}$ = variação projetada da Libor, entre as datas t_L e t_F ;

r = curva libor, obtida a partir da plataforma Bloomberg.

Cabe observar que tanto a Libor como o cupom da operação são acumulados por dias corridos, com base de 360 dias. Os dados necessários podem ser obtidos junto às seguintes fontes:



- Libor: no sistema Bloomberg, digitando-se:

US000 <botão "INDEX"> <botão "GO">, para vencimentos

USSA <botão "CRNCY"> <botão "GO">

Alternativamente, podem-se encontrar esses valores no site do BBA: www.bba.org.uk.

- Libor projetada: no sistema Bloomberg, digitando-se: IRSB <botão "Go"> 18 <botão "Go">.

3.5.2.9 Ponta Futuro de Índice ou Commodity

O valor a mercado de uma ponta atrelada ao futuro de um índice ou de uma commodity é dado pelo valor presente, calculado em reais, do contrato futuro na data em que se deseja fazer a marcação a mercado do swap.

3.5.2.10 Ponta NCE

O valor a mercado de uma ponta atrelada ao valor de uma NCE (Nota de Crédito de Exportação) deve ser valorizada de acordo com o valor a mercado do título em questão.

3.5.2.11 Swap com Fluxo de Caixa

A metodologia de cálculo do valor a mercado de um swap com fluxo de caixa deve respeitar as metodologias definidas para cada ponta individualmente. Os fluxos de caixa devem ser tratados individualmente, da mesma forma como se tratam as operações já descritas.

O valor a mercado de uma ponta de swap com fluxo de caixa é dado pelo somatório dos valores a mercado de cada um dos fluxos individuais.

3.5.2.12 Ponta com Duplo Indexador

Existem dois casos possíveis para a ponta de duplo indexador de um swap: a ponta rende o mínimo entre dois indexadores pré-determinados, ou o máximo entre eles. A seguir, será descrita a metodologia a ser utilizada em ambos os casos, sempre supondo-se que os indexadores da operação são o CDI e o Dólar.

Valor Mínimo:

O valor a mercado dessa ponta do swap na data t é dado por:

$$MtM_t = PU_0 \times (1 + (\alpha_0 - 1)CDI)_t^{t_f} \times (1 + \alpha_0 CDI)_{t_0}^t - \frac{PU_0}{S_0} \times (1 + C_0)_{t_0}^{t_f} \times ValorPut$$

onde:

S_0 = valor da taxa de câmbio na data inicial da operação;

$ValorPut$ = preço de uma opção de venda de dólar, com *strike* dado por:

$$X = \frac{S_0 \times (1 + \alpha_0 CDI)_t^{t_f} \times (1 + \alpha_0 CDI)_{t_0}^t}{(1 + C_0)_{t_0}^{t_f}}$$

O valor dessa opção deve ser calculado de acordo com procedimento próprio para esse ativo.

Valor Máximo:



O valor a mercado dessa ponta do *swap* na data t é dado pelo valor da ponta CDI, calculada normalmente conforme já especificado, acrescida do valor de uma opção de compra sobre dólar. Essa opção tem preço de exercício dado por:

$$Strike = \frac{PU_0^{R\$} \times (1 + CDI)_t^{t_F}}{PU_0^{US\$} \times (1 + C_0)_t^{t_F}}$$

onde:

$PU_0^{R\$}$ = valor do principal da operação, em Reais;

$PU_0^{US\$}$ = valor do principal da operação, em Dólares norte-americanos.

3.5.2.13 Ponta Treasury

O valor a mercado da Ponta Treasury (TRE) na data t em questão é dado por:

$$MtM_t^{R\$} = \frac{PU_0^{R\$} \times \left(1 + TRE_{t_0}^t + TRE_t^{t_F} + \alpha_{t_0}^{t_F} \right) \times \left(S_t / S_{t_0} \right)}{(1 + r_t)_t^{t_F}}$$

onde:

$PU_0^{R\$}$ = valor do principal da operação, em Reais;

S_{t_0} = valor da taxa de câmbio na data inicial da operação;

S_t = valor da taxa de câmbio na data t ;

$TRE_{t_0}^t$ = variação da Treasury observada, entre as datas t_0 e t ;

$TRE_t^{t_F}$ = variação projetada da Treasury, entre as datas t e t_F ;

$\alpha_{t_0}^{t_F}$ = variação do *spread*, entre as datas t_0 e t_F ;

r_t = expectativa do cupom de Dólar, obtida a partir da Curva de Cupom de Dólar sem Caixa, entre as datas t e t_F .

Cabe observar que tanto a Treasury como o *spread* da operação são acumulados pelo regime de capitalização simples (linear), com base de 360 dias. Os dados necessários podem ser obtidos junto às seguintes fontes:

- Treasury projetada: no sistema Bloomberg, através do ticker USGGnYR <Index>, onde n = número de anos para o qual se quer a taxa.

3.5.2.14 Pontas de swap que sintetizam uma opção

Para o caso de pontas de swaps que sintetizam operações de opção de compra ou de venda, o valor a mercado será calculado usando os mesmos procedimentos apresentados no tópico "Opções" deste manual.

3.5.3 Opções

Ao longo desse tópico, serão descritos os procedimentos para os cálculos dos prêmios de opções. A organização desse tópico se baseia no modelo utilizado para o cálculo do prêmio. É importante ressaltar que os modelos a seguir se adequam às opções europeias.

3.5.3.1 Definições Comuns



A seguir, exibiremos as definições comuns às fórmulas utilizadas para o cálculo do prêmio das opções e que serão utilizadas nesse tópico:

C = preço de uma call;

P = preço de uma put;

σ = volatilidade implícita da opção;

t = prazo para vencimento, em anos;

$N(\cdot)$ = distribuição normal padrão, de média 0 e variância igual a 1;

S = preço *spot* (à vista) do ativo objeto;

F = preço futuro do ativo objeto;

X = preço de exercício da opção;

H = valor da barreira da opção, quando aplicável;

r = taxa de juros, em forma contínua, projetada a partir da Curva Pré sem Caixa, para o vencimento da opção. Essa taxa é dada por:

$$r = \ln(1 + R)$$

onde R é a taxa de juros projetada a partir da Curva Pré sem Caixa para o vencimento da opção.

r_e = taxa de juros externa, em forma contínua, projetada a partir da curva de cupom sem caixa do ativo-objeto da opção, ou custo de carregamento do ativo-base. Essa taxa é dada por:

$$r_e = \ln(1 + R_e)$$

onde R_e é a taxa de juros externa projetada a partir da curva de cupom sem caixa do ativo-objeto da opção para o vencimento da opção.

3.5.3.2 Modelo de Black & Scholes

Utilização: Ações, Ibovespa

O prêmio de uma opção, segundo o modelo de Black & Scholes, é dado por:

$$c = S \times N(d_1) - X \times e^{-rt} \times N(d_2)$$

$$p = X \times e^{-rt} \times N(-d_2) - S \times N(-d_1)$$

com:

$$d_1 = \frac{\ln\left(\frac{S}{X}\right) + \left(r + \frac{\sigma^2}{2}\right) \times t}{\sigma \times \sqrt{t}}$$

$$d_2 = d_1 - \sigma \times \sqrt{t}$$

É importante ressaltar que, para o caso de opções de ações, deve-se adotar o seguinte procedimento para a obtenção de seu prêmio:

- No caso de a Bovespa divulgar o prêmio de fechamento para essas opções, deve-se utilizar este valor divulgado pela Bovespa;

- Caso contrário, o prêmio será obtido a partir do modelo descrito.

3.5.3.3 Modelo de Garman-Kohlhagen

Utilização: Moedas

O prêmio de uma opção, segundo o modelo de Garman, é dado por:

$$c = e^{-rt} \times S \times N(d_1) - e^{-nt} \times X \times N(d_2) \quad p = e^{-nt} \times X \times N(-d_2) - e^{-rt} \times S \times N(-d_1)$$

com:

$$d_1 = \frac{\ln\left(\frac{S}{X}\right) + \left(r - r_f + \frac{\sigma^2}{2}\right) \times t}{\sigma \times \sqrt{t}} \quad d_2 = d_1 - \sigma \times \sqrt{t}$$

3.5.3.4 Modelo de Black

Utilização: IDI e Ibovespa

O prêmio de uma opção, segundo o modelo de Black, é dado por:

$$c = [F \times N(d_1) - X \times N(d_2)] \times e^{-nt} \quad p = [X \times N(-d_2) - F \times N(-d_1)] \times e^{-nt}$$

com:

$$d_1 = \frac{\ln\left(\frac{F}{X}\right) + \left(\frac{\sigma^2}{2}\right) \times t}{\sigma \times \sqrt{t}} \quad d_2 = d_1 - \sigma \times \sqrt{t}$$

Para as opções sobre futuro de taxa de câmbio de Reais por Dólar Comercial utilizam-se os Prêmios de Referência divulgados pela BM&F/Bovespa e podem ser encontrado no site: www.bmfbovespa.com.br, seção "Preços Referenciais", função "Preços Referenciais BM&F – Prêmios de Opções".

A BM&F/Bovespa utiliza o modelo de Black para a determinação dos Prêmios de Referência da Opção.

3.5.3.5 Opções com Barreira

Nessa seção, descreveremos as opções com barreiras. As fórmulas para esses tipos de opções podem ser generalizadas, alterando-se apenas em função do tipo da barreira da opção. Dessa forma, inicialmente apresentaremos as definições comuns às fórmulas, para depois especificar as variáveis em função do tipo de barreira especificado. Sejam:

$$\begin{aligned} A &= \phi.S.e^{(r_f-r)t}.N(\phi x_1) - \phi.X.e^{-nt}.N(\phi x_1 - \phi\sigma\sqrt{t}) \\ B &= \phi.S.e^{(r_f-r)t}.N(\phi x_2) - \phi.X.e^{-nt}.N(\phi x_2 - \phi\sigma\sqrt{t}) \\ C &= \phi.S.e^{(r_f-r)t}.(H/S)^{2(\mu+1)}.N(\eta y_1) - \phi.X.e^{-nt}.(H/S)^{2\mu}.N(\eta y_1 - \eta\sigma\sqrt{t}) \\ D &= \phi.S.e^{(r_f-r)t}.(H/S)^{2(\mu+1)}.N(\eta y_2) - \phi.X.e^{-nt}.(H/S)^{2\mu}.N(\eta y_2 - \eta\sigma\sqrt{t}) \\ E &= K.e^{-nt}[N(\eta x_2 - \eta\sigma\sqrt{t}) - (H/S)^{2\mu}.N(\eta y_2 - \eta\sigma\sqrt{t})] \\ F &= K[(H/S)^{\mu+\lambda}.N(\eta z) + (H/S)^{\mu-\lambda}.N(\eta z - 2\eta\lambda\sigma\sqrt{t})] \end{aligned}$$

onde:

$$\begin{aligned}
 x_1 &= \frac{\ln(S/X)}{\sigma\sqrt{t}} + (1+\mu)\sigma\sqrt{t} & x_2 &= \frac{\ln(S/H)}{\sigma\sqrt{t}} + (1+\mu)\sigma\sqrt{t} \\
 y_1 &= \frac{\ln(H^2/SX)}{\sigma\sqrt{t}} + (1+\mu)\sigma\sqrt{t} & y_2 &= \frac{\ln(H/S)}{\sigma\sqrt{t}} + (1+\mu)\sigma\sqrt{t} \\
 z &= \frac{\ln(H/S)}{\sigma\sqrt{t}} + \lambda\sigma\sqrt{t} & \mu &= \frac{r_e - (\sigma^2/2)}{\sigma^2} \\
 \lambda &= \sqrt{\mu^2 + \frac{2r}{\sigma^2}}
 \end{aligned}$$

O apreçamento das opções deve ser feito como se segue, de acordo com o tipo da opção:

	Tipo	Caso $S > H$	Caso $S \leq H$
Opções "In"	Down-and-in call	$c = C + E$ $\eta = 1, \phi = 1$	$c = A - B + D + E$ $\eta = 1, \phi = 1$
	Up-and-in call	$c = A + E$ $\eta = -1, \phi = 1$	$c = B - C + D + E$ $\eta = -1, \phi = 1$
	Down-and-in put	$p = B - C + D + E$ $\eta = 1, \phi = -1$	$p = A + E$ $\eta = 1, \phi = -1$
	Up-and-in put	$p = A - B + D + E$ $\eta = -1, \phi = -1$	$p = C + E$ $\eta = -1, \phi = -1$
	Tipo	Caso $S > H$	Caso $S \leq H$
Opções "Out"	Down-and-out call	$c = A - C + F$ $\eta = 1, \phi = 1$	$c = B - D + F$ $\eta = 1, \phi = 1$
	Up-and-out call	$c = F$ $\eta = -1, \phi = 1$	$c = A - B + C - D + F$ $\eta = -1, \phi = 1$
	Down-and-out put	$p = A - B + C - D + F$ $\eta = 1, \phi = -1$	$p = F$ $\eta = 1, \phi = -1$
	Up-and-out put	$p = B - D + F$ $\eta = -1, \phi = -1$	$p = A - C + F$ $\eta = -1, \phi = -1$

Nota: O modelo apresentado acima poderá ser desmembrado, e/ou ajustado (sem alterar as premissas) para refletir as condições do mercado, as características dos produtos, do fundo de investimento e da possibilidade de apuração de volatilidades.

3.5.3.6 Opção de Global

Para as opções de Global, o prêmio deve ser obtido diretamente a partir do sistema Bloomberg, a partir das 19:00 horas (dezenove horas), para que as negociações do mercado não interfiram no preço coletado.

3.5.3.7 Opção com Ajuste Diário

Tais opções são negociadas na BM&F/Bovespa e tem como característica principal o não pagamento integral do prêmio, pois, até o vencimento, haverá fluxo de caixa entre o lançador e o titular, da mesma forma que ocorrem nos ajustes diários no mercado futuro.

Desta forma, a marcação a mercado deste derivativo será o valor do prêmio da opção, chamado de "Prêmio de Ajuste da Opção", divulgada pela BM&F/Bovespa para fins de apuração do Ajuste Diário.

3.5.3.8 Operações de Volatilidade

Essa subseção descreverá o procedimento a ser adotado para o apreçamento de operações de volatilidade autorizadas pela BM&F, que em geral utilizam contratos de opção e contratos futuros em sua estruturação. As operações atualmente negociadas na BM&F são:

Código	Operação	Opção	Contrato Futuro
VTF	Volatilidade de Taxa Forward de Juros	DI	Futuro de DI
VID	Volatilidade de Taxa Spot de Juros	IDI	Futuro de DI
VOI	Volatilidade de Ibovespa	Futuro de Ibovespa	Futuro de Ibovespa
VTC	Volatilidade de Taxa de Câmbio	Futuro de Câmbio	Futuro de Câmbio
VCA	Volatilidade de Taxa de Câmbio com Ajuste	Futuro de Câmbio com Ajuste	Futuro de Câmbio com Ajuste

A operação deve ser apreçada de forma individual para cada um dos componentes de sua estrutura, sendo o valor a mercado final dado pelo somatório dos valores, respeitando-se a posição assumida pelo cliente em cada um dos instrumentos financeiros.

Por exemplo, consideremos o contrato VTC. A opção sobre futuro de câmbio deve ser apreçada conforme fórmula exibida na seção 4.12.4. O contrato futuro deve ser avaliado pelo preço de ajuste divulgado pela BM&F/Bovespa.

3.5.3.9 Opções Digitais

Essas opções têm as seguintes características de pay-off:

- *Call*: paga 0, se o valor é menor que o strike, e K , caso contrário;
- *Put*: paga K , se o valor é menor que o strike, e 0, caso contrário.

O valor a mercado é dado por:

$$c = Ke^{-rt} N(d)$$

$$p = Ke^{-rt} N(-d)$$

onde:

$$d = \frac{\ln\left(\frac{S}{X}\right) + \left(-\frac{\sigma^2}{2}\right)t}{\sigma\sqrt{t}}$$

3.5.3.10 Opções Asiáticas

Esse tipo de opção não possui uma fórmula fechada para seu apuração. Para estimar o prêmio, utilizaremos a aproximação descrita no trabalho de Turnbull e Wakeman, publicado em 1991. Essa aproximação sugere os seguintes prêmios:

$$c = S \times e^{(b-r)T_2} N(d_1) - X \times e^{-rT_2} \times N(d_2) \quad c = X \times e^{-rT_2} \times N(-d_2) - S \times e^{(b-r)T_2} N(-d_1)$$

com:

$$d_1 = \frac{\ln\left(\frac{S}{X}\right) + \left(b + \frac{\sigma_M^2}{2}\right) \times T_2}{\sigma_M \times \sqrt{T_2}} \quad d_2 = d_1 - \sigma_M \times \sqrt{T_2}$$

$$\sigma_M = \sqrt{\frac{\ln(M_2)}{T} - 2b} \quad b = \frac{\ln(M_1)}{T}$$

$$M_1 = \frac{e^{r_e T} - e^{r_e \tau}}{r_e (T - \tau)} \quad M_2 = \frac{2e^{(2r_e + \sigma^2)T}}{(r_e + \sigma^2)(2r_e + \sigma^2)(T - \tau)^2} + \frac{2e^{(2r_e + \sigma^2)\tau}}{r_e (T - \tau)^2} \left[\frac{1}{2r_e + \sigma^2} - \frac{e^{r_e(T-\tau)}}{r_e + \sigma^2} \right]$$

onde:

T_2 = tempo, em anos, desde a data atual até o vencimento da opção;

T = tempo, em anos, desde a data de início até o vencimento da opção;

τ = tempo, em anos, desde a data atual até a data inicial do período para o qual se calcula a média do ativo-base da opção;

r_e = taxa de juros externa, em forma contínua, projetada a partir da curva de cupom sem caixa do ativo-objeto da opção.

Se a opção já está dentro do período em que se calcula a média, o preço de strike (X) deve ser substituído por:

$$X_2 = \frac{T}{T_2} X - \frac{T - T_2}{T_2} S_M$$

onde:

S_M = preço médio do ativo durante o período em que se calcula a média do mesmo.

3.5.3.11 Opção sobre Cesta de Ações



Neste caso, o ativo objeto da opção é um conjunto composto por participações de ações de companhias abertas negociadas no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado. Dessa forma, o preço *spot* (à vista - fechamento) da Cesta de Ações corresponde à média ponderada dos retornos de cada ação aplicada sobre o preço da cesta no período/dia anterior:

$$S_t = S_{t-1} (1 + w_1 r_1 + w_2 r_2 + w_3 r_3 + \dots + w_n r_n)$$

onde:

S_t = preço *spot* (à vista) da Cesta de Ações;

S_{t-1} = preço da Cesta de Ações no período/dia anterior;

w_i = peso da ação i na Cesta de Ações;

r_i = retorno da ação i no período/dia.

Além do preço *spot*, existe a necessidade de se determinar a volatilidade da Cesta de Ações, para então ser utilizada como *input* nas fórmulas citadas no item anterior. Basicamente a volatilidade é calculada através do desvio padrão da carteira, considerando a correlação entre as ações e o desvio padrão de cada ação individualmente:

$$\sigma_\pi = \sqrt{X_{1 \times n} P_{n \times n} X_{n \times 1}^T}$$

com:

$$X_{1 \times n} = [w_1 \sigma_1 \quad w_2 \sigma_2 \quad \dots \quad w_n \sigma_n]$$

onde:

σ_π = desvio padrão da Cesta de Ações;

w_i = peso da ação i na Cesta de Ações;

σ_i = desvio padrão da ação i , calculada através da série de retornos diários de 1 ano dos preços de fechamento;

$X_{1 \times n}$ = matriz com o desvio padrão de cada ação ponderada pelo seu peso (participação) na carteira (dimensão: 1 linha por n colunas);

$X_{n \times 1}^T$ = matriz transposta de $X_{1 \times n}$ (dimensão: n linhas por 1 coluna);

$P_{n \times n}$ = matriz de correlação entre as ações que compõe a cesta (dimensão n linhas por n colunas).

O desvio padrão de cada ação é obtido através da série diária de retornos aritméticos $\left(\frac{P_t}{P_{t-1}} - 1 \right)$, onde P_t representa o preço de fechamento da ação no dia t e P_{t-1} representa o preço de fechamento da ação no dia $t - 1$.

O desvio padrão é calculado através da seguinte fórmula:

$$\sigma = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (r_i - r_m)^2}{n - 1}}$$

onde:

r_i = retorno aritmético do preço da ação no dia;

r_m = média dos retornos aritméticos diários do preço da ação;

n = quantidade de retornos diários.

O desvio padrão obtido deve então ser multiplicado por $\sqrt{252}$ para a obtenção da volatilidade ao ano.

3.5.3.12 Renda Variável

A volatilidade implícita de uma opção é a volatilidade obtida a partir de algum prêmio de negociação. Como as fórmulas para o apreçamento desses derivativos não são inversíveis na variável volatilidade, em geral utilizam-se métodos numéricos para a obtenção do valor da volatilidade.

Como padrão, utiliza-se o Microsoft Excel. Para a obtenção do valor, devem-se fixar todas as variáveis presentes na fórmula de apreçamento, com exceção da volatilidade, e variar esta volatilidade até que o prêmio produzido seja igual ao prêmio negociado.

Em função das diferentes características das opções aqui apresentadas, descreveremos brevemente os processos de obtenção da volatilidade implícita para as diversas opções.

- Opção de Ação:
 - ✓ Utiliza-se a média das volatilidades implícitas calculadas, a cada 15 minutos, durante o horário de funcionamento do mercado;
 - ✓ Os valores da volatilidade implícita são obtidos a partir do prêmio da opção e do preço da ação ativo-objeto em um mesmo instante;
 - ✓ A fonte para a obtenção desses dados é o sistema Bloomberg.
- Opção de IDI:
 - ✓ Utiliza-se a média das volatilidades implícitas divulgadas por ao menos 2 corretoras que trabalhem com esse tipo de operação.
- Opção de DI:
 - ✓ Utiliza-se a média das volatilidades implícitas divulgadas por ao menos 2 corretoras que trabalhem com esse tipo de operação.
- Opção sobre Futuro de Ibovespa:
 - ✓ Utiliza-se a volatilidade implícita calculada a partir dos negócios registrados por uma corretora que trabalhe com esse tipo de operação.

- ✓ Para cada vencimento, é gerado um "SMILE" de volatilidades, que consiste em gerar uma curva com as volatilidades implícitas para todos os strikes.
- Opção de Moeda (Procedimento Alternativo):
 - ✓ Prioritariamente, utiliza-se a média das volatilidades implícitas divulgadas por ao menos 2 corretoras que trabalhem com esse tipo de operação;
 - ✓ Caso esse valor não esteja disponível, utiliza-se a volatilidade fornecida pelo sistema Bloomberg.

Existem alguns casos particulares, que serão tratados à parte da forma como segue:

Caso 1: Opções sem Liquidez

Para as opções sem liquidez e difícil consenso sobre o nível da volatilidade poderá ser utilizada a volatilidade implícita do negócio, que deve ser obtida da forma já descrita nesse documento, ou cotação de uma única corretora.

Caso 2: Volatilidade implícita não disponível

No caso de a volatilidade implícita de uma opção não estar disponível, mas haver volatilidades para outras opções sobre o mesmo ativo-base, utiliza-se a interpolação ou extrapolação de valores. Novamente, esse caso deve ser subdividido em dois novos subcasos:

Caso 2 – item A: Interpolação linear simples

No caso de haver pelo menos outras 2 opções com mesmo ativo-base e mesmo vencimento da opção em questão, devem-se calcular as volatilidades dessas opções e usá-las para a interpolação (ou extrapolação) linear utilizada para estimar a volatilidade da opção em questão.

A metodologia a ser seguida é a mesma metodologia utilizada para a interpolação (ou extrapolação) linear de juros, observando-se que, no lugar do tempo, utiliza-se o strike da opção. Da mesma forma, no lugar das taxas, utiliza-se a volatilidade implícita das opções.

Caso 2 – item B: Interpolação linear em dois eixos

No caso em que não é possível encontrar ao menos 2 opções com mesmo vencimento da opção em questão, devem-se utilizar opções com outros vencimentos na interpolação. Nesse caso, a ideia é manter a interpolação linear, mas de forma a contemplar o plano determinado por 3 opções. Seguem-se os seguintes passos:

- Escolhem-se as opções com vencimento e com strike mais próximos da opção em questão;
- Determina-se o plano determinado por essas opções, observando as variáveis de interesse: tempo para vencimento, volatilidade implícita e strike;
- A partir da equação determinada para o plano, estima-se a volatilidade da opção em questão.

3.5.4 Forward de Moedas

Esse tópico apresenta a metodologia de apuração de um contrato de forward entre moedas. O valor a mercado da operação na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \frac{PU_0}{M_t \times C_t} - \frac{PU_0}{M_0 \times C_t}$$



onde:

M_t = valor da moeda em questão, em relação à moeda-base da operação, na data t ;

C_t = valor da moeda-base, em Reais, na data t .

Os valores das moedas em questão podem ser obtidos a partir das seguintes fontes:

- Bloomberg;
- Banco Central do Brasil.

3.5.4.1 Forward de moedas entre tipos

O valor a mercado de um forward de moedas, considerando moeda Tipo A aquela associada à posição ativa e moeda Tipo B aquela associada à posição passiva, pode ser escrito da forma

$$MtM_t^{RS} = PU_0^{RS} \left[\frac{S_{t-1}^a}{S_{t_0-1}^a} - \frac{S_{t-1}^b}{S_{t_0-1}^b} \right] \frac{Ptax_{t-1}}{Ptax_{t_0-1}},$$

onde:

PU_0^{RS} = valor do principal da operação (Nocional), em Reais;

S_{t-1}^a = valor da paridade da moeda Tipo A contra USD na data anterior a data de avaliação, posição ativa;

S_{t-1}^b = valor da paridade da moeda Tipo B contra USD na data anterior a data de avaliação, posição passiva;

$S_{t_0-1}^a$ = valor da paridade da moeda Tipo A contra USD na data anterior a data de início da operação, posição ativa;

$S_{t_0-1}^b$ = valor da paridade da moeda Tipo B contra USD na data anterior a data de início da operação, posição passiva;

$Ptax_{t_0-1}$ = valor da taxa Ptax800 na data anterior a data de início da operação, t_0-1 ;

$Ptax_{t-1}$ = valor da taxa Ptax800 na data anterior a data de avaliação, $t-1$;

Fontes de Informação:

1. $Ptax_{t-1} \rightarrow$ Site do Banco Central do Brasil;
2. $S_t \rightarrow$ Site do Banco Central do Brasil;

3.5.5 NDF – Non Deliverable Forward

Esse tópico descreve a marcação a mercado da operação conhecida como NDF. O valor a mercado do derivativo na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \varepsilon \frac{C_{t_F}}{(1+r)^{t_F}} - \varepsilon \frac{C_t}{(1+s)^{t_F}}$$



onde:

ε = sinal da operação ("+" para compra, "-" para venda);

C_t = taxa de câmbio na data em questão, de acordo com a especificação do contrato ou obtida na mesma fonte descrita nos contratos de swap;

C_{t_F} = taxa de câmbio contratada para a data final da operação;

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

s = expectativa do cupom da moeda negociada, obtida a partir da curva de cupom sem caixa.

3.5.5.1 NDF Asiática

A NDF Asiática é equivalente a uma NDF em que o ajuste no vencimento depende da média de preços da taxa de câmbio subjacente em um determinado período. Ao contrário da versão padrão da NDF em que o ajuste é determinado, entre outros fatores, pela taxa de câmbio no vencimento.

Admitindo que o contrato encontra-se em seu período de apuração de preços para composição da média, tanto as taxas de câmbio conhecidas (C_x , para $t_0 \leq x \leq t$) quanto as taxas de câmbio projetadas (F_y , para $t \leq y \leq t_F$) afetam o preço desta operação.

O valor a mercado deste derivativo é calculado da seguinte forma:

$$MtM_t = \varepsilon \frac{C_{t_F}}{(1+r)^{t_F}} - \varepsilon \frac{1}{N} \left[\sum_{x=t_0}^t C_x + \sum_{y=t+1}^{t_F} F_y \right]$$

onde:

ε = sinal da operação ("+" para compra, "-" para venda);

C_x = taxa de câmbio na data x, de acordo com a especificação do contrato ou obtida na mesma fonte descrita nos contratos de swap;

C_{t_F} = taxa de câmbio contratada para a data final da operação;

$F_y = \frac{C_t \cdot (1+r)^y}{(1+s)^y}$ = taxa de câmbio projetada para a data y pelas curvas de mercado;

N = número de dias de negociação da taxa de câmbio no intervalo de apuração de preços para a média (entre t_0 e t_F).

r = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

s = expectativa do cupom da moeda negociada, obtida a partir da curva de cupom sem caixa.

3.6 Outras Operações

Esse tópico será dedicado a apresentar a metodologia utilizada para algumas operações estruturadas, que possuem características muito específicas e/ou não podem ser totalmente apreçadas a partir das metodologias descritas até então. Destacamos que dependendo da complexidade da operação estruturada, poderão ser utilizadas as calculadoras disponibilizadas pela plataforma Bloomberg após a avaliação pelo Comitê de Valuation da consistência dos valores e a viabilidade operacional.

3.6.1 Operação Estruturada Pré-Fixada

Essa operação consiste das seguintes estruturas:

- Há dois agentes: um comprador e um vendedor. O comprador possui uma dívida com o vendedor;
- Um investidor quita a dívida com o vendedor, e passa a ser credor do comprador;
- A fim de mitigar o seu risco de crédito, o investidor faz um seguro da dívida, que garante o recebimento de todos os débitos que o comprador não consiga quitar.

Vamos supor que haja n fluxos mensais de amortizações e de pagamentos de juros, nas datas t_1, t_2, \dots, t_n . Seja r a taxa de juros mensal da operação.

O valor na curva da operação na data t , com $t_{i-1} \leq t \leq t_i$, é dado por:

$$V_t = V_{i-1} \times (1+r)^{t-t_{i-1}}$$

onde:

V_t = valor da operação na data t ;

V_{i-1} = saldo devedor da operação, calculado na data t_{i-1} , a partir do desconto dos pagamentos realizados até essa data.

3.6.2 Swap Libor x Fixed Rate atrelada à Libor

Apresenta-se, aqui, a metodologia utilizada para o apreçamento de um swap Libor x Fixed Rate, com cláusulas que determinam a taxa fixa em função do nível da taxa Libor. O apreçamento do contrato será feito em dólares. Para a conversão em reais, deve-se utilizar o PTAX de venda.

3.6.2.1 Ponta Libor

Para fazer o apreçamento dessa ponta, suporemos que não há pagamentos de fluxos intermediários. O MtM da ponta Libor, na data em questão, é dado pela seguinte expressão:

$$MtM_t = \frac{PU_0 \times (1 + Libor_0)^{t-t_0} \times (1 + Libor_0)^{t_L-t} \times (1 + Libor)^{t_F-t_L}}{(1 + Treasury)^{t_F-t}}$$

onde:

t_L = última data em que a Libor é conhecida;

$(1 + Libor_0)^{t-t_0}$ = variação da Libor observada na data da operação, entre as datas t_0 e t ;

$(1 + Libor_0)^{t_L-t}$ = variação da Libor observada na data da operação, entre as datas t e t_L ;

$(1 + Libor)^{t_F-t_L}$ = variação projetada da Libor, entre as datas t_L e t_F ;

$(1 + Treasury)^{t_F-t}$ = variação projetada da Treasury, entre as datas t e t_F .

Cabe observar que a LIBOR é acumulada por dias corridos, com base de 360 dias. A Treasury também é acumulada por dias corridos, mas com base de 365 dias.

3.6.2.2 Ponta Pré-Fixada

O valor da taxa pré-fixada é definido de acordo com a regra a seguir. Sejam:

$Libor$ = taxa Libor observada na data de apuração;



L = taxa limite, definida no contrato;

C = taxa de juros fixa da ponta indexada a Dólar;

T = taxa de juros fixa da ponta indexada a Dólar, estabelecida no contrato;

A regra para a apuração da taxa é dada por:

- Se $Libor \geq L$, então $C = T$;
- Se $Libor < L$, então $C = T + (L - Libor)$.

Dessa forma, pode-se entender que essa ponta da operação é a composição de uma operação pré-fixada com a compra de uma série de *puts* de Libor, com *strike* à taxa L . O apreamento dessa operação será feito em duas etapas.

Parcela Pré-Fixada

O MtM da parcela pré-fixada será calculado da seguinte forma:

$$PP_t = \frac{V_0 \times (1 + T)^{t_F}}{(1 + Treasury)_t^{t_F}}$$

onde:

$(1 + Treasury)_t^{t_F}$ = variação projetada da Treasury, entre as datas t e t_F .

Compra de Put

A compra de uma série de puts é conhecida como *floor*. O valor do *floor* é dado pela somatória do valor de cada uma das puts que o compõem. O valor dessas puts poderá ser obtido através do modelo de Black, modificado para captar as diferentes datas de início dessas puts. Para cada uma das puts que compõem o *floor*, o preço é dado por:

$$P_t = \frac{V \times \frac{d}{360}}{\left(1 + F_t \times \frac{d}{360}\right)} \frac{[K \times N(-d_2) - F_t \times N(-d_1)]}{e^{rtc}}$$

onde:

$$d_1 = \frac{\ln\left(\frac{F}{K}\right) + \left(\frac{\sigma^2}{2}\right) \times tc}{\sigma \times \sqrt{tc}} \quad d_2 = d_1 - \sigma \times \sqrt{tc}$$

V = valor não-amortizado em cada parcela dos fluxos do swap;

d = prazo do forward rate;

tc = prazo, em anos, para o vencimento da opção (base 365 dias corridos);

R = projeção da Treasury, em % ao ano, para a data de vencimento da opção;

$r = \ln(1 + R)$;

F_t = taxa Libor forward, isto é, taxa projetada para a data de início da opção, até seu vencimento;



K = valor de strike da put, dado por L ;

σ = volatilidade implícita da operação, em base 365.

Finalmente, o valor dessa ponta do swap é dado por:

$$V_t = PP_t + P_t$$

3.6.2.3 Dados

Os dados necessários podem ser obtidos junto às seguintes fontes:

- Libor: no sistema Bloomberg, digitando-se:

US000 <botão "Index"> <botão "Go">.

- Libor projetada: no sistema Bloomberg, digitando-se:

IRSB <botão "Go"> 18 <botão "Go">.

- Curva Treasury: no sistema Bloomberg, digitando-se:

USGG <botão "Index">.

- Volatilidade de Libor: no sistema Bloomberg, através do seguinte caminho

IRSB <botão "Go"> 18 <botão "Go">;

Em função da proximidade dos dados obtidos com os eventos que se desejam apreçar, é dispensável a interpolação das volatilidades obtidas. A volatilidade utilizada será aquela que se refere ao vértice mais próximo da data de vencimento do fluxo.

3.6.3 Operação de Derivativo – USD/BRL TARN

A operação equivale a um fluxo futuro composto de operações de compra de Non Deliverable Forward (NDF), cuja extinção será automaticamente efetivada quando a soma dos valores liquidados (negativos) atingir um limite preestabelecido (limitador de ganho). Seja o valor a mercado das operações em aberto na data t , com vencimento v , dado por

$$MtM_t^a = VN \sum_{v=t}^n \left(\varepsilon \frac{S_{t-1}}{(1+C_t)_t^v} - \varepsilon \frac{F_v}{(1+r_t)_t^v} \right),$$

onde

VN = notional da moeda de referência;

ε = sinal da operação ("+" para compra, "-" para venda);

S_{t-1} = taxa de câmbio (Ptax800) na data $t-1$;

F_v = taxa de câmbio contratada para o vencimento v (taxa da operação em aberto);

r_t = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

C_t = expectativa do cupom de dólar (sujo), obtida a partir da curva de cupom sem caixa;

n = número de operações em aberto.

Sejam

VL_t o valor liquidado em cada instante t ;

VL_0^t a soma dos valores liquidados desde o início da operação até a data t , tal que $VL_t < 0$;

LG o limitador de ganho preestabelecido.

Considerando $VL_0^t > -LG$ (caso contrário a operação estaria extinguida), o valor de liquidação da operação na data t , VLM_t , será dado por

$$VLM_t = \begin{cases} MtM_t^a & \text{se } (MtM_t^a + VL_0^t) \geq -LG \\ -LG - VL_0^t & \text{caso contrário} \end{cases}$$

Fontes de Informação:

1. S_{t-1} → Site do Banco Central;
2. r_t → Mercado de DI Futuro ou Swap DIxPRE (BM&F)
3. C_t → Mercado de Futuro de Cupom Cambial (DDI) ou Swap DIxDOLAR (BM&F)

3.6.4 Direito de Subscrição

O direito de subscrição de uma ação é um direito de aquisição de novas ações, da mesma companhia e do mesmo tipo (preferencial, ordinária etc), por um determinado preço. Esse preço, em geral, é inferior ao valor de mercado da ação na data em que é divulgado o direito.

Esse direito vigora entre a data de divulgação do mesmo (ou seja, a data em que a companhia deu o direito a seus acionistas) e a data em que o acionista opta por exercer ou não o direito.

O direito pode ser negociável em bolsa, e, sendo assim, tem sua cotação divulgada diariamente pela BOVESPA. Dessa forma, deve ser marcado a mercado preferencialmente por seu preço de fechamento negociado no mercado.

Enquanto não houver negociação do direito na BOVESPA, adotamos o valor de custo. Passando a ocorrer negócios, será marcado a mercado por seu preço de fechamento. Os direitos que não tiverem seu preço divulgado em uma determinada data serão valorizados pela última cotação disponível.

O direito de subscrição que não esteja autorizado a ser negociado em bolsa, deve ser apreçado como uma opção, com as seguintes características:

- Strike: valor da subscrição;
- Vencimento: data da subscrição;
- Ativo-objeto: ação a ser subscrita.

Os demais parâmetros para o apreçamento devem seguir o mesmo procedimento já descrito para o cálculo do prêmio de opções.

3.6.5 Empréstimo indexado à LIBOR

Esse tópico apresenta a metodologia de apreçamento de um contrato de empréstimo indexado à taxa Libor, cuja moeda-base é o Dólar norte-americano (US\$). Adota-se a hipótese de que a quitação do empréstimo sempre ocorre pelo seu valor de curva, independentemente do momento em que ocorrer.

O valor do empréstimo na data t é dado por::

$$V_t = V_{0,t} \times (1 + L + C_0)_{t_0}^t + Emp$$

onde:

$V_{0,t}$ = valor inicial da operação, já com o descontos das amortizações até a data t ;



$(1 + L + C_0)_{t_0}^t$ = variação da Libor (L) composta com a taxa de juros da operação (C_0), observada entre as datas t_0 e t , calculada de forma linear, com base em dias corridos;

Emp = taxa do empréstimo, dada por:

$$Emp = 0,5\% \times V_{0,t}$$

O valor da taxa Libor pode ser obtido através do sistema Bloomberg, pelo link:

US000 <botão "Index"> <botão "Go">.

3.6.6 Moedas de Privatização - CVS

O presente tópico apresenta a metodologia adotada para o apreçamento das seguintes moedas de privatização: CVSA970101, CVSB970101, CVSC970101 e CVSD970101. Para a realização da marcação a mercado, algumas características devem ser consideradas:

- Taxa de Juros: 0,50% ao mês (séries A e C) ou 3,12% ao ano (séries B e D). Os juros até a data de 01/01/2005 (exclusive) são incorporados ao principal;
- Atualização Monetária: mensalmente, na data de aniversário, com base na variação da TR (Taxa Referencial) do mês anterior, divulgada pelo Banco Central;
- Amortizações: mensais, a partir de 01/01/2009 até a data de vencimento, à taxa fixa de 0,4608%.

Incorporação de Juros

Para fazer a incorporação dos juros ao principal, a seguinte metodologia deve ser adotada:

$$PU_t = PU_0 \times (1 + C_0)_{t_0}^t$$

onde :

PU_t = valor atualizado pela incorporação dos juros até a data t ;

Marcação a mercado

Suponhamos que restem n pagamentos de juros e m amortizações até o vencimento do papel. O valor do título na data em questão é dado por:

$$MtM_t = \sum_{i=1}^n \frac{PU_{t,i} \times (1 + TR)_{t_0}^t \times (1 + C_0)_{t_0}^{t_i}}{(1 + r)_t^{t_i}} + \sum_{j=1}^m \frac{A_j \times (1 + TR)_{t_0}^t}{(1 + r)_t^{t_j}}$$

onde:

$(1 + TR)_{t_0}^t$ = TR acumulada até a data em questão;

r = expectativa do cupom de TR, obtida a partir da Curva de Cupom de TR;

$PU_{t,i}$ = valor nominal com a incorporação de juros não-amortizado até o i -ésimo pagamento de juros.

3.6.7 Box

Em princípio, um Box é uma operação estruturada que utiliza opções, visando a obter um resultado pré-fixado já no início da operação. Neste caso, o valor a mercado é dado por



$$MtM_t = \frac{VF}{(1 + \alpha_t r_t)^{t_F}}$$

onde:

VF = valor de resgate da operação;

r_t = expectativa da taxa pré-fixada na data em questão, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

α_t = taxa de spread.

A taxa de spread, α_t , será definida a partir da análise de uma amostra de taxas observadas e coletadas no mercado. Em casos de comportamento atípico do mercado, fica a critério do Citi estabelecer procedimento alternativo para definir o fator de spread, de modo que os preços reflitam as condições do mercado, considerando os princípios estabelecidos na metodologia de marcação a mercado. Na impossibilidade de determinar o spread de crédito na data em questão, adota-se o mesmo spread da data de aquisição do papel.

3.6.8 “Termo de Renda Fixa”

A operação de “termo de renda fixa” é uma operação de compra ou venda de títulos público ou privado (ativo-objeto), a um preço fixado (PU_0), para liquidação em prazo determinado. O valor de mercado de uma operação de termo é dado por

$$MtM_t = \varepsilon \times q \times \left(PU_t - \frac{PU_0}{(1 + r_t)^{t_F}} \right),$$

onde:

PU_0 = valor a termo contratado em t_0 com vencimento em t_F ;

PU_t = valor a mercado do ativo-objeto na data de avaliação t ;

r_t = expectativa da taxa pré, obtida a partir da Curva Pré sem Caixa;

q = quantidade negociada do ativo-objeto;

ε = sinal da operação (“+” para compra, “-” para venda).

3.6.9 Ativos Estrangeiros

Os ativos estrangeiros serão calculados conforme condições de negociação no país de origem (curva de juros em moeda estrangeira, apropriação linear, liquidação em D+2, feriados locais, preço sujo vs preço limpo, etc) sendo que a coleta de preços para marcação a mercado será efetuado primeiramente via Bloomberg a partir das 17hs (ADRs, Eurobonds, Derivativos, etc).. A conversão para Reais (R\$) utilizará as cotações de fechamento disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil.

3.6.10 Operações Estruturada – Autocall

Autocall (chamada automática) é um produto estruturado, via derivativos, que especifica condições de liquidação em datas pré-definidas (data de verificação). Caso a condição seja atendida na primeira data de verificação a operação estruturada, geralmente, tem a liquidação antecipada executada e os envolvidos cumprem com as obrigações previamente acordadas. Caso não seja atendida, a operação automaticamente se transforma na segunda estratégia definida na data de negociação (data de início do contrato).



A marcação a mercado poderá ser efetuada utilizando-se uma composição de derivativos que replique o pay-off da estratégia. Podendo ser utilizado as calculadoras financeiras das plataformas disponíveis ou simulações de probabilidades via planilha excel.

3.6.11 Casos Especiais

Ao longo desse subtópico, apresentaremos os casos que são tratados à parte, de forma distinta da metodologia geral já apresentada.

FGTR11

Será adotado o PU de curva, divulgado pelo agente fiduciário. Esse procedimento será feito em função de não haver nenhum cronograma de pagamentos estipulado para esse papel.

CVRDA6

Em função desta debênture apresentar liquidez, a marcação a mercado é feita pela média dos preços negociados no mercado secundário nos últimos quinze dias.

CVRDB6

Em função da debênture não possuir uma data de vencimento, ser atualizado por IGP-M, pagar prêmios semestrais indefinidos e não apresentar liquidez, será adotado o PU de curva, divulgado pelo agente fiduciário. Caso ocorram negócios com frequência no mercado secundário, poderemos adotar a média destes preços.

IVSC11

Em função da atual situação do emissor do papel, e também da ausência de eventos para essa debênture, o seguinte procedimento será adotado:

- Em fundos de investimentos, o valor de mercado dos papéis é nulo;
- Em carteiras administradas, o preço está congelado desde a data de 31 de dezembro de 2002.

FGUI12

De acordo com o procedimento adotado pelo agente fiduciário desse papel, o PU do papel está congelado. Serão feitas alterações no valor somente em função do pagamento de amortizações mensais, quando esses existirem.

VLGC11

Em função da atual situação do emissor do papel, o valor do mesmo deve ser mantido inalterado. O valor atual do papel é o mesmo valor observado na data de 17 de janeiro de 2002.

SULT13

Em função de o papel apresentar parcelas em atraso desde 2004, será adotado o PU de curva, que deve considerar::

- O valor principal do papel deve ser corrigido pelo indexador do mesmo, ou seja, por Anbid – 6,7% ao ano;
- As parcelas atrasadas, correspondentes ao pagamento de juros e a amortizações, devem ser corrigidas por seu indexador até a data em que deveriam ter sido pagas aos detentores das debêntures. Após essa data, essas parcelas devem sofrer o acréscimo de juros de 1% ao mês.

LORZ12

Em função da atual situação do emissor do papel, o valor do mesmo deve ser mantido inalterado. O valor atual do papel é de R\$ 1.594,660734.

CEL Participações (CLPA11 a 92)

Em função de o emissor estar inadimplente desde 2001, será atribuído valor nulo às debêntures em questão.

Feniciapar – FPAR11 e FPAR21

Em função de o emissor estar inadimplente desde 2003, será atribuído valor nulo às debêntures em questão.

Hopi Hari – PQTM 11, 21, 31 e 41

Em função das constantes alterações na programação dos fluxos desses papéis e da inexistência de mercado secundário para os mesmos, o seu valor será calculado de acordo com o seu PU de curva, divulgado pelo agente fiduciário.



CP Cimentos – CPCM12

Em função da reorganização da dívida da empresa, e conseqüente reorganização dos fluxos de pagamentos, o valor a mercado desse papel será determinado da seguinte forma:

- 80% (oitenta por cento) do valor de curva do papel.

A revisão dessa metodologia e do percentual utilizado deve ser feita periodicamente.

3.7 Fundos de Investimento

Para as cotas dos Fundos de Investimentos abertos e fechados serão utilizados os valores divulgados pelo Administrador do Fundo Investido. Caso o Administrador não divulgue em tempo hábil, a metodologia alternativa será a utilização da última cota divulgada.

Exclusivamente para os fundos de investimento fechados, principalmente FIDCs e FII's, que possuam cotas negociadas no mercado secundário e que apresentem volume consistente de negócios, a utilização de tais informações será permitida, caso aprovado pelo Comitê de Valuation.

3.7.1 Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

Este tópico estipula regras e metodologias de avaliação dos ativos que compõem a carteira dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), dos Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("FIC-FIDC") e dos Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Não Padronizados ("FIDC-NP").

Geralmente, os ativos desses fundos podem ser divididos em dois grandes grupos:

- Os Direitos Creditórios e Cotas de FIDCs (para os FIC-FIDCs), que devem respeitar as condições de elegibilidade descritas em seu regulamento; e
- Os Outros Ativos, que correspondem aos títulos e valores imobiliários que podem ser adquiridos pelo fundo, de acordo com a política de investimento descrita em seu regulamento.

Outros Ativos

A precificação dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira dos FIDCs, FIC-FIDCs e FIDC-NPs que não direitos creditórios, deve seguir a metodologia descrita neste manual.

Direitos Creditórios e Cotas de FIDCs

Exceto quando disposto de forma diferente no regulamento do fundo e sem prejuízo a adequada avaliação e monitoramento dos mesmos, os direitos creditórios integrantes da carteira do fundo terão seu valor calculado, diariamente, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos à taxa de aquisição, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período ou adotar o valor de mercado, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações internas e externas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores, às características da correspondente operação e a existência de mercado ativo e organizado. Para as cotas dos FIDCs abertos e fechados serão utilizados os valores divulgados pelo Administrador do FIDC investido. Caso o Administrador não divulgue em tempo hábil, a metodologia alternativa será a utilização da última cota divulgada. Exclusivamente para os FIDCs fechados que possuam cotas negociadas no mercado secundário e que apresentem volume consistente de negócios, a utilização de tais informações será permitida, caso aprovado pelo Comitê de Valuation.

4 Outros Procedimentos e Metodologias

Ao longo desse tópico, abordaremos alguns procedimentos e metodologias que não são utilizados diretamente para a marcação a mercado, mas que fazem parte dos processos de apreçamento adotados pelo Citi.

4.1 Procedimento para datas sem divulgação de dados



Caso haja alguma data em que os dados utilizados (taxas, preços etc) não estejam disponíveis (por exemplo, nos dias que antecipam a virada de ano), o procedimento a ser utilizado é o seguinte:

- As taxas projetadas devem ser mantidas iguais, isto é, será utilizada a hipótese de que elas não se alteraram;
- Caso se utilize o PU de DI para apuração de taxa prefixada, deve-se recalculá-lo de forma a manter-se a mesma expectativa para a taxa dada por esse preço, ou seja, $PU_t = PU_{t-1}(1 + CDI_{t-1})^{1/252}$;
- Caso se utilize o PU de DDI para apuração de taxa cupom cambial, deve-se recalculá-lo de forma a manter-se a mesma expectativa para a taxa dada por esse preço, ou seja, $PU_t = PU_{t-1}(1 + CDI_{t-1})^{1/252} Pt_{t-2} / Pt_{t-1}$;
- Nessa data, cotas de abertura e de fechamento devem coincidir.

4.2 Valorização na Curva

Esse tópico apresenta as metodologias utilizadas pelo Citi para a valorização dos papéis de acordo com a curva dos mesmos.

Cálculo pela TIR

Uma alternativa para calcular o valor na curva de um ativo é aplicar, como valor de correção, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do papel, obtida a partir do preço observado na data de aquisição.

A taxa interna de retorno do papel pode ser obtida da seguinte forma:

$$P = \sum_{i=1}^n \frac{F_i}{(1+r)^{t_i}}$$

onde:

P = preço de aquisição do papel;

F_i = valor do i -ésimo fluxo do papel;

r = TIR do papel;

t_C = data de compra do papel.

O valor de r pode ser obtido a partir de algum método de convergência, como a função *Solver* do software Microsoft Excel®.

A partir dessa taxa de retorno, o valor na curva do papel, em uma data t qualquer, é dado por:

$$P_t = P \times (1 + Ind)_{t_C}^t \times (1+r)^t$$

Cálculo Linear

Essa metodologia é utilizada pelo sistema *Drive* do Citi, e promove a apropriação linear do deságio obtido na data da compra do papel. O cálculo será descrito a seguir. Suponhamos que a aquisição do papel ocorra na data t_C . Sejam:

VNA_t = valor nominal atualizado do papel na data t ;

P = preço de aquisição do papel;

D_t = deságio do papel na data t , dado por:

$$D_t = P - VNA_t$$



O deságio do papel na data $t + 1$, e em qualquer data posterior à data considerada ($t + j$), é dado por:

$$D_{t+j} = \left(\frac{D_t}{VNA_t} \cdot VNA_{t+j} \right) \cdot \frac{\Delta(t+j, t_F)}{\Delta(t, t_F)}$$

onde:

$\Delta(t, t_F)$ = número de dias úteis entre a data t e a data t_F .

A partir do deságio, pode-se obter o preço em uma data $t + j$ qualquer. Esse valor é dado por:

$$V_{t+j} = VNA_{t+j} + D_{t+j}$$

4.3 Taxa SELIC – Procedimento para Atualização

Para atualizar a taxa SELIC, as seguintes regras devem ser observadas:

- A taxa SELIC utilizada para o dia corrente será a taxa média estimada pela ANBIMA, disponível no link: www.ANBIMA.com.br;
- No dia útil seguinte a essa atualização, a taxa estimada pela ANBIMA deve ser substituída pela taxa divulgada pelo BACEN, que já estará disponível. Esse procedimento visa a impedir que pequenas imprecisões nas estimativas da ANBIMA possam, a longo prazo, interferir na marcação a mercado dos ativos;
- Em casos excepcionais, como alta volatilidade no mercado de renda fixa ou ausência de previsão da ANBIMA, é possível utilizar diretamente a taxa divulgada pelo BACEN.

ANEXO VI - POLÍTICA DE VOTO DO GESTOR

**POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO
EM ASSEMBLEIAS GERAIS**

PLURAL CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

I - Definição e Finalidade

1. A presente Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias Gerais ("Política de Voto"), em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento ("Código") e com as diretrizes baixadas pelo Conselho de Auto-Regulação da ANBID, disciplina os princípios gerais, as matérias relevantes obrigatórias, o processo decisório e serve para orientar as decisões da **PLURAL CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.** ("GESTOR") nas assembleias gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que confiram direito de voto aos fundos de investimento sob gestão do GESTOR.

II - Princípios Gerais

2. O GESTOR deverá participar das assembleias gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que confiram direito de voto aos fundos de investimento sob sua gestão, nas hipóteses previstas em seus respectivos regulamentos e quando na pauta de suas convocações constarem as matérias relevantes obrigatórias descritas nesta Política de Voto.

2.1. Excluem-se desta Política de Voto:

- (a) fundos de investimento exclusivos e restritos, conforme Tipo ANBID do fundo, desde que seus respectivos regulamentos contenham previsão expressa nesse sentido;
- (b) ativos financeiros de emissor com sede social fora do Brasil; e
- (c) certificados de depósito de valores mobiliários – "Brazilian Depositary Receipts" (BDR).

2.2. A presença do GESTOR nas assembleias gerais é facultativa nos seguintes casos:

- (a) se a ordem do dia não contiver as matérias relevantes obrigatórias;
- (b) se a assembleia ocorrer em cidade que não seja capital de Estado e não existir possibilidade de voto à distância;
- (c) se o custo para exercício do voto não for compatível com a participação no ativo financeiro;
- (d) se a participação total dos fundos sob gestão for inferior a 5% (cinco por cento) do percentual de voto, desde que cada fundo não possua mais de 10% (dez por cento) do seu patrimônio no ativo financeiro;
- (e) se houver situação de conflito de interesse, ainda que potencial; e
- (f) se as informações e os esclarecimentos obtidos não forem suficientes, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos, para a tomada de decisão.

III - Matérias Relevantes Obrigatórias

3. Para os fins desta Política de Voto, respeitado o disposto no item 2.2 acima, considera-se matéria relevante obrigatória:

3.1. no caso de ações, seus direitos e desdobramentos:

- (a) eleição de representantes de sócios minoritários no Conselho de Administração, se aplicável;
- (b) aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício

da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);

(c) aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento do GESTOR, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelo Fundo de Investimento; e

(d) demais matérias que impliquem tratamento diferenciado.

3.2. No caso de ativos financeiros de renda fixa ou mista: alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação.

3.3. No caso de cotas de fundos de investimento:

(a) alterações na política de investimento que alterem a classe CVM ou o tipo ANBID do fundo;

(b) mudança de administrador ou gestor, que não entre integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;

(c) aumento de taxa de administração ou criação de taxas de entrada e/ou saída;

(d) alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;

(e) fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;

(f) liquidação do fundo de Investimento; e

(g) assembleia de cotistas nos casos previstos no art. 16 da Instrução CVM nº 409/04.

IV - Processo Decisório

4. O GESTOR é o único responsável pelo controle e pela execução da Política de Voto.

5. Para o exercício do direito de voto nas assembleias, sempre que o administrador ou custodiante dos fundos de investimento tiverem conhecimento das respectivas convocações, deverão encaminhar imediatamente à GESTORA as informações quanto à ocorrência de tais assembleias gerais. Ao tomar conhecimento da realização de uma assembleia geral, o GESTOR deverá solicitar ao administrador dos fundos, a confecção do instrumento de mandato adequado, indicando o nome e a qualificação do(s) seu(s) representante(s), o dia, hora, local, as matérias a serem deliberadas e, se for o caso, o teor da sua orientação de voto.

5.1. O GESTOR exercerá o voto sem necessidade de consulta prévia a cotistas ou de orientação de voto específico, ressalvadas as eventuais previsões em sentido diverso nos regulamentos dos fundos.

5.2. O GESTOR tomará as decisões de voto com base em suas próprias convicções, de forma fundamentada e coerente com os objetivos de investimento dos fundos e sempre na defesa dos interesses dos cotistas, podendo abster-se de votar no caso de identificada, antes ou por ocasião da assembleia, situação de conflito de interesse, ainda que potencial.

5.3. O GESTOR deverá realizar o credenciamento do(s) seu(s) representante(s) no local da assembleia, na forma estabelecida pelos emissores dos títulos e valores mobiliários ou por seus agentes.

5.4. O GESTOR deverá solicitar o instrumento de mandato na forma do caput deste item, com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência ao dia da realização da assembleia geral.

6. O inteiro teor dos votos proferidos e o resultado das votações deverão ser comunicados pelo GESTOR ao administrador dos fundos, em formato próprio definido por este último, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a realização das assembleias a que se referirem.

6.1. A comunicação resumida aos cotistas será realizada pelo administrador dos fundos, através de nota contida no extrato do mês seguinte ao do recebimento da comunicação pelo GESTOR, indicando que o inteiro teor dos votos e o resultado das votações estarão disponíveis para consulta no website do administrador dos fundos.

V - Disposições Gerais

7. Esta Política de Voto foi aprovada pelo administrador dos fundos sob gestão do GESTOR e encontra-se registrada na ANBID onde está disponível para consulta pública e no website da GESTOR: www.pluralcapital.com.br.

8. Quaisquer dúvidas ou questões decorrentes desta Política de Voto poderão ser dirimidas pelo GESTOR, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Rua Lauro Muller, 116, sala 3304, Botafogo, CEP 22.290-160 ou através do telefone (21) 3923-3000 ou, ainda, através do correio eletrônico asset@pluralcapital.com.